



RBSE - v.15, n. 44 – Agosto 2016 - ISSN 1676-8965

RBSE
15 Anos

Sumário

Artigos	8
<i>Ações situadas e vocabulários de motivos</i>	10
Charles Wright Mills [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]	
<i>Cultura Emotiva e Processo Social: Medos Corriqueiros, Risco e Sociabilidade</i>	22
Mauro Guilherme Pinheiro Koury	
<i>Emoções são um cadinho: A natureza interacional e situacional das emoções</i>	36
Jack Katz [Tradução de Raoni Borges Barbosa]	
<i>“Sentirse linda / incómoda”: un acercamiento a la dimensión emocional de la belleza</i>	60
Claudia Gabriela Reta	
<i>Evitando o inevitável: a morte no cotidiano</i>	70
Fernando Afonso de Almeida	
<i>A proposta culturalista boasiana para a Antropologia</i>	82
Raoni Borges Barbosa	
<i>Análise de redes: Uma reavaliação</i>	95
Jeremy Boissevain [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]	
<i>Por um urbanismo humanizante: uma utopia meta-pragmática</i>	104
Fagner Cordeiro Dantas	
Dossier: Políticas sociales y emociones	116
<i>Dossier: Políticas sociales y emociones: Presentación</i>	118
Adrián Scribano y Angélica De Sena	
<i>“La eterna menor de edad” se hace mayor: cómo se sienten las mujeres mayores de 65 años frente a sus pensiones de jubilación</i>	125
Almudena García Manso; Carmen Gaona Pisonero	
<i>L’orientamento punitivo, compassionevole e pedagogico nei confronti dei poveri: forme diverse di evitamento?</i>	138
Enrica Morlicchio	
<i>Violencia e inseguridad: políticas y política de las acciones del Estado</i>	146
Jorge Ahumada y Javier Moreira Slepoy	
<i>Vinculaciones posibles entre el par inclusión/exclusión social y los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas en Argentina</i>	158

Rebeca Cena; Florencia Chahbenderian; Andrea Dettano	
<i>Políticas sociales, emociones y cuerpos</i>	170
Angélica De Sena	
<i>Banalización del Bien: o el “amor” en tiempos de cólera</i>	184
Adrián Scribano	
Resenhas	196
<i>Emoções e moralidades entre mulheres com práticas homoeróticas: uma resenha</i>	198
Tarsila Chiara Albino da Silva Santana	
Sobre os autores	204

EDITOR E CONSELHO EDITORIAL
<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>
RBSE - ISSN 1676-8965

. **EDITOR:** Mauro Guilherme Pinheiro Koury
 rbse@cchla.ufpb.br

. **CONSELHO EDITORIAL** .

Adrián Scribano (UBA/CONICET - Argentina)	Bela Feldman Bianco (UNICAMP)	Luiz Fernando D. Duarte (UFRJ)	Regina Novaes (UFRJ)
Alain Caillé (Université Paris X/ M.A.U.S.S.)	Cornelia Eckert (UFRGS)	Marcela Zamboni (UFPB)	Ruben George Oliven (UFRGS)
Alda Motta (UFBA)	Danielle Rocha Pitta (UFPE)	Maria Armanda do Nasci- mento Arruda (USP)	Simone Brito (UFPB)
Alexandre Werneck (UFRJ)	Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (UFC)	Mariza Corrêa (UNICAMP)	Thomas Scheff (University of Califor- nia -USA)
Anderson Moebus Re- tondar (UFPB)	Evelyn Lindner (University of Oslo - Noruega)	Myriam Lyns de Barros (UFRJ)	Vera da Silva Telles (USP)

Expediente

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

RBSE ISSN 1676-8965

Editor: Mauro Guilherme Pinheiro Koury

A **RBSE** - *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* é uma revista acadêmica do **GREM** - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Tem por objetivo debater as questões de subjetividade e da categoria emoção nas Ciências Sociais contemporâneas.

The **RBSE** - *Brazilian Journal of Sociology of Emotion* is an academic magazine of the **GREM** - Group of Research in Anthropology and Sociology of Emotions. It has for objective to debate the questions of subjectivity and the category emotions in Social Sciences contemporaries.

Secretária RBSE. *Leticia Knutt*

E-Mail: rbse@cchla.ufpb.br

O **GREM** é um Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

GREM is a Research Group at Department of Social Science, Federal University of Paraíba, Brazil.

Endereço / Address:

RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção

[Aos cuidados do Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury]

GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções

Departamento de Ciências Sociais/CCHLA/UFPB

CCHLA / UFPB – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária

CEP 58 051-970 · João Pessoa · PB · Brasil

Ou, preferencialmente, através do e-mail: rbse@cchla.ufpb.br

Or, preferentially, by e-mail: rbse@cchla.ufpb.br

RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção/ GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções / Departamento de Ciências Sociais /CCHLA/ Universidade Federal da Paraíba – v. 15, n. 44, Agosto de 2016.

João Pessoa – GREM, 2016.

(v.1, n.1 – abril/Julho de 2002) - Revista Quadrimestral ISSN
1676-8965

Antropologia – 2. Sociologia – 3. Antropologia das Emoções – 4.
Sociologia das Emoções – Periódicos – I. GREM – Grupo de Pesquisa
em Antropologia e Sociologia das Emoções. Universidade Federal da
Paraíba

BC-UFPB
CDU 301
CDU 572

Artigos

Ações situadas e vocabulários de motivos

Situated actions and vocabulaires of motives

Charles Wright Mills [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]

Recebido: 20.01.2016

Aceito: 10.04.2016

Resumo: O propósito deste artigo é delinear um modelo analítico para a explicação dos motivos, baseados em uma teoria sociológica da linguagem e em uma sociologia psicológica. **Palavras-chave:** análise sociológica, motivos, linguagem, comportamento social

Abstract: The purpose of this article is to outline an analytical model for the explanation of motives, based on a sociological theory of language and a psychological sociology. **Keywords:** sociological analysis, motives, language, social behavior

A grande reorientação da teoria e observação recentes na sociologia da linguagem veio à tona com a derrubada da noção wundtiana de que a linguagem tem como função a ‘expressão’ de elementos prévios existentes no indivíduo¹. O postulado subjacente ao moderno estudo da linguagem é simplesmente que nós devemos abordar o comportamento linguístico, não o referindo a estados particulares individual, mas, observando a sua função social de coordenação de diversas ações. Ao invés de expressar algo que seja anterior e pessoal, a linguagem é tomada por outras pessoas como um indicador de futuras ações (WRIGHT MILLS, 1940).

Dentro dessa perspectiva, há sugestões que concernem a problemas de motivação. O propósito deste artigo é delinear um modelo analítico para a explicação dos motivos, baseados em uma teoria sociológica da linguagem e em uma sociologia psicológica (MEAD, 1909; MANNHEIM, 1940; WIESE & BECKER, 1932, parte I; DEWEY, 1917, p. 276).

Frente à concepção inferencial de motivos como ‘impulsionadores’ subjetivos de ação, os motivos podem ser considerados como típicos vocabulários com funções verificáveis em situações sociais delimitadas. Atores humanos vocalizam e imputam motivos para si mesmos e para os outros. Explicar o comportamento, por referência a um ‘motivo’ inferido e abstrato é uma coisa. Analisar os mecanismos linguísticos observáveis de imputação de motivo e revelar como eles funcionam na conduta é outra completamente diferente. Ao

¹Este artigo originalmente intitulado “Situaded actions and vocabulaires of motives” foi reproduzido do *American Sociological Review*, v. 5, n. 6: 904-913, 1940, com a permissão da revista. Originalmente, foi elaborado para uma conferência para a *The Society for Social Research*, University of Chicago, pronunciada entre os dias 16-17 de agosto de 1940.

invés de elementos fixos ‘em’ um indivíduo, os motivos são os termos com os quais procede a interpretação de condutas por parte dos *atores sociais*. Esta imputação e revelação dos motivos por atores são fenômenos sociais a serem explicados. As diferentes razões que os homens dão para suas ações, não são elas mesmas sem razões.

Primeiro, devemos demarcar as condições gerais em que essa imputação de motivo e sua revelação parecem ocorrer². Em seguida, temos de oferecer uma caracterização do motivo em termos denotáveis e um paradigma explicativo do porquê de certos motivos serem verbalizados em vez de outros. Então, indicaremos os mecanismos de ligação entre os vocabulários de motivos e os sistemas de ação. O que queremos, por fim, é uma análise das funções de integração, controle e especificação, que certo tipo de discurso cumpre em ações socialmente situadas.

A situação genérica em que a imputação e a revelação de motivos aparecem, envolve, em primeiro lugar, a conduta social ou os programas (declarados) de linguagem, ou seja, os programas e ações dirigidos com referência às ações e conversas dos outros; segundo, a confissão e a imputação dos motivos são concomitantes com a forma discursiva conhecida como a ‘questão’. Situações centradas em questões envolvem tipicamente programas ou ações *alternativas* ou *inesperadas* cujas fases analiticamente denotam ‘crises’³. A questão é marcada na medida em que

geralmente provoca outra ação *verbal*, e não uma resposta motora. A questão é um elemento na *conversa*. A conversa pode dizer respeito às características factuais de uma situação, como elas são vistas ou se acredita ser, ou pode procurar integrar e promover um conjunto de diversas ações sociais com referência à situação e ao seu padrão normativo das expectativas. É nesta última fase da conversa, de assentimento e dissonância, que o discurso e vocabulário persuasivo e dissuasivo emergem. No caso dos homens que vivem atos imediatos da experiência e têm as suas atenções dirigidas para fora de si, os seus atos, de alguma forma, se veem frustrados. É nesse momento que a consciência de si e os motivos ocorrem. A ‘questão’ é o índice lingual de tais condições. A revelação e a imputação de motivos são características de tais conversações, quando surgem situações de ‘questionar’.

Os motivos são imputados ou declarados como respostas a perguntas, interrompendo atos ou programas. Os motivos são palavras. Genericamente, a que se referem? Elas não denotam quaisquer elementos ‘em’ indivíduos. Elas representam consequências situacionais antecipadas de condutas questionadas. A intenção ou propósito (indicados como um ‘programa’) é a consciência da consequência do que se previa; os motivos são os nomes atribuídos para situações consequenciais, e sucedâneos de ações que os conduzem. Atrás das perguntas se encontram possíveis ações alternativas com as suas consequências terminais.

Nossas palavras introspectivas por motivos são ásperas, são descrições grosseiras, são descrições taquigráficas de determinados padrões típicos de estímulos discrepantes e conflitantes⁴.

²A importância desta tarefa inicial para a pesquisa é clara. A maioria das pesquisas sobre o plano verbal simplesmente fazem perguntas abstratas em relação a indivíduos, mas, se podemos tentativamente delimitar as situações em que determinados motivos *podem* ser verbalizados, podemos usar essa delimitação na construção de questões *situacionais*, e vamos testar deduções a nossa teoria.

³Sobre ‘questão’ e ‘conversa’ ver DeLaguna (1927, p. 37). Em relação aos motivos em crise, ver Williams (1920, p. 435).

⁴Burke (1936, p. 45ss). Encontro-me em dívida com este livro por várias pistas nele sistematizadas e inspiradoras para este trabalho.

O modelo de conduta intencional associado com o nome de Dewey pode ser aqui brevemente indicado. Os indivíduos, quando confrontados com 'atos alternativos', executam um ou outro deles, com base nas consequências diferenciais que antecipam. Este esquema utilitário ao cru é inadequado por que: (a) os 'atos alternativos' de conduta *social* 'aparecem' na maioria das vezes em forma linguística, como uma pergunta, professada por um self ou por outro; (b) é mais adequado dizer que os indivíduos agem em termos de antecipação de consequências *instituídas*.

Entre tais nomes e em algumas linhas tecnologicamente orientadas de ação podem aparecer termos como 'útil', 'prático', 'reparado', etc., termos tão 'conclusivos' para os pragmatistas, e também para certos setores da população americana nestas situações delimitadas. No entanto, existem outras áreas da população com diferentes vocabulários de motivos. A escolha das linhas de ação é acompanhada por representações e seleção entre elas, a partir dos seus terminais situacionais. Os homens discernem situações com vocabulários específicos, e é em termos de algum vocabulário delimitado que eles antecipam as consequências de suas condutas⁵. Vocabulários estáveis de motivos vinculam consequências antecipadas e ações específicas. Não há necessidade de invocar termos 'psicológicos', como 'desejo' ou 'anseio' como explanatório, uma vez que eles próprios devem ser explicados socialmente (DEWEY, 1939). A antecipação é uma nomeação subvocal ou evidente de fases terminais e / ou consequências sociais de conduta. Quando um indivíduo nomeia consequências, ele provoca o comportamento para os quais o nome é uma sugestão reintegradora. Em uma situação *societal*, implícita nos nomes, as consequências são as dimensões sociais dos moti-

⁵Veja estes experimentos em Rexroad (1926, p. 458).

vos. Através desses vocabulários, vários tipos de controles sociais operaram. Além disso, os termos nos quais a pergunta é formulada muitas vezes conterão duas alternativas: 'amor ou dever?', 'negócios ou lazer?'. Institucionalmente, situações diferentes possuem diferentes *vocabulários de motivos* apropriados para os seus respectivos comportamentos.

Essa concepção sociológica de motivos como fases linguísticas relativamente estáveis de situações delimitadas é bastante coerente com o programa de Mead para se aproximar de condutas sociais a partir do exterior. Ele mantém claramente em mente que

ambos os motivos e ações muitas vezes se originam não de dentro, mas, a partir da situação em que os indivíduos se encontram... (MANNHEIM, 1940, p. 249).

Ele traduz a questão do 'por que'⁶ para um 'como' que é responsável, em termos, de uma situação e do seu vocabulário típico de motivos, ou seja, àquelas que convencionalmente acompanham esse tipo de situação e funcionam como pistas e justificativas para as ações normativas no seu interior.

Foi apontado que a questão é geralmente um índice para a revelação e imputação de motivos. Max Weber (1922, p. 5) define motivo como um complexo de significados que aparecem para o ator ou para o observador como um terreno adequado para as suas condutas⁷. O aspecto da motivação que essa

⁶Convencionalmente responsável por referência a "fatores subjetivos" individuais. Ver, MacIver, (1940; 1940a).

⁷“Motiv‘ heisst ein Sinnzusammenhang, welcher dem Handelnden selbst dem Beobachtenden als sinnhafter Grund‘ eines Verhaltens in dem Grade heissen, als die Beziehung seiner Bestandteile von uns nach den durchschnittlichen Denk- und Gefühlsgewohnheiten als typischer (wir pflegen zu sagen: ‘richtigeer‘) Sinzusammenhang bejaht wird“. [“Chamamos 'Motivo' a uma conexão de sentidos que aparece ao próprio ator ou observador como o 'fundamento' com significado de uma conduta. Dizemos para uma conduta que se

concepção empunha é a do seu caráter intrinsecamente social. Um motivo satisfatório ou adequado é aquele que satisfaz os questionadores de um ato ou programa, seja ele de outro qualquer ou do próprio ator. Como uma palavra, *um motivo tende a ser, para um ator e para os outros membros de uma situação, uma resposta inquestionável às perguntas relacionadas às condutas social e linguística*. Um motivo estável é um ultimato em uma conversação justificadora. As palavras que em uma situação deste tipo cumprirão esta função se circunscrevem no vocabulário de motivos aceitos neste tipo de situação. Os motivos são aceitos como justificativas de programas ou ações passados, presentes ou futuros.

Denominá-los justificação *não* é negar a sua eficácia. Muitas vezes antecipações de justificativas aceitáveis irão controlar conduta. ("Se eu fizesse isso, o que eu poderia dizer? O que eles diriam?") As decisões podem ser, no todo ou em parte, delimitadas pelas respostas a tais pedidos.

Um homem pode começar uma ação por um motivo. No decurso do mesmo, ele pode adotar um motivo acessório. Isso não significa que o segundo motivo de desculpas seja ineficaz. A expectativa vocalizada de um ato, a sua 'razão', não é apenas uma condição mediadora da ação, mas é uma condição próxima e de controle para o qual o termo 'causa' não é apropriado. Ela pode fortalecer a ação do ator. Pode, também, ganhar novos aliados para o seu ato.

Quando apelam para outros envolvidos na ação de alguém, os motivos são estratégias de ação. Em muitas a-

ções sociais, os outros devem concordar, tácita ou explicitamente. Destarte, os atos muitas vezes serão abandonados se não for possível encontrar uma razão aceitável que os justifiquem perante os outros relacionais. A diplomacia na escolha de um motivo, muitas vezes, controla o diplomata. A escolha diplomática de motivos faz parte do esforço de motivar os atos de outros membros presentes na situação. Tais motivos pronunciados podem desfazer confusões e integrar uma situação social. Esta diplomacia não implica necessariamente em mentiras intencionais. Ela simplesmente indica que um vocabulário apropriado de motivos será utilizado - que existem condições para determinadas linhas de conduta⁸.

Quando um agente vocaliza ou imputa motivos, ele não está tentando *descrever* a sua experiência de ação social. Ele não está apenas afirmando 'razões'. Ele está influenciando outros, e a si mesmo. Muitas vezes, ele está encontrando nova 'razões' que ajudem a mediar a ação. Assim, não precisamos tratar uma ação como discrepante de 'sua' verbalização, pois, em muitos casos, a verbalização em si é um novo ato. Em tais casos, não há uma discrepância entre um ato e 'sua' verbalização, mas, uma diferença entre duas ações díspares, social e verbal (ZANIECKI, 1936, p. 30). Este (ou '*ex post facto*') linguajar adicional pode envolver apelo a um vocabulário de motivos associado a uma norma com a qual os membros envolvidos com a situação estão de acordo. Como tal, ele é um fator de integração nas fases *futuras* da ação social original ou em outras ações. Os motivos são eficazes na resolução de conflitos. Muitas

desenvolva como um todo coerente que ela é 'adequada pelo sentido', na medida em que afirmamos que a relação entre os seus elementos constitui uma 'conexão de sentidos típica' (ou, como podemos dizer, 'correta') sob a base de hábitos mentais e emocionais médios"]. - Em alemão no original, versão para o português do tradutor.

⁸Certamente, desde que os motivos são comunicados, eles podem ser mentiras; mas, estes devem ser provados. As verbalizações não são mentiras apenas porque são socialmente eficazes. Eu estou aqui interessado mais com a função social dos motivos pronunciados, do que com a sinceridade daqueles que o pronunciam.

vezes, se ‘razões’ não forem dadas, uma ação não irá ocorrer, nem diversas ações seriam integradas. Os motivos são o fundamento comum para comportamentos mediados.

Perry (1926, p. 292-293) afirma sumariamente a visão freudiana de motivos,

como a visão de que os verdadeiros motivos de conduta são aqueles que temos vergonha de admitir, quer para nós mesmos ou para os outros.

Alguém pode cobrir os fatos apenas dizendo que escrúpulos (ou seja, vocabulários *morais* de motivo) são muitas vezes eficazes e que os homens irão alterar e dissuadir suas ações em termos de tais motivos. Um dos componentes de um ‘outro generalizado’, como um mecanismo de controle social, são os vocabulários de motivos aceitáveis. Por exemplo, um empresário se junta ao Rotary Club e proclama o seu vocabulário de espírito público (Ibid., p. 392). Se este homem não pode agir fora da conduta empresarial, sem improvisar, segue-se que este vocabulário dos motivos é um fator importante em seu comportamento⁹. A longa ação de um papel, com seus motivos apropriados, muitas vezes, induzem um homem a se tornar o que a princípio ele apenas procurou demonstrar. Mudanças nos vocabulários de motivos, utilizados mais tarde por um indivíduo, revelam um aspecto importante das várias integrações de suas ações respectivamente com vários grupos.

Os motivos atualmente utilizados na justificativa ou na crítica de um

⁹A ‘motivação para o lucro’ da economia clássica pode ser tratada como um vocabulário ideal típico de motivos para as situações e comportamentos econômicos delimitados. Para as fases tardias do capitalismo monopolista e regulamentado, este tipo sofreu modificações; o lucro e os vocabulários comerciais adquiriram outros ingredientes. Ver Danielian (1940), para uma sugestiva consideração sobre o comportamento não econômico e as motivações dos burocratas empresariais.

ato, definitivamente o vincula a situações, integra a ação de um homem com outro, e alinha as condutas com as normas. Os motivos-substitutos socialmente sustentados de situações são, ao mesmo tempo, constrangimentos e incentivos. É uma hipótese digna e capaz de teste a de que os vocabulários típicos de motivos para diferentes situações são determinantes significativos de conduta. Como segmentos linguísticos de ação social, os motivos orientam as ações, permitindo um discernimento entre os seus objetos. Adjetivos tais como ‘bom’, ‘agradável’ e ‘ruim’ promovem a ação ou a detém. Quando constituem componentes de um vocabulário de motivos, ou seja, são acompanhamentos típicos e relativamente inquestionáveis de situações típicas, essas palavras, em virtude de serem julgamentos de outros antecipados pelo ator, muitas vezes funcionam como incentivos e diretrizes. Portanto, os motivos são

instrumentos sociais, ou seja, ferramenta que apontam qual o agente será capaz de influenciar [a si mesmo ou outras pessoas] (ZNANIECKI, 1936, p. 73).

O ‘controle’ dos outros não é comumente direto, mas, sim, por meio da manipulação de um campo de objetos. Nós influenciamos um homem nomeando seus atos ou imputando motivos para eles, ou ‘ele’. Os motivos que acompanham as instituições de guerra, por exemplo, não são ‘as causas’ da guerra, mas a promoção continuada da participação integrada, e que variam de uma guerra para a outra. Vocabulários de motivos em relação ao trabalho promovem carreiras que são tecidas através da mudança nas tramas institucionais.

Geneticamente, os motivos são imputados por outros antes de serem declarados pelo self. A mãe controla a criança: “Não faça isso, não seja insaciável”. Não só a criança aprende o que fazer, e o que não fazer, mas são dados a ela motivos padronizados que promovem ações prescritas e dissuadem as

proscritas. Junto com as regras e normas de ação para várias situações, aprendemos os vocabulários de motivos adequados a cada uma delas. Estes são os motivos que devemos usar, uma vez que eles fundamentam uma parte da nossa linguagem e são componentes do nosso comportamento.

A busca por ‘motivos reais’ supostamente colocados contra a ‘mera racionalização’ é frequentemente informada por uma visão metafísica de que os motivos ‘reais’ são, de alguma forma, biológicos. Tais indagações em busca de algo mais real e de retorno à racionalização são defendidas por muitos sociólogos que afirmam de que a linguagem é uma manifestação externa ou concomitante de algo anterior, mais genuíno e ‘profundo’ no indivíduo. ‘Atitudes reais’ versus ‘mera verbalização’ ou ‘opinião’ implicam em que, na melhor das hipóteses, é só inferir da sua linguagem o que ‘realmente’ seja atitude individual ou motivo.

Agora, o que *poderíamos possivelmente* inferir? O que exatamente é verbalização sintomática? Não podemos *inferir* processos fisiológicos de fenômenos linguísticos. Tudo o que podemos inferir e verificar empiricamente¹⁰ são outras verbalizações do agente que acreditamos teve o seu comportamento orientado e controlado no momento em que o ato foi performado. Os únicos itens sociais que podem "ser encontrados mais profundamente" são outras formas linguísticas¹¹. A ‘atitude ou motivo real’ não é algo diferente da verbalização ou ‘opinião’. Elas acabam por ser apenas relativamente e temporalmente diferentes.

¹⁰Claro, podemos inferir ou interpretar construções postuladas no indivíduo, mas estas não são facilmente verificadas e elas não são explicativas.

¹¹O que não quer dizer que, fisiologicamente, pode não haver cáibras na parede do estômago ou adrenalina no sangue, etc., mas, o caráter da ‘relação’ de tais itens com a ação social é bastante discutível.

A expressão ‘motivo inconsciente’ também é lamentável. Tudo o que podemos dizer é que um motivo não é explicitamente vocalizado, mas não há necessidade de se inferir motivos inconscientes de tais situações e, em seguida, postulá-los nos indivíduos como elementos. A frase é informada pela persistência da noção desnecessária e sem fundamento de que "toda ação tem um motivo", e é promovida pela observação de lacunas, relativamente frequentes, na verbalização em situações cotidianas. Os fatos a que esta frase é supostamente endereçada são cobertos pelas declarações de que os homens nem sempre articulam motivos explicitamente, e que *todas* as ações não giram em torno da linguagem. Eu já indiquei as condições em que os motivos são tipicamente confessos e imputados.

Dentro da perspectiva em questão, o motivo verbalizado não é usado como um índice de algo no indivíduo, *mas como base de inferência de um vocabulário típico de motivos de uma ação situada*. Quando perguntamos pela ‘atitude real’ em vez da ‘opinião’, pelo ‘motivo real’ em vez da ‘racionalização’, tudo o que estamos perguntando, significativamente, é se a forma discurso controlador foi incipientemente ou abertamente apresentado no ato ou série de atos praticados. Não há nenhuma maneira de sondar por trás de verbalizações em um indivíduo e diretamente verificar o nosso motivo-instigador, mas há uma maneira empírica na qual podemos orientar e por limite, em situações históricas dadas, as investigações de motivos. Isto se faz pela construção de vocabulários típicos de motivos existentes em tipos de situações e ações específicas. A imputação de motivos pode ser controlada por referência à constelação normal dos motivos observados, os conectando com as classes de ações socialmente situadas. Alguns dos motivos ‘reais’ imputados a atores não foram sequer conhecidos por eles.

A meu ver, os motivos são circunscritos pelo vocabulário do ator. A única fonte para uma terminologia dos motivos é o vocabulário de motivos efetivamente e normalmente verbalizados por atores em situações específicas.

Vocabulários individualistas, sexuais, hedonistas e pecuniários de motivos são, aparentemente, agora dominantes em muitos setores da América urbana do século XX. Sob tal *ethos*, a verbalização de condutas alternativas, nesses termos, possui menor probabilidade de ser contestada entre os grupos dominantes. Neste ambiente, as pessoas estão céticas de motivos religiosos declarados de Rockefeller para a sua conduta empresarial porque tais motivos não são *agora* termos do vocabulário convencional que acompanham as situações empresariais. Um monge medieval escreveu que ele deu comida para uma mulher pobre e bonita porque era "para a glória de Deus e a salvação eterna de sua alma". Por que tendemos a interrogá-lo e imputar motivos sexuais? Porque o sexo é um motivo influente e difundido em nosso tempo e sociedade. Vocabulários religiosos de explicação e de motivos estão agora em declínio. Em uma sociedade na qual os motivos religiosos foram desmascarados em uma escala bastante ampla, certos pensadores são céticos daqueles que ubiquamente proclamá-los. Os motivos religiosos foram prescritos por partes selecionadas da população modernas e outros motivos tornaram-se 'irrevogáveis' e operativos. Contudo, a partir dos mosteiros da Europa medieval, não temos nenhuma evidência de que os vocabulários religiosos não eram operatórios em muitas situações.

Um líder trabalhista diz que realiza uma determinada ação porque ele quer obter melhores condições de vida para os trabalhadores. Um empresário diz que isto é uma racionalização, ou uma mentira; que o que ele quer, realmente, é tirar mais dinheiro dos traba-

lhadores para si próprio. Um radical diz a um professor da faculdade que ele não vai se envolver em movimentos radicais porque tem medo de perder o seu trabalho e, além disso, é um 'reacionário'. O professor universitário, por sua vez, afirma que é porque ele só gosta de descobrir como as coisas funcionam. O que é a razão para um homem é racionalização para outro. A variável é o vocabulário de motivos aceito, o final do discurso, do grupo dominante de cada homem, sobre cuja opinião ele atenta. *A determinação de tais grupos, a sua localização e caráter, permitiriam a delimitação e o controle metodológico dos motivos designados para atos específicos.*

Uma maior atenção sobre essa idéia nos conduzirá a investigações sobre a compartimentalização de motivos operacionais em personalidades de acordo com a situação e os tipos e condições gerais de vocabulários de motivos em vários modelos de sociedades. As estruturas motivacionais dos indivíduos e os padrões de seus propósitos se encontram em relação aos quadros sociais. Poderíamos, por exemplo, estudar os motivos ao longo de linhas estratificadas ou ocupacionais. Max Weber (*apud* MANNHEIM, 1940, p. 316-317) observou:

... Que em uma sociedade livre os motivos que induzem as pessoas a trabalhar variam através das... diferentes classes sociais... Existe normalmente uma escala graduada de motivos pelos quais os homens de diferentes classes sociais são levados a trabalhar. Quando um homem muda de fileiras, ele muda também de um conjunto de motivos para o outro.

Os vínculos linguísticos que os mantêm juntos reagem sobre as pessoas para constituir quadros de disposição e motivação. Recentemente, Talcott Parsons (1940, p. 67) indicou, por referência às diferenças entre as ações nas profissões e nos negócios, que não se pode pular da

análise econômica para motivações fi-

nais; os padrões institucionais constituem *sempre* um elemento crucial do problema.

É a minha sugestão para que possamos analisar, indexar e avaliar esse elemento, concentrando-se sobre aqueles apêndices verbais específicos de ações institucionalizadas variantes que têm sido referenciadas como vocabulários de motivos.

Nas sociedades simples, as constelações de motivos relacionados com diversos setores do comportamento tenderiam a ser tipicamente estáveis e a permanecerem associadas apenas com o seu setor. Nas sociedades tipicamente primárias, sagradas e rurais, os motivos das pessoas seriam regularmente compartimentados. Os vocabulários de motivos encomendados para diferentes situações estabilizam e guiam o comportamento e a expectativa das reações dos outros. Em suas situações apropriadas, os motivos verbalizados não são normalmente questionados. Em estruturas secundárias, seculares e urbanas, os vocabulários de motivos variados e concorrentes operam de maneira associada e as situações a que eles são apropriados não estão claramente demarcadas. Os motivos, uma vez inquestionáveis para situações definidas, agora são questionados. Vários motivos podem permitir atos semelhantes em uma dada situação. Assim, as pessoas em diversas situações se encontram confusas e com dificuldade de descobrir os motivos 'ativados' pelas outras pessoas. Tal questionamento resultou intelectualmente em movimentos, como a psicanálise, com o seu dogma de racionalização e sua sistemática de motivos-instigadores. Tais fenômenos intelectuais são postos em conflitantes divisões e seções de uma sociedade individualizada, que é caracterizada pela existência de vocabulários de motivo concorrentes. Intrincadas constelações de motivos, por exemplo, são componentes de empresas e negócios na América. Esses padrões

têm invadido o velho vocabulário de estilo das relações virtuosas entre homens e mulheres: dever, amor, bondade. Entre certas classes, os motivos românticos, virtuosos, e pecuniários se encontram bastante confusos. A pergunta à questão: "Casamento por amor ou dinheiro" é significativa, pois o pecuniário é agora um motivo constante e quase onipresente, um denominador comum de muitos outros¹².

Por trás de 'motivos mistos' e 'conflitos motivacionais', padrões situacionais e seus respectivos vocabulários de motivos estão competindo ou se mostram discrepantes. Com o deslocamento e situações intersticiais, cada uma das várias alternativas pode pertencer a diferentes sistemas de ação, as quais possuem vocabulários diferentes de motivos que lhes são próprios. Tais conflitos manifestos nos padrões de vocabulário se sobrepõem em um indivíduo marginal e não são facilmente compartimentados em situações bem definidas.

Além de prometer explicar uma área de fatos linguísticos e sociais, outra vantagem deste ponto de vista dos motivos é a de que, com ele, devemos ser capazes de dar conta de outras teorias sociológicas (terminologias) de motivação. Esta é uma tarefa para a sociologia do conhecimento. Aqui, eu posso me referir, apenas, a algumas teorias. Eu já me referi à terminologia freudiana dos motivos, é evidente que esses motivos são as de um grupo burguês patriarcal superior com forte orientação sexual e individualista. Quando em processos de introspecção nos sofás de Freud, os pacientes utilizam o único vocabulário dos motivos que conheciam; Freud tem o

¹²Também os motivos aceitos, imputados e confessos por um sistema de ação, podem ser difundidos para outros domínios e, gradualmente, virem a ser aceitos por alguns como um retrato abrangente do motivo dos homens. Isso aconteceu, por exemplo, no caso do homem econômico e seus motivos.

seu palpite e guia ainda mais a conversa. Mittenzwey (1924, p. 365-375) tem lidado demoradamente com pontos semelhantes. Amplamente difundida no pós-guerra, a psicanálise nunca foi popular na França, onde o controle do comportamento sexual não era puritano¹³. Para os indivíduos convertidos que se acostumaram com a terminologia psicanalítica dos motivos, todas as outras terminologias parecem autoenganadoras¹⁴.

De modo semelhante, para muitos crentes na terminologia do poder, luta e motivos econômicos do marxismo, todas as demais terminologias, incluindo a de Freud, são debitados à hipocrisia ou à ignorância. Um indivíduo que tenha assimilado completamente um único amontoado de motivos tentará aplicar esses motivos a todas as situações, inclusive em casa e com a esposa. Deve-se notar que toda terminologia de motivos tem sua articulação intelectual, assim como a psicanálise e marxismo.

É significativo que, desde o período socrático, muitas 'teorias da motivação' têm sido associadas com terminologias éticas e religiosas. O motivo é que leva o homem a perpetrar o bem ou o mal. Sob a égide de instituições religiosas, os homens usam vocabulários de motivos morais: eles os chamam de atos e programas 'bons' e 'ruins', e imputam essas qualidades à alma. Tal comportamento linguístico é parte do processo de controle social. Práticas institucionais e seus vocabulários de motivo exercem o controle sobre faixas delimitadas de situações possíveis. Poderíamos fazer um catálogo típico de motivos religiosos a partir dos textos religiosos lidos, e

testar o seu poder explicativo em várias denominações e seitas¹⁵.

Em muitas situações da América contemporânea, a conduta é controlada e integrada pelo idioma *hedonista*¹⁶. Para grandes setores da população, em determinadas situações, o prazer e a dor são agora motivos inquestionáveis. Em determinados períodos e sociedades, estas situações deveriam ser determinadas empiricamente. O prazer e a dor não devem ser reificadas e imputadas à natureza humana como princípios subjacentes de toda a ação. Note-se que o hedonismo como uma doutrina psicológica e ética ganhou impulso no mundo moderno mais ou menos na época em que os motivos ético-religiosos mais antigos estavam sendo desmascarados e simplesmente descartados por pensadores da 'classe média'. Por trás da terminologia hedonista se encontra um padrão social emergente e um novo vocabulário de motivos. A mudança de motivos incontestados que prendiam as comunidades europeias chegou ao clímax quando, na reconciliação, foram identificadas as terminologias de antigas religiões e hedonistas: o 'bom' é o 'agradável'. A situação condicionada foi similar no mundo helênico com o hedonismo dos cirenaicos¹⁷ e epicuristas¹⁸.

¹⁵Vocabulários morais merecem uma declaração especial. Dentro do ponto de vista aqui descrito muitos rosnados em matéria de "juízos de valor", etc., podem ser esclarecidos.

¹⁶O termo hedonismo vem do grego: *hedoné* significa *prazer*. De acordo com o hedonismo, tudo o que tem valor está reduzido ao prazer. O seu sentido filosófico é aplicado às teorias que buscam respostas para a questão: qual o princípio do bem-viver? [Nota do tradutor].

¹⁷A Escola Cirenaica de Filosofia é assim denominada por ter sido fundada cidade de Cirene. A escola floresceu entre os anos 400 e 300 a.C., e tinha como sua principal característica distintiva o hedonismo, isto é, a doutrina de que o prazer é o bem supremo. [Nota do tradutor].

¹⁸Os epicuristas se dedicavam à idéia do prazer sensual, na busca da paz espiritual. O termo epicurismo tem a sua origem no nome do filósofo Epicuro, que viveu entre os anos de 341 a 270 a.C.. Apesar dos epicuristas estarem mais

¹³Este fato tem sido interpretado por alguns como em apoio às teorias freudianas. No entanto, ele pode ser tão adequadamente apreendido no esquema aqui descrito.

¹⁴Ver a acurada discussão de Burke (1936, parte I) sobre Freud.

É necessário mapear todas essas terminologias de motivo e localizá-las como vocabulários de motivação em cada época histórica e em situações específicas. Os motivos não têm nenhum valor para além das situações sociais delimitadas para os quais são vocabulários adequados. Eles devem ser situados. Na melhor das hipóteses, as terminologias socialmente não atribuídas de motivos representam tentativas inacabadas para bloquear áreas sociais da imputação de motivo e revelação. Os motivos variam em conteúdo e caráter em épocas históricas e estruturas sociais.

Ao invés de interpretar a linguagem como ações e manifestações externas de elementos subjetivos e mais profundos que se encontram nos indivíduos, a tarefa de pesquisa é a localização de determinados tipos de ação no âmbito dos quadros típicos de ações normativas e aglomerados de motivos situados socialmente. Não há nenhum valor explicativo em subsumir vários vocabulários de motivos sob qualquer terminologia ou lista. Tal procedimento apenas confunde a tarefa de explicar os casos específicos. As linguagens de situações como dadas devem ser consideradas como uma porção valiosa dos dados a serem interpretados e relacionados às suas condições. Por fim, simplificar os vocabulários de motivo por uma abstrata terminologia social é destruir o uso legítimo dos motivos na explicação das ações sociais.

Referências

BURKE, Kenneth. *Permanence and change: an anatomy of purpose*. Nova York: New Republic, 1936.

DANIELIAN, N. R.. *A.T. & T.: The Story of Industrial Conquest*. New

interessados no prazer da alma, os prazeres físicos eram vistos de forma favorável, pois libertavam a alma de ser afligida pela negação. [Nota do tradutor].

York: Radiobroadcasting Research Project, 1940.

DeLAGUNA, G.A. *Speech: its function and development*. New Haven: Yale University Press, 1927.

DEWEY, John. All psychology is either biological and social psychology. *Psychological Review*, n. 24, p. 266-277, 1917.

DEWEY, John. Theory of valuation. In: Otto Neurath ed. *International encyclopedia of unified science*. Chicago: University of Chicago Press, 1939.

MacIVER, Robert Morrison. The imputation of motives. *American journal of sociology*, v. XLVI, p. 1-12, 1940a.

MacIVER, Robert Morrison. The mode of the question why. *Journal of social philosophy*, v. V, p. 197-205, 1940.

MANNHEIM, Karl. *Man and society in an age of reconstruction*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1940.

MEAD, George H. Social psychology as counterpart of physiological psychology. *Psychological Bulletin*, VI, p. 401-408, 1909.

MITTENZWEY, Kuno. Zur Sociologie der psychoanalytischer Erkenntnis. In: Max Scheler (ed) *Versuche su einer Sociologie des Wissens*. Munich-Leipzig, Duncker & Humblot, p. 365-375, 1924.

PARSONS, Talcott. The motivation of economic activities. In: C. W. M. Haqrt (ed). *Essays in sociology*. Toronto: University of Toronto Press, 1940.

PERRY, Ralph Barton. *General theory of value*. New York: Longmans, Green & Co., 1926.

REXROAD, C. N. Verbalization in multiple choice reactions. *Psychological review*, v. 33, n. 6, p. 451-458, 1926.

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: Mohr, 1922.

WIESE, Leopold Von; Howard Becker. *Systematic sociology*. New York: J. Wiley & Sons. London: Chapman and Hall, 1932.

WILLIAMS, J. M. *The foundation of social science*. New York: Knopf, 1936.

WRIGHT MILLS, Charles. Bibliographical appendices. Section I, 4: So-

ciology of language. In: *Contemporary social theory*. New York, Ed. Barnes, Becker & Becker, 1940.

ZNANIECKI, Florian. *Social Actions*. New York: Farrar & Rinehart Inc., 1936.

Cultura Emotiva e Processo Social: Medos Corriqueiros, Risco e Sociabilidade

Emotive culture and social process: everyday fears, risk and sociability

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Recebido: 01.06.2016

Aceito: 08.07.2016

Resumo: Este artigo parte do pressuposto de que o medo é uma emoção constituída no interior das relações sociais. O medo é compreendido como uma emoção significativa para o entendimento e análise das formações societárias. A questão relevante assim é a de que o medo é uma emoção socialmente disposta e uma construção social de sentidos. Uma emoção, portanto, fundamental para se pensar os processos de sociabilidades e de formação dos instrumentos da ordem e da desordem em um social qualquer. Na vida prática diária, os indivíduos devem constantemente preocupar-se com “sistemas abstratos na vida cotidiana”. Sistemas abstratos estes que vão desde a rotina tecnológica de como usar um aparelho celular até as informações sobre sistemas de saúde para si e sua família, e desde as etiquetas do lidar com os outros, cada vez mais heterogêneos em suas diferenças, até às projeções de um futuro pessoal e familiar. Em todos os passos os indivíduos se colocam *em risco* e *assumem risco*, elaboram razões e refletem sobre elas e as chances de darem certo ou errado e os medos que cada opção representa para a vida pessoal e relacional. O medo, portanto, faz parte da experiência humana, enquanto categoria social que lida com o processo de criação, com os modos de conhecimento de si próprio e do outro relacional. Processos e modos que permitem a construção social não apenas enquanto projeção, mas como uma construção objetiva de realidades possíveis. **Palavras-chave:** medo, medos corriqueiros, risco, cultura emotiva, sociabilidade

Abstract: This article assumes that fear is an emotion made within social relations. Fear is understood as a significant emotion to the understanding and analysis of social forms. The relevant question is that fear is a socially willing emotion and a social construction of sense. A emotion is basic, therefore, to think the sociability processes and the formation of the order and disorder instruments in a social. In daily practical life, individuals must constantly worry about abstract systems in everyday life. Abstract systems these ranging from technological routine, till the utilization of mobile device to information on health systems for themselves and their family, and from the labels of dealing with others, increasingly heterogeneous in their differences, to the projections a personal and family future. In all the steps individuals are put at risk and take risk, elaborate reasons and reflect on them and the chance to go right or wrong and the fears that each option is for personal and relational life. The fear, therefore, is part of the human experience as a social category that deals with the creation process, with modes of knowledge of oneself and the other relational. Processes and ways this that allow the social construction not only as projection, but as an objective construction of possible realities. **Keywords:** everyday fears, risk, emotional culture, sociability

Este artigo parte do pressuposto de que o medo é uma emoção constituída no interior das relações sociais. O medo é compreendido como uma emoção significativa para o entendimento e análise das formações societárias.

A questão relevante assim é a de que o medo é uma emoção socialmente disposta e uma construção social de sen-

tidos¹⁹. Uma emoção, portanto, fundamental para se pensar os processos de sociabilidades e de formação dos ins-

¹⁹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no GT 059. *Risco: entre teoria e práticas sociais/coletivas*, durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa, 3 a 6 de agosto de 2016.

trumentos da ordem e da desordem em um social qualquer (KOURY, 2002, p. 99).

O medo faz parte da experiência humana, enquanto categoria social que lida com o processo de criação, com os modos de conhecimento de si próprio e do outro relacional. Processos e modos que permitem a construção social não apenas enquanto projeção, mas como uma construção objetiva de realidades possíveis.

Cultura emotiva, moralidade e medos

Ao se pensar o medo, enquanto uma das categorias chave da experiência criativa do social e do cultural se está pensando a sociedade e os indivíduos que dela fazem parte como uma relação sempre tensa. Simmel (2010), em sua análise das formas possíveis assumidas pelo social, parte do entendimento deste ritmo processual onde se desencadeia o encontro entre duas subjetividades, como um caminhar para o outro relacional. Caminhar este sob um misto de expectativas onde se misturam projeções diversas que vão da curiosidade que o outro desperta, à aversão e ao desejo em relação ao estranho (SIMMEL, 2005); até ao receio de ser mal entendido, e ao espírito de aventura de uma descoberta, aproximação, domaçaõ ou encantamento deste outro objeto a quem se dirige. Todo o misto de expectativas recheado de medos e pleno de riscos.

Simmel (1998) denomina cada subjetividade individual como portadora de uma *cultura subjetiva*. E o resultado do encontro entre subjetividades, de *cultura objetiva*.

Assim, no processo do encontro, abrem-se possibilidades múltiplas para o desenvolvimento da agência que move um indivíduo a outro, e essas possibilidades acedem situações onde o social e o cultural emerge, como *nós*. Essa emersão do *nós*, oriundo das trocas

criativas do encontro entre culturas subjetivas, ou enquanto subjetividades em troca, objetiva e dá sentidos a uma sociabilidade situacionalmente contextualizada, que Simmel denominará de *cultura objetiva*.

A *cultura objetiva* formada do encontro, por um lado, agencia a criação de uma sociabilidade, como resultante das socialidades em movimento para o outro. O que gera sentidos e formas novas dispostas em uma rede de sentidos já existentes.

Por outro lado, esta *cultura objetiva* constituída é uma relação básica recheada e portadora de riscos, ambiguidade e tensão. Isto porque, ao mesmo tempo em que comemora e objetiva um encontro, o encontro resultante não é o mesmo daquele esperado pelas partes em troca, mas, um *nós* formado a partir das objetificações produzidas nas relações, onde os interacionais cedem e acomodam expectativas projetivas em favor de uma outra emocionalmente disposta e resultante do novo *nós* em formação.

Portanto, em uma análise durkheimiana (DURKHEIM, 2007), esse *nós social* erigido forma os indivíduos nele consorte, e os indivíduos são projeções e criações objetificadas desse social racional. Em Simmel, ao contrário, esse *nós*, - produto das trocas entre culturas subjetivas, - se edifica enquanto regras objetificadas pelas negociações e formalizações interiores às interações entre indivíduos, tendendo a submergir os mesmos indivíduos que o possibilitou a essa nova lógica moral objetificada na troca e, portanto, fazê-los subsumirem a esse *nós*.

De modo diferente de Durkheim, porém, Simmel informa que, se por um lado, essa submissão e esse subsumir-se às regras do *nós* é uma realidade objetiva, e faz parte da moralidade emergente da cultura objetivada, por outro lado, os elementos subjetivos das individualidades, ou culturas subjetivas,

agora, em estreita relação, não desaparecem. Cada sujeito relacional continua presente, enquanto subjetividade, na cultura objetiva e na moralidade fundada na relação, e reage favorável ou desfavoravelmente a cada novo ato como *nós*, isto é, como manutenção e gerenciamento desse *nós* situacional e contextualmente erigido.

As normas, nessa direção, não configuram um todo social coerente e compacto, como gostaria Durkheim, e sim são frequentemente vagas e discrepantes e permitem às partes em relação sua manipulação e dribles com propósitos de favorecimento aos seus objetivos pessoais. O palco onde se processa uma situação, portanto, tem por fundo de cena as normas em conflito (VAN VELSEN, 2010, P. 464) e em pesada negociação.

São indivíduos em relação tensa, com propósitos pessoais, no movimento relacional sempre em jogo. Nesse sentido, Jeremy Boissevain (2010, p. 215), - na apresentação do seu livro *Friends of Friends: networks, manipulators and coalitions*²⁰, - afirma que a pressão social sobre os indivíduos em negociação no jogo social, “não é uma pressão da sociedade ou de grupos impessoais. É uma pressão de outros indivíduos [ou grupos] captada em um padrão de interdependência”.

A idéia metodológica, de implicações teóricas importantes, de Boissevain (1979, p. 392) é a de que a sociedade é constituída por redes no interior de redes [*network of networks*], onde as partes e o todo se interdependem e se autoarticulam constantemente. As tensões nas relações sociais são inerentes e assimétricas. São dinâmicas, sempre em movimento e em um equilíbrio frágil, onde as partes relacionais conformam, a todo o momento, configurações novas de uma *cultura emotiva* por eles erigida,

mas, ao mesmo tempo, por ela conformados e nela subsumidos.

A *cultura emotiva*, - e os padrões morais por ela erguidos em sua configuração, - são, destarte, manuseados e manejados a todo o momento nas relações interpessoais. Os indivíduos nela atuantes, - compreendidos como *empreendedores sociais*, - examinam e escolhem caminhos para se aproximarem de metas e objetivos, “na organização e no dinamismo das coalizões [alianças] que constroem para atingir os seus fins” (BOISSEVAIN, 2010, p. 208).

As configurações sociais resultantes destas coalizões ou alianças entre indivíduos empreendedores de si mesmos e dos resultados relacionais a que chegam ou provocam, fundamentam uma *cultura objetiva*, enquanto *cultura emotiva* vista como uma rede de escolhas pessoais e sociais em competição e adequação entre si, enquanto *nós*, mas também, sempre, enquanto *selves* em jogo. Este *nós*, destarte, é um todo tenso de *selves* em movimento constante de buscas pessoais e melhores condições para si próprios e os seus próximos. Assim, se apresentam em um palco de riscos e medos corriqueiros de que não deem certo e se frustrem, e pelo depois do dar ou não dar certo e do amanhã a porvir. Um jogo, enfim, tensionado todo o tempo pelos indivíduos em relação.

Estas relações interpessoais, deste modo, formam e informam uma *cultura emotiva* que processualmente lida com a necessidade constante de negociação, de ajustes e de tecnologias novas que busquem ampliar direitos e autonomias das partes em interação, ou o seu contrário, de imposições e submissões de outros. E, neste sentido, são relações entre indivíduos recheadas de conflitos.

Para Robert Park (1967), seguindo de perto a análise simmeliana, quanto mais individualidade existir no social e na cultura de uma sociabilidade

²⁰Oxford, Basil Blackweel, 1974.

específica, mais tensão sofre o *nós*, ou a *cultura objetiva*, pelas partes que a pre-dispõem; e mais negociável é cada ato individual que se coloca como projeto pessoal nas projeções socioculturais estabelecidas na *cultura emotiva* e concentrada na *moralidade* constitutiva do *nós*.

Assim, a *cultura emotiva* produzida pelo encontro de subjetividades, que redundam na constituição de uma moralidade que objetiva os projetos de manutenção do *nós* edificado através das relações sociais de socialidades em jogo, está sempre em movimento tenso. O que Elias (1994) denominará de frágil equilíbrio de poder na balança *eu-nós* de uma *cultura emocional*.

Constrangimentos, vergonha e ordenamento moral

As relações sociais, deste modo, estão sempre em negociação, sempre em um jogo de conformação e teste de legitimidade e ânsias de liberdade entre as partes que a configuram. Elaboram redes tensas e repletas de negociação que originam conflitos entre as partes relacionais e entre as partes e a cultura emotiva e a moralidade que tendem a se cristalizar como únicas e desejáveis possíveis.

Conflitos, enfim, que se referem aos constrangimentos e embaraços sociais das normas criadas para uma ação consensual, em um momento e em uma situação dada (GOFFMAN, 2011). Constrangimentos, em um primeiro momento, satisfeitos nas trocas desejantes de fundação de uma sociabilidade, mas que se tornam, em um segundo momento, limitativas e, às vezes, opressoras, dos eus que constroem essa sociabilidade enquanto ordem moral.

Em Goffman (2011, p. 106), destarte, o constrangimento e o embaraço fazem parte da vida social considerada normal. No cotidiano das relações objetivadas, os indivíduos relacionais se tornam desconfortáveis não porque se-

jam “[...] pessoalmente desajustados, mas, sim, porque [...] não o são [...]”.

Os sentimentos de constrangimento e de embaraço em Goffman (2011, p. 108), deste modo, não provêm de um “[...] impulso irracional rompendo o comportamento social prescrito [...], e sim, [são] parte desse próprio comportamento ordenado”.

Os constrangimentos e embaraços se formam, então, a partir de um certo momento relacional, em que os indivíduos neles dispostos são absorvidos pela cultura emotiva projetiva por eles próprios construída e objetificada no encontro relacional. Constrangimentos e embaraços são assentados, deste modo, no jogo societário do encontro social enquanto etiquetas e normas morais de comportamento. Quando consolidados se tornam incômodos, limitativos, em um determinado contexto ou situação onde um cenário é montado e um exercício de trocas sociais é disposto. Situação e contexto que se processam em um cenário sempre tensionado, e em constante negociação para a possibilidade da continuidade desta sociabilidade exercitada. Toda sociabilidade, portanto, eliasianamente falando (ELIAS, 1994), se ancora em um equilíbrio tênue da *balança eu-nós*.

Na análise goffmaniana (1985, 1988, 2010, 2011), as regras sociais, produzidas e constructos da socialidade humana, são sempre limitativas e organizadoras dos *selves* individuais, em um jogo tenso e às vezes conflitual do processo contínuo de elaboração de uma cultura emotiva. O *self*, deste modo, é visto como constituído na relação do *eu* com o *outro*. Por conseguinte, no encontro com o outro relacional, o indivíduo se encontra consigo, através do espelho de expectativas que este outro relacional lhe revela, e vice-versa²¹.

²¹Thomas Scheff (2013) indica a filiação de Goffman, neste processo teórico-metodológico de constituição da noção de *self*, à corrente de pensamento que provêm de Georg Mead e Char-

Goffman, deste modo, em sua obra, desenvolveu os conceitos de antecipação de papéis, meadiano, e de autoespelho, cooleyano, como constrangimentos e embaraços sociais vividos no encontro com o outro relacional, através da idéia de *gerenciamento de impressões* (GOFFMAN, 1985, p. 11-24). O conceito goffmaniano de gerenciamento de impressões informa a idéia de evasão de possíveis embaraços e constrangimentos no decorrer de um cenário situacional onde um jogo interpessoal se realiza.

Nesse cenário, assim, cada indivíduo presente se encontra preocupado com a imagem pessoal frente ao olhar dos outros relacionais e organiza técnicas de salvaguarda de impressões que nada mais são do que “práticas preventivas para evitar embaraços” (GOFFMAN, 1985, p. 22). No jogo relacional, destarte, Goffman (1985, p. 22) nomeia as tentativas individuais de proteger as “próprias projeções” de “práticas defensivas e protetoras”. Na interação, deste modo, indivíduos sociais tentam se apresentar com a sua melhor aparência frente ao outro relacional, e assim “salvaguardar a impressão acalentada [pelos indivíduos em relação] durante o período em que [se encontram] diante dos outros”.

O gerenciamento de impressões em Goffman, portanto, se refere, tanto ao processo comunicacional com objetivo de transmissão de determinada impressão ou imagem a um outro, quanto aos modos e estratégias utilizadas pelos indivíduos relacionais para o salvaguardar e controlar as impressões que acredita os outros possuírem em relação à sua moral e a atributos pessoais e comportamentais.

Os embaraços e constrangimentos para Scheff (2013) são dois termos correlatos da noção de vergonha. A

vergonha então seria a emoção basilar da conformação social, - originada de configurações morais produzidas no encontro de culturas subjetivas que informam uma cultura emotiva objetificada no momento de um encontro ou ação coletiva (*nós*) conseqüente e desejante, - com vista à consecução de projeto coletivo e individual.

O impulso para o outro, mediado pelo medo de não ser entendido - e no esforço de salvaguardar a face, - é sentido no encontro como uma possibilidade de ampliação do si mesmo, através do outro relacional. É um processo, destarte, recheado de riscos. O que permite, de um lado, a criação social e o estabelecimento de uma cultura emotiva, onde, de outro lado, nos ajustamentos das partes envolvidas, são produzidos códigos morais que se objetificam e tendem a se cristalizar em um plano estável e consolidado de práticas comuns, com direitos, deveres e sanções.

O que torna o jogo social em um processo continuamente criativo e, simultaneamente, em uma tensão e negociações constantes entre o *eu* e o *outro* da relação. Neste jogo situacional, por conseguinte, os riscos envolvidos, os medos corriqueiros de perda de face e o exercício permanente de gerenciar as próprias emoções e impressões, às vezes, se transvestem em uma camisa de força cotidiana, sempre nova e presentificada, e que precisa ser constantemente reajustada.

Wright Mills (1969, p. 9 e 12) abre o capítulo *A Promessa*, do seu clássico *A Imaginação Sociológica*, informando que “hoje em dia, os homens sentem, frequentemente, suas vidas privadas como uma espécie de armadilha”. No interior dos *mundos cotidianos* analisam e vivenciam “[...] realidades [que levam ao] êxito e [a]o fracasso [...] homens e mulheres, individualmente”. E esse sentimento de encurralamento é experienciado com ansiedade e angústia.

les Cooley. O primeiro, através de conceito de *antecipação de papéis*, o último, por meio da noção de *autoespelho*.

A esta camisa de força, ao sentimento de viver em eternos ardis, e aos medos corriqueiros que impulsionam e se automodulam pelo e através do outro, em forma de constrangimento e embaraço, Scheff (2013) titula de *vergonha cotidiana* (2013). De acordo com a análise scheffniana, assim, as noções de constrangimento e de embaraço são avaliadas como formas atenuadas de se falar sobre a vergonha em seu movimento cotidiano.

A construção social se erige, portanto, sob a ótica da vergonha, - tanto a *vergonha cotidiana*, quanto a *vergonha desgraça*²². Para Scheff, deste modo, a vergonha é conceito chave compreensivo da relação entre indivíduos sociais, impulsionados para o outro e constrangidos no outro enquanto objetivação do encontro. O que povoa o encontro social de ambivalências e ambiguidades.

Ambivalências e ambiguidades estas onde a disposição para o outro, ao mesmo tempo em que implica em um movimento de ampliação de completude, também trás consigo um conjunto de expectativas negativas da entrega pessoal a esse outro relacional. Isso, tanto no repositório de medos corriqueiros e cotidianos de revelação, quanto de constrangimentos de ser possivelmente usado ou não compreendido. O que mostra o jogo societal como um vaivém entre relacionais em *lealdades confli-*

tantes (COLSON, 1953, p. 210-211), isto é, postos constantemente em risco e com ansiedades positivas e negativas plenas de receios e incertezas.

Em toda sociabilidade e em especial em uma sociabilidade complexa, como as sociedades ocidentais contemporâneas, onde o indivíduo almeja mais e mais a sua individualidade, essa ambiguidade e essa ambivalência do encontro, se transformam em uma forma tensa de discrição e ansiosa do encontrar-se e ser encontrado. Ao mesmo tempo em que, também se demudam em receio e em riscos produzidos no e pelo ato relacional.

A atenção às relações interpessoais e aos indivíduos nela envolvidos, assim, chama a atenção para a microanálise das interações que compõem os *espaços intersticiais* (NADEL, 1956, p. 172) de uma *cultura emotiva*. Levam à percepção também de que “todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade” (WRIGHT MILLS, 1969, p. 12).

Esse viver em uma sociedade permite ao indivíduo experimentar situações e atuar ou não nelas, e assim viver uma biografia, e a viver no interior “de uma sequência histórica” (WRIGHT MILLS, 1969, p. 12). E afirma, então, que, pelo simples “fato de viver, [o indivíduo] contribui, pelo menos que seja, para [a formação] dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é [formado] pela sociedade e pelo seu processo histórico” (WRIGHT MILLS, 1969, p. 12).

A análise da biografia enquanto significação cotidiana de projetos pessoais e as tentativas de realizações, em formas de fracasso ou vitórias, portanto, quando relacionada à história social dos indivíduos em jogo interpessoal, permite a compreensão do constructo societal e individual como um elaborar processual do *mim* meadiano para o outro da relação. Isto é, como um processo aventureiro onde o risco de capturar e

²²O conceito de *vergonha cotidiana* faz parte dos constrangimentos e embaraços a que um indivíduo se submete no encontro com o outro relacional, isto é, no jogo de compromissos estipulados com ele e nos quais ele subsume ao interiorizar as regras morais assumidas no e pelo outro e mantenedora dos vínculos sociais. O conceito de *vergonha desgraça*, por sua vez, não trabalhada neste artigo, remete a uma situação limite onde a perda da face provoca uma ruptura dos vínculos sociais e a uma falência moral da relação social estabelecida. Perda da face ou falência moral que pode levar não apenas ao esfacelamento e à destruição dos laços que uniam relacionais, mas, inclusive à sua própria morte.

ser capturado são enormes e onde os antigos medos, agora domados, vão se transformando em outros medos, quando acalentados por significações comuns construídas e presentes no encontro. Outros medos não previstos, porém, tendem a surgir e ameaçar a frágil harmonia e equilíbrio das relações compostas no *nós*.

Medos que se elaboram em novas armadilhas sobre as consolidações propostas para o prosseguimento dos encontros passados; e medos que se revelam, ainda, em novas camisas de força e em novas armadilhas no presente, enquanto vivência coletiva e individual no *nós*. Por fim, em medos que se transformam em ações projetivas de novas configurações deste *nós*, agora opressor e aprisionador, e se transveste em novas ações de desconstrução e remontagem para um amanhã menos pesado, mas não menos recheado de riscos.

Risco enquanto ação projetiva e colonizador do futuro

Ao trabalhar com a noção de risco, Giddens (1991, p. 13-14) discorre sobre o ambiente de risco das culturas tradicionais como um cenário de ansiedades e incertezas, e dominado pelas vicissitudes do mundo físico. Para ele, “todos os tipos de ordem social pré-moderna eram afetados [...] e dispunham de pouca proteção contra desastres naturais [e acrescenta] como uma outra fonte de insegurança, a preponderância da violência física”.

Neste ambiente onde a pouca preparação técnica e a grande violência física a que a sociedade pré-moderna ou tradicional estava exposta, de acordo com a análise giddensiana, uma especial atenção é dada à influência dual da religião (GIDDENS, 1991, p. 14). Por um lado se apresenta como um refúgio das tribulações da vida cotidiana, mas, por outro lado, se mantém, também, como um conjunto de ameaças e temores que poderiam acontecer no decorrer da vida,

quanto no após morte, caso o social e os indivíduos que dele fazem parte não mantivessem na linha os mandamentos e conceitos religiosos presentes na relação sagrado/profano, que ditava a cultura emotiva e a moral social.

Cultura emotiva, neste caso, que configura uma moralidade recheada de superstições e fatalidade ou sina²³. As sociedades tradicionais viviam, portanto, sob a ótica religiosa, e nelas buscavam sanar as instabilidades presentes na vida diária como salvaguarda pessoal e coletiva. A confiança da lógica disciplinadora das ameaças religiosas em relação às práticas individuais e sociais perfazia a cultura emotiva e dava o equilíbrio à relação *eu-nós-forças naturais*. Equilíbrio frágil é bom frisar, e constantemente submetido a provas em cada movimento societal, cultural ou pessoal de ir além dos medos causadores da ansiedade e das superstições que envolviam a ordem religiosa vigente.

Simmel (1998; 1998a), Sennet (1998a) e Elias (1990 e 1993) também falam da ordem comunal das sociedades tradicionais como informando um *mundo comum*, público, onde o local era a fonte do conhecimento e da confiança dos comunitários, como também um manancial de superstições, angústias e medos oriundos da submissão à religião e ao parentesco estreito e obsessivo que imperava e regia a lógica tradicional. O caminho ao outro relacional, nas sociedades pré-modernas, portanto, parecia ser mais previsível, embora tenso, e pleno de riscos, já que assentado em uma cultura emotiva formadora de uma moralidade fechada e densa, porque sujeita a um constante desacreditar do outro enquanto instrumento do pecado e da traição.

De maneira diferente, nas sociedades modernas contemporâneas, o desenvolvimento da individualidade am-

²³Ver, sob esse aspecto, Mauss (2003).

plia as margens da liberdade e da flexibilidade do *Eu* em relação ao social e ao cultural, permeando um novo tipo de sensibilidade onde a confiança não se dá apenas através de códigos religiosos e morais, mas dentro de uma cultura emotiva onde o *Eu* é sentido como de fora do social. Isto é, como categoria íntima e psicológica individual, e o *Self* como uma consequência natural das trocas sociais com parceiros relacionais sempre instáveis e móveis.

Nessa nova sensibilidade e no decorrer desse novo processo de ampliação da individualidade, para Sennet (1998), se dá o *declínio do homem público*. Simmel (1998a), por sua vez, baseando-se em uma leitura marxista sob a ótica da superestrutura, chama o processo de *tragédia da cultura*, pela emergência do dinheiro como mediador e modulador das relações entre os homens, e o individualismo dele resultante.

Elias (1994; 1990 e 1993), por seu turno, titula essa nova sensibilidade de *sociedade dos indivíduos*. Sociabilidade esta onde um processo civilizador de longa duração se consolida, organizado em torno de conformações sociais específicas, denominada de *sociogênese*, e uma economia psíquica, das paixões e dos afetos, titulada de *psicogênese*.

Essa configuração, de acordo com Barbosa (2015, p. 69-70), permite a compreensão eliasiana “da constituição da pessoa moderna mediante uma práxis social que expande o limiar da vergonha e da repulsa na interação entre indivíduo e sociedade, através dos processos de sociogênese e de psicogênese da modernidade” e de que a história de uma sociedade se reflete em uma história interna da cada indivíduo.

Nesta nova sensibilidade, constituidora da cultura emotiva que se erige na sociedade complexa ocidental contemporânea, contudo, a noção de risco se torna central. Toda a vida individual

e coletiva parece se assentar, deste modo, em projeções sempre arriscadas em termos de confiabilidade e segurança.

A ida ao outro, a possibilidade do encontro, se torna um risco a ser calculável. Cálculo este em termos do que este outro, ou estes outros, poderão fazer contra uma abertura pessoal a ele ou a eles, ou, que lucros poderão ter sobre o encontro realizado, ou, ainda, que ganhos pode obter quem que investe no encontro.

Simmel (1964) informa que a objetificação do encontro social, enquanto *cultura objetiva* é portadora da lógica de um *segredo* comum às partes envolvidas. E esse *segredo* é configurado com base na confiança (e, cada vez mais, com base na desconfiança e medo da traição) do outro, no processo e consolidação da objetividade que perfaz o encontro em um *nós*. Seguindo esta direção, então, para Giddens (2002, p. 106), nos ambientes “em que a sina desapareceu, toda ação, mesmo a que se atém a padrões fortemente estabelecidos, é em princípio *calculável* em termos de risco”.

Todas as atividades e todos os hábitos mais corriqueiros estão envoltos em risco e devem ser calculados antes, durante e no decorrer da ação. Os indivíduos em sociedades complexas, deste modo, se dispõem socialmente como individualidades mais autocontroladas e menos dispostas a serem “lidas” pelos parceiros de uma situação em determinado contexto qualquer, - a não ser a leitura do que os agentes envoltos na relação querem que sejam decifrados, - se colocam em uma situação de vulnerabilidade e de negociação tensa a cada movimento do encontro, e em gerenciamento contínuo de suas impressões (GOFFMAN, 1985) ao outro.

O mesmo acontece na vida prática diária, onde os indivíduos devem constantemente preocupar-se com “sistemas abstratos na vida cotidiana” (GIDDENS, 2002, p. 106). Sistemas

abstratos estes que vão desde a rotina tecnológica de como usar um aparelho celular até as informações sobre sistemas de saúde para si e sua família, e desde as etiquetas do lidar com os outros, cada vez mais heterogêneos em suas diferenças, até às projeções de um futuro pessoal e familiar. Em todos os passos os indivíduos se colocam *em risco* e *assumem risco*, elaboram razões e refletem sobre elas e as chances de darem certo ou errado.

A esse risco e busca de uma segurança mínima para o futuro, baseados em um presente frágil e tenso, Giddens (2002) chama de *colonização do futuro*. A noção de colonização do futuro coloca, assim, de um lado, os indivíduos contemporâneos em uma agência constante sobre o seu próprio destino, ao agir sobre o mundo em constante reflexividade e negociação. O futuro é projetado no presente, assim como os passos a serem seguidos para que ele aconteça.

Mas este processo de colonizar o futuro se depara muitas e muitas vezes com a presença dos “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1978, p. 31), e precisa, na maior parte das vezes, ser modificado ou adiado ou deixado de lado (VELHO, 1981). A incerteza do amanhã vulnerabiliza as projeções mais calculadas.

As ações, nessa direção, se constroem em torno de uma *confiança abstrata* de que tudo vai dar certo se seguir os passos calculados para o amanhã. Isto é, desde o pensar em que carreira seguir, em que seguro de saúde apostar, em que seguro complementar de aposentadoria arriscar, até a segurança ontológica de garantir um último lugar para a sua morada após morrer.

De outro lado, os riscos assumidos no planejar o futuro colocam um alto grau de ansiedade na possibilidade do fracasso. Fracasso este sentido como pessoal e como *vergonha desgraça* (SCHEFF, 2013, p. 659), e pelo receio de

não ser entendido e pelo sentimento de culpa por ter levado outros a também fracassarem ou culpar os outros relacionais pelo seu fracasso²⁴.

Notas finais

Toda ação projetiva e todo projeto, assim, ou qualquer ajustamento de projetos pessoais e sociais²⁵ em busca de alianças para a sua funcionalidade, ação coletiva e projetiva de um fim ou de um novo amanhã, traz em si incertezas e inseguranças sobre a sua realização. Provoca, nos indivíduos e grupos neles dispostos, um contínuo de negociações sempre tensas, consigo próprios e com os próprios agentes da ação projetiva e com os outros relacionais envolvidos de forma direta ou indireta neste campo tenso projetivo da colonização do futuro.

A cada momento os projetos e os sentidos e argumentos e caminhos da colonização do futuro almejado têm de ser reajustados para permitir a inclusão de outras e muitas vezes nem sempre convergentes, mas que, em certo tempo, almejam uma situação similar, e se ajustam a um clamor comum. Ajuste denso, pleno de riscos, pesado, conflitual e recheado de ansiedade e medos do fracasso.

Em um plano social ou grupal, novos atores se apresentam com novas diferenças e acolhimento projetivo para uma abertura e inclusão de suas propostas no social. Muitos outros se unem a este acolhimento projetivo e criam alianças com fins do reforço à abertura para a inclusão de suas diferenças. Mas o movimento possível de clamor que em certo momento uniu vozes díspares, assim, logo que alcançado a nova situação requerida, e mal se ajustando a ela, se fragmenta. As vozes se reconduzem

²⁴Ver, nesta direção, o importante artigo de Goffman (2014) sobre o fracasso e Sennet (1972).

²⁵Para uma discussão sobre a idéia de projeto ver Schutz (2012; 1974) e Velho (1981).

para pensar a si mesmas como categorias novas e com novas reivindicações e propósitos. E, assim, explodem em novas solicitações de buscas e autonomia próprias.

Rompem o pacto que as unia e se projetam com proposições para uma nova aliança com outras vozes também não conformadas com os ganhos alcançados até então, reconfigurando o conflito para novas e mais refinadas necessidades simbólicas, políticas, econômicas, e de direitos, entre outras. O que, de acordo com Robert Park (1967), pulverizam a aliança e reiniciam o jogo social, permanentemente tenso, conflituoso e indeterminado em busca de uma maior abertura institucional para inclusão de novos personagens em cena.

O que permite a ampliação do sentido e dos significados de individualização e individuação para *sempre novas* categorias sociais junto ao palco societário. Palco societário este, onde agentes individuais e coletivos se arriscam e se tensionam na busca de realização de encontros e de aberturas mais amplas à autonomia das partes em relação no jogo social.

As novas solicitações e autonomia, por sua vez, se abrem em clamores e projeções, sempre tensas, conflituais e plenas de aventuras, audácias e riscos, ou seja, repletas de medos, dos mais banais aos mais ontológicos. Medos estes que impulsionam novidades e ampliação de necessidades simbólicas de conteúdos que expandam e assegurem a capacidade de outras vozes, como sujeitas de si e compromissadas com o todo que se abriu para elas, pela institucionalização de projetos de autonomia e de liberdade.

Os medos e os medos corriqueiros, e seus correlatos, vergonha, embaraço, constrangimento e risco, portanto, foram vistos nesse artigo como uma das categorias chave e central a uma análise que leve em conta as conformações tensas e conflituais de uma cultura emo-

tiva, e da moralidade a ela subsequente, do jogo e da prática social.

Referências

BARBOSA, Raoni Borges. Koury: Uma História das Emoções. In: Mauro Guilherme Pinheiro Koury; Raoni Borges Barbosa. *Da subjetividade às Emoções: A Antropologia e a Sociologia das Emoções no Brasil*. Coleção Cadernos do GREM n. 7, Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2015, p. 61-105.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “Amigos de amigos: Redes Sociais, Manipuladores e Coalizões”. In: Bela Feldman-Bianco (Org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. 2ª edição, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 205-233.

BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: A Reappraisal. *Current Anthropology*, 20 (2): 392-394, 1979.

COLSON, E. Social Control and Vengeance in Plateau Tonga Society. *Africa: Journal of the International African Institute*, 23 (3): 199-212, 1953.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Individuos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990 e 1993.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamentos em Lugares Públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação: Ensaio sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOFFMAN, Erving. Sobre o Resfriamento do Marca: Alguns Aspectos da Adaptação ao Fracasso. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 13 (39): 266-283, 2014.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Estilos de Vida e Individualidade: Escritos em antropologia das emoções*. Curitiba, Appris, 2014, p. 53-69.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medo, Vida Cotidiana e Sociabilidade. *Revista Política & Trabalho*, XVIII (18): 9-19, 2002.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos Corriqueiros: Em busca de uma aproximação metodológica. *Cronos*, 3 (1): 94-101, 2002.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas no Pacífico Ocidental*. São Paulo, Editora Abril, 1978.
- NADEL, Siegfried Frederick. Understanding Primitive Peoples. *Oceania*, 26 (3): 159-173, 1956.
- PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio URBANO. In: OTÁVIO Guilherme Velho, (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 25-66.
- SCHEFF, Thomas J. [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]. Vergonha no Self e na Sociedade. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 12 (35): 656-686, 2013.
- SCHÜTZ, Alfred. *Collected Papers I. The Problem of Social Reality. (Phaenomenologica)*. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1974.
- SCHÜTZ, Alfred. *Sobre Fenomenologia e Relações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As Tiraniadas da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SENNETT, Richard; COBB, Jonathan. *The Hidden Injuries of Class*. New York: Vintage Books, 1972.
- SIMMEL, Georg. A divisão do Trabalho como Causa da Diferenciação da Cultura Subjetiva e Objetiva In: Jessé Souza e Berthold Oëlze (Orgs.). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 41-77.
- SIMMEL, Georg. How is Society Possible? *American Journal of Sociology* 16: 372-391, 1910-11
- SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura In: Jessé Souza e Berthold Oëlze (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998a, p. 79-108.
- SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. 4 (12): 265-271, 2005.
- SIMMEL, Georg. The Secret and the Secret Society. In: K.H. Wolf (Org.).

The Sociology of Georg Simmel. New York: Simon & Schuster Inc., 1964, p. 307-376.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”. In: Bela Feldman-Bianco (Org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. 2ª edição, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 437-468.

VELHO, Gilberto. Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas. In: *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 13-40.

WRIGHT MILLS, Charles. *A imaginação Sociológica*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Emoções são um cadinho: A natureza interacional e situacional das emoções

Emotion's Crucible: The interactional and situational nature of emotions

Jack Katz [Tradução de Raoni Borges Barbosa]

Recebido: 20.05.2016

Aprovado: 02.07.2016

Resumo: Este artigo discute como o comportamento, aquilo que os atores sociais realizam ao se projetar no mundo, se torna sensível para eles mesmos. Os sentimentos, nesta perspectiva, são meios em que nossa corporeidade se dirige à nossa consciência em duas direções, como uma consciência de abismos e recônditos internos e como uma sensibilidade guiando e respondendo ao nosso alcance no mundo. Os sentimentos, assim, são experiências tridimensionais que emergem de processos de transformação da ação individual em comportamento social pela produção de narrativas sequenciais coerentes para si mesmo e para o outro. A estruturação da experiência subjetiva em uma forma familiar de conduta não exige a presença de uma segunda pessoa em cena, mas quando em copresença responsiva de outra pessoa, torna-se social, pois que a narrativa de estruturação da ação deve ser comunicada e negociada com o outro da relação. **Palavras-chave:** sentimentos e emoções, tridimensionalidade da experiência subjetiva, ação social e narrativas de ação

Abstract: This paper discusses how the behavior becomes sensitive to the social actors who perform it when projecting themselves in the world. The feelings, in this perspective, are ways in which our corporeality goes to our consciousness in two directions, as an awareness of inner depths and recesses and as a leading and responding sensitivity to our situation in the world. Feelings are thus three-dimensional experiences emerging from transformation processes of individual action into social behavior through the production of consistent sequential narratives to the self and the others. The structure of subjective experience in a familiar form of conduct does not require the presence of a second person on the scene, but when in responsive co-presence of another person, it becomes social, since the action structuring narrative must be communicated and negotiated with the other of the relationship. **Keywords:** feelings and emotions, three-dimensionality of subjective experience, social action and action narratives

Ralph Turner, um eminente psicólogo social no departamento de sociologia da Universidade da Califórnia, cultivava ainda em estágios avançados da sua carreira acadêmica uma preocupação vívida de sua primeira experiência de ensino há passados quase cinquenta anos²⁶. Turner preparava meticu-

losamente notas para todas as sessões das aulas de seus seminários. Seu primeiro seminário ocorreu sem empecilhos ou indulgências tangenciais. Contente com o fluxo da sessão, o professor

ção gentilmente concedida pelo autor, Jack Katz, para publicação na *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*.

²⁶Tradução realizada mediante autoriza-

consultou, ao final, suas notas. Ele pas-sara por todos os apontamentos prepara-tórios para o curso.

Ted Sarbin, um eminente psicó- logo social cuja carreira como psicólogo acadêmico se estendeu por quase que o mesmo período na Universidade de Berkeley e, então, na Universidade de Santa Cruz, ao ouvir a história de Turner, rememorou também sua primeira experiência de ensino. Ele preparava notas para os seminários em uma pilha de 3 x 5 cartões, que ele movimentava conforme a hora avançava. Chegando ao final do baralho de cartas ele então verifica o tempo: uma média de 15 minutos dos 50 minutos transcorreram. O que fazer? Tentando reconfortar-se com o entendimento dos psicólogos que a repetição fortalece a memória, ele sacudia a pilha de cartas. Depois de passados mais 15 minutos, ele sacudia as cartas novamente.

Táticas para preparação adequada do tempo de seminários diferirão, e quando se percebe que estas prepara- ções foram inadequadas, assim também o será em relação às emoções. Não importa como se lida com o assunto, o desafio é emocionalmente provocativo, o que significa dizer que histórias de horror em experiências profissionais das biografias dos dois talvez mais famosos “*teóricos dos papéis sociais*” são úteis para enfatizar as vulnerabilidades existenciais da vida social. Com a experiên- cia professores noviços frequentemente desenvolvem recursos para a minimiza- ção dos riscos na preparação de perfor- mances antecipadas de si mesmos nos parâmetros dos quadros imateriais e inflexíveis do tempo fixado de aula, muito embora a vida real não possa ser completamente organizada em prepara- ções, não importa quão completos ensaios possam ser previamente realiza- dos. Da proteção própria que o profes- sor pode buscar na antecipação, há sempre uma demanda dedutível de perí- odos historicamente únicos e social-

mente situados que nós chamamos de “*tempo real*”. O *self* atual se situa sempre além e aquém de suas expressões antecipadas. Não importa quão imagi- nativo em origem, simbólico em intera- ção e efêmero em seus vestígios históri- cos, o *self* performatizado sempre congela em algo palpável.

O professor deve buscar segu- rança na leitura do seminário. Detalhes do roteiro de apresentação podem incluir pausas, segmentos delimitados para questionamentos e respostas, até mesmo piadas oportunas. Ainda assim há riscos, incluindo o de perder o pró- prio espaço e o fluxo cognitivo e argu- mentativo ao, por exemplo, olhar para o alto para indicar para a audiência que aqueles presentes na situação que trans- corre estão recebendo o respeito devido.

Realizar seminários implica em pré-organização. No contexto de rela- ções de poder estratificadas em uma classe, pausas que em uma conversa- ção seriam provocativas para um correspon- dente tomar o turno de fala e se expres- sar rapidamente soariam grosseiras. A prática de seminários, porém, se implica em um grau de preparação que é incons-istente com a tônica do monólogo es- pontâneo da conversa- ção, por outro lado implica também na vivacidade do ins- tante da situação. Se ele ou ela jamais desvia o olhar das notas, o condutor do seminário corre o risco de cair em uma prosódia que sugere que nada além de uma leitura está a acontecer. Para que o seminário realize sua razão de ser, con- tudo, algo mais responsivo à situação é exigido²⁷. Se o condutor do seminário

²⁷Há exceções para ocasiões rituais. Quando conferências de outorga de prêmios são lidas, uma ausência de esponta- neidade sustenta uma dupla impressão, uma de preparação extraordinariamente cuidadosa e outra de preciosidade de cada palavra. A primeira impressão concede reciprocidade ao respeito demonstra- do pela comissão julgadora, enquanto que a última impressão afirma que a deferência da audiência é bem merecida.

não faz algo para preparar uma situação seguinte imediata, por que, então, incorrer no problema de reunir estudantes em um espaço comum e designado? Por que não distribuir o texto “*livremente*” em formato digital, transferindo os custos da iluminação, calefação, segurança, manutenção do telhado e medidas contra incêndio em valores individuais e dispersos que estudantes ou quem quer seja tenha que pagar?

Como ilustrado na introdução de histórias de horror, o dilema do condutor do seminário se origina na problemática do tempo, mais especificamente nos desafios temporais da ação estruturada nos quadros de sequências coerentes. Turner e Sarbin produziram ambos os seminários reconhecidos, mas o primeiro deles não seccionava a preparação de seus cursos em unidades suficientemente diferenciadas, enquanto que o último construía suas unidades argumentativas demasiadamente breves para preencher a duração de mesmo uma aula. A prática de seminário constitui um tipo especializado de trabalho, mas suas exigências de organização de sequências narrativas temporalizadas podem ser entendidas como formas especiais de um desafio que se apresenta universal na vida social.

Deixando de lado a personalidade e diferenças de estratégia, as fontes da provocação emocional, como experienciado por condutores de seminários, são contínuas, com provocações emocionais que emergem geralmente de narrativas estruturantes da vida social. Se examinarmos como, no senso mais geral, a vida social é constituída por narrativas estruturantes, nós podemos ver como, através da prática, os modos de linguagem são conhecidos e com a prática eclipsam as emoções. Com o tempo, condutores de seminários geralmente desenvolvem uma estética ocupacional com a qual eles subjagam o potencial explosivo insistente de suas situações de trabalho definidas.

Os sentimentos são experiências marcadamente tridimensionais. No sentido de encontrar as fontes das emoções na vida social, somos instados a observar o fenômeno da textura, ou como a prática comportamental se torna sensível para o autor. Nossos sentimentos são meios em que nossa corporeidade se dirige à nossa consciência em duas direções, como uma consciência de abismos e recônditos internos e como uma sensibilidade guiando e respondendo ao nosso alcance no mundo. A questão central, então, é como o comportamento, aquilo que nós realizamos ao nos projetar no mundo, se torna sensível para si mesmo?²⁸

A tridimensionalidade da experiência subjetiva da vida social se fundamenta nos processos mais ordinários em que a ação é socialmente construída. Em uma primeira fase, a ação se torna social em razão de ser socialmente situada. Isto ocorre no sequenciamento da

²⁸Como objetos de expressão, as emoções se tornam enfáticas. Paul Ekman demonstrou que as pessoas podem universalmente identificar diferentes emoções ao analisar fotografias bidimensionais. As pessoas podem nomear emoções, mas ao caracterizar sentimentos como “raiva” ou “felicidade” reduz-se uma experiência tridimensional em uma semiótica metafórica que se aplica igualmente bem a um self classificador não emocional. Atores sociais podem encenar emoções para outros relacionais que, corretamente ou não, inferem o que eles estão sentindo. Mas como estes atores sociais sentem, no contexto de suas experiências emocionais, isto ressoa com implicações sobre e a partir do que eles percebem em formas que a linguagem sempre se esforça em alcançar, em formas que metáforas e representações audiovisuais geralmente melhor correspondem do que a mera prosa, e em formas que as emoções encenadas destes atores sociais pode traduzir em máscaras bidimensionais. O estudo de como as emoções são apresentadas, dramatizadas ou modeladas como performances geridas deixa a experiência da emoção de fora da agenda de pesquisa.

narrativa que torna o comportamento preñado de sentidos como uma ação reconhecidamente realizável. A estruturação da experiência em uma forma familiar de conduta não exige a presença de uma segunda pessoa em cena. Para apreciar como uma ação individual se torna social, e ao tornar-se social se torna também sensível, precisamos desviar tempestivamente o foco na prática do seminário, que implica uma relação interativa de copresença com outros, e nos dirigir para um exemplo que não se configure desta forma. Um simples exemplo como o de calçar o próprio sapato cumpre este objetivo.

Quando uma pessoa age em copresença responsiva de outra pessoa, sua ação se torna social de duas maneiras. A narrativa que esta pessoa usa para estruturar a ação deve ser, ela mesma, narrada. De modo a observar a emergência desta segunda forma em que a ação se faz palpável para o ator, podemos olhar para como uma pessoa calça um sapato que não lhe pertence.

Para uma apreciação completa de como o comportamento assume uma ressonância corpórea ao tornar-se social, uma terceira questão é levantada. Em um primeiro momento, que é observável quando se age individualmente, a pessoa percebe o ritmo, flui e se desloca na estrutura da narrativa através da qual ela torna a ação socialmente preñado de sentido. Ao agir com outra pessoa, um segundo momento entra em jogo: cada pessoa sente as pressões e aproximações por 3 que cada duas versões de um projeto tornam a produção coletiva de uma narrativa executada individualmente. Mas, algo, além disso, está sempre envolvido. A pessoa sabe que sua vida transcende qualquer situação em que ela possa estar envolvida. Segregar sentidos variados transcendentais é também uma parte exigida do agir em colaboração com outro. Emoções emergem para registrar sentidos que transcendem às si-

tuações e que não devem ser expostos ao outro.

Estes três processos geram uma dialética ontogenética em que a ação se torna socialmente dotada de sentido através de práticas subjetivas, e, então, se torna social de uma forma compartilhada publicamente, ato seguinte, novamente assume sentidos no âmbito privado da existência e de maneira que outros não podem apreciar.²⁹ Em algum lugar no escopo desta composição tridimensional da vida social, todos os sentimentos e emoções tomam forma. Emoções e sentimentos são formas de apreender, apreciar e refletir corpóreamente sobre a estrutura ordinária da vida em formas sociais. As emoções de condutores de seminários emergem quando eles realizam aspectos de sua estrutura comportamental para a situação de aula que a audiência não deveria perceber. E, com o tempo, condutores de seminários transformam o substrato sensato de suas vidas profissionais – devemos dizer, a depender do humor do sujeito e da perspectiva do analista político, que condutores de seminários controlam, subjagam, disciplinam, administram, ou civilizam suas emoções – ao desenvolver estratégias estéticas para a estruturação de seus comportamentos profissionais em cada um dos três processos em que emergem as emoções.

Calçando os sapatos: Aspectos evocativos da Situação Social

Salvo algumas exceções, pode-se afirmar, no Ocidente contemporâneo, que a partir do momento em que um adulto chega à hora de deitar-se na cama para dormir, ele ou ela se encontra em um continuum ininterrupto de situações. A situação, - definida como uma sequência subjetivamente entendida e nar-

²⁹A defesa do argumento de que a dialética é ontogenética requer um exame do comportamento fetal e neonatal, de modo que deve esperar por outro trabalho escrito.

rativamente enquadrada de ações, - constitui a unidade básica, a mais universal, ubíqua e elementar estrutura da vida social. Situações estão algumas vezes dadas para o indivíduo, como ocorre quando um estudante entra em uma classe já em atividade, ou podem ser construídas em fases solitárias da vida social, quando um conferencista prepara seus apontamentos para a exposição em classe. Indiferentemente se construídas individualmente ou em colaboração com outros relacionais, as ações situadas compreendem a matéria da vida social.

Em qualquer ponto de uma curva de vida individual, processos corporais múltiplos se encontram sempre em movimento. Alguns destes processos tornam-se comportamentais quando produzidos como narrativamente significantes. Cada situação é um elo de ações sequenciais, coerente em cada momento em que o ator entende para si por ser comportamentos narrativamente inter-relacionados. A ação é narrativamente significativa quando em sua execução a mesma referencia comportamentos anteriores e subsequentes em um contexto de condutas, as quais a ação pode realizar a qualquer momento ao anunciar, iniciar, continuar ou avançar; pausar, afastar-se de, ou abandonar; reiniciar, reexaminar ou finalizar qualquer tipo de agir coloquialmente reconhecível.

Um teste grosseiro da assertiva de que nós, em nossa vida totalmente acordada, quase sempre nos encontramos em uma situação qualquer, pode ser feito com a pergunta ‘O que eu estou fazendo?’. Há geralmente uma resposta no gerúndio que servirá para o momento. Cada momento do agir é construído com referência a um curso mais abrangente de ações substantivamente conhecidos. Cada gerúndio discursivamente articulado corresponde, ao menos, a uma narrativa curta. A narrativa em estruturação geralmente se desen-

volve sem anunciações, mas no caso de alguém inquirir mesmo que prosodicamente (ou no formato de uma queixa, “O que você está fazendo?”), a pergunta pode ser interpretada literalmente, de maneira que parecerá natural responder com frases do tipo “estou calçando meus sapatos”³⁰. Uma razão para tratar

³⁰Blumer persistentemente argumentou que a interação social está na base de todo o comportamento (BLUMER, 1969). Na interação social, ele argumentava, o ator social desenvolve a capacidade de levar em consideração a resposta dos outros relacionais na formação de sua própria ação. Seguindo Mead, Blumer entenderia que a narrativa estruturante da ação é parte da ação social, indiferente se outros relacionais estão ou não presentes. A ação é formada interativamente quando o ator, agindo em situações solitárias ou em presença de outros, leva em consideração a sua própria ação da perspectiva do que ele assume ser um modo coletivamente reconhecido de agir. Ao pegar o sapato, o ator social está iniciando o que ele toma por garantindo que os outros relacionais, estivessem eles presentes, veriam, pudessem eles ver as fases processuais da sequência de atos do projeto de ação em desenvolvimento, como calçar os sapatos (ou limpar o quarto, ou matar uma mosca...). Mas há ação social mesmo quando a ação solitária de um ator social, se observada por outros relacionais, é incompreensível enquanto construção narrativa. Muito embora para um observador curioso o ator social possa parecer estar passeando sem objetivos em volta de seu jardim, quando ele, de fato, está estruturando sistematicamente sua mirada para questões específicas, cada questão perseguida por um olhar fixo internamente estruturado para perceber o progresso de danos às plantas previamente esperados ocasionados por peste, para perseguir trajetórias do crescimento de plantas, para testemunhar novos padrões de luz assim que estes emergem pela paisagem, etc. Nestas experiências solitárias há interação, em que cada observação do momento implica o significado da ação passada da pessoa (observações primeiras sobre os danos ocasionados pela peste, crescimento das plantas e padrões luminosos conformam os sentidos das observações atuais como irritantes, intrigantes, etc.) e as próximas ações (tempo de agir agora ou não, razão ou não de continuar a exploração), mas classificar isto como interação “social” é tendencioso ou redundante para com o conceito de interação. Mais claramente a atividade possui uma estrutura narrativa.

com o exemplo acima é que, para a maioria dos leitores, o ato de calçar sapatos acontece nas primeiras horas das situações cotidianas. O que vem antes é uma transição do repouso para a mobilidade e, então, uma viagem ao banheiro para evacuações e abluções, perfazendo estas últimas rotinas culturalmente reconhecíveis, elaboradamente comentadas sobre faixas de atividade que são no mais das vezes aprendidas mediante supervisão próxima e emocionalmente carregadas. Que os atos de urinar, defecar, banhar-se ou limpar-se são tão obviamente estruturados socialmente para o indivíduo faz deles, também, robustos para o enquadramento da questão central sobre como, ao construir comportamentos de acordo com narrativas situadas, o indivíduo estrutura o caráter social em sua própria vida. Calçar sapatos é um exemplo mais inocente, despojado e não tão importante. E, ao contrário do levantar-se de uma posição de sono e das evacuações corporais, calçar os sapatos é uma construção social, não um imperativo físico.

Podemos sucintamente registrar várias formas em que um significado narrativamente sequencial é usado por uma pessoa para a elaboração da situação de calçar os sapatos. Há a questão da receita e o efeito do resultado dramático. Calçar os sapatos requer o ordenamento de ações constituintes. Por exemplo, na maioria dos casos o sapato o sapato deve ser calçado antes que o cadarço seja amarrado. Ações múltiplas, sequenciadas são requeridas para o término do processo, momento em que um resultado é alcançado, uma mudança qualitativa na ordem de uma transformação ontológica. Com os sapatos calçados emerge um novo ser, uma forma de vida com um conjunto de capacidades para simultaneamente provar e apropriar-se de energia do mundo. Quando não são sandálias aladas, os sapatos cingem o usuário com uma nova competência para suportar a jornada à fren-

te, alterando a tração, e, às vezes, potencializando a resistência. Claro que isto não ocorre sempre; sapatos podem tornar o equilíbrio excepcionalmente precário e uma viagem rápida perigosa, em cujos casos o seu uso implica adquirir, e incidentalmente demonstrar, certo talento. Em ambos os casos os sapatos afetam a física dos movimentos corporais através do espaço, modificando os músculos envolvidos na locomoção e criando uma nova postura, em um processo que revela o self, na forma de capacidades, para o self, mesmo quando o mundo é revelado em diferentes ângulos e proporções ao avançar-se por uma paisagem.

Estamos em busca das bases do sentimento no comportamento. A rotina de calçar sapatos é marcada por mudanças corporais em relação às suas reações e às suas fronteiras, e também na transformação de seus estágios constituintes, quando estes são produzidos no contexto da lógica social de realização de um projeto. Os sentimentos de base são, e não só depois da reflexão, parte do processo de estruturação da vida pessoal em uma forma social.

Não há nada a acrescentar no sentido de que todas as situações têm receitas conduzindo para a transformação que modificam a competência prática individual de estar no mundo. Fazer a cama, por exemplo, é uma ritualização da conclusão do sono, um recurso sentimental para iniciar o dia, e não uma preparação que em um outro sentido prático facilitasse ações posteriores. Contudo, rotineiramente fazer a cama requer um trabalho adicional, simétrico ao trabalho de desfazer a cama, antes que a cama seja outra vez tratada como própria para o descanso do sono. Esta prática, um fazer que pressuponha um desfazer, é duplamente ritualística. Pois conduz as pessoas a movimentarem-se para as próximas situações, indiferentemente se em um mundo totalmente acordado de ação prática ou em um

mundo de rotina sonolenta; e sinaliza ao indivíduo padrões e forças de ordem presumidas³¹.

A metáfora da receita, que promete uma recompensa corporalmente significativa, é demasiadamente forte para muito da vida social, que tem mais meandros e labirintos e menos resultados transformativos do que uma receita implica. Mas uma noção central na metáfora da receita para o conceito de ação, aquela de uma teleologia progressiva para um fim determinado, captura uma característica definidora de toda ação situada. A qualquer momento em que o indivíduo está engajado em uma forma de agir, ele opera no sentido da antecipação da realização da ação. O ato de prever um fim possível para o agir em questão não é uma promessa, e muito menos um comprometimento fiável. Mas compreende uma fundação significativa para a estruturação de cada momento do comportamento.

A progressão da ação através das receitas comportamentais que constituem a vida social pode ser atrasada ou interrompida por uma quantidade qualquer de envolvimentos tangenciais e contingências emergentes. Fascinações podem ser descobertas em questões intrínsecas a uma fase dada da progressão da ação. Progressões em direção à conclusão de projetos situados podem ser postas em suspenso através de meditações, devaneios, intoxicações, sono ou outras formas de perda da consciência

³¹Não há uma linha clara entre receitas ritualísticas e pragmáticas requeridas. Com efeito, uma receita recente para a ação, ao ser antissocial, está a exigir e rejeitar a necessidade ritualística de cumprimento de fases do projeto de ação que outras receitas tomam por garantidas como praticamente necessárias. Neste sentido, adolescentes que não amarram os sapatos performatizam pequenos atos de resistência ao social, de forma tal que podem levar observadores a fantasias malucas de amarrar os sapatos dos jovens.

que retiram a estruturação da experiência dos vínculos da vida social situada. Uma chamada de telefone pode retirar o indivíduo do ato de banhar-se antes que ele tenha concluído esta rotina; contudo, o toque do telefone é respondido com o entendimento tácito de que tirar o telefone do gancho não implica em um envolvimento para o resto da vida. Todo agir lança uma sombra sobre possíveis fins em relação à antecipação eventual, e eventual-ocasionada, de momentos de movimentação para outra situação, mesmo que o modo e o tempo de saída da situação estejam ainda não especificados, e mesmo que esta saída, quando ocorre, não seja factualmente marcada como tal.

Uma antecipação do mover-se para, literalmente de mover o corpo no espaço, é a base da fundação temporal das situações como unidades da vida social³². As mudanças corporais no mo-

³²Os estudos de Adam Kendon são os que mais se aproximam da teorização da relação entre movimentos corporais e a estruturação situada da vida social (KENDON, 1990). O movimento corporal pode consistir em caminhar, virar a página, modificar a mirada, e outros; nenhuma região particular do corpo precisa estar engajada, muito embora em ações responsivas para os outros relacionais, quanto mais o ator social rebaixa o corpo ocorre alteração (compare-se o olhar nos olhos com o virar o rosto e virar o torso para caminhar para fora do palco de interações), e mais efetivo isto será na modelação dos entendimentos de um outro relacional copresente de que a situação está sendo encerrada (KENDON, 2004). Muito do trabalho de McNeill aproxima a relação em uma direção oposta a que é defendida na maioria das análises de interação, que, de acordo com Blumer, percebem o corpo exibido em serviço da mente (antecipando como um ator social será visto, dá-se ao movimento um certo faro). McNeil argumenta que os gestos geralmente precedem e modelam o pensamento aos quais estão relacionados; o corpo faz emergir a mente

(McNEILL, 1992 e 2005) mediante a fase intermediária de invocar a situação.

ver-se para criam a vagamente sentida, mas a mais universal subestrutura sentimental da vida social, a tônica daquilo que sublinha o que Schutz se refere como sendo a totalmente acordada vida cotidiana. A relativa imobilidade do corpo, relatada dialeticamente como uma ausência de tração e fricção no mover-se para mentalmente sobre o espaço, distingue os vários mundos “fantasmas” de devaneios, testemunhados em um teatro, sonho de vida, etc.³³.

Através de seus elementos constitutivos, as situações são narrativas em que se prevê um fim. Mais precisamente, as pessoas constroem suas vidas sociais com a construção de uma série de situações, que elas minimamente fazem mediante encetar linhas de ação com o entendimento de que estas linhas de ação serão realizadas e terminadas. A característica “final/teleológica” da situação social não é necessariamente mais conscientemente concentrada do que a noção de mover-se-para-a-morte que é parte de todo vivente, contudo esta é sempre implicitamente presente na forma em que situações são iniciadas. O ato de abrir o chuveiro antecipa o ato de fechá-lo, assim que iniciar a calçar os sapatos no ato de pegá-los antecipa a conclusão do processo de calçá-los³⁴.

Qualquer situação social tem minimamente um caráter narrativo em virtude de alguma ação prevista como conclusão da situação. A ação constituinte da situação pode ser não mais que uma preparação para um início que

³³NIJHOFF, M. “On Multiple Realities”. In: M. Nijhoff, *Collected Papers*, vol. 1. *The Hague*, 1962. 207-259; 340-347.

³⁴Alguém que jamais viu um chuveiro pode girar a torneira, abrindo a água sem, contudo, antecipar ou compreender que o giro da torneira na direção contrária o fechará, mas, qualquer coisa que o ator social venha a fazer – talvez o girar de um objeto obviamente projetado para ver por quê isto foi feito –, este ator social não está “abrindo um chuveiro”. Os nomes com que os atores sociais designam os objetos no mundo social são, sucintamente, referência a narrativas.

nunca ocorre, uma promessa promulgada para iniciar que é renegada, ou um projeto interrompido, como um calçar os sapatos que é, então, descartado em favor da decisão de andar descalço. A atualização fundamental da vida social não é o passo decisivo de completude, mas algo negativo, um compromisso para um fim, indiferentemente se através da realização ou do abandono da ação. O indivíduo pode estar engajado em realizar algo sem o conhecimento do desdobramento da ação, mas ainda assim prevê consequências sobre o agir. Progredir no projeto de calçar sapatos não significa conhecer aonde se vai. Minha incerteza sobre o futuro não diminui o caráter socialmente organizado de qualquer experiência em calçar sapatos.

Em adição à qualidade de orienta-se teleologicamente, a vida é feita social pela ação que conecta múltiplos momentos da ação em estágios inter-relacionados. Calçar os sapatos requer um agir em múltiplas fases³⁵. Mesmo a mais aconchegante “flip flops” requer o ajustamento das coisas. Calçá-las significa realizar subatos separados para cada pé. E depois de calçá-las, alguns ajustes são tipicamente requeridos para se poder alcançar a relação desejada com a correia em relação aos dedos do pé. Somente nos livros em quadrinhos os sapatos simultaneamente vestem os pés do personagem e sem mais se prestam para a caminhada.

Estamos especificando as características narrativas que fazem a ação social pela construção de uma situação para o organizar da ação. Para calçar

³⁵O trocadilho não é meramente retórico. Aprender a andar é auxiliado se o indivíduo já sabe como inter-relacionar momentos da vida como fases conectadas e and vice-versa. Para a criança jovem, andar constitui inicialmente uma série de narrativas discretas. O conceito de “passos”, com o qual se populou o mundo social com fazeres diferenciados, é adquirido laboriosamente e espontaneamente, prazerosa e dolorosamente.

sapatos o indivíduo não somente realiza uma série de fases, e as realiza em relação de umas às outras, mas as fases devem ser realizadas em certa ordem, e não em uma relação reciprocamente aleatória. Talvez seja apenas em razão da certeza de um envolvimento teleológico que haja direcionalidade no arranjo sequencial da ação que constrói a unidade mínima da vida social, a situação. As pessoas quase que invariavelmente desenvolvem hábitos como o de começar a calçar o sapato pelo mesmo pé, uma meta-narrativa do “meu caminho”. Mas em qualquer caso, em toda ocasião em que o indivíduo calçar o primeiro pé, saberá também que o outro pé espera por seu turno. A “ordem específica” que é requisito não significa que primeiro o pé direito, depois o pé esquerdo, ou vice-versa, mas que primeiro um, e então o outro. Com um par de sapatos, a língua pode ser puxada para fora antes que o pé seja posto para dentro; com outro par de sapatos, a ordem pode ser a inversa. Mas o sentido de um mundo implacável, de uma necessidade para a estratégia com base no entendimento de que a ação deve ser materialmente pragmática, é reconhecido nas glosas da direcionalidade impostada às várias fases da ação em um projeto. É “relevante” a ordem de atos concatenados porque o indivíduo age em um mundo físico. Aqui está um primeiro momento de ressonância ou reflexividade sensorial, um primeiro passo analítico em direção ao entendimento de como sentimentos emergem e são modelados na vida social.

Pode-se registrar que há uma “Babushka” ou uma qualidade aninhada na estrutura sequencial que faz a ação poder transformar-se em unidades comportamentais da vida social. Se calçar sapatos é um projeto com várias fases e estágios intrínsecos à sua consecução, cada estágio é em si uma breve narrativa. Em um estágio em um projeto, pode-se amarrar os cadarços. Amarrar os

cadarços é em si uma sequência ordenada. Cada terminação dos cadarços é apanhada; este movimento tem um início e um fim. O enlaçar um nó requer um sequência ordenada: uma terminação é passada por cima e então ao redor da outra terminação do laço, que é então puxado para baixo, etc.

Ao emergir um problema ou a necessidade de uma examinação, cada fase da ação é interrompida em subunidades. No entanto, a descrição de uma experiência típica de calçar os sapatos não conduz a um infinito regresso. Na rotina de calçar sapatos, comumente nenhum aspecto estrutural intervém para criar estágios internos entre um início atento de compreensão e a realização do laço. Se este não é encontrado onde uma trajetória manual guiada pelo olho espera encontrá-lo, então uma subunidade corretiva será idealizada. Mas comumente o movimento é um fluxo, requerendo nenhuma unidade submolecular de atenção.

A narrativa é significativa como um conceito para a descrição do caráter social de estruturação da ação porque é uma noção empiricamente discriminatória. Em um ponto específico da deconstrução faz-se possível alcançar a menor unidade narrativa; a produção, pelo ator social, de demarcações torna-se usualmente não mais microscópica. O indivíduo inspira e exala; a respiração tem um iniciar e um finalizar; mas entre o início da inspiração e a finalização do primeiro ato de exalar, e antes de finalizar a inspiração no começo da próxima exalação, registra-se usualmente nenhum estágio intermediário. Há fluxos na ação, passagens suaves entre os estágios que podem ser organizadas em unidades menores por biólogos, ou pelo próprio indivíduo que por alguma razão decide interromper a ação para criar um ponto final claro em uma fase da ação antes de iniciar a fase seguinte. Mas os fluxos indiferenciados no comportamento são tão naturais quanto vulnerá-

veis à ruptura atenta, assim como a respiração é vulnerável à interrupção do fluxo de ar. Para uma fase dada da ação e para a consecução de efeitos específicos por um momento, aquilo que é fluído deve ser diferenciado e ordenado em subunidades, mas assim como a inspiração deve ser concluída para que o processo de expiração ocorra, a finalização e a continuidade devem ambas existir como constantes da vida social.

Da mesma forma que a descrição sociológica pode encontrar sequências menores na sequência mais ampla de calçar o sapato, pode também encontrar que o projeto através do tempo é uma unidade de uma série de projetos similares, mesmo que experienciado ou imaginado. Cada vez que sapatos são calçados, esta ação é realizada em uma variação de uma ação genérica. Esta é a primeira vez ou a enésima vez que se calça este par ou este tipo de sapato? A tipificação do projeto ao longo do tempo é também corporificada, carregada ou vivida sensorialmente; tipificação é naturalmente não um ato de cognição, mas uma forma de sentimento. Calçar um “novo tipo” de sapato requer atenção especial, o que implica certa tensão do engajamento corporal. Como o ditado sugere, calçar “um velho sapato” evoca um self familiar. O projeto de calçar “o mesmo par” de sapatos mais uma vez provoca a execução de uma receita corporal com um sentimento conhecido. “Hábito” é conhecido do interior da pessoa, mais imediatamente do que do exterior da mesma, muito embora um observador próximo geralmente perceberá a diferença entre a “primeira vez” e a ação habitual.

Na busca pelas fundações do sentimento, registrou-se as implicações evocativas da orientação teleológica da ação para um fim, ordenando momentos da ação em estágios como em uma receita, e o caráter da atenção que sinaliza o caráter narrativo da ação como certo instante instituinte do seu tipo. Pode-se

registrar que a estruturação narrativa da ação é realizada mais imediatamente, não como um foco direto em fins possíveis, não como um foco em tipificações, não como um foco na receita em que a ação pode ser parte constituinte, mas no sentido em que cada ação é direcionalmente relacionada para outras ações no contexto da situação. Cada “momento” da vida social é criado na medida em que cada ação é tomada como “vindo anteriormente” ou “posteriormente” às outras. Na consciência de como agir no momento da ação se situa um transcender de uma ação inicial ou um movimentar-se para a próxima ação, em que há um senso corporal de como a relação está sendo modelada. Por exemplo, calçar sapatos com cadarços amarrados, a terminação do laço pode ser movida fluidamente em uma operação de amarração ou o laço pode ser ajustado para aperfeiçoar a igualdade das terminações acessíveis aos dedos. No último caso o ato de amarrar os cadarços é prolongado, ocasionado uma hesitação antes que próxima fase da ação, a de dar um nó, seja iniciada. Ou ainda cada fase é realizada com a mesma ênfase da anterior e assim com a seguinte. Ou uma dada fase que completa a anterior – a feitura de um nó duplo – pode ser feita da forma comentada acima, e talvez esta celebre a completude da sequência.

A descrição da estruturação narrativa da ação que cria a situação mundana de calçar os sapatos transforma-se no vocabulário que poderia ser usado para descrever uma performance musical. Ao trecho de uma música é dado certo sentir na medida em que as partes componentes do todo são marcadas pelas performances como sub-narrativas, e relacionadas às outras partes em que, apesar das marcações, configura um fluxo constante. Poucas pessoas vivem para fazer música, mas toda a vida social é vivia em formatos musicais. E assim como a música prova sentimentos, assim provoca a prosódia de cada

situação social. Talvez no ato de calçar os sapatos, esta manhã, o movimento de uma fase da ação para a outra seja especialmente calmo e suave; talvez amanhã seja teimoso e desajeitado. Há sentimento aqui, muito embora relute-se em defini-lo como “emoção”. Um sentimento estético, talvez; uma questão de estilo sensorialmente experienciado que é parte e parcela do agir corriqueiro da vida social. Um indivíduo, ao calçar os sapatos, está produzindo uma identidade ordinariamente reconhecível e um self sensato. Analiticamente pode-se apanhar algo mais obviamente reconhecível como emoção porque experimentalmente o movimento pode ser rápido. Diga-se que os laços parecem muito pequenos para o arco costumeiro. Ou talvez, ainda que o sapato seja novo, os cadarços se rompem. “Merda!”, pode-se exclamar, referindo-se à ruptura da ordem e à liberação desajeitada dos poderes negativos para os quais os rituais cotidianos são profiláticos. Mais interessante para o propósito desta discussão, o indivíduo pode deixar escapar “Estúpido!”. Estúpido é característica de uma pessoa, não de um sapato. Ao afastar-se do envolvimento com o projeto prático, o indivíduo reconhece, enfaticamente ou indiretamente, que o sapato já é um objeto social. Alguém, mais provavelmente algum conjunto corporativo de pessoas, o produziu. E no processo de concepção antecipou-se o uso deste objeto. O usuário está, então, encenado uma versão de um papel social que complementa o roteiro do papel social do fabricante, assim apresentado para o usuário na materialidade do sapato. “Estúpido!” se refere às pessoas que fizeram e venderam o objeto³⁶.

³⁶O exemplo de calçar os sapatos levanta, de forma produtiva, a questão sobre se ou em que extensão o mundo social tudo abarca. Há uma forma de escapar do mundo social? Se os atores sociais evitam comodidades como objetos tais como sapatos, pode-se declarar a independência

É mais difícil, mas mais importante para o objetivo da discussão, apreciar os sentimentos positivos que sapatos podem provocar. Através do uso prático dos sapatos o comprador vincula a si mesmo ao produtor do sapato. Como analista social está-se acostumado a observar os atributos qualitativos emprestados aos objetos mercadológicos, assim que, quando estes satisfazem ao usuário, pode parecer ao analista social que o usuário está preocupado com as artificialidades de estruturas de prestígio. Mas o ato de calçar sapatos requer habilidade; algumas botas bastante estilizadas requerem um esforço excepcional e uma destreza exercitada para serem calçadas. A realização de calçá-las pode ser confirmar o indivíduo como conectado de forma bem sucedida aos outros indivíduos que produziram as botas. As crianças sabem disso e os adultos tampouco esquecem. Estes outros da relação podem ser inacessíveis – anônimos e ausentes no momento atual ou mesmo na vida do indivíduo, jamais vistos como indivíduos de carne e osso -, mas mesmo que o sapato seja “meu”, este objeto não exaure o seu ser na posse de um indivíduo específico. O objeto conecta o meu/mim com o deles/eles, e mesmo que o indivíduo seja indiferente ao prestígio dos outros, mesmo que o indivíduo os inveje em relação aos lucros que eles estão fazendo, pode haver um orgulho não assumido em apropriar-se dos objetos e fazê-los trabalhar como sendo

do controle social? Não tão facilmente. Se o ator social caminha descalço, o que importa acima de tudo é a natureza e a condição dos materiais do chão em que ele caminha. Caminhar em calçadas será uma experiência diferente daquela de caminhar no solo. O fenômeno mesmo da calçada já aponta para uma criação social. Quantos vieram antes e caminharam por este caminho, com que cargas, deixando que depressões e cumes, espalhando quais detritos, - questões que importarão ainda mais. Caminhar em calçadas de pés descalços é uma forma especialmente íntima de estar com outros relacionais anônimos.

“meus”. Este apelo, um tipo de sedução material para um intercurso temporalmente fragmentado, trabalha através do espectro da sociedade, dos tênis elaborada e criativamente laçados dos “ghettos” às botas projetadas e gratuitamente elaboradas com fivelas e fitas não funcionais que circunavegam a panturrilha terminando à frente em arcos exibidos. Há sentimentos, emoções, irracionalidades aqui, mas estas não estão necessariamente relacionadas a atributos de distinção anunciados. O apropriar-se de objetos sociais e fazê-los “meus” é uma forma de o indivíduo confirmar que pode conectar-se com uma comunidade invisível e transcendente de outros. Para alguns esta irracionalidade tem um fundo religioso em um sentido que a semiótica anunciada não pode conhecer. Quando as narrativas para o uso de objetos comprados é bem sucedida, estas convidam ao reconhecimento de como completam o ato social, ato este ainda fragmentado no momento da aquisição da mercadoria.

Calçando sapatos no outro

Busca-se aqui traçar a emergência de emoções na vida social no âmbito de uma perspectiva pragmatista. As emoções emergem em resposta aos problemas na organização da conduta e do comportamento humanos. A estrutura das condutas é criada, em uma primeira instância, pelo uso do que o ator social experimenta como corporalmente distinguível e distinto, ou seja, ações sequenciais no curso de alcançar a realização de algum projeto. Ao usar o exemplo de calçar os sapatos, registra-se que uma sequência é antecipada no projeto dos sapatos. No ato de calçar os sapatos em uma ocasião dada, o indivíduo pode avançar no curso da ação de diferentes formas. Ele pode seguir os padrões já projetados da ação, empregar uma aproximação consuetudinária, mas idiossincrática, ou mesmo tropeçar em detalhes dos materiais ou do contexto da

ação, que são tomados, assim, como um chamado para uma nova aproximação do ato a ser executado. O projeto pode desdobrar-se suavemente ou assumir a forma de um projeto desajeitado, quando o indivíduo avança de uma fase para a outra da ação.

Algum sentimento está sempre envolvido. As práticas que constituem a situação social são apreciadas, de alguma forma, sensorialmente. Agir no mundo evoca inevitavelmente algum senso sobre o self em um continuum de estar naturalmente envolvido com e estar artificialmente inserido no mundo. Talvez o repertório seja performatizado como um motivo fluido em bastidores de pensamento e fala que constituem o centro da consciência. Talvez a situação seja processualmente vivida como uma operação hesitante que requer um foco reiterado nos próprios detalhes. Na ocasião a pequena rotina diária de calçar os sapatos provoca uma emoção mais intensamente formada. Os praticantes podem tornar-se irritados quando focando em algum defeito percebido do projeto do objeto; encantados com o ajuste totêmico entre self e mundo, que está implicado no uso proficiente de objetos; ou ainda capturados em autorrecriminações quando o processo de ação é tomado de forma a exemplificar um estado geral de desorganização individual.

Perceba-se que a interação já está envolvida mesmo quando não há atores presentes. Quando se dá o ato de calçar sapatos em outra pessoa – chama-se o último de “usuário”, o primeiro de “ajudante” – a interação no projeto de ação tornar-se mais óbvia. Considere-se o ato de calçar sapatos em uma criança, em um inválido, ou em um cliente em uma loja. Permanecerá o usuário passivo e o “ajudante” ativo durante a ação? Em caso contrário, quem realizará cada um dos atos práticos necessários? Quem apanhará e levantará o par de sapatos? Quem guiará cada pé no sapato? Quem fechará a fivela e dará o

laço? Quem ajustará a meia, se alguma delas é usada, ao sapato? Um dos atores ou ambos poderão definir erros no processo, tais como comprimentos desiguais de cadarços para fechar o laço, definições equivocadas de pé esquerdo/direito em relação ao sapato, língua do sapato não puxada para fora, grau de aperto do cadarço muito frouxo ou apertado? Quem finalizará o ajuste entre pé e sapato? Talvez o usuário nas fases iniciais da ação de caminhar com os sapatos, talvez o ajudante ao julgar que o tamanho e o estilo dos sapatos estão inadequados e, assim, detonar um retorno ao início do processo de ação com outro sapato.

Algum dos dois atores sociais, o usuário ou o ajudante, vem ao processo de ação com narrativas mais ou menos prontas em mente. E um deles achará que o par de sapatos escolhido requer alguma inovação em uma estrutura narrativa sem precedentes, e isto talvez apenas porque cada um dos atores sociais envolvidos opera de uma posição física historicamente específica. Diferenças teóricas podem estar implicadas, como quando o ajudante presume que os sapatos deveriam ser amarrados, mas o usuário afirma o contrário. Ambos os autores devem negociar que narrativa utilizar, quem realizará cada parte do projeto de ação, e quando cada um realizará o quê. O ajudante pode suspender o sapato em direção ao pé, o usuário pode, então, tomar para si o ato de levar o pé para dentro do sapato.

Uma única narrativa coordenada será geralmente negociada. Pode-se glossar a ação como “o trabalho de calçar sapatos no outro”, ou “tendo o outro calçado o nosso sapato”, mas ambas as formulações falham em parte, haja vista que o processo é inevitavelmente colaborativo. Cada um sinalizará e perceberá o outro como sinalizando expressões que indicam a oferta e a aceitação de contribuições para o processo colaborativo.

É tentador referir-se à interação, agora ocorrendo entre dois indivíduos em copresença, como uma “conversação”, e, então, repensar a ação de calçar os sapatos solitariamente como uma conversação silenciosa. Alguns, neste sentido, anunciam que a conversação é a forma fundamental e primordial da interação social. Mas crianças aprendem a negociar interações padronizadas com o mundo antes da fala e como um modo de chegar à linguagem. Para o entendimento da emergência de emoções, a “conversação” deve ser apreciada como metáfora; a mesma pode ser mal-entendida de forma que perca de vista o fenômeno que deveria iluminar. A fala, ou descrições de gestos expressivos, podem ser reduzidos a transcrições, mas transcrições são irredutivelmente estáticas e desencorpadas; o processo de transcrição perde inevitavelmente muito da realidade corporal que faz da experiência vivida uma realidade em três dimensões.

Se o que se pretende compreender é a emergência e o desaparecimento das emoções na vida social, precisa-se manter a linha móvel de entrelaçamento entre o self e o outro (ou o mundo) no centro das investigações. Se o usuário permanece passivo durante o curso da ação, o ajudante cruzará repetidamente uma linha no ato de tocar o outro através do tocar o sapato e o pé. Reciprocamente, se o ajudante supervisiona sem emprestar uma mão, os mundos da experiência permanecerão em distância. Mas tão logo ambos os atores sociais engajem movimentos em relação ao outro, os movimentos deles entram em uma área ambígua de interseção. O ajudante empurra o sapato no usuário; o usuário move o pé para dentro do sapato. A interação assumiu a forma de um intercurso, uma forma temporalmente mesclada de interação que cria ambiguidades existenciais sobre quem conduz, sobre quem segue, e a quem pertence o projeto.

No ato de calçar sapatos em uma criança, a área de intercessão ambígua pode ser revelada para o ajudante adulto no protesto inesperado: “Deixe-me!” Ao assistir um trabalhador calçar um par de sapatos, um cliente pode realizar a amarração dos cadarços de uma forma que pode ser definida como abrupta pelo trabalhador, ainda que este ato e seu resultado sejam considerados pelo usuário como adequados. Estas não são simplesmente diferenças no “vocabulário” ou “roteiro” engajado por cada ator social. Os sons em todas as formas de intercurso podem ser de prazer ou de protesto, ou nenhum ou ambos os tipos, a depender não somente do que está acontecendo no momento de audição, mas também do que ocorre de forma mais ampla. Na transcrição, as expressões de cada um são associadas de forma inequívoca aos correspondentes. Assim como convenções de escrita estabelecem espaços entre letras e palavras que são pronunciadas e ouvidas como sons contínuos, de modo que dividem identidades de maneira a falsear a vida social. Em uma linha lê-se o que o ator social diz (ações, gestos, movimentos); na próxima linha, o que outro ator social diz (ações, gestos movimentos). Na prática da vida social, emoções emergem na interseção inerentemente ambígua entre as ações de um ator social e a reação do outro relacional, cuja sequência é em si ambigualmente precedida pelo convite, indiferença ou alienação de um dos atores e a resposta do outro àquela provocação anteriormente feita.

Especificou-se, agora, dois necessários níveis de análise para a descrição de como as emoções emergem em momentos da vida social. Primeiramente traçou-se a narrativa social prática do usuário, quando ele interage com os sapatos. Concluiu-se que sapatos não são simplesmente calçados, mas que o são mediante a consecução de uma sequência lógica de um tipo ou outro, uma

receita com fases discretas e estratégias de transição. O processo abarca a consecução e a edição de uma lógica encontrada como em uma elaboração que envolve os próprios objetos. Engajado neste pequeno projeto da vida cotidiana, sentimentos emergem, geralmente mais em uma forma sensata, talvez estética, mas não claramente em uma forma emocional.

Quando se examina uma situação de copresença interacional, tal como calçar sapatos no outro, um segundo nível do trabalho sociológico aparece. Agora, em adição ao encontrar e perseguir a lógica social dos objetos, o indivíduo deve trabalhar colaborativamente uma mescla de ações e narrativas com a lógica social percebida nas práticas do outro relacional. Os dois atores sociais devem produzir uma narrativa única efetiva e concatenada através da emissão e observação de signos sobre quem executará o próximo movimento e turno da ação.

Para a compreensão de como emoções emergem em interações imediatas com o outro, os vocabulários metafóricos que são atualmente comuns em estudos de interação social são inadequados e contraproduativos. Pode haver conversação no processo, e haverá correntes de gestos mutuamente responsivos, mas tão longo estes sejam reduzidos às assertivas fragmentárias com as quais a linguagem transcrita é representada, o entrelaçamento de sílaba com sílaba, palavra com palavra, e os movimentos de um com o outro relacional, permanece artificialmente fraturado. De forma semelhante os processos que fazem emergir as emoções não estão aprisionados nos aspectos “simbólicos” da interação. A questão está justamente no entrelaçamento encorpado, o intercurso fisicamente registrado que ocorre quando um indivíduo toca o outro e quando ambos colaborativamente produzem trajetórias de movimentos em que as ações de um, por exemplo, em afastar

um sapato na direção do pé outro, se encontram com as ações simultaneamente recíprocas deste outro de movimentar o pé para dentro do sapato. As emoções, assim, são definidas como os reflexos sobre estes entrelaçamentos encorpados.

De um lado para outro da transação, e em formas que os participantes não podem apreciar eles mesmos, as emoções sendo experimentadas podem divergir. O usuário pode pensar que ambos estejam experimentando o projeto como realizado de forma crua e rude; o ajudante, por seu lado, pode imaginar que ambos estejam apreciando um trabalho de relógio, ou seja, uma colaboração mutuamente respeitosa no evento. A coordenação encorpada e interativa das contribuições individuais para o projeto é um fenômeno a ser observado. O resultado emocional do processo compreende o desengajamento individual do outro relacional e pode ser diferente para cada um dos atores sociais envolvidos na interação.

A interação com o outro é inevitavelmente um processo em três dimensões. De um momento a outro, em fases terminantemente demarcadas, cada ator social mais ou menos captura parte da energia, da tração da ação do outro relacional. O fenômeno da tração não é uma figura de linguagem ou pensamento; mas refere-se ao embasamento prático da ação. O ato de puxar para cima e apertar os cadarços do sapato tornam mais imediatamente acessíveis para o outro a tarefa de amarrar os cadarços em arco. Considerando a transação, cada ator social pode tornar-se ressentido ou encantado ao oferecer o seu corpo ao que o outro fez ou deixou de fazer.

Vê-se, pois, que para tomar adequadamente a ciência das emoções, deve-se observar além dos vocabulários interacionais recebidos e de uma noção binária de mente/corpo. As emoções não são uma alternativa para ou as ini-

migas do pensamento. As emoções emergem e são perfeitas em reflexos semelhantes aos pensamentos. No caso do exemplo do sapato, as emoções podem emergir em uma forma positiva, em reconhecimento das considerações simpáticas do outro relacional para aquilo que o indivíduo pode ou não pode prontamente fazer, ou em uma forma negativa, talvez como uma percepção de “demasiada” passividade ou, reciprocamente, como uma arrogância do curso narrativo. Em qualquer caso, as emoções emergirão na medida em que o indivíduo, em sua existência autônoma, conduzir para o isolamento interpretativo a experiência realizada na área de intercessão ambígua no processo de ação em copresença de ou outro ator social.

Em retrospectiva, quando tomados como objetos de análise, os pensamentos podem ser profundos, grandes ou pequenos, dolorosos, ocultos em outros pensamentos, etc. Mas, enquanto fenômenos vividos, estes geralmente não tem lugar experiencial no espaço do corpo. Como questões de experiência, pensamentos são unidimensionais; os pensamentos permanecem por durações temporais diferenciadas. As emoções são elaborações dimensionais em que as estéticas corporais da ação social prática são dirigidas para o corpo e exteriorizadas do pensamento.

Ação situada e sua transcendência

A partir do exemplo de calçar os sapatos foram traçados duas formas em que sentimentos emergem de processos de transformação da ação individual em comportamento social pela produção de narrativas sequenciais coerentes. Há uma coerência sequencial do tipo receita que é requerida para a realização do projeto de ação, uma requisição que se aplica tanto nos caos do agir solitário em relação ao mundo quanto do agir em copresença de outro relacional. A estrutura das sequências é criada através de mudanças na personificação encor-

pada da ação. Pausas, transições, problemas e soluções tipo atalho para realizar a passagem de uma fase à outra do projeto de ação são todos experimentados corporalmente.

Ao agir com outro ator social no sentido de calçar sapatos, o processo requer que cada um dos indivíduos envolvidos negocie um entendimento com o outro de forma tão relevante quanto o executar de uma receita de ações recíprocas. A narrativa da ação prática deve agora ser narrada: o indivíduo deve indicar onde se situa no processo, sua narrativa tem que ser monitorada para a efetiva compreensão, o mesmo deve registrar as indicações do outro relacional sobre ofertas para executar fases da ação na versão que o outro constrói de uma narrativa efetiva, e nestas bases cada fase do projeto de ação é motivo de desentendimento, ajuste, repetição, etc. O indivíduo tem que sinalizar e monitorar a recepção de sinais desde quando o processo de ação é iniciado, ou seja, que pé ele está tentando calçar primeiro, quem empurra o pé para dentro do sapato, quando uma submarcação de inspeção incidental da anatomia do pé começou e foi concluída, o que é e não é definido como fazer cócegas, etc. De forma não incomum o outro relacional voluntariar-se-á para completar partes da receita, talvez trazendo para si o segundo sapato, concluindo a amarração dos laços, ou levantando para pressionar um pé resistente para dentro de um sapato possivelmente muito pequeno. No exercício de colaborar a calçar os sapatos no outro, o indivíduo deve seguir a mobilização do outro relacional em relação à estrutura sequencial do processo da forma como este outro pode idiossincriticamente entendê-la.

As ações e inações individuais, assim, são duplamente encorpadas, no próprio corpo e no corpo do outro que responde ou não à ação. Em alguns momentos, o outro relacional empresta seu corpo para que o indivíduo realize e

ação com sucesso; o corpo do outro se torna com isso uma extensão do corpo do indivíduo. Além disso, o processo de personificação encorpada é exponencial. O indivíduo percebe e confirma o registro que o outro relacional faz de sua participação na narrativa colaborativa através de alterações de seu próprio corpo, como, por exemplo, pela continuação sem impedimentos ou hesitações de uma tarefa que o indivíduo percebe como delegada a si; e na modelação de suas atenções, por exemplo, como seguras ou incertas, o indivíduo percebe a confirmação do outro relacional de sua delegação de uma dada tarefa a ele.

Deve-se perceber, de outro modo, que as ações sociais compreendidas no projeto de calçar os próprios sapatos em contextos privados diferem daquelas realizadas colaborativamente no projeto de calçar os sapatos em outra pessoa. Em contraste com o processo privado de vestir-se a si mesmo, o ser vestido pelo outro requer um repertório essencialmente negativo de ações expressivas. Quando o indivíduo calça solitariamente os sapatos, ele não tem que preocupar-se sobre os sapatos permanecer implicados no projeto de ação em questão. Mas quando se trata de calçar os sapatos no outro relacional, ambos os atores sociais são responsáveis pelo projeto de ação em um sentido ambíguo como o atribuído à figura de Jano. Cada ator social tem que modelar sua ação de maneira que esta seja testemunhada como produzida para a situação em questão que prevalece aqui e agora, o que significa a evitação ou a negação de envoltórios individuais que transcendam a situação.

Na situação colaborativa o indivíduo não tem que executar qualquer ação positiva particular. Ele pode negociar sobre como entender o alcance de responsabilidades, possivelmente misturadas, a definir quem realiza cada parte das operações necessárias (encontrar os sapatos, suspender o pé, ajustar os la-

ços, etc.). Solitariamente o indivíduo deve realizar toda a sequência, e, neste sentido, a situação solo requer mais ações positivas ou construtivas. Mas na medida em que o indivíduo deseja nutrir uma colaboração continuada com o outro relacional em um projeto de calçar os sapatos, ele deve não apenas realizar o trabalho de uma narrativa positiva de indicar onde cada um dos seus movimentos se situa na progressão do projeto, e o trabalho positivo de indicação de suas percepções sobre onde o outro relacional se situa em seu entendimento do progresso da narrativa, mas também deve realizar um tipo de trabalho multiplemente negativo. O indivíduo deve ainda indicar que está suficientemente envolvido no projeto de ação, de que não está à deriva em um devaneio ou de outra forma tão pouco envolvido que o outro relacional deva assumir a responsabilidade solo para a realização da ação; e deve evitar indicar, por outro lado, que está excessivamente envolvido no aqui e agora, de forma tal que isto ultrapasse o ato da narrativa de calçar os sapatos, como seria se ele se tornasse envolvido em um fetiche pelo pé.

Ao vestir-se solitariamente, o indivíduo não necessita estar preocupado em perceber as indicações de que os sapatos permanecem na situação, de que estes não abandonaram o projeto. Mas quando se trata de calçar sapatos no outro relacional, sabe-se que: a outra vida simultaneamente persiste em outras relações que transcendem a situação em questão, cuja totalidade é opaca e desconhecida para o indivíduo; esta outra vida tem um passado e um futuro, os quais transcendem, ambos, o contexto que é praticamente relevante para o projeto de ação em persecução; e esta outra vida tem um domínio de significados e sentidos privados que o indivíduo não pode acessar na situação imediata. No exercício de negociação de uma prática narrativa comum com o outro relacional, o indivíduo será responsivo quanto

a sinalizar que o outro relacional está alheio, desejoso de interromper o projeto em construção, ou de que ele deposita mais sentido no projeto de ação em curso do que uma tarefa prática de vestir sapatos exige. Ao calçar o sapato no pé do outro relacional, o indivíduo pode questionar se a pausa que o outro relacional faz para introduzir o pé no sapato é conveniente com suas expectativas de que ele, o indivíduo, deveria calçar o sapato no outro, ou se isto significa que o outro relacional abandonou o processo de calçar um par de sapatos em favor de outro, ou ainda se isto indica que a atenção do outro relacional dirigiu-se a outras preocupações, etc. O indivíduo, neste sentido, trata de sinalizar certa tensão de consciência – sinais de uma tensão à – que é consistente com a presunção de que o outro relacional está negando orientações que transcendem o projeto em questão e em curso de calçar os sapatos.

Este contraste não deveria ser exagerado. Enquanto o indivíduo não necessita estar preocupado em perceber sinais de que os sapatos permanecem na situação, quando ao calçar solitariamente os sapatos em contexto privado ele, em alguma fase do projeto de ação, necessitará preocupar-se em mostrar aos sapatos que ele permanece no projeto. Sapatos são objetos sociais, produzidos de maneira a antecipar as formas em que serão usados. Uma vez envolvidos no projeto de ação, objetos materiais diferem nas demandas de atenção persistente que os mesmos requerem. Os sapatos impõem um constrangimento notavelmente pequeno. Uma vez envolvidos no projeto ao ponto em que um sapato foi calçado, há consequências para a não continuidade do projeto; o indivíduo se encontra agora em uma posição mais desconfortável do que quando iniciou o projeto de ação. Se sua mente vagueia e se distrai, os sapatos, com efeito, o chamarão de volta para finalizar ou reverter o processo de ação.

Como objetos que potencializam a mobilidade, o sapato antes a torna pior para, só então, melhorá-la. Sapatos não foram ainda projetados para facilitar o completo desrespeito de sua ontologia. O indivíduo deve respeitá-lo de maneira que, uma vez que introduz a si nos sapatos e aceita a vontade de ter os sapatos calçados, ele sofrerá se não negar outras preocupações que transcendem o ato de calçar sapatos até que ambos os sapatos estejam calçados³⁷.

³⁷Um embargo se faz necessário aqui. O contraste entre as exigências interacionais em co-presença com outros relacionais e quando em uso de objetos materiais em privado requer uma e complexa qualificação, historicamente modificável. Ao longo do tempo, o ambiente material de trabalho é modificado em suas exigências negativas sobre os usuários dos objetos sociais. Computadores, por exemplo, estão se desenvolvendo para minimizar a pressão constrangedora que uma dada tarefa tem em monopolizar a atenção do usuário. Há alguns anos, o conceito de “multi-tarefas” era desconhecido, e àquela época os sistemas operativos se encontravam em estado tal que a realização de “multi-tarefas” colocaria em risco o computador. Os usuários de computador eram constrangidos a não ser dispersos. Atualmente, contudo, trabalhar solitariamente com um computador é um robusto ambiente para pular de um foco a outro de atenção, de obrigações laborais para indulgências privadas, e entre tarefas em diferentes fases de evolução, indiferente se estas tarefas sejam conduzidas dentro ou fora do computador. Pode-se mais confiantemente tomar por garantido que o computador manterá projeções ainda incompletas do self virtual do usuário – onde o usuário se encontra em tarefa expressamente digital – em estado estável até que ele esteja pronto para retornar. Alertas, alarmes, e vários lembretes podem ser programados para minimizar a dispersão da atenção. Estas estratégias entendem e respondem à habilidade crescentemente flexível e sem custos de desviar atenção de um alvo e fazê-la retornar por alvitre para um projeto situado que foi iniciado. Mas o processo progressivo em direção a um computador que pode ser completamente tratado desrespeitosamente não foi ainda completado. E mesmo que estivesse, dado o nível reduzido de exigências que se faz ao computador, não se teria que limitar as preocupações transcendentais da situação por medo de que o computador pudesse “esfriar”, pode-se ainda limitar o tratamento do computador quanto a este objeto social ser um parceiro de traba-

Há uma assimetria de atenção respeitavelmente reduzida no contexto privado de operação de calçar os sapatos em relação ao contexto de co-presença interacional e colaborativa do projeto de ação, enquanto que há uma obrigação simétrica de negar preocupações que transcendem a narrativa do projeto de ação em questão. Ao calçar sapatos com o outro relacional, o projeto de ação requer não apenas que o indivíduo mais ou menos demonstre continuamente que ele está persistentemente presente na ação, mas também que ele monitora se o outro também permanece presente. De maneira a completar o projeto de ação, há uma obrigação de que o indivíduo negue suas preocupações transcendentais e de que observe que o seu correspondente interacional esteja fazendo o mesmo. Esta estrutura duplamente negativa de ação social em co-presença compreende a fundação para um rico conjunto de emoções na forma como estas emergem na prática de vida cotidiana.

Agora se pode retornar aos exemplos de abertura deste artigo: conferências em uma faculdade. Assim como ao calçar solitariamente os sapatos, há uma lógica narrativa que o conferencista presume, impõe e exige de si e para si mesmo. A fala do conferencista é constrangida de forma a ser sequencialmente organizada em um número simultaneamente sustentado de fases: a qualquer momento, enunciados podem ser iniciados, completados ou avançados no sentido de progredir com

lho de carne e sangue, como se tivesse uma vida própria. O computador contemporâneo tem uma biografia para além do projeto de ação do ator social, em relação a qual o computador deve desviar-se de forma a atendê-lo. O computador pode interromper o trabalho em curso para “manutenção de sistema” ou para baixar atualizações de softwares da internet. A depender de como o ator social organiza seu café em torno do computador e o manipula, o computador pode ser danificado ou, de outra forma, efetivamente ir-se embora.

uma fraseologia no formato de sentenças; tal fraseologia deve estar inter-relacionada em um manifesto “trem de pensamento”; o que é expresso no início da fala deve estar inter-relacionado ao que vem depois e vice-versa. Este dever ser significa que cada enunciado deve ser executado teleologicamente, de maneira que demonstre sua funcionalidade emergente na estrutura narrativa: cada momento da ação é performatizado de maneira que afirma o tornar-se daquilo de que é parte constituinte e de como é parte deste tornar-se. O conferencista desenvolve sua ação na forma de um comportamento pela produção de expressões responsivas no sentido de um avanço coerente em uma narrativa emergente.

Alguns dos sentimentos do conferencista são impostos por exigências constantes de atenção resultantes da forma social da conferência. Pressões evocativas de sentimentos emergem nos ensaios privados do conferencista, assim como durante uma conferência ao vivo antes da audiência. Em qualquer instância de correção de apontamentos ou de ensaio de uma conferência, o conferencista registrará transições, perceberá lacunas entre os seguimentos, terá que realizar conscientemente promessas descumpridas e detalhes não anunciadas, etc., não necessariamente em algo tão abstrato, distanciado ou autocontido como o “pensamento”, mas através do sentimento a relação entre estrutura narrativa e a ação executada durante este tempo. Lacunas percebidas, contradições, promessas introdutórias não realizadas, transições desajeitadas, passagens confusas, são registradas não em pensamentos solitários, mas nas e como provocações de problemas a solucionar. Identificar um problema na narrativa pode não imediatamente lançar uma solução, mas nenhum pensamento de intervenção é requerido para evocar o sentimento de necessidade de fazer mais. Alguma coisa perturba, há uma

fonte de inquietação, alguma parte da narrativa não se encaixa corretamente. A leitura privada de apontamentos já constitui um processo de implicações corporais e evocativo de sentimentos. Se quando ao preparar apontamentos de uma conferência alguma coisa parece equivocada, o projeto de ação não pode ser livremente abandonado. Como sapatos, a conferência é uma forma social que, uma vez construída, é experimentada com exigindo que o usuário não a abandone em favor de outras preocupações. Esta exigência geralmente aparece como uma ansiedade obsessiva de que mais trabalho preparatório se faz necessário.

Quando entregue para uma turma, o conferencista será constrangido a realizar a aula “com” a audiência. Isto não somente implica demonstrar que ele está engajado em uma situação de “aula” e, portanto, não envolvido com outras preocupações, mas também em monitorar que os outros relacionais, - os correspondentes na interação em que se desenvolve o projeto de ação com sua narrativa específica, - estão suprimindo preocupações transcendentais. A turma, não importa o quão passiva esta possa parecer, constituiu ainda um correspondente relacional na produção da conferência. Se, ao conferir o relógio, o conferencista constata que o momento para iniciar a conferência é chegado, mas que não há ninguém exceto ele na sala, ele será responsável pelo fato. O conferencista entenderá que há obstáculos para ele poder relatar o seu senso de sequências de narrativa para a aquisição, por parte da audiência, de um sentido de narrativa sequencial que ultrapasse o alcance de situações que desafiam o projeto de ação pré-concebido. Indicações de que a audiência não está jogando um papel correspondente ao que faz sentido à continuação do papel do conferencista pode aparecer em fases de perguntas e respostas, quando mãos inesperadamente são levantadas, ou,

mais comumente nos ambientes de ensino de faculdades atuais, se o conferencista toma nota de que muitos estudantes aparecem preocupados com atividades de busca na internet que seguem ritmos desconectados com os do conferencista. Nestas ocasiões o conferencista terá por garantido que ele deve fazer o trazer o trabalho de determinar “onde se encontra a audiência” ou o tentar ignorar a sua própria ignorância do fato. Mesmo se esta resposta não puder ser encontrada de outra forma que nos 15 fatos brutos da presença física, o passar do tempo da “aula” pressionará o conferencista a verificar que a audiência permanece lá como audiência.

Com efeito, as negações requeridas pela conferência com uma forma social viva não são simplesmente simétricas, e não apenas compartilhadas por ambos os lados da relação, mas são interativas em um sentido dinâmico. De forma a manter a audiência engajada na situação, o conferencista deve realizar o trabalho de manifestar que ele mantém uma consciência desperta e alerta da situação. Pausas podem ser feitas e alongadas até o momento em que as mesmas comecem a enfraquecer o envolvimento da audiência. Uma leitura privada monotônica pode ser adequada para a organização do tempo em um ensaio, mas em uma leitura pública esta monotonia será substituída por uma prosódia que dramatize instrutivamente a responsividade em relação à narrativa do conferencista, ou seja, o fato de que o conferencista está sendo atingido pela fala da forma que ele espera que a audiência também esteja sendo atingida. Uma segunda geração de sentimentos emerge do constrangimento a manifestar uma postura específica de colaboração espaço-temporal, ou seja, um estar presente na situação, de forma a manter a audiência engajada na situação. As emoções que emergem na conferência pública não são as mesmas que os sentimentos que emergem em um ensaio de

conferência conduzido de forma privada. O exercício de tornar-se um conferencista abarca o processual despertar e desenvolver de um modo de estruturação de uma nova ordem de sensibilidade.

Em suas conferências de estréia, Turner e Sarbin defenderam a exigência profissional de que, para todas as aparições imediatas, a performance transcorreram sem problemas. Ambos não apenas performatizaram as tarefas de produzir uma conferência coerente ordenadamente delimitada pela duração da “aula”, mas ambos também não indicaram qualquer problema com o sentido transcendente da sessão em questão. Ambos tiveram um problema com a fase da ocasião anterior a “aula”; ambos vieram a entender que não haviam se preparado suficientemente. Ambos vieram a entender as futuras implicações do desafio particular que significava as suas primeiras conferências, que eles teriam que se preparar mais para as futuras sessões. Tão quanto eles compreenderam, os estudantes estavam inconscientes de seus problemas ocupacionais transcendentais.

Onde repousavam os problemáticos sentidos transcendentais de suas elegantes performances situacionais na realização das conferências? Não em “pensamentos”, mas, em emoções. Como quando Sarbin confundiu-se com sua argumentação para recomeçar uma primeira e, então, uma segunda vez, ele continuou a responder aos requerimentos de preservar uma coerência narrativa aparente em sua fala. Ou como quando Turner esgotou o tempo de fala e, então, compreendeu que ele tinha gasto toda a preparação que realizara para o curso, sua apreciação deste dilema pessoal não foi compartilhada com a audiência. As emoções deles emergiram no cadinho formado pelas exigências da situacionalidade específica, publicamente testemunhável e narrativamente coerente da ação, e como uma forma encorpada de

apreciar os sentidos transcendentais de suas iniciações na carreira acadêmica, mais imediatamente para o curso universitário em questão, e mais indiretamente para suas confidências ocupacionais.

Conferencistas experimentarão sempre algo no continuum que Sarbin e Turner dramatizaram ao extremo, muito embora não necessariamente em direções negativas. Em um dado momento em um dia de aula, pode-se perceber que a preparação para a palestra em questão dispõe de mais recurso do que os antecipados, que há múltiplas linhas de narrativas a desenvolver, e que apenas uma delas esgotará a sessão de aula em curso. Ao passo que a aula em questão é desenvolvida, a consciência de que menos trabalho será necessário para a construção de aulas futuras será apreciada de alguma forma emocional positiva.

Emoções são experiências distintamente tridimensionais. Ao longo de sua variedade, as emoções são caracterizadas por sentimentos que atravessam e afastam-se do domínio corporal anatomicamente ilimitado. Esta tridimensionalidade corresponde às três dimensões ao longo das quais sentidos transcendentais emergem em condutas socialmente situadas. Em uma perspectiva temporal, o conferencista novo sente o que ele fez e não fez no passado, e quais as implicações disto para o trabalho futuro. Especialmente, o conferencista deve permanecer visivelmente enraizado no “aqui”, mesmo quando sua orientação puder deslocar a atenção para situações localizadas em outro lugar, tais como ao seu estudo, a outras sessões de aula, e ao que ele fará da experiência com círculos de parentes e amigos. Uma fronteira entre o self público e o self privado emerge em tais experiências, em que as emoções do conferencista servem como veículos para a consciência que deve ser mantida no interior da sua pessoa, como uma fachada ou

não de que ele projeta uma corrente de expressões emocionais revelada como jocosidade, retórica justificada, élan profissional ou paixão intelectual.

Poucos conferencistas poderiam longamente sustentar carreiras que sofrem o vulcânico desenlace emocional de uma experiência de primeira vez. O que ocorre quando pessoas reiteradamente trabalham uma dada experiência emocional inicialmente intensa? Elas aprendem a gerir, domesticar, disciplinar ou civilizar o potencial emocional mediante o desenvolvimento de uma estética operante. Ao invés de escrever previamente cada palavra ou lagar o destino à inspiração situacional, o conferencista desenvolverá um estilo preparatório e uma performance. Para a condução de sua preparação, ele desenvolverá formas de interpretar sentimentos perturbadores de preparação insuficiente. Como ilustra as histórias de Turner e Sarbin, aprende-se a cultivar uma inquietação útil, a distinguir entre sentimentos gratuitos de assombro (para alguns estes aparecerão às três horas da manhã, mas não pela manhã) como opostos aos sentimentos praticamente significantes (talvez aqueles que perdurem até o final da tarde). O conferencista pode adotar, como um estilo de performance, um estilo que repousa em um número reduzido de narrativas pré-planejadas que são transmitidas em uma progressão ordenada, focando, em situações de sala de aula, em “acertar o alvo” para cada componente da narrativa mais ou menos em um intervalo de tempo, vocabulário empregado e tentações a digressionar, sendo estes elementos explorados no momento adequado como uma estratégia englobante. Cada estilo abarca sua própria narrativa, sendo esta algo como uma viagem em quadradinhos de um sapo que atravessa a lagoa pulando do limite de uma pedra à outra. Em qualquer caso, na medida em que a estratégia se transforma em estilo, as emoções amplamente se tornam uma

questão de estética ocupacional. Não há como escapar do desafio de relacionar o enquadramento narrativo situacional específico da ação com as dimensões transcendentais da vida social. A conferência realizada durante este tempo será experimentada como uma fase em sequências não acessíveis à audiência atual, tal como o curso disciplinar como um todo, o curso disciplinar no contexto da carreira acadêmica, os sentidos deste trabalho no âmbito de relações pessoais ou domésticas contingentes e complexas. Para os que tem suas primeiras experiências, uma consciência privada dos sentidos existenciais transcendentais da situação serão geralmente intensamente emocionais. Com o tempo, a consciência transcendente no mais das vezes se transforma em uma apreciação rebuscada da interação.

O “cadinho”

Em algum ponto na transição da infância para a competência social, os atores sociais entram e se deslocam em uma corrente constrangedora de situações sociais. Na vida cotidiana totalmente acordada, os atores sociais estão virtualmente sempre “fazendo alguma coisa”, organizando suas condutas de forma que estas são partes de uma atividade ou projeto que é explicável e responsável para os seus respectivos selves como uma ou outra narrativa típica. A pessoa pode estar em processo de construção interior da narrativa, como calçar sapatos em privado, muito embora, indiretamente, no sentido de que emoções geralmente a alcançarão antes do que pensamentos possam refletir sobre a questão, o processo será o de interagir com os idealizadores dos sapatos. Ou a pessoa pode aparecer estar seguindo uma narrativa que outros produziram, como no exercício de assistir a um programa de TV, muito embora o que um espectador interpreta na tala e no áudio será sempre de certa forma único, o processo sempre sendo o de edição pes-

soal do roteiro. De forma ativa ou passiva, ao comportar-se solitariamente ou em colaboração com outros, os atores sociais modelam suas condutas de momento a momento de forma que a qualquer instante e em qualquer espaço eles se encontram no processo progressivo de realizar a versão de algum projeto de ação, algo que rotineiramente é coloquialmente classificado com um nome conhecido. As mais fundamentais unidades da vida social são formadas através da comunicação de sentidos narrativos para movimentos corporais. Todo significado é sentido porque é produzido e compreendido por ações corporais discretas. Com efeito, é o trabalho trivial de estruturação da ação em comportamento que constitui o cadinho das emoções³⁸.

Referências

- BLUMER, Herbert. *Symbolic interactionism; perspective and method*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969.
- KENDON, Adam. Behavioral Foundations for the Process of Frame-Attunement in Face-to-Face Interaction. In: Adam Kendon, *Conducting Interaction*. Cambridge New York: Cambridge University Press, 1990, p. 239-262.
- KENDON, Adam. *Gesture: visible action as utterance*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2004.
- McNEILL, David. *Hand and Mind: What Gestures Reveal about Thought*. Chicago: University of Chicago, 1992.

³⁸Reconhecimentos: Este artigo foi enriquecido por comentários recebidos quando versões anteriores foram entregues ao *Centro Para Estudos Avançados em Ciências Comportamentais e Sociais*, 2001; para a *Carleton Conferência em Emoções*, em 2009; e para a *Conferência de Etnógrafos Italianos*, realizada em Bergamo, Itália, em 2009.

McNEILL, David. *Gesture and thought*. 2005.
Chicago: University of Chicago Press,

“Sentirse linda / incómoda”: un acercamiento a la dimensión emocional de la belleza

“Sentindo-se Bonita/desconfortável”: Uma abordagem da dimensão emocional da beleza

“Feeling pretty/uncomfortable”: An approach to the emotional dimension of beauty

Claudia Gabriela Reta

Recebido: 15.05.2016

Aprovado: 20.06.2016

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a dimensão emocional das práticas de beleza corporal entre as mulheres pobres. Para este fim, uma série de entrevistas e gravações de campo feitas em uma *villa* da cidade de Buenos Aires (CABA) serão analisados. O artigo oferece uma perspectiva a partir da qual as emoções inscritas em práticas de beleza são parte do regulamento de sensações, num contexto de desigualdade de gênero e classe e da racialização étnica. **Palavras-chave:** beleza, mulheres, corpos, emoções, pobreza

Resumen: Este artículo se propone indagar en la dimensión emocional de las prácticas de belleza corporal entre mujeres pobres. Para tal objetivo, se analizarán una serie de entrevistas y registros de campo realizados en una villa de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA). El artículo ofrece una perspectiva desde la cual las emociones inscriptas en las prácticas de belleza son parte de la regulación de las sensaciones, en un contexto de desigualdad de género, de clase y de racialización étnica. **Palabras claves:** belleza, mujeres, cuerpos, emociones, pobreza

Abstract: This article aims to look into the emotional dimension of the practices of body beauty among poor women. To this end, a series of interviews and field records made in a *villa* of the Autonomous City of Buenos Aires (CABA) will be analyzed. The article offers a perspective from which emotions inscribed on beauty practices are part of the regulation of sensations, in a context of gender and class inequality and ethnic racialization. **Keywords:** beauty, women, bodies, emotions, poverty

Este artículo se inscribe dentro de la búsqueda por comprender las políticas de los cuerpos y las emociones en los procesos actuales de dominación. Frente a ese interrogante, nos situamos desde la indagación de las prácticas cotidianas de estética corporal de mujeres pobres, a partir de la premisa de que la regulación de las emociones y los cuerpos que atraviesan y constituyen dichas prácticas, es uno de los ejes por donde circulan los conflictos y tensiones actuales.

Los tratamientos y prácticas de modificación corporal guiados por fines estéticos y de embellecimiento han existido a lo largo diferentes épocas y cultu-

ras, asociados a valores y significados particulares (VIGARELLO, 2005). Estos, son parte de los mecanismos de enclasmiento y desigualdad social que caracterizan las actuales sociedades capitalistas, dado que los esquemas de clasificación social median en cómo el cuerpo es percibido y apreciado (BOURDIEU, 1986). Los modos de “arreglarse” y “ponerse linda”, evidencian posibilidades y disposiciones, percepciones y gustos establecidos así como normas socialmente aceptadas.

Diversos autores hace referencia a la belleza como elemento clave de la construcción de la propia corporalidad en tanto “cuerpo reciclado” (LIPO-

VETZKY, 1986) o “traje de arlequín” (LE BRETÓN, 2012). Esta construcción se enmarca dentro de un proceso de individualización del sujeto (BAUDRIILLARD, 2009) y personalización que ubica al cuerpo como “objeto de culto” y de “inversión narcisista” (LIPOVETZKY, 1986, p.60). Dentro del feminismo, hay varias discusiones en torno a la consideración de las prácticas de estética corporal: por un lado, varias autoras sitúan a las mismas como micropolíticas de dominación (BORDO, 2001), mientras que otras como Kathy Davis, nos hablan de las prácticas de modificación corporal como espacios de agencia de las mujeres de ser artífices de su propia construcción.

En el ámbito local, Aafkes (2008) en su estudio etnográfico sobre las cirugías estéticas en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA), señala que en la sociedad porteña existe la percepción del cuerpo como una entidad no terminada y maleable, lo que deriva en una concepción del mismo como parte del proyecto individual y la realización personal. A su vez, señala que esta construcción del cuerpo presenta mayor importancia en el caso de las mujeres, dado que para la autora el cuerpo bello es un criterio de la construcción del género femenino.

Si bien gran parte de los estudios de la región sobre las prácticas de embellecimiento y estética corporal se centran en sectores de clase media-alta (ASCHIERI Y CITRO, 2015), o sobre prácticas de alto nivel adquisitivo y desarrollo tecnológico como las cirugías estéticas (CORDOBA, 2010a, 2010b; CASTRO, 2011; MUÑIZ, 2012), autoras que trabajaron realizando etnografías sobre prácticas de belleza en sectores populares remarcan la importancia y el uso extendido de las mismas, aunque señalan que es imprescindible centrar el análisis en relación con las particularidades socio-económicas de las mujeres

(NICOLINO, 2012; ARECHAGA, 2013).

En nuestro caso, nos proponemos en este artículo analizar las emociones vivenciadas por un grupo de mujeres en condiciones de pobreza, en torno a las prácticas de embellecimiento y de estética que integran sus modos de ser y estar corporales. A su vez, problematizaremos estas emociones en articulación con la situación socio-estructural en la que dichas mujeres se encuentran, dado que consideramos que las mismas son parte constitutiva de sus modos de relacionarse consigo mismas en dichos ámbitos, con los demás y con el mundo.

En relación al énfasis en la dimensión emocional, señalamos las investigaciones de Moreno Figueroa (2010, 2013), quien ha realizado un acercamiento a las emociones y afectividades de la belleza problematizando a la misma como un sentimiento más que como un contenido. Este abordaje fractura la visión de un paradigma dominante y unívoco de belleza, al proponer la multidimensionalidad de las valoraciones estéticas desde las propias mujeres, permitiendo pensar las problemáticas en torno a las percepciones sociales del gusto desde una perspectiva experiencial y cotidiana. En este trabajo partimos sin embargo de una perspectiva de las emociones en la que las mismas son pensadas junto con los cuerpos como “locus de la conflictividad y el orden” (SCRIBANO, 2015: 26), en tanto terreno de los antagonismos contemporáneos.

El corpus de datos con el que vamos a trabajar, son una serie de entrevistas en profundidad y registros de campo realizados en la villa 21-24 (CABA) durante el 2015 en el marco del trabajo de campo para la tesis de grado en Antropología en la que indagamos sobre los usos y sentidos de las prácticas de estética entre mujeres.

Las villas son espacios urbanos segregados que se caracterizan por la pobreza, las deficiencias habitacionales y de acceso a los servicios públicos (CRAVINO, 2014; HERRERA NÁJERA y RETA, 2016). Una particularidad de las villas en la CABA es el alto porcentaje de población migrante, que establece una asociación entre pobreza y extranjería que confluye en la “racialización de las relaciones de clase” (MARGULIS, 1999) como uno de los principales procesos discriminatorios. La villa en la que se basa la presente investigación es conocida como la “villa de los paraguayos” (CRAVINO, 2014), dada la alta proporción de migrantes de este país (MERA, 2014); por lo que la dimensión de la desigualdad étnico-racializada es un importante factor a tener en consideración.

La separación del resto de la ciudad se materializa por medio de fronteras sociales y simbólicas (CARMAN, *et al.*, 2013), que tienen como uno de sus principales correlatos la estigmatización y discriminación de sus miembros (CRAVINO, 2002; CROVARA, 2004; GIROLA, 2013). Sostenemos sin embargo que en la actualidad, la segregación no puede pensarse solo en relación a una dimensión espacial, sino que la misma se estructura a partir de las líneas de los límites, la espesura de los márgenes y las marcas de los bordes (SCRIBANO, 2013). Más allá de las características materiales y socio-estructurales que condicionan la vida cotidiana de las personas que residen en estos territorios, hay una serie de características que se relacionan con la vivencialidad, sociabilidad y sensibilidad de las mismas, dado que las tramas de segregación urbana de las cuales las villas son parte actúan en cuanto “operadores de sensaciones” (SCRIBANO, 2013), dando lugar a la construcción de sensibilidades (SCRIBANO *et al.*, 2016).

Lo que sigue del artículo se organiza del siguiente modo: en un próximo apartado, realizaremos algunas especificaciones conceptuales. Le sigue un análisis, a partir de una serie de entrevistas, de las dimensiones emocionales implicadas en las prácticas de un grupo de mujeres. Por último, reflexionamos sobre las implicancias de dichas emociones como mecanismos reguladores en relación a sus posiciones de género, de clase y racialización étnica.

Notas conceptuales

Nuestro modo de vincularnos con nosotros y con el mundo, es a través del cuerpo. En la interacción del cuerpo con el mundo, se nos presentan impresiones que ya se encuentran relacionadas a sentidos socialmente estructurados, a partir del juego entre percepciones, sensaciones y emociones (SCRIBANO, 2012). Nuestra percepción del propio cuerpo se encuentra atravesada por los parámetros sociales en tanto incorporación y reproducción de las estructuras de dominación (BOURDIEU, 1986). En esta dinámica, resulta relevante remarcar la vinculación entre los cuerpos y las emociones.

Scribano propone la conceptualización de los cuerpos/emociones a partir de la articulación de dichas entidades por medio de la barra retomada del psicoanálisis, que establece una relación de “separación/unión, distancia/proximidad” (2012, P. 94). El autor señala, más allá de argumentaciones epistemológicas, teóricas y metodológicas, que evidencias brindadas por el desarrollo de las neurociencias, permiten pensar lo inapropiado de la división entre dichos campos de indagación desde perspectivas que incluyan a uno y no al otro. A su vez, las diferentes corrientes teóricas y campos disciplinares de las Ciencias Sociales, dan cuenta de las interacciones entre los cuerpos y las emociones en tanto construcción social de los mismos.

Las emociones, entendidas como estados de sentir el mundo y sentirse, se encuentran atravesados por las dinámicas de poder, en tanto la elaboración de los mecanismos de soportabilidad social y los dispositivos de regulación de las sensaciones son uno de los ejes que caracterizan la situación actual del capitalismo a nivel global y regional (SCRIBANO, 2015). Las emociones se conectan con las sensaciones en tanto permiten vehicular las percepciones (entendidas como los modos naturalizados de organizar las impresiones que se dan desde una persona) con las formas socialmente construidas y desigualmente distribuidas del sentir. Dentro de este juego, los sentimientos son consecuencia de las emociones.

Atendiendo a estas premisas, nos proponemos pensar las dimensiones emocionales de las prácticas de estética corporal femeninas. Los usos de la estética corporal refieren a modos de ser y estar, por medio de los cuales las mujeres sitúan sus cuerpos en relación a determinados sentidos sociales del gusto. Estos refieren a prácticas cosméticas, de vestimenta y adorno (ENTWISTLE, 2002), de modificación corporal (FEATHERSTONE, 1999), hábitos alimenticios y de actividad física, posturas y gestualidades corporales que se establecen en diferentes interacciones. Los sentidos que se asocian a estas prácticas, se relacionan con los modos de percepción de las mismas en cuanto a prácticas socialmente valoradas, así como con la percepción de las mujeres de sus propios cuerpos y las posibilidades e imposibilidades que dichas prácticas les impliquen. En ese sentido, los usos de la estética se encuentran generizados y socio-históricamente situados, por lo que las características estructurales en cuanto clase socio-económica, dimensiones de poder entre las mujeres y los varones en el marco de un sistema heterosexual hegemónico y discriminación étnico-racializada, son factores a

tener en consideración cuando nos referimos a mujeres pobres de una villa.

En la introducción presentamos a nuestro espacio social de indagación como un sector popular caracterizado por la precariedad socio-económica y la segregación socio-espacial, que no solo se caracterizan por las condiciones materiales, sino que las mismas se articulan con/a partir de determinadas sensibilidades. Como señala Scribano, las ciudades y sus dispositivos de fragmentación “ hacen posible, inauguran, cierran, obliteran, enfatizan y/o diluyen la activación de los componentes de las sensibilidades sociales que producen las políticas de los cuerpos y las emociones” (2013, p. 138)

En el siguiente apartado analizaremos una serie de entrevistas de mujeres de la villa 21-24 en relación a sus sentires sobre la belleza y estética corporal. En dichas entrevistas se evidencian atisbos de vivencialidades, que nos permitirán pensar en el lugar de las emociones.

Modos de (bien/mal)estar corporales

Dentro de los sentires relevados a partir de las entrevistas, nos detendremos en la oposición entre bienestar y malestar como grandes campos que incluyen diversas referencias de emociones, sentimientos y estados afectivos enunciados por las mujeres. Dentro de la primera, incluimos las referencias a “sentirse bien”, “estar bien”, “sentirse linda”, “sentirse una reina” y “ponerse contenta”, mientras que dentro de lo que caracterizamos como malestar podemos mencionar el “sentir vergüenza”, “incomodidad”, “molestias”, “sentirse mal”, “ponerse triste”, y “sentir miedo” entre otras.

La seducción y el “sentirse linda” como criterio de bienestar:

Una de las expectativas de los usos de la estética tiene que ver con la belleza y con “sentirse linda” en tanto

correlato emocional que se experimentan de manera positiva:

“A: (...) Como yo le digo siempre a mi marido, el siempre me dice para que te arreglas tanto, para quien te maquillas. Y yo le digo yo me maquillo para mí, ni siquiera para vos. Es para mí, para mirarme al espejo y sentirme bien y verme bien.

Yo: ¿y qué te dice cuando le decís eso?

Alma: nada, se caya. No me dice nada. Pero yo le digo siempre, yo, me arreglo, me maquillo, me visto, y es para mí, porque yo me miro al espejo y me siento bien, pero es por mi autoestima, para sentirme bien yo. No es para otra persona” (Alma, 33 años, Paraguaya)

Aquí Alma se refiere a sus prácticas de estética en términos de “autoestima” y “sentirse bien”. Tanto las prácticas del maquillaje, la tintura del pelo y la depilación, son usos de la estética corporal que se registran en tanto sensaciones de bienestar. Esta asociación se repiten en muchas ocasiones en las referencias de las mujeres de la villa, no solo en relación a los sentimientos consigo misma por como se ve o como se siente, sino también en relación a como otros la ven:

“G: Yo te juro, salgo a la calle y salgo feliz. Porque sí, tengo mi edad, pero es como que ...guau... llamo la atención, o sea me dicen cosas lindas. (...) y que se yo, y voy cruzando la calle y “diosa” “hermosa, te acompaño” cosas así, ¿entendés?, cuando vas cruzando la calle, y te dicen los camioneros. Que a veces vos decís, bueno, camionero de Cliba, y si, pasa un negro vestido con pollera y le grita igual. Pero hay gente normal de autos normales que pasan por la avenida (en referencia a la Av. Iriarte, que atraviesa la villa 21-24) y vos decís guau, que bien que estoy. Y esta bueno. Y es lindo”. (Gloria, 36 años, Paraguaya)

Aquí aparecen sentimientos de orgullo, de felicidad y de bienestar asociados a determinada apariencia y modos de estar corporales, que surgen a partir de la mirada de otro que pondera y legitima. Esta mirada es a su vez puesta en consideración ya que es “la

gente normal” la que tiene un criterio válido, en detrimento de “los camioneros de Cliba”³⁹, quienes por su condición socio-estructural no contarían con dicha legitimidad ni capacidad de objetivación. En ese sentido, la legitimidad social del “otro” que mira, influye en la percepción de la mujer dado que la validez de su reconocimiento depende de él.

Estas emociones de bienestar, se relacionan entonces con las prácticas de belleza de las mujeres que se adecuan a ciertas expectativas sociales, y con los sentidos locales dentro de los cuales dichos estereotipos se articulan. La percepción y representación subjetiva del propio cuerpo se da a partir de la incorporación del sistema de clasificación social en la propia mirada; siguiendo a Bourdieu, la “mirada social” en tanto poder social que objetiva, “encuentra en aquel al que se dirige el reconocimiento de las categorías de percepción y apreciación que él le confiere” (1986, p.186).

El malestar y la vergüenza como criterios de vivencialidad de la belleza

Autores como Le Breton (2010) y Vigarello (2005) analizan una serie de tendencias a lo largo de la historia, en la que diversas prácticas cosméticas y de belleza se vinculan en términos negativos con lo artificial, inmoral y peligroso, a partir de una asociación de la belleza con la seducción. En la definición de la Real Academia Española sobre la palabra “Seducir”, la acepción que encabeza la lista refiere justamente a la misma como la capacidad de “persuadir a alguien con argucias o halagos para algo, frecuentemente malo”⁴⁰, estable-

³⁹Cliba es una empresa de Servicios de Higiene Urbana que realiza la recolección de residuos.

⁴⁰ Seducir: Del lat. Seducere.1. tr. Persuadir a alguien con argucias o halagos para algo, frecuentemente malo. 2. tr. Atraer físicamente a alguien con el objetivo de obtener de él una

ciendo de este modo una connotación negativa. Desde el feminismo por otro lado, las críticas a las asociaciones y devenires de la belleza se han relacionado con la ubicación de la mujer en un sistema de desigualdad sexo-genérica dentro del cual hay formas culturales que normalizan la belleza (BORDO, 2001).

Veamos algunos de los testimonios de las mujeres:

F: y después si me decís bikini,... bikini use para ir a la pileta pero me tape con un toallón hasta acá (me muestra la mímica de envolverse con un toallón hasta por debajo de las axilas) hasta que no entre al agua. Deje mi tallón mojado acá, que para dejarlo seco. Y estuve así un rato y una vez que salí me volví a envolver. (risas)

Yo: ¿y por qué?

F: y....., me siento incomoda, ya estoy grande, no, porque te salen arañitas, y te salen varices, y esas cosas. Y vos ves cada cosa, cada cuerpo espantoso, más que lo mío.

R: Si, yo cuando me fui a la playa que estaba, habían unas gordas, (risas) ah, ¡me sentía pampita! (Modelo Argentina)

F: Si, yo, me gusta que sean libres, me gusta que [...]

R: (interrumpe) aparte no te conoce nadie, entonces andas como querés.

F: no me sale, aparte como que me siento (hace con la mano un gesto de señalarse los ojos) ... como que me siento

R: ...observada

F: Me molesta que el hombre me mire, me molesta

R: Pero si te mira es porque le gustas, porque estás bien.

F: Claro, pero hasta hoy en día..., tengo mi nena de ocho años, y veníamos en el colectivo. La cuestión es que la miraba, había un señor que me la miraba a la nena. Entonces yo ya me sentí como que, y le dije, ¿porque la miras a la nena? Es

una nena. ‘No, discúlpame, lo que pasa es que,...’ bueno, me levante y me traje a mi nena. Pero no, me desesperan, esas cosas me desesperan”.

(Fany, 40 años, Paraguaya. Rocio, 27 años, Argentina)

En esta entrevista compartida entre Rocio y Fany, se pueden ver las diferentes emociones y sentidos que se le imputan a la mirada masculina sobre sus cuerpos. A partir del relato de su experiencia en la pileta, Fany nos cuenta que decide ocultar su cuerpo debajo de un toallón dado que le “molestan” e “incomodan” ciertos rasgos y características de su propio cuerpo. Estas sensaciones de vergüenza, expresan “el cuerpo objetivado, encerrado en el destino de la percepción y enunciación colectiva (...), y que se delata a través de un cuerpo sometido a la representación de los otros hasta en sus reacciones pasivas e inconscientes” (BOURDIEU, 1986: 187). Bajo este mismo criterio de adecuación a una corporalidad legitimada, Rocio por su parte, sitúa la mirada de los otros en tanto signo de aprobación de su propia corporalidad, a la que percibe más cercana a la esperada.

Por otro lado, en la última parte del fragmento de la entrevista, Fany relaciona el sentimiento de incomodidad con su cuerpo a partir de sentirse “observada”, con una situación en la que un hombre estaba mirando en el transporte público a su hija de 8 años; mostrando de este modo una articulación del tema con la violencia que sufren las mujeres dentro del contexto de desigualdad de género en que vivimos. Aquí Fany habla de “desesperación”, y señala la indefensión de una niña, dando cuenta de una situación de riesgo y peligro.

En el relato que sigue, no son las miradas de los hombres desconocidos y peligrosos, sino vínculos cercanos y familiares, hermanos e hijo, quienes suscitan sentimientos de intimidación e incomodidad que restringen las posibi-

relación sexual. 3. tr. Embargar o cautivar el ánimo de alguien. (Real academia española)

lidades de acción en relación a los modos de estar corporales.

“Yo: ¿ y ahora te maquillas cuando tenés alguna fiesta, o en que momentos te arreglas?”

Xi: no, no. (Inaudible) [...] Aparte me intimida mucho, porque hace muchos años que no me maquillo. Y mis hermanos me ven maquillada y me dicen ‘ah, pero que paso?’ Mi hijo, me pregunta, ‘ma, porque te maquillaste, o porque te pintas?’ me dicen. Me retan, no me puedo arreglar. Encima tengo todos hermanos varones..., no sabes lo que son. Si me pongo una pollera me dicen ‘¿estás segura que vas a llevar pollera?’ (Ximena, 37 años, Argentina).

Traigo al análisis por último otra experiencia, en este caso un fragmento de registro de campo que corresponde a un domingo a la tarde en donde un grupo de baile iba a actuar. La situación refiere al momento en el que las/os niñas/os (entre 3 y 7 años) se estaban preparando para salir a escena y junto con dos de las madres estábamos colaborando en el maquillaje.

“[...] viene otra mama con la hija ya cambiada con el vestuario y me dice que le ponga un poco en la boca. Le pregunto si no quiere en los ojos, que todas las chicas se están pintando y me dice que no, que ‘al padre no le gusta que se ande pintando, que se llega a enterar y no pueden volver a la casa’ (Se ríe). Le pinto los labios con rojo diciéndole que es el único que hay, me dice que está bien y se lo esfuma con los dedos para que quede más suave, retirando la casi totalidad del color.” (Fragmento de registro de campo.)

En esta escena de campo, la madre por medio de un “chiste” señala no solo el desacuerdo del padre con que la hija se maquille, sino que da cuenta del poder real del padre en relación a ella. La posibilidad de disgustarlo, con las connotaciones y consecuencias reales o fantasmáticas de dichos actos, hace referencia a la desigualdad de poder y recursos desde el cual se sitúa el hombre y la mujer. En ese sentido, hay una estructura de poder real, que cuenta con

la violencia como uno de sus mecanismos.

Es interesante notar de todos modos, que la madre lleva a su hija a que se maquille como las demás niñas que bailan. La niña se sentó en la silla, le pintamos la boca y le pusimos el espejo para que se mirara, ella sonrió y la madre también. Luego, la madre se lo “esfumo” para que no se note. La experiencia de maquillarse y de salir a bailar maquillada por parte de la niña, así como el ver como maquillaban a su hija por parte de la madre, estaban realizados; las evidencias, esfumadas.

Conclusiones

A partir de las narraciones y experiencias analizadas, podemos establecer de modo provisional tres dimensiones, que como veremos luego son parte del mismo proceso, en las que las emociones juegan un particular rol en relación con las prácticas de belleza desarrolladas por las mujeres pobres de la villa.

En primer lugar, encontramos una serie de emociones que se constituyen en tanto evidencia de la legitimidad de sus corporalidades, a partir de la adecuación a las tendencias estéticas de la dimensión corporal del *habitus* de las mujeres de la villa. Recordamos que para Bourdieu, la percepción del propio cuerpo, construida a partir de la distancia entre el cuerpo real de las mujeres y el “cuerpo legítimo” en términos de percepciones dominantes, es un modo de experimentar la posición en el espacio social (BOURDIEU, 1989). En el caso de las mujeres de la villa, las dimensiones de género, de clase y de etnia-racializada, se entrelazan en determinada posición socio-estructural. Cuando el cuerpo de las mujeres cumple con ciertas expectativas, como la dedicación y cuidados en pos de agradar al hombre o de “dedicarse” a sí misma en el caso de Alma, Gloria y Rocio, los sentimientos son de agrado; mientras

que cuando los mismos se distancian, se vivencian sentimientos de “vergüenza” y malestar, como las narraciones de Fany y Ximena sugieren.

En vistas a las experiencias reseñadas, podemos decir en segundo lugar que las emociones se encuentran atravesadas en una primera instancia (antes de que su valoración sea positiva o negativa) con la posición de la mujer frente al hombre. Tanto los sentimientos de orgullo y felicidad, como la incomodidad por los retos o las miradas de ellos, nos hablan de un régimen de desigualdad sexo-generica que establece expectativas y controles sobre las corporalidades de las mujeres, dado que más allá de las características de clase se sitúan en una posición sexualizada donde el criterio que objetiva es masculino.

Por último, recordamos que las emociones y sentimientos despertados por la apariencia y modos de estar estéticos en las mujeres, son importantes motivadores y movilizadores de sus acciones, por lo que las disputas de sentido que actúan en el trasfondo de la construcción de asociaciones valorativas, revisten de importancia a la hora de visibilizar las capacidades reales de acción de las mujeres. Siguiendo a Sánchez Aguirre,

“La función social de las emociones se presenta como generadora de movimientos, de potencias, que de acuerdo al entramado de interdependencias grupales, va adquiriendo diferentes motivos. El estudio de las emociones es la puerta de acceso para reconocer las formas sociales que se tejen alrededor de los cuerpos, de sus energías y de sus acciones.” (2013: 82)

Las emociones relacionadas al bienestar habilitan prácticas del sentir que confirman y reafirman las expectativas esperadas por las mujeres pobres de la villa dentro de la estructura de posiciones sociales, mientras que las ligadas a los sentimientos de vergüenza, incomodidad y miedo, actúan eviden-

ciando el desajuste de expectativas. En ambos casos, se constituyen como coaguladores de la acción, en tanto configuran escenarios de aceptación del orden establecido y de las desigualdades que lo atraviesan.

De este modo sostenemos que las emociones que fundan los sentires de las mujeres en relación a sus cuerpos en su dimensión estética forman parte de los dispositivos de regulación de las sensaciones, entendidos como los procesos “mediante los cuales el mundo social es aprehendido y narrado desde la expropiación que le dio origen a la situación de dominación” (SCRIBANO, 2012, p. 101).

Referencias

AAFKES, Mariake. *Belleza producida y cuerpos maleables. Un estudio sobre la belleza física y la práctica de cirugía estética en la ciudad de Buenos Aires*. (Tesis de Maestría). Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2008.

ARECHAGA, Ana Julia. “*Yo soy muy barrial*”. *Usos y concepciones del cuerpo, en relación a la belleza, de mujeres de sectores populares*. X Jornadas de Sociología. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2013.

ASCHIERI, Patricia y CITRO, Silvia. El cuerpo modelo para (re) armar. Cartografía de imágenes y experiencias en los consumos urbanos. pp. 319- 348. En *La Cultura Argentina Hoy. Tendencias!* (comp) Luis Alberto Quevedo. Buenos Aires: Editorial Siglo Veintiuno. Fundación Osde, 2015

BAUDRILLARD, Jean. *La sociedad de consumo*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2009.

BORDO, Susan. El feminismo, la cultura occidental y el cuerpo. *La ventana*. N. 14, 2001.

- BOURDIEU, Jean Pierre. Notas Provisionales sobre la percepción social del cuerpo. En *Materiales de Sociología crítica*, Editado por Wright Mills, C. Madrid: Editorial *la Piqueta*, 1986.
- CARMAN, María, da CUNHA, N. V., & SEGUA, Ramiro. Introducción. Antropología, diferencia y segregación urbana. En: *Segregación y diferencia en la ciudad*. CARMAN, María, da CUNHA, N. V., & SEGUA, Ramiro (coord.) FLACSO, Sede Ecuador: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO): Ministerio de Desarrollo Urbano y Vivienda, Hacedores de ciudades, 2013.
- CASTRO, Ana Lucia. “Os sentidos da cirurgia estética: Utilidade, Futilidade, Agencia e/ou incorporação” en: *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad - RELACES*, a. 4, n. 9, p. 28-37, 2011.
- CORDOBA, Marcelo. “La cirugía estética como práctica socio-cultural distintiva: un lacerante encuentro entre corporeidad e imaginario social”. En: *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad- RELACES*, a. 2, n. 2, 2010a.
- CORDOBA, Marcelo. La cirugía estética en la prensa gráfica: entre la información y la seducción. En: *Cuerpo(s): sexo, sentidos y semiosis*. Olavarria, M. (coord.). Buenos Aires: La Crujía, 2010b.
- CRAVINO, María Cristina. “Las transformaciones en la identidad villera... la conflictiva construcción de sentidos”. En *Cuadernos de Antropología Social*, n.15, p. 29-47, 2002.
- CRAVINO, María Cristina. *Las villas de la ciudad. Mercado e informalidad urbana*. Buenos Aires: Editorial Instituto del Conurbano – UNGS. 2014
- CROVARA, María Eugenia. “Pobreza y estigma en una villa miseria argentina”. *Política y cultura*, n. 22, p. 29-45, 2004.
- GIROLA, María Florencia. Procesos de heterogeneización y homogeneización socio-residencial desde una perspectiva etnográfica: reflexiones en torno a la construcción de urbanidad en una vivienda social de la ciudad de Buenos Aires. En: CARMAN, María, da CUNHA, N. V., & SEGUA, Ramiro (coord.) FLACSO, Sede Ecuador: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO): Ministerio de Desarrollo Urbano y Vivienda, Hacedores de ciudades, 2013.
- HERRERA NÁJERA, Jeanie Maritza y RETA, Claudia Gabriela. Anexo estadístico. En: Scribano, Adrian, et al., *Sensibilidades Villeras hoy: una búsqueda*. Estudios Sociológicos Editora, 2016.
- LE BRETÓN, David. *Antropología del cuerpo y modernidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2012.
- LIPOVETSKY, Gilles. *La era del vacío*. Ensayos sobre el individualismo contemporáneo. Barcelona: Anagrama, 1986.
- MERA, Gabriela. “Migración paraguaya en la Ciudad de Buenos Aires: distribución espacial y pobreza”. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 8, n. 14, p. 57-80, 2014.
- MORENO FIGUEROA, Monica. “Distributed Intensities: Whiteness, Mestizaje and the Logics of Mexican Racism”. *Ethnicities* n. 10, p. 387-401, 2010.
- MORENO FIGUEROA, Monica. “Displaced Looks: The lived Experience of Beauty and Racism in México”. *Feminist Theory*, n. 14. p 137-151, 2013.
- MUÑIZ, Elsa. “La cirugía cosmética: Productora de mundos posibles”. *Estudios* n. 27, p. 119-132, 2012.
- NICOLINO, Aline da Silva. Primazia da beleza feminina e juventude empobrecida: notas de uma relação conflituosa.

sa. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 40, p. 83-94, 2012.

SÁNCHEZ AGUIRRE, Rafael. Apuntes sobre la construcción conceptual de las emociones y los cuerpos. *Revista Latinoamericana De Estudios Sobre Cuerpos, Emociones Y Sociedad*, 2013.

SCRIBANO, Adrian. A modo de epílogo; Por qué una mirada sociológica de los cuerpos y las emociones?. SCRIBANO, Adrian y FÍGARI, Carlos (comps.). *Cuerpo (s), Subjetividad (es) y Conflicto (s): Hacia una sociología de los cuerpos y las emociones desde Latinoamérica*. Buenos Aires: CLACSO/Ciccus Ed, p. 141-151, 2009.

SCRIBANO, Adrian. Sociología de los cuerpos/emociones. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, a. 4, n. 10, p. 91-111, 2012.

SCRIBANO, Adrian. Ciudades Coloniales: Límites, Márgenes y Bordes. En: CAMARENA LUHRS, Margarita (coord.). *Circulaciones materiales y simbólicas en América*. Facultad de Ingeniería, Universidad Autónoma de Querétaro México, 2013.

SCRIBANO, Adrian. *¡Disfrutalo! Una aproximación a la economía política de la moral desde el consumo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Elaleph.com, 2015.

SCRIBANO, Adrian, et al., *Sensibilidades Villeras hoy: una búsqueda*. Estudios Sociológicos Editora, 2016.

VIGARELLO, Georges. *Historia de la Belleza. El cuerpo y el arte de embellecer desde el renacimiento hasta nuestros días*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005

Evitando o inevitável: a morte no cotidiano

Avoiding the inevitable: death in daily life

Fernando Afonso de Almeida

Recebido: 18.04.2016
Aprovado: 03.06.2016

Resumo: Na cultura ocidental, é recorrente a ideia de que a morte é o limite extremo da existência humana, uma vez que traz consigo o aniquilamento da consciência e das atividades sensoriais e motoras. Devido ao seu caráter inevitável e atemorizante, nesses dois últimos séculos têm sido adotados comportamentos que visam a dissimular sua presença e a restringir seu espaço na vida cotidiana. Pretende-se, por um lado, mostrar que, embora tais atitudes reflitam certa preocupação com a manutenção de certa ordem diante do desconhecido ameaçador, elas tendem a provocar o isolamento do doente, e, por outro lado, ilustrar através de dois exemplos atitudes que traduzem uma aceitação mais realista da condição humana e do lugar do doente grave. **Palavras-chave:** morte, cotidiano, isolamento

Abstract: In Western culture, it recurs the idea that death is the extreme limit of human existence, and it carries with it the annihilation of consciousness and sensory and motor activities. Due to its inevitable and frightening character, in the last two centuries it has been adopted behaviors that seek to conceal their presence and to restrict its space in everyday life. It is intended, on the one hand, show that, although these actions reflect one some concern about maintaining a certain order on the threatening unknown, they tend to result in isolation of the patient, and on the other hand, illustrate by two examples attitudes that reflect a more realistic acceptance of the human condition and the place of the gravely ill.

Keywords: death, daily, lonely

Somente o fim de uma época permite anunciar o que a fez viver, como se lhe fosse preciso morrer para tornar-se um livro. Michel de Certeau

À diferença dos demais seres vivos, o homem se singulariza, entre outras coisas, por adquirir muito cedo consciência de sua incontornável finitude e por ser, assim, levado a se posicionar e agir tendo em mente sua “fragilidade existencial”. Tal conhecimento aflora em ocasiões diversas e de maneira mais ou menos aguda, tornando a vida ao mesmo tempo palpável – porque situada entre dois fatos-baliza (nascimento e morte) – e virtualmente evanescente, ou seja, prometida à dissipação. Muitos esforços e investimentos são empreendidos no sentido de fazer recuar essa barreira final; eles operam sempre levando em conta a dimensão temporal da existência. De todo modo, a morte é

o pano de fundo que evidencia e valoriza a vida, na medida em que lhe fornece contraste e relevo, como ocorre com a escuridão em relação à luz, ou com a inércia em relação ao movimento. E é no espaço “vida” que vão não apenas se debater as diferentes questões da existência humana, mas também se modelar e se organizar regras, sentimentos e sentidos que norteiam modos de ser, pensar e agir diante da realidade, inclusive diante da própria finitude.

Dois textos servirão de base, ou pelo menos de ponto de partida, para esta reflexão: “O Inominável: Morrer”, capítulo XIV de *A Invenção do Cotidiano: 1 Artes do Fazer* (CERTEAU, 2014, pp.264-273) e *História da morte no ocidente, da Idade Média aos nossos dias* (ARIÈS, 2012). Embora ambos incorporem a referida peculiaridade da condição humana (a consciência da

própria morte) de modo subjacente, eles exploram diferentes ângulos da questão. Arriscando uma classificação, diríamos que o primeiro se inscreve numa perspectiva marxista, privilegiando o caráter tensional das práticas e comportamentos, tensão essa geradora de mudanças, desvios, movimentos, tanto no que diz respeito às atitudes quanto à sua interpretação ou representação. Ariès, por sua vez, adota um ponto de vista socio-histórico cujo interesse maior é verificar a evolução dos hábitos e mentalidades no decorrer do tempo.

Como o título do texto de Certeau parece indicar (“O Inominável: Morrer”), a certeza da morte futura e o temor provocado pela ideia do conseqüente aniquilamento da consciência fazem com que se estabeleça um pacto para bani-la do cenário imediato, tornando-a menos visível e mais eventual. Silenciar a seu respeito seria uma forma de dissimular nossa submissão a essa “condenação”. Pretende-se, neste espaço, examinar certos comportamentos, práticas e discursos que se produzem em torno da morte no cotidiano. Trata-se sobretudo de gestos, frases, considerações, atenções e encenações que, por assim dizer, buscam calar ou ao menos abafar os ruídos característicos da morte anunciada. Nessas situações, na chamada “cultura ocidental”, é costume construir-se muros ou barricadas, de modo a isolar o moribundo e amordaçar a terrível ameaça que paira sobre as cabeças.

Retido ali [em hospitais, abrigos etc.], torna-se um desconhecido para os seus. Não mora mais nas casas deles nem no seu falar. Talvez o exilado um dia regresse do país estranho cuja língua, na casa dele, ninguém conhece e que há de ser fatalmente esquecida. (CERTEAU, 2014, p. 266).

Para o sucesso desse silenciamento, observa-se um conjunto

de regras, em sua maioria tácitas, que operam a serviço da conveniência, da polidez, da compostura; o que tem por efeito a criação, em torno do moribundo, de um território proibido, intransitável, onde ficam confinados a dor, o sofrimento, a agonia, a queixa, a confiança, enfim, tudo o que possa conturbar a segurança dos vivos.

Quando se aproxima a morte, o pessoal do hospital se retira. “Síndrome de fuga por parte dos médicos e das enfermeiras”. O afastamento é acompanhado de senhas cujo vocabulário coloca já o vivo na posição do morto: “Ele precisa *descansar*...Deixem o doente *dormir*”. É preciso que o moribundo fique *calmo* e *descanse*. Além dos cuidados e dos calmantes necessários ao doente, esta senha põe em causa a impossibilidade, para o pessoal hospitalar, de *suportar a enunciação* da angústia, do desespero ou da dor: é preciso impedir que se diga isso. (CERTEAU, 2014, p.264; grifos do autor)

O lugar da morte

És o que fomos, serás o que somos. (Inscrição em pórticos de cemitérios antigos)

Durante o século XX principalmente, um grande silêncio se abateu sobre a morte, não somente por parte dos cientistas, mas também por parte do homem comum. Apenas recentemente ela voltou a ter algum destaque, tornando-se tema de livros e publicações em jornais, embora “*de início como uma coisa proibida e um tanto obscena*” (ARIÈS, 2012, p.215). No entanto, durante a Idade Média, e mesmo bem antes, a morte estava claramente inscrita na vida cotidiana. “*Assim como se nascia em público, morria-se em público, e não apenas o rei [...] mas qualquer pessoa.*” (ARIÈS, 2012, p.217). Essa participação pública era uma maneira de testemunhar os acontecimentos e, dessa forma, de legitimá-los, inscrevendo-os nas cenas do dia-a-dia.

“Quando os passantes encontravam o

padre na rua levando o viático, o costume e a devoção ditavam que o seguissem até o quarto do moribundo, mesmo se este lhes era desconhecido. A iminência da morte transformava o quarto do moribundo em uma espécie de lugar público”. (ARIÈS, 2012, p.218)

Assim acontecia, embora tanto a Igreja (movida pela sagrada tarefa de preparar a alma do moribundo para sua passagem ao reino de Deus), quanto mais tarde também os médicos (que acreditavam que o ar carregado trazia malefícios para o estado de saúde do doente) procurassem limitar a presença das pessoas em torno do doente. E quando este não suspeitava da gravidade de seu estado, cabia aos próximos avisá-lo.



Figura 1 - Interior da Capela de Évora (Portugal)

Observava-se também uma presença frequente da morte nas representações artísticas. As *vanitas*, pinturas em que se reproduziam símbolos associados à morte, como crânios, relógios, ampulhetas, frutas em decomposição, chamavam a atenção para o caráter efêmero da vida, combatendo assim a vaidade humana e a futilidade. Nesse mesmo sentido, a capela de Évora (Portugal), feita inteiramente de ossos humanos, ostenta a seguinte frase: “*Nós, ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos*”.

O lugar da morte nos dias de hoje (Ariès e Certeau)

Com o passar do tempo, desenvolveu-se nas culturas modernas ocidentais em geral uma progressiva rejei-

ção à ideia de *morte*, que foi sendo assim desalojada. Existe hoje um certo consenso segundo o qual é, por assim dizer, um dever da família esconder do doente sua morte próxima; mais vale que ele morra na sua ignorância. Mal acolhida no cenário da vida cotidiana em que estivera presente e confinada a zonas restritas, ela tornou-se um tabu, um fato a ser mantido, tanto quanto possível, invisível aos olhos das pessoas comuns, ausente da vida regular. De fato, atualmente, os doentes terminais tendem a ser isolados em ambientes frequentados basicamente por médicos, enfermeiras e agentes de saúde. Restringe-se, dessa maneira, seu espaço de circulação, como forma de se evitar sua exposição e um contato indiscriminado com o público.

Para Ariès, essa mudança foi provocada principalmente por dois fatores. O primeiro diz respeito ao núcleo familiar, que havia sofrido uma espécie de energização no tocante aos vínculos afetivos que ligavam seus membros entre si. Intensificava-se, por parte de cada parente, o reconhecimento de si próprio e do outro enquanto porções necessárias à constituição do conjunto; o que dotava a célula familiar de uma importância maior e mais distribuída do que antes.

Essa nova feição da família elevou a morte a uma posição de séria ameaça, por ser capaz de aniquilar um ente amado e, por conseguinte, de atingir a integridade do grupo, infringindo sofrimento a todos os seus membros. A ideia da morte passa a ser algo difícil de suportar, fazendo com que se instale a “lei do silêncio”. Não apenas a família procura esconder do doente terminal sua condição, mas ele próprio, caso a tenha de alguma forma percebido, irá provavelmente mentir, fingindo acreditar em sua recuperação, com o intuito de “salvar as aparências”. Como sustenta Ariès, “*no fundo o que importa é menos o fato de que o doente saiba ou não, e sim o de que, caso ele saiba, tenha a*

elegância e a coragem de ser discreto.” (ARIÈS, 2012, p.225, grifo nosso)

O segundo fator que contribuiu para essa inversão na maneira de se lidar com a morte foi o franco desenvolvimento das ciências médicas, que expandiram suas práticas, e principalmente a consequente influência exercida sobre as mentalidades (ARIÈS, 2012, p.222). Com efeito, sabe-se que até o século XVIII a instituição hospitalar possuía um caráter assistencialista e estava a cargo de congregações religiosas. Sua função principal era dar apoio a doentes carentes que, devido à falta de recursos e ao risco de contágio, eram assistidos e isolados do convívio social. Nessa época o exercício da medicina se fazia fora dos hospitais. Somente mais tarde estes se tornaram instituições terapêuticas, submetidas a um rígido controle através da implementação de dispositivos disciplinares.

Por sua vez, a abordagem de Certeau, irrigada até certo ponto pelo pensamento de Foucault e de Bourdieu, parece mais interessada em perscrutar a circulação dos bens culturais e, sobretudo, os desvios, redirecionamentos e atualizações decorrentes das práticas e usos desses materiais na esfera cotidiana. O autor despende uma especial atenção ao fenômeno da linguagem, atribuindo à enunciação uma função de “revelador”, qual um sintoma, que age por si só (já que dizer é também fazer) e que é, ao mesmo tempo, manifestação de outra coisa que não ela própria. De todo modo, ele se refere a dois circuitos nos quais a morte provoca mal-estar e constrangimento. Um deles é a instituição hospitalar, para a qual a morte representa o fracasso, uma vez que joga por terra todos os esforços investidos na cura: “*Pois a palavra proibida, caso se fizesse ouvir, trairia a luta que mobiliza o hospital e que, supondo que cuidar quer dizer curar, não quer saber do fracasso: seria uma blasfêmia*”. (CERTEAU, 2014, p.264)

O outro circuito em que o prenúncio da morte constitui um incômodo é o mundo do trabalho. No cenário da produtividade, das tarefas, o moribundo seria uma aberração, visto que não trabalha, não produz. Ele afronta o sistema de trabalho / produção / consumo; é um imoral.

Pior ainda, morto em sursis, o moribundo cai fora do pensável, que se identifica com aquilo que se pode fazer. Saindo do campo circunscrito por possibilidades de intervenção, entra numa região de insignificância. Não se pode dizer mais nada ali onde nada mais pode ser feito. Com o ocioso, e mais do que ele, o moribundo é o imoral: um, cidadão que não trabalha; o outro, objeto que nem mesmo se oferece mais a um trabalho; ambos intoleráveis numa sociedade onde o desaparecimento dos sujeitos é em toda parte compensado e camuflado pela multiplicação das tarefas. (CERTEAU, 2014, p.265)

Um terceiro fator: os procedimentos de polidez

Sem dúvida a *teoria da polidez* (BROWN & LEVINSON, 1987) e a *elaboração da face* (GOFFMAN, 1980) – que privilegiam a observação dos comportamentos verbais e para verbais em situação de interação para, em seguida, buscar entendê-los e analisá-los, reconhecendo seu caráter fundador no processo de regulação do social – poderiam contribuir para iluminar um certo ângulo da questão.

Nas interações do dia-a-dia em geral, as regras sociais exigem um constante controle de nossos impulsos mais comuns e, em particular, atenção à comunicação de informações e monitoramento da sinceridade, tendo em vista a necessidade de se tratar o outro com cautela. No universo das trocas interpessoais, recomenda-se agir com cuidado para não atingir a suscetibilidade dos parceiros. Assim sendo, discrição e cordialidade tornaram-se nos dias de hoje marcas de atenção, consideração e respeito em relação ao outro e a nós mesmos, visto que protegem ambas as par-

tes frente ao risco de ameaças e agressões recíprocas.

Na verdade, preservar a imagem do outro é também uma forma de preservar a sua própria. Assim, quando se recebe um presente, é normal agradecer euforicamente valorizando o objeto recebido, mesmo que seu valor seja irrisório ou seu gosto, duvidoso: “*É muito bonito! Muito obrigado!*”. De forma semelhante, quando se reage à indagação de uma amiga sobre seu novo penteado, convém dizer-lhe algo do tipo “*Gostei muito, ficou legal!*”, embora não seja necessariamente essa a impressão que se teve. Existe, portanto, um processo de regulação das expressões, cuja finalidade é, via de regra, estabelecer um equilíbrio, garantindo aos participantes uma margem de segurança em termos de simpatia, civilidade e harmonia.

Atualmente, no caso de se estar na presença de um doente terminal, um processo parecido é desencadeado. É comum que os amigos e parentes próximos lhe digam: “*Não é nada grave!*” ou “*Você vai ficar bom. Vai logo poder sair daí!*”, mesmo que tenham consciência de que dizem o oposto do que pensam. “*O moribundo é apenas um objeto privado de vontade e, muitas vezes, de consciência, mas um objeto perturbador, e tanto mais perturbador quanto mais recalcada é a emoção*” (ARIÈS, 2012, p. 269). Com efeito, existe uma recusa generalizada em se reconhecer a morte como um marco incontornável que faz parte da vida, o que faz dela um tabu. E mesmo que às vezes o próprio doente tenha conhecimento de seu estado, se o interlocutor evita compartilhar com ele o reconhecimento da gravidade da situação, a ideia da proximidade da morte não se torna uma ideia mutua e explicitamente compartilhada. Assim procedendo, o familiar ou pessoa próxima impede que um clima de efetiva cumplicidade e proximidade se estabeleça entre eles.

Em suma, sob o manto da precaução, do cuidado e da polidez, ele evita encarar a ideia da morte, eliminando assim o risco de se entregar a uma emoção perturbadora.

Com efeito, esse comportamento de “evitação” equivale sem dúvida a um mecanismo de autoproteção, funcionando como um escudo: cria-se um “lugar” que permite ao amigo ou parente próximo encarnar um personagem que acredita na recuperação do doente. Assim fazendo, ele expulsa a morte iminente daquele cenário e prepara-se para adentrar num terreno menos ameaçador, mais seguro. Mas essa “desdramatização” da cena atende, sobretudo, à necessidade de camuflar a perspectiva da morte, tendência esta tão atual segundo Ariès e Certeau. Portanto, sob pretexto de tranquilizar o enfermo e de lhe trazer conforto escondendo-lhe a gravidade de seu estado, na verdade o que se faz é mantê-lo a distância, fingindo não ter conhecimento de sua real situação. Ao se afastar a possibilidade de uma troca efetiva baseada em informações pertinentes àquele contexto, o processo de aproximação entre o doente e seu interlocutor é bloqueado. Configura-se dessa forma uma postura de distanciamento das pessoas para com a real situação e as emoções alheias, que é característica da interiorização do indivíduo moderno. Por conseguinte, o isolamento do enfermo se acentua, pois ele não tem como se abrir e compartilhar seus sentimentos. Ele é então destituído da condição efetiva de participante pleno. Ao que parece, recusar reconhecer a gravidade do estado de um moribundo é estabelecer deliberadamente uma defasagem que contribui para o não envolvimento interpessoal; é recusar a intimidade, a confiança, a exploração.

Distância e proximidade: dois exemplos

Como se comportar diante de um doente terminal? Como agir, durante

uma visita a um parente ou amigo, sem fingir, sem adotar a escapatória do não reconhecimento da proximidade da morte? Quão atemorizante seria admitir o caráter de despedida da situação? Mais valeria agir dissimuladamente, apesar do risco de comprometer a conexão, a sintonia, o entendimento característico da posição de amigo ou parente próximo? Quais seriam as informações que poderiam ser trocadas e reconhecidas mutuamente?

A seguir, dois exemplos na contramão:

O primeiro, na verdade, é composto de cenas ao mesmo tempo comovedoras e perturbadoras de *Ninfomaniaca (parte I)*, obra cinematográfica do polêmico diretor Lars von Trier. Numa sequência, a protagonista – Joe, uma garota de aproximadamente dezoito anos – está no hospital onde se encontra internado seu pai, com quem ela tinha uma relação muito próxima desde a infância. Ele é um doente terminal, ainda relativamente jovem. Médico, homem da razão, ele tem familiaridade com a morte; conhece o funcionamento do corpo, os recursos disponíveis, os medicamentos, as fases da doença até a falência total. Ao entrar no quarto, Joe puxa uma cadeira para perto da cama e acaricia o rosto do pai, que desperta. Ele está tranquilo em seu leito e, por que não dizer, preparado.

Joe – Oi pai!

Pai – Oi, amor! Como está você?

Joe – Briguei com a mamãe... Ela não vem.

Pai – Não brigue com ela. Kay tem medo de hospitais. [...] Eu sei que ela não vem. Já dissemos tudo que precisávamos dizer. Não a quero aqui.

Joe – Não posso aceitar isso.

Pai – Terá de aceitar.

Joe – Ela é uma vadia covarde e idiota.

Pai – Não, não é.

Joe – É. É que você nunca viu.

Na sequência seguinte, referindo-se a esse momento final, ela diz:

Joe – Isso não o assusta?

Pai – Não.

Joe – Como pode não ter medo?

Pai – Já vi muitos morrerem. E há a citação de Epicuro sobre não temer a morte. “Enquanto vivemos a morte não existe. Quando a morte chega não existimos mais”. Sei o que vai acontecer. E também conheço todas as drogas que os médicos têm a oferecer. Então não, não tenho...

Joe – Lindo pai!

Pai – Linda menina!



Figura 2 - Foto do filme *Ninfomaniaca I*, de Lars von Trier

Algum tempo depois disso, a câmera focaliza o pai, que acorda de um pesadelo gritando, após ter adormecido:

Pai – Kay!!!

Joe – Pai ! (ela toca o rosto dele com as duas mãos)

O pai chora, se contorce, se debate, grita e termina por espalhar suas fezes sobre a cama:

Joe – Vai ficar tudo bem ...

A enfermeira entra e antes de começar a limpá-lo, dirige-se a Joe:

Enfermeira – Não que dar uma volta? Fico com seu pai enquanto isso.... Vai ficar?

Joe – Vou ficar.

Um pouco adiante, o pai tem outra crise. Ele grita e Joe se apavora:

Joe – Pai, que você tem? Papai, sou eu. Sou eu... Socorro!! Chame o médico! (dirigindo-se à enfermeira).

[...]

Médico – Nós temos de imobilizá-lo.

Pai – Que estão fazendo? Joe, que estão fazendo comigo?

O médico a faz sair do quarto. A serenidade deu lugar à agonia, à convulsão. É um momento de caos profundo em que a realidade do corpo se impõe, subjugando a razão. Esta é a última visita da filha ao pai.

O que chama a atenção nessas passagens é, sobretudo, a atitude de entrega da filha: ela está próxima, presente, disponível diante do pai. Eles se olham, se tocam e conversam. Mantendo com o pai uma sintonia tão intensa quanto aquela de que desfrutaram durante sua infância; ela o acompanha de fato, falando de coisas que realmente poderiam interessar a um moribundo. Ela o acolhe em seu processo de morte, sem dissimulação.

Quanto ao segundo exemplo, trata-se de um trabalho igualmente instigante, realizado entre 2003 e 2004 por Beate Lakotta e Walter Schels, ela, jornalista, e ele, fotógrafo. O casal se propôs a acompanhar doentes terminais em alguns “Hospizen” de Hamburgo e Berlim. Os hospitais assim chamados correspondem aos nossos Centros de Cuidados Paliativos: instituições que recebem apenas pacientes gravemente doentes e sem possibilidade de cura. Os doentes desses Centros aceitaram que Beate gravasse as entrevistas e que Walter os fotografasse antes e depois da morte. Para vários deles, era uma forma de dar sentido à fase final de suas vidas. Muitos apreciavam essas longas entrevistas, salpicadas de relatos e confissões. Uma vez concluído, o trabalho tornou-se acessível ao público de duas maneiras: sob a forma de livro, *Noch Mal Leben vor dem Tod* (LAKOTTA & SCHELS, 2004) – em português: *Viver Novamente Antes da Morte* – com divulgação inicial restrita à Alemanha, e também através da exposição das fotos e dos relatos em museus europeus.



Figura 3 - Doente terminal fotografada antes e logo após morrer

Em reportagem de WÜSTHOF (2005) intitulada “Encarando a morte”, publicada pela *Revista Veja* nº1892, de 16/02/2005, o casal justifica seu interesse pelo tema. Walter, que aos nove anos viu sua casa ser destruída por um bombardeio, se reporta aos horrores da Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, já adulto, sentia-se ainda perseguido, pois não conseguia se livrar das atrocidades de que fora testemunha. A exploração do universo dos doentes terminais talvez fosse uma maneira de redesenhar sua relação com a morte, enxergando-a de forma mais natural. Beate, por sua vez, aproximadamente trinta anos mais jovem do que Walter e de quem era companheira havia nove, sabia que os dois não poderiam envelhecer juntos. Este era um pensamento sempre presente em seu dia-a-dia; e uma forma positiva de lidar com tal situação seria tentar familiarizar-se com a morte, para poder encará-la como uma necessidade da vida. Desenvolver esse projeto seria uma forma de refletir sobre o conjunto “vida-existência-morte”.

O livro traz conversas com pacientes e familiares que, devido à situação, são sempre carregadas de emoção. Numa delas, um homem se recrimina por nunca ter ousado conversar com sua esposa sobre sua morte próxima. Ele evitava ao máximo tocar no assunto, refugiando-se sempre em temas sem importância. Assim que a mulher partiu, ele passou a se lamentar por não ter estado mais próximo dela em seus últimos momentos de vida. Admitiu, aos prantos: “*Eu não disse uma única vez a ela*

quanto a amava e como sou grato pela vida maravilhosa que tivemos juntos".

Em seu artigo publicado na referida revista sobre o trabalho de Beate e Walter, Roberto Wüsthof (2005) salienta que a queixa mais frequente dos doentes era a de que familiares e amigos se recusavam a falar sobre a morte, ainda que muito próxima. Wüsthof cita Schels que conclui:

Encenar aquele conhecido teatro do faz-de-conta quando todos sabem que não existe mais salvação é bastante comum. Alguns pacientes não se importam com isso. Para outros, porém, essa abordagem leva a que fiquem completamente sós com seus medos" (WÜSTHOF, 2005, p.86).

Para estes, retirar a morte do horizonte fazendo como se ela não estivesse ali constitui um gesto de afastamento, pois isola o doente do mundo. Em contrapartida possibilita o bloqueio do fluxo afetivo por parte dos próximos e parentes.

Se não para todos, pelo menos para uma boa parte dos pacientes (e seus familiares), o fato de se poder falar da morte e encará-la de frente parece ser uma atitude tranquilizadora, visto que permite uma mais efetiva comunicação interpessoal, uma melhor circulação do afeto e um acompanhamento com maior proximidade. Aliás, como afirma Wüsthof, foi essa possibilidade de se abrirem e falarem de suas questões, e também de deixarem sua existência registrada em um livro, que levou a maior parte dos doentes a aceitarem participar do projeto.

Considerações finais

O esforço para se afastar a morte do cenário de nosso cotidiano conduz evidentemente a uma atenuação de sua exposição enquanto realidade próxima e inerente à vida. E uma observação das mentalidades de nossa época leva a crer que uma das causas para que isso aconteça é a provável identificação que tende a se estabelecer entre a pessoa sau-

dável e o moribundo, o que, para o primeiro, via de regra, constitui motivo de inquietação, angústia ou sofrimento, visto que a presença do moribundo o remete à sua própria condição de mortal, condição essa que, em nossos dias, tanto se procura esconder. Por isso, quanto menos estiverem presentes os sinais associados à morte, mais fácil será escamotear esse limite derradeiro, característica fundamental da própria condição de mortal. Porém, evitar reconhecer à morte seu lugar na existência humana é apostar na realidade de uma ilusão. Na verdade, pode-se dizer, com certa dose de ironia, que a morte, juntamente com os impostos, é uma das poucas certezas que temos na vida.

Entretanto, vem se tornando manifesta a partir do século XX uma reação por parte da população, no sentido de restringir o alcance da autoridade médica e de conservar certa autonomia em relação ao próprio corpo. As discussões sobre o direito à "morte com dignidade" juntamente com a criação dos Centros de Cuidados Paliativos são reflexo de iniciativas em prol da valorização e do reconhecimento da pessoa pelo campo médico.

Assim, é incontestável o fato de que cada época se configura à sua maneira, dentro de um tempo próprio e único, resultado de inúmeros pequenos movimentos que se produzem nas diferentes esferas sociais. Dentro desse interminável processo de mudanças, parece que começamos a presenciar uma reação quanto à forma de se lidar com a doença e a morte, reação essa que, ao que tudo indica, devolve um pouco à pessoa o controle sobre seu corpo e sua morte.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História de morte no ocidente, da Idade Média aos nossos dias*. São Paulo: Saraiva de bolso, 2012.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. *Politeness: some universal in language usage*.

Cambridge: Cambridge University, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: I Artes do Fazer*. 22ª edição, Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, Ervin. A elaboração da face. In Sérvulo Augusto Figueira (Org). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp.76-114, 1980.

LAKOTTA, Beate; SCHELS, Walter. *Noch mal leben vor dem Tod*. Berlim: DVA, 2004.

WÜSTHOF, Roberto. Encarando a morte, *Revista Veja*, nº 1892: 84-89, 02/2005

<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32599?page=88§ion=1>, 16/04/2016

A proposta culturalista boasiana para a Antropologia

Boas' culturalism proposal in Anthropology

Raoni Borges Barbosa

Recebido: 20.05.2016
Aprovado: 30.06.2016

Resumo: Este artigo busca discutir os aspectos centrais da proposta antropológica boasiana, situada historicamente em um momento crítico no desenvolvimento da ciência ocidental: a passagem para o século XX. Discute a questão de como se articulam, na vertente culturalista da Antropologia fundada por Boas, os conceitos de indivíduo, cultura e sociedade e quais as consequências metodológicas e temáticas deste esquema conceitual. Explora a ideia de *Kultur* e de *cultura*, em Boas, situando o autor na linhagem alemã de estudos sobre o *espírito*, *ethos*, *caráter* e *habitus* de um povo, tomado como especificidade histórica e social dentro de um âmbito de possibilidades universais da mente e da biologia humanas. A proposta de antropologia de Boas se apresenta como um desenvolvimento de posturas mais conservadoras e racionalistas para posturas mais compreensivas e reflexivas, sem, contudo, chegar, de fato, a promover rupturas definitivas com o evolucionismo, com o racionalismo e com o funcionalismo. **Palavras-chave:** Franz Boas, Teoria Antropológica, Antropologia Cultural Americana, Culturalismo, Particularismo Histórico

Abstract: This article discusses the central aspects of Boasian anthropological proposal, which is situated historically at a critical moment in the development of Western science: at the transition to the twentieth century. It discusses the question of how to articulate, in culturalist aspects of the anthropology program founded by Boas, the concepts of individual, culture and society, and what constitutes the methodological issues and consequences of this conceptual scheme. The article also explores the idea of *Kultur* and *culture* in Boas, placing the author in the German tradition of studies about the *Spirit*, *Ethos*, *Character* and *Habitus* of a community - understood as a historical and social specificity within a framework of universal possibilities of mind and human biology. The boasian anthropology proposal is presented as a development of more conservative and rationalists postures for more comprehensive and reflective postures without, however, arrive, in fact, to promote definitive break with evolutionism, with rationalism and functionalism. **Keywords:** Franz Boas, anthropological theory, American cultural anthropology, culturalism, historical particularism

Este artigo busca discutir os aspectos centrais da proposta antropológica boasiana, situada historicamente em um momento crítico no desenvolvimento da ciência ocidental: a passagem para o século XX, com suas novas possibilidades de comunicação de massas, de deslocamentos por todo o globo e de aprofundamento de experiências laboratoriais nas ciências físico-químicas, bio-

lógicas e psicológicas. Momento este vivido intensamente por Boas (Stocking, 2004), cujas interrogações filosófico-existenciais e cujos interesses acadêmicos o levavam por estudos de Filosofia, Geografia, Psicologia, Física, Biologia e Antropologia, bem à moda alemã de formação acadêmica transdisciplinar.

É também um momento de convulsões políticas na Europa, mormente no Estado alemão nascente, em que a própria empresa científica de acúmulo neutro e politicamente desinteressado do saber começa a ser problematizado, e quando este saber em bases científicas pretende se apresentar como a verdade sobre a alteridade radical. Neste sentido, o culturalismo e o particularismo histórico boasianos, fortemente influenciados pela tradição intelectual germânica de *Kultur*, emergem como respostas ao funcionalismo inglês malinowskiano (Lévi-Strauss, 1978), ao racionalismo etnocêntrico do estrutural-funcionalismo francês (Kuper, 2002; Mauss, 1974), e, mais frontalmente, à escola evolucionista da Antropologia (Boas, 1896).

O presente artigo parte e busca compreender a seguinte questão: Como se articulam, na vertente culturalista da Antropologia fundada por Boas, os conceitos de indivíduo, cultura e sociedade e quais as consequências metodológicas e temáticas deste esquema conceitual? Conceitos estes que norteiam teórica e metodologicamente as pesquisas de Boas nos campos da Etnologia, da Linguística, da Arqueologia e da própria Antropologia Física (Eriksen, 2010), onde o autor localizava, à época, as possibilidades teórico-metodológicas de aproximação crítica de seus questionamentos sobre a gênese e o sobre o desenvolvimento da cultura humana.

O artigo pretende também explorar a ideia de *Kultur* e de *cultura*, em Boas, situando o autor na linhagem alemã (Herder, Mannheim, Simmel, Weber, Elias) de estudos sobre o *espírito*, *ethos*, *caráter* e *habitus* de um povo, tomado como especificidade histórica e social dentro de um âmbito de possibilidades universais da mente e da biologia humanas. A proposta de antropologia de Boas se apresenta, assim, como um desenvolvimento de posturas mais conservadoras e racionalistas para posturas

mais compreensivas e reflexivas, sem, contudo, chegar, de fato, a promover rupturas definitivas com o evolucionismo, com o racionalismo e com o funcionalismo.

Neste ponto, o artigo problematiza a crítica boasiana ao evolucionismo, sem, contudo, refutar de todo o método comparativo. Assim como aborda seu interesse pelos mitos, textos, línguas e artefatos artísticos de uma cultura, entendidos como os vetores semânticos e axiológicos de uma comunidade de sentidos, devendo ser estes compreendidos segundo a racionalidade nativa.

A argumentação aqui desenvolvida se organiza em dois momentos. No primeiro, a discussão gira em torno dos conceitos boasianos de indivíduo, cultura e sociedade, inferidos a partir de leituras do material etnográfico de Boas e de leituras de comentadores. No segundo momento, busca precisar a proposta boasiana em sua dimensão metodológica, na qual o autor se esforça por conciliar os métodos *histórico* e *comparativo* da antropologia em um projeto ambicioso de análise das particularidades históricas das culturas humanas, assim como dos aspectos transculturais que as caracterizam em razão das determinantes biopsíquicas e ambientais que trazem consigo.

Indivíduo, Cultura e Sociedade na antropologia boasiana

Franz Boas inicia sua carreira na Antropologia com sua experiência em Berlin, na condição de aprendiz de Virchow e Bastian, até se organizar como pesquisador mais independente na paisagem acadêmica emergente americana, como figura de destaque de um dos muitos museus que conduziam as pesquisas antropológicas de maior alcance de então. Esta trajetória acadêmica bastante tumultuada e rica, que significou a passagem do autor de uma filiação teórico-metodológica no campo da Antropologia Física, e em estudos de geogra-

fia e de biologia, para estudos mais históricos, de recorte etnográfico e linguístico, redonda na fundação da moderna Antropologia Cultural Americana.

A migração de Boas da Alemanha para os EUA acontece em razão das convulsões políticas e sociais que marcaram profundamente a formação do Estado e da sociedade alemã, em sucessivas revoluções intestinas e confrontos bélicos com os povos vizinhos, em 1848, em 1871, em 1914 e em 1939. Boas, nascido em 1859, assim como Durkheim, acompanha estes eventos críticos da política mundial, cujas repercussões na academia e na sociedade o levaram não somente a imigrar, como também a assumir posturas contrárias ao evolucionismo e ao racismo, enquanto antropólogo e pesquisador preocupado com a diferença cultural e com a dignidade humana.

Em linhas gerais, o processo conflitual de acomodação de fronteiras políticas e de formação de identidades coletivas, no continente europeu, ocorre em paralelo com o desenvolvimento da antropologia evolucionista e de seus postulados etnocêntricos de raça, eugenia, história conjectural e progresso cultural ascendente segundo uma escala evolutiva universal da cultura humana, como categorias analíticas. Da mesma forma, a noção de *Kultur*, amplamente difundida na tradição acadêmica alemã,

O conceito de *Kultur* alemão remetia a uma estratégia política de reação ao modelo francês de sociedade, que ameaçava transpor o Reno. Esta estratégia permitiu, por parte da intelectualidade burguesa alemã, o desenvolvimento de um conceito antropológico de cultura que acentuava as diferenças e as particularidades sócio-históricas de um povo sem, contudo, pôr em questão o princípio da humanidade universal.

Nas palavras de Kuper (2002: 59-60), a situação acadêmico-intelectual no círculo cultural germânico em que se situava o jovem Franz Boas em seus

anos de formação e de amadurecimento político e social, quando desponta para interesses cada vez mais ligados à antropologia física e ao estudo da mente humana, pode ser sintetizada nos termos seguintes:

“Os acadêmicos da tradição liberal abordavam cultura com um espírito científico, buscando leis de desenvolvimento. Eles definiam cultura, observa Smith, num sentido antropológico: “Quer dizer, eles se interessavam principalmente pelos padrões de pensamento e comportamento característicos de todo um povo, e não pelas atividades intelectuais e artísticas da elite”. Os destinos dessa tradição liberal – e da tradição hermenêutica mais conservadora – flutuavam com os destinos dos movimentos liberais e nacionalistas da política alemã. Os anos de 1848 e 1870 foram divisores de água para ambas as tradições de pensamento e Smith identifica o ressurgimento de uma preocupação com cultura um tanto científica e liberal por parte da escola etnológica criada por Rudolf Virchow em Berlim, nas décadas de 1870 e 1880”.

Neste ambiente mais geral de efervescência de novas ideias e experimentos científicos, Virchow e Bastian se apresentam como os primeiros mestres e formadores de Boas no estudo científico do homem enquanto fenômeno cultural e social. A busca por determinantes e variáveis independentes sobre os quais modelos explicativos possam ser construídos para a concepção total da humanidade, para além das superficialidades dos costumes local e historicamente marcados, se expande por amplos campos do conhecimento, mas, tanto em Virchow quanto em Bastian (Boas, 1896: 901), se concentram na investigação “[...] of the uniform working of the human mind”.

Nas palavras de Stocking (1966: 869) fica claro o quanto a ideia de evolução, nos primeiros anos da formação intelectual de Boas, é ainda predominante na academia, com suas preocupações de busca, determinação e explicação das origens da humanidade, dos estágios da civilização, das leis do pro-

gresso evolutivo, das reminiscências, das linhas diferenciais entre sociedades políticas (*Kulturvölker*) e sociedades em estado de natureza (*Naturvölker*). A ideia de diferença cultural e de particularismo histórico, tão marcantes no discurso boasiano, não foram ainda articuladas na academia.

Neste sentido, argumenta Stocking (1966: 869):

“It is in the German intellectual tradition that the roots of the culture idea, in both its humanist and anthropological forms, are most inextricably entangled. But it is in fact in German anthropology that one finds the distinction between *Kulturvölker* and *Naturvölker*—that is, between peoples who have culture and peoples who do not. And indeed, it was Germany’s leading anthropologist, Rudolf Virchow, who characterized Bismarck’s struggle with the Catholic Church as a *Kulturkampf*—a fight for culture—which for Virchow meant a fight for liberal, rational principles against the dead weight of medieval traditionalism, obscurantism, and authoritarianism (Ackerknecht 1953: 184-186; cf. Hartog 1938). The situation in late 19th-century anthropology elsewhere is satisfactorily summarized by Kroeber and Kluckhohn themselves:

the whole orientation of the evolutionary school, whose productivity began just ten years before 1871 and of which Tylor himself formed part, . . . was toward origins, stages, progress and survivals, and spontaneous or rational operations of the human mind. . . . In short, the assumptions as well as the findings of the “evolutionists” were schematic and . . . the men remained uninterested in culture as a concept [1952: 1511].”

Com efeito, a influência kantiana é perceptível tanto nos ambientes conservadores quanto nos ambientes mais liberais de produção intelectual e acadêmica da Alemanha. Se o filósofo de Königsberg (Kant, 2012), por sua vez, havia postulado na sua *Crítica da Razão Pura* a natureza universal e inata das formas de conhecimento e entendimento, Bastian (Boas, 1896: 901), por seu turno, postula a universalidade de

ideias elementares, cuja explicação, contudo, se encontra no funcionamento da mente humana, de modo que ali estaria a chave para a explicação dos fenômenos da cultura humana.

Neste sentido, a antropologia boasiana, principalmente a da sua primeira fase, - ainda marcada por estudos de antropometria sob a orientação de Virchow, - reconhece a necessidade do antropólogo de isolar as variáveis independentes da cultura. As causas externas (meio ambiente; densidade populacional; morfologia social) e as causas internas (condições psicológicas) que determinam a mecânica de construção, manutenção e operacionalização de sentidos e seus respectivos vetores em uma coletividade dada, assim, são buscados.

O projeto antropológico malinowskiano, de forma sucinta, parece ter se cristalizado em um conjunto ainda mais simplificado de arazoamentos sobre o indivíduo, a sociedade e a cultura. Como pontua Lévi-Strauss (1978: 25), para Malinowski os fenômenos da cultura (a dimensão simbólica, não material e emotiva da vida coletiva) e da sociedade (a dimensão interacional e institucional da vida coletiva) eram subprodutos de imperativos biopsíquicos humanos, que deviam ser necessariamente satisfeitos. Cultura e sociedade, assim, apareciam como estratégias de realização destas necessidades humanas básicas, cujo território de manifestação era o indivíduo.

“Malinowski tinha a sensação de que o pensamento do povo que estava a estudar - e, de uma maneira geral, o pensamento de todas as populações sem escrita que eram o objecto de estudo da Antropologia - era ou é determinado inteiramente pelas necessidades básicas da vida. Se si souber que um povo, seja ele qual for, é determinado pelas necessidades mais simples da vida - encontrar subsistências, satisfazer as pulsões sexuais e assim por diante -, então está-se apto a explicar as suas instituições sociais, as suas crenças, a sua mitologia e todo o resto. Esta concepção, que se encontra muito difun-

dida, tem geralmente, na Antropologia, a designação de funcionalismo”.

Para Malinowski as necessidades humanas eram assumidamente universais, de maneira que o fenômeno cultural, em última análise, era a forma singular de satisfazê-las. Para Virchow e Bastian, por sua vez, o fenômeno da cultura emergia do funcionamento universal da mente, de modo de que as necessidades básicas humanas eram relegadas a um segundo plano de prioridades analíticas.

Cabe ressaltar, porém, que esta perspectiva teórico-metodológica, naturalista e determinística, ainda fortemente assentada no método comparativo, encontra, nos próprios mestres de Boas, um elemento inovador que permite uma diferenciação progressiva dos estudos boasianos no sentido da construção da antropologia culturalista. Bastian postula não somente, em tributo a Kant, a existência de ideias elementares enquanto manifestação de uma mente humana universal, mas reserva, em seu esquema conceitual, um espaço para a liberdade de sujeitos situados no mundo: a mente humana inventa espontaneamente desta maneira, possibilidades de sentido, gerando a variabilidade cultural verificada empiricamente.

O relativismo cultural boasiano, à época ainda em construção, explora sistematicamente esta brecha na rigidez teórico-metodológica da escola evolucionista, assentada no método comparativo e na história conjuntural. Com efeito, se a possibilidade de criação espontânea de sentido nos processos espontâneos da mente é postulada cientificamente tem-se, por consequência, legitimado o estudo antropológico do que na tradição alemã das ciências sociais se apresenta como o estudo do espírito (Herder, 1995; Fichte, 1800), do ethos (Weber, 1987), do caráter (Boas, 1887) e do habitus (Elias, 1993; 1994; 1997; 2000; 2011) de uma formação social e cultural dada.

Boas, assim, se esforça em provar como somente o estudo científico dos processos de gênese e da dinâmica cotidiana de sistemas sociais reais permite ao antropólogo a construção de modelos explicativos sobre a produção cultural tal como esta de fato ocorre entre as *tribos* exóticas que alimentam a imaginação europeia sobre a alteridade radical. Modelos explicativos estes articulados, em um primeiro momento, na exploração compreensiva de possibilidades de entendimento do outro segundo a racionalidade nativa, e não de acordo com os postulados de universalidade e de racionalidade ocidentais que acabam por subsumir o outro em um estágio pré-evolucionário inferior.

Neste sentido, a afirmação do método histórico para o amadurecimento da antropologia como ciência, como defendido por Boas, significa a afirmação da noção alemã de *Kultur* em detrimento da noção francesa de *Zivilization*. *Kultur*, assim, aparece como manifestação de um *Geist* específico, tanto na sua dimensão coletiva, referente a toda a história de um povo com seus costumes, tradições e invenções, quanto em uma dimensão mais pessoal e individual de experimentação, descoberta e instrumentalização de repertórios simbólicos gerais em circunstâncias singulares de trajetórias individuais: o que se coloca, na perspectiva germânica, como o exercício do cultivar-se, de adquirir *Bildung*.

Nesta perspectiva, percebe-se que tanto à filosofia social simmeliana (Simmel, 1910), quanto à sociologia culturalista weberiana (Kuper, 2002: 58-59; Weber, 1987), sendo Simmel e Weber, em certa medida, kantianos, organizam-se como desdobramentos possíveis do movimento idealista alemão, do qual Boas, à sua maneira, também faz parte. Estes autores, influentes na formação sociológica boasiana, desenvolveram conceitos de indivíduo, sociedade e cultura distintos da noção

racionalista, orgânica e totalizadora das tradições da antropologia funcionalista britânica e da antropologia social francesa (Dumont, 1991).

Simmel entende o social enquanto processo tenso, conflitual e indeterminado entre culturas subjetivas em jogo interacional, cujo resultado, notadamente transintencional, gera uma cultura objetiva dada. No entender de Simmel (1910; 1998; 1998a; 1998b; 1998c; 2006), a análise do social parte de uma distinção clara entre conteúdos e formas sociais, constituindo os conteúdos a cultura subjetiva, enquanto que as formas sociais emergem como produto da ação recíproca dos indivíduos, tendo por substrato a cultura subjetiva ou os conteúdos sociais que se objetificam: se cristalizam enquanto formas sociais.

Simmel entende os conteúdos sociais, a cultura subjetiva, como o conjunto dos interesses, dos projetos, das formas de identificação individuais e coletivas que se formam na tensão entre os indivíduos e as formas sociais objetificadas. Estas últimas resultantes da ação e criação recíprocas destes em seus jogos comunicacionais em termos de alianças tênues ou duradouras em vista de alcançar objetivos específicos.

Pensar a cultura subjetiva em Simmel, assim, significa trazer à discussão a interrelação entre conteúdos (cultura subjetiva) e formas sociais (cultura objetiva), atentando para o fato de que as formas sociais somente existem a partir do estranhamento do outro, assim como a subjetividade só ganha sentido no e pelo social mediante processos de objetificação dos conteúdos sociais (emoções, interesses, projetos) que, por sua vez, permanecem como tensões a animar novos conteúdos e formas sociais. A cultura se apresenta, assim, no modelo de um jogo tensional em que cultura subjetiva e cultura objetiva se condicionam reciprocamente.

No entender de Weber (1974; 1987), que foi aluno de Simmel, a cultu-

ra se manifesta como o conjunto de sentidos produzidos e articulados por uma sociedade dada, sendo esta, em última análise, uma comunidade de sentidos. No *ethos* da comunidade, concebida como a totalidade dinâmica dos vínculos entre seus membros, o indivíduo, dotado de reflexividade e capacidade criadora, desenvolve e executa suas ações em direção ao outro relacional.

Os possíveis sentidos e classificações morais da ação se dão, a posteriori, no âmbito da racionalidade nativa, em processos tensos de negociação e disputas morais e de poder. O elemento formador da cultura, o sentido, é comunicado na ação social, mas jamais de forma unívoca e final, haja vista que processos de construção de sentido não ocorrem como as trocas materiais e energéticas (segundo os princípios da termodinâmica), mas, e aqui, Weber identifica que a complexidade inerente aos sistemas sociais de sentido ocorre em processos de negociação e construção coletiva sobre as possíveis formas de apreender e significar o real.

Kuper (2002: 59), neste sentido, resume o olhar weberiano sobre a cultura da seguinte forma:

“Weber definia cultura como “o legado de uma parcela finita da infinidade de fatos do mundo sem significado, que tem significado e importância do ponto de vista dos seres humanos”. [...] Weber insistia que “as convicções e os valores são tão ‘reais’ quanto as forças materiais” e que elas podem “transformar a natureza da realidade social”.

Simmel e Weber, em linhas gerais, situam o fenômeno da cultura tanto na ação individual quanto no âmbito maior de uma sociabilidade ou de uma comunidade de sentidos dadas, de modo que a formação de uma ciência do *Espírito*, do *Ethos*, do *Caráter* e do *Habitus* de um povo ou nação pode se institucionalizar na Alemanha como tradição sociológica, filosófica e linguística. Diferentemente do que ocorreu na academia francesa e inglesa, onde a antropologia

logia desponta e se organiza como o exercício crítico de análise da cultura enquanto a dimensão simbólica da vida coletiva.

Boas, por sua vez, leva aos EUA estas noções teórico-metodológicas de indivíduo, sociedade e cultura, - ainda que em gestação e não de todo consciente, - fortemente marcadas pelo romantismo alemão. Noções estas que enfatizam a dinâmica processual e tensa, criativa e indeterminada, espontânea e complexa da construção coletiva de sentidos a partir da ação de indivíduos socialmente situados e culturalmente marcados, mas não uniformes.

Boas, assim, organiza sua proposta de antropologia cultural com base na noção de indivíduo enquanto mônada, - singular, criativa e espontânea; de sociedade como comunidade de sentidos e como sociabilidade historicamente marcada, a ser entendida segundo sua própria história de gênese e de desenvolvimento; e de cultura como fenômeno que integra simbolicamente o indivíduo e a sociedade e que deve ser compreendido a partir de seus próprios mapas mentais de sentido, de racionalidade e de verdade – plasmado, entre outros, na escrita, no mito e na arte. A noção de mapas mentais corresponde à postura ensaística simmeliana na abordagem analítica da sociabilidade humana, bem como aos imperativos weberianos de neutralidade axiológica e de verdade científica como aproximação da verdade sobre o real (Weber, 1974a).

Estes elementos do esquema conceitual boasiano podem ser verificados no material etnográfico produzido pelo autor, na medida em que este amadurecia profissional e intelectualmente até chegar a postular o método histórico como base de uma antropologia renovada em cânones científicos – a antropologia cultural. No item abaixo este argumento será desenvolvido mais detalhadamente.

Método de investigação e método de análise

O segundo momento de análise deste artigo aborda a proposta boasiana de antropologia em sua dimensão mais propriamente metodológica. Neste sentido, enfatiza como os métodos *histórico* e *comparativo* foram articulados por Boas em um projeto ambicioso de análise das particularidades históricas das culturas humanas e dos aspectos transculturais que supostamente as caracterizam em razão das determinantes biopsíquicas e ambientais que refletem.

O esforço boasiano de conciliar um método microanalítico, processual e histórico de investigação das particularidades históricas referentes aos processos de gênese e desenvolvimento de uma cultura específica, com o método comparativo, a-histórico e totalizador já firmemente estabelecido nas escolas francesa e inglesa de antropologia, caracteriza o elemento tensional deste momento de fundação da antropologia cultural americana como um dos desdobramentos da tradição acadêmico-intelectual alemã. Esta tensão entre as possibilidades epistemológicas sobre ontologias tidas como marcadamente distintas, a Natureza com suas leis e a Cultura com seus sentidos, atravessa toda a tradição kantiana, da qual Boas indiscutivelmente é continuador.

Schrempp, neste sentido, pontua:

“This methodological tension in Boas was predominantly a matter of his inheritance of the traditional nineteenth-century German distinction between *Naturwissenschaften* and *Geisteswissenschaften*, a distinction largely inspired by Kantian philosophy”. (Schrempp, 1989: 28).

Esta tensão entre as ciências da natureza e as ciências do espírito torna-se deveras problemática na proposta de estudo científico do homem enquanto fenômeno de síntese entre Natureza e Cultura. Com efeito, a antropologia boasiana se debate na busca por uma

definição de indivíduo, cultura e sociedade que abarque não somente a dimensão interacional e criativa, mas também estrutural e universal da vida humana em coletividade.

Boas, ainda influenciado pelo espírito racionalista e cientificista da época de seus primeiros estudos em Antropologia Física e Geografia, organizou seus projetos mais ambiciosos sobre a influência do meio geográfico, das determinantes biológicas e das estruturas mentais universais humanas sobre o fenômeno da cultura a partir de expedições ao Ártico. Durante a sua carreira acadêmica, todavia, Boas pode empreender um conjunto de expedições para o estudo das línguas, da arte, dos mitos, da arqueologia e da antropometria dos esquimós e de vários povos indígenas do Canadá, de modo que seus interesses paulatinamente se concentraram no estudo da diferença, da especificidade e da criatividade cultural dos povos pesquisados.

Sobre as trajetórias teórico-metodológicas e temáticas de Boas, conciliando elementos de sua formação liberal nas ciências do espírito e da natureza, escreve Moura (2006: 128) o seguinte:

“As expedições tiveram início em fevereiro de 1889. Começou um enorme esforço etnográfico, desempenhado pelo próprio pesquisador. No continente europeu o momento coincidia com o início da publicação da obra de Émile Durkheim, aliás nascido também em 1858, como Boas, e, tal como ele, de origem judaica, bem como de um grupo de alta capacidade interpretativa que fez avançar a antropologia francesa. Na França, o campo da etnografia caminhou *pari passu* com o trabalho de Boas na Alemanha e, agora, no continente americano. Mas enquanto Émile Durkheim e Marcel Mauss dependeram da qualidade das anotações de campo obtidas por terceiros, foi o próprio Boas, mais uma vez, que foi ao campo e ali recolheu a sua preciosa etnografia. A década de 90 do século XIX na França inaugurou a primeira fase da grande revista dirigida por Durkheim, denominada *Année Sociologique* (1898). Publicaram-

se artigos que tratavam dos sistemas de representação mental, sobre os quais Boas também escreveu, designando-os como mitologia (*Mithologies*). Simultaneamente, Boas trabalhou em orfanatos judeus da cidade de Nova York, fazendo antropometria de crianças e adultos. Sua formação virchowiana fez dele um fino antropólogo físico, que herdou de Rodolf Virchow a mestria em lidar com os antropômetros. [...]

Na primeira década do século XX, o antropólogo não somente reforçou o perfil intelectual e público de crítico do evolucionismo e do racismo, já que ainda ecoavam nos meios universitários norte-americanos suas duras investidas, como seu nome já apareceu citado respeitosa-mente nos trabalhos de Émile Durkheim e Marcel Mauss. E as citações de Boas que provinham da Escola Sociológica Francesa reforçavam seus achados etnográficos, contra um certo teoricismo que desgostava os dois mestres franceses. Sereno e profundo, Boas estava iniciando três novos focos de interesse: a lingüística, as relações raciais e a arqueologia”.

A autora (Moura, 2006: 128) enfatizou, cabe ressaltar, o quanto a proposta culturalista e relativista de Boas para a antropologia estava atrelada a uma ética democrática e a uma estética da diversidade das formas de vida humana em coletividade. É também neste sentido que Boas articulou sua crítica ao evolucionismo e suas variantes político-ideológicas, como o racismo e a eugenia, tão em voga na Alemanha da qual emigrara, e que, nos EUA, se apresenta no formato de segregação racial enquanto política de estado e ideologia de massas.

No entender, de Moura, aqui partilhado, o teoricismo, a arrogância dos grandes e últimos temas, abordados em uma perspectiva de explicação de totalidades com base em parâmetros tidos como universais de comparação, tão a gosto da antropologia social em suas variantes, francesa e inglesa, impedia a análise de racionalidades próprias de cada cultura pesquisada. Neste sentido, as palavras de Boas problematizam de forma seminal a questão, retomada

mais tardiamente por seus alunos e sucessores, sobre a codependência da formação dinâmica do *self* em contextos culturais também em movimentos de fazer-se e refazer-se, conforme os indivíduos em interação produzem novas formas de sentido à existência em coletividade⁴¹.

De acordo com o autor, o estudo científico da diferença das formas culturais e, por conseguinte, das individualidades historicamente datadas que ali se formam, deve ressaltar a plasticidade cognitiva e emocional humanas. Assim, discorre Franz Boas (1889: 97-98), ao tratar dos objetivos da Etnologia, que:

“Os fatos ensinados pela etnologia implicam que um avanço importante para nosso conhecimento de como a cultura humana se desenvolveu. Um fato decorrente desses estudos não pode ser suficientemente enfatizado: o caráter *relativo* de emoções que nos parecem tão naturais. É difícil conceber que, entre os povos anti-

gos, o pai experimenta em relação ao filho sentimentos completamente diferentes dos que existem entre nós. A partir dos dados da etnologia, aprendemos que não só nossa capacidade e conhecimento, mas também a maneira e os modos de nossos sentimentos e pensamentos resultam de nossa educação como indivíduos e de nossa história como povo. [...] se penetrarmos no espíritos dos povos [...] seus sentimentos e pensamentos eram diferentes dos nossos. [...] Na verdade, é impossível reconhecer *a priori* o que em nossos sentimentos é comum a toda a humanidade e o que é apenas o resultado da história – exceto pelo estudo da etnologia”.

Nesta breve passagem, Boas logrou precisar o alcance da sua proposta culturalista de Antropologia como o estudo do processo de construção coletiva de sentidos a partir de indivíduos em interação simbólica. O método histórico, como argumenta o autor, problematiza a relação indivíduo, sociedade e cultura na forma como estes de fato aconteceram, de modo que impõe ao antropólogo o difícil exercício de distanciar-se criticamente de seu *Kulturbrille* (óculos de cultura), ou seja, de suas perspectivas nativas de racionalidade, objetividade, temporalidade, verdade e outras mais que norteiam as duas formas de pensar e sentir, de ordenar e classificar o mundo em que vive e estuda.

O fenômeno das emoções aparece, neste sentido, como objeto de pesquisa bastante promissor para a análise desta relação tensa de formação e de comunicação de sentidos entre individualidades em jogo comunicacional e sistemas sociais mais amplos de organização do grupo e de seus repertórios simbólicos. Não por acaso Boas (1896) apontou este veio a ser explorado como uma provocação imediata às limitações do método comparativo, com sua pretensão etnocêntrica de atingir as universalidades humanas mediante comparações de artefatos dissociados de suas espacialidades e temporalidades culturais.

⁴¹Cabe ressaltar que os estudos realizados na tradição boasiana de antropologia cultural sobre a relação entre *self* e *cultura*, como os realizados, por exemplo, por Abraham Kardiner, Ralph Linton, Margareth Mead e Ruth Benedict, extrapolaram as noções originais de Boas sobre indivíduo, sociedade e cultura. Estes autores, fundadores da antropologia psicológica da cultura e da personalidade, chegaram a sustentar a ideia de que as formas culturais produzem tipos modais de personalidade e caráter humanos. A noção de caráter, aqui, é definida como um elemento estrutural da cultura que veste as personalidades e conforma os *selves* dos indivíduos nativos da cultura. A ideia de caráter, assim, é explorada no sentido da padronização e da hierarquização de culturas, postas em comparação de uma forma superficial não sustentada pelo particularismo e pelo relativismo de Boas. A escola de antropologia psicológica da cultura e da personalidade foi duramente crítica na década de 1970, quando do segundo deslocamento epistemológico da antropologia nos EUA. Neste amplo movimento de reflexão e reconfiguração teórico-metodológica, ético-política e temática da disciplina, estudos que postulavam a produção e a padronização do *self* pelas forças estruturantes da cultura foram problematizados por propostas mais interacionistas, processualistas e contextualistas de análise da relação entre indivíduo, sociedade e cultura.

Neste sentido, as palavras de Lesser sobre a proposta boasiana de antropologia sintetizam o quanto este projeto de estudo das culturas humanas como diferença e especificidade contribuíram para a fundação de um ethos científico, mas não cientificista, da disciplina. Assim, argumenta Lesser (1981: 4):

“Modern anthropology begins with Franz Boas. It begins in the scientific skepticism with which he examined the traditional orthodoxies of the study of man, exposing and rejecting the false and unproven, calling for a return to empirical observation, establishing the truth of elementary fundamentals, opening new pathways and creating new methods. It begins in Boas’ ways of thinking about man and history, in his use of rigorous scientific requirements for data and for proof, in his rejection of old myths, old stereotypes, old emotionally charged assumptions”.

Boas, no conjunto de sua obra, insistiu no estudo da cultura como história complexa de um povo, que, por sua vez, vive na singularidade de cada individualidade esta história como possibilidade de organização de sentidos em fluxo. Este postulado teórico-metodológico o afastou da sedução do presente etnográfico característico da história conjectural da antropologia social, - que reduzia a alteridade à questão do estudo cartesiano do inconsciente primitivo, de modo a organizá-lo segundo a racionalidade ocidental de história linear e progressiva.

O método histórico boasiano, por sua vez, ao realçar a complexidade do encontro etnográfico, prezava por uma escrita compreensiva e reflexiva, ainda que bastante influenciada pelo racionalismo peculiar ao método comparativo, com sua escrita pretensamente neutra. A importância da ida ao campo e a preocupação com o estudo da linguagem nativa, seja ela escrita ou oral, como advogou Boas (1887) com suas várias expedições em que recorria os povoados esquimós e indígenas a coletar

mitos e decifrar textos, reforçavam esta forma de organizar o texto científico de modo a realçar e problematizar criticamente aspectos reais da língua, da psicologia, da história, da religião, da arte, da política, da economia, e enfim, da vida coletiva dos povos estudados.

Em linhas gerais, Boas conseguiu articular em sua antropologia nascente uma proposta metodológica de história-cultura como princípio da investigação dos fenômenos culturais pesquisados. Somente depois de conhecida a história de gênese e desenvolvimento de uma cultura específica seria possível problematizá-la comparativamente com aspectos tido como universais ao gênero humano. O método comparativo, desta feita, não deveria ser expurgado da antropologia, mas situado em um momento de análise a posteriori de fenômenos culturais devidamente reconhecidos como passíveis de comparação científica.

O cuidado com a produção e análise de dados, assim, como bem pontuou Lesser (1981), foi uma constante na obra boasiana. A antropologia para Boas, antes de tudo, era uma questão de apreciação científica da alteridade e da humanidade em geral.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar a proposta culturalista boasiana para a Antropologia a partir de uma breve reflexão sobre o esquema conceitual deste autor, clássico do pensamento antropológico. Neste diapasão, o esforço analítico se deu no sentido de:

- a) situar a obra de Franz Boas no movimento romântico alemão, em sentido amplo, e em seus desdobramentos no século XIX, dos quais faziam parte não somente a antropologia liberal berlinense, em que se situava Boas, como também a sociologia formal simmeliana e a sociologia culturalista weberiana;

- b) de entender as noções boasianas de indivíduo, cultura e sociedade na proposta teórico-metodológica e temática do autor;
- c) de compreender o papel do método histórico boasiano para a articulação do seu projeto de antropologia, preocupada com a diferença e com o relativismo no estudo das culturas humanas.

A título de conclusão, cabe ressaltar o quanto a proposta hermenêutica boasiana, de cunho historicista e relativista, contribuiu para uma construção humanística da antropologia enquanto disciplina acadêmica e visão científica de mundo. Boas, em sua obra, investiu e insistiu no ethos do antropólogo como cientista comprometido com a dignidade da diferença e das particularidades culturais humanas. Do alto destes princípios o autor pode se contrapor firmemente às posturas racistas e eugenistas que grassavam na academia ocidental à sua época.

Referências

- BOAS, Franz. 1986. *The Limitations of the Comparative Method of Anthropology*. Science: New Series, v. 4, n° 103, p. 901-908.
- BOAS, Franz. 2004. “Um ano entre os esquimós”. In; Stocking Jr., G. *A formação da antropologia Americana 1883-1911*, Rio de Janeiro, Contraponto / UFRJ, p. 67-80.
- BOAS, Franz. 2004. “Os objetivos da Etnologia”. In; Stocking Jr., G. *A formação da antropologia Americana 1883-1911*, Rio de Janeiro, Contraponto / UFRJ, p. 93-98.
- DUMONT, Louis. 1993. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da antropologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 11-31.
- ELIAS, Norbert. 1993. *O Processo Civilizador*, v. 2. Rio de Janeiro: Zahar.
- ELIAS, Norbert. 1994. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert. 1997. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert & Scotson, John L. 2000. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Zahar.
- ELIAS, Norbert. 2011. *O Processo Civilizador*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. 2010. Social Anthropology: Comparison and Context. In: Thomas Hylland Eriksen. *Small Places, Large Issues: An Introduction to Social and Cultural Anthropology, Culture and Society*. London e Chicago: Pluto Press, 3a. Edição, p. 1-13.
- FICHTE, Johann Gottlieb. 1800. *Die Bestimmung des Menschen*. Text der Ausgabe 1800, (A) unter Berücksichtigung der Ausgaben 1801, (B), 1838, (C) und 1845, (S. W.). Herausgegeben von Karl Kehrbach.
- HERDER, Johann Gottfried. 1995. *Também uma filosofia da história para formação da humanidade: uma contribuição a muitas contribuições do século*. Lisboa: Ed. Antígona.
- KANT, Immanuel. 2012. *Crítica da Razão Pura*. Petrópolis: Editora Vozes.
- KUPER, Adam. 2002. *Cultura: A visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC.
- LESSER, Alexander. Franz Boas. 1981. In: Sydel Silverman (Editor). *Totems and Teachers: Perspectives on the History of Anthropology*. New York: Columbia University Press, p. 1-31.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1978. Mito e significado. (Perspectivas do Homem). Lisboa: Edições 70.

- MAUSS, Marcel. 1974. Uma categoria do espírito humano: A noção de pessoa, a noção do “EU”. In: *Sociologia e Antropologia*, v. I, São Paulo: EPU; E-dUSP, p. 205-241.
- MOURA, Maria Margarida. 2006. Franz Boas: *A Antropologia Cultural no seu nascimento*. Revista USP, São Paulo, n° 69, p. 123-134.
- SCHREMPP, Gregory. 1989. Aristotle’s other self: On the boundless subject of anthropological discourse. In: George W. Stocking Jr. (Editor). *Romantic Motives: Essays on Anthropological Sensibility*. History of Anthropology, v. 6. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, p. 10-43.
- SIMMEL, Georg. 1910. “*The sociology of sociability*”. The American Journal of Sociology, v. 55, n° 3, p. 254-261.
- SIMMEL, Georg. 1998. O dinheiro na cultura moderna, In: Jessé de Souza; Berthold J. Oëlze (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, p. 41-76.
- SIMMEL, Georg. 1998a. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva, In: S. Jessé de Souza; Berthold J. Oëlze (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, p. 23-40.
- SIMMEL, Georg. 1998b. Sobre a sociedade e a cultura – Parte I. In: Jessé Souza e Berthold J. Oëlze (Orgs). *Simmel e a modernidade*, Brasília, EdUNB, p. 21-117.
- SIMMEL, Georg. 1998c. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, J; ÖELZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, p.77-105.
- SIMMEL, Georg. 2006. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- STOCKING Jr. & George W. 2004. *A formação da antropologia americana, 1883-1911: Antologia – Franz Boas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ.
- STOCKING Jr. & George W. 1966. Franz Boas and the Culture Concept in Historical Perspective. *American Anthropologist*, n° 68, p. 867-882.
- WEBER, Max. 1974. “A objetividade do conhecimento nas ciências e nas políticas sociais”. In: *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa, Presença, p. 7-111.
- WEBER, Max. 1974a. “O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociológicas e econômicas”. In: *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa, Presença, p. 113-192.
- WEBER, Max. 1987. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Análise de redes: Uma reavaliação

Network Analysis: A reappraisal

Jeremy Boissevain [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]

Recebido em: 10.05.2016

Aprovado em: 30.06.2016

Resumo: Este artigo discorre brevemente sobre o impacto da Análise de Redes como abordagem na Antropologia e nas Ciências Sociais em geral, reavaliando seu potencial e suas limitações para o estudo da sociedade e da cultura. Tece, ainda, considerações sobre o futuro da Análise de Redes como instrumentário metodológico relevante na produção de conhecimento científico. **Palavras-chaves:** Análise de Redes, potencial e limites metodológicos da Análise de Redes

Abstract: This article discusses briefly about the impact of Network Analysis as an approach in Anthropology and Social Sciences in general, re-evaluating its potential and its limitations to the study of society and culture. It also considers critically the future of Network Analysis as relevant methodological toolbox in the production of scientific knowledge. **Keywords:** Network Analysis, potential and methodological limits of Network Analysis

Desde o ressurgimento da análise de redes na antropologia nos últimos anos da década de 1960 (BARNES 1968, 1969; BOISSEVAIN 1968; MITCHELL 1969), tem havido um crescente interesse no campo⁴². Houve pelo menos uma dúzia de conferências e simpósios, uma enxurrada de artigos e documentos para discussão de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos, uma bibliografia informatizada com quase mil entradas (FREEMAN 1975); a coleta e a consolidação de programas computadorizados, e, para coroar essa atividade interdisciplinar, a criação da *International Network for Social Network Analysis* [Rede Internacional para a Análise de Redes Sociais] e da revista *Social Networks* [Redes Sociais]⁴³. Co-

mo este entusiasmo em relação à análise de redes pode ser explicado? Barnes (1954) e Bott (1957) introduziram o conceito em meados da década de 1950, mas ele apenas brotou, em forma de um crescimento substancial, quinze anos mais tarde, e agora ameaça tornar-se uma espécie de selva impenetrável.

Rede e Teoria

O entusiasmo em relação à análise de redes está relacionado e é parte das mudanças teóricas ocorridas nas ciências sociais que se distanciaram da estrutura analítica estrutural-funcionalista que dominou a antropologia, a so-

ticas em Análise de Redes Sociais], realizada na Werner-Reimersstiftung, Bad Homburg, República Federal da Alemanha, entre os dias 17-19 março de 1977 (HUMMEL e ZIEGLER 1977). As versões anteriores foram apresentadas aos seminários nas universidades de Toronto, York, e Amsterdã. Sou grato a eles por sua hospitalidade e discussão, para Hannie Hoekstra por converter palavra em impressão, e Rod Aya, Norm Shulman, e Marilou Dreighton por comentar sobre a versão final.

⁴²Artigo gentilmente cedido para publicação em português na RBSE pelo autor, o que agradecemos. Publicado originalmente na revista *Current Anthropology*, vol. 20, n. 2, pp. 392-394, 1979.

⁴³Conferência *Mathematical Approaches in Social Network Analysis* [Abordagens Matemá-

ciologia e a ciência política na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos últimos 30 anos. Este artigo, obviamente, não é o lugar para explorar as razões e as dimensões dessa mudança metodológica e paradigmática (BOISSEVAIN 1974, 1975, entre outros). Eu só posso discutir aqui o apelo que a análise de redes tem tido para a antropologia, embora suspeite de que considerações semelhantes também influenciaram sociólogos e cientistas políticos.

A análise de redes abriu uma porta para permitir a entrada de pessoas em interação engajadas em ações que poderiam alterar e manipular as instituições de que participam. Ela introduziu uma nova dimensão ao edifício estrutural-funcional de autorregulação de grupos formais, e de sistemas e ordem moral que eram vistos como interferindo junto às pessoas, os socializando, moldando os seus caracteres, e determinando os seus comportamentos.

Na antropologia, o trabalho de Firth (1951), Leach (1954), e de alguns dos alunos de Gluckman (Turner 1957, e Van Velsen 1964) introduziu um crescente interesse pelas pessoas e suas relações com as instituições que deveriam dominá-los. A análise de redes tem fornecido um quadro analítico para dados em um nível menor de abstração do que o do complexo institucional. Nesse sentido, é mais *terra-a-terra*. Além disso, a análise de redes tem fornecido dados aparentemente "duros" que podem ser dispostos graficamente [*plotted*] e, até mesmo, computadorizados.

Este último aspecto, particularmente, obteve um apelo maior junto aos sociólogos, os quais, mais do que os antropólogos, parecem deleitar-se com dados quantificáveis e abancados em fórmulas elaboradas, e, nesse sentido, apoiar suas pretensões de serem profissionais de uma ciência dura. A análise de redes também interessou profissionais que têm procurado traçar e analisar a manipulação de agentes do poder, lí-

deres e coalizões, que procuram promover seus interesses e, ao fazê-lo, trazer ou bloquear o desenvolvimento de grupos, instituições e sociedade da qual fazem parte.

Finalmente, e mais recentemente, a análise de redes tem proporcionado pesquisas sociais que trabalham com e em cidades, como uma ferramenta que permite lidar com a relação entre a interação face a face e as instituições em um campo social extremamente complexo (WELLMAN, 1976, SHULMAN, 1976). Em suma, a análise de redes promete providenciar a libertação de alguns dos constrangimentos da análise estrutural-funcional. Ela tem, por conseguinte, interessado a diferentes cientistas sociais por diversas razões.

A análise de redes, embora não seja uma teoria, tem implicações teóricas. Ela é um instrumento analítico que vê círculos de parentes e amigos, ligações, grupos e casas comerciais, complexos industriais e, até mesmo, Estados-Nação como uma espécie de espalhamento de pontos conectados por linhas que formam redes. Os pontos são, naturalmente, as unidades de análise, e as linhas as relações sociais.

A análise de redes faz perguntas sobre quem está ligado a quem, sobre o conteúdo das ligações, sobre como se forma e se existe um padrão, sobre a relação entre o padrão obtido e o comportamento no seu interior, e sobre a relação com outros fatores sociais. A aplicação e o uso da análise de redes, desta forma, têm implicações teóricas na medida em que faz parte de uma mudança de paradigma distante do estrutural-funcionalismo. A falha em reconhecer estas implicações teóricas e em fornecer um quadro teórico consistente dentro do qual a análise de redes pode ser usada resultou em uma sobre-elaboração estéril de classificação e definição, em suma, em uma involução metodológica (KAPFERER, 1973: 167).

Ao vincular a análise da rede a pressupostos teóricos, tanto Kapferer quanto Boissevain tentaram ir além da preocupação do coletor de borboleta com a classificação e a técnica, como representado, pelo menos na antropologia, no trabalho recente de Barnes (1968, 1969, 1972), no campo das ideias⁴⁴. Os pressupostos teóricos mais frutíferos no momento parecem derivar da teoria da troca e da (trans) ação. Porém, mesmo sem uma consideração explícita dos pressupostos teóricos básicos, a análise de redes é uma ferramenta poderosa para os cientistas sociais que buscam promover a compreensão do comportamento social e processual.

O que a análise de redes pode e não pode fazer

Como uma coadjuvante ou complementar a outras técnicas de pesquisa, a análise de redes tem pelo menos dez virtudes importantes:

1. A análise de redes centra a atenção sistemática sobre as interligações entre as unidades de análise. Estas interligações podem ser vínculos externos entre indivíduos e entre grupos; elas também podem ser ligações internas, estabelecendo interrelações entre os membros de um grupo ou outra unidade de análise.

2. Ao concentrar-se sistematicamente sobre as relações entre unidades de análise, a análise de redes destaca a sua interdependência. Na verdade, essa interdependência e as suas consequências para a ação social são pressupostos subjacentes à abordagem de rede. As configurações de grupos de pessoas interligadas, e, portanto, interdependentes, são, assim, levados em conta, tentando prever o comportamento. Ao traçar sistematicamente to-

das as interligações entre as unidades de análise, se elimina suposições anteriores e, portanto, preconceitos, a favor de determinados tipos de relações. Parentes, vizinhos e amigos não são apontados e vistos isoladamente de outras relações.

3. O foco na interligação e na interdependência fornece um quadro no qual é muito difícil separar o micro de níveis macroanalíticos e as partes do todo. Entre outras coisas, a abordagem de rede desenvolve a ideia de um campo social, ou de uma sociedade como uma rede de redes. Enquanto perspectiva metafórica - para uma cidade ou Estadação é, obviamente, mais do que simplesmente uma rede de redes - a análise de redes potencializa os caminhos dos investigadores sociais que conduzem suas análises a partir de unidades microanalíticas. Estes últimos são, portanto, postos em um campo mais amplo de relações sociais. Foi apenas através da concentração nestes *vínculos* externos que Wolf (1956), por exemplo, desenvolveu os conceitos necessários para compreender a relação entre os diferentes níveis de integração em uma mesma sociedade, rompendo as fronteiras artificiais entre parte e todo que tinha até então impedido análise social em sociedades complexas.

4. A Análise de redes centra-se não só na interligação, mas também sobre o conteúdo das relações. Em outras palavras, o primeiro lote de uma rede de relações fornece um modelo sistemático para uma investigação mais aprofundada em seu conteúdo.

5. A análise de redes, por também incidir sobre o conteúdo, sensibiliza o investigador para a tensão inerente às relações sociais entre as pessoas que têm acesso diferenciado aos recursos que reduzem as possibilidades de poder. O modo pelo qual a análise de redes acentua a tensão inerente e a assimetria nas relações sociais torna-se um antídoto à preocupação estrutural-

⁴⁴ (KAPFERER 1969, 1972, 1973; BOISSEVAIN 1974; para uma discussão mais aprofundada da relação da análise de redes com a teoria, ver WHITTEN e WOLFE 1974, MITCHELL 1974).

funcional com o consenso, a ordem, a oposição equilibrada e a harmonia.

6. A análise de redes, assim, fornece uma estrutura sistemática para a análise da tensão e assimetria nas relações sociais, e sensibiliza o investigador à dinâmica inerente a tais relações. Uma vez que tais relações fazem parte de grupos, bem como de complexos institucionais o investigador social é alertado para a natureza dinâmica da sociedade e para a dimensão humana de tal dinamismo. As alterações são, portanto, percebidas como inerentes às relações pessoais e, conseqüentemente, à sociedade. Um novo antídoto, portanto, para a suposição estrutural-funcional de equilíbrio.

7. A Análise de redes também se afasta da abordagem fragmentada ou institucional. Através de gráficos, por exemplo, a rede íntima de uma pessoa ou a rede ativada por um conjunto de ações, ou a de um político para mobilizar votos, a análise de redes se movimenta para além da tradição de limitar a análise às discretas esferas institucionais, tais como a economia, a política, ou, especialmente para os antropólogos, o parentesco. A análise de redes, assim, corta caminho através das barreiras conceituais de uma abordagem institucional.

8. Por seu foco na interrelação, na interdependência e na interação, a análise de redes também possibilita lidar com formas de organização social que emergem da interação, como cadeias clientelísticas, coalizões entre líderes e seguidores, panelinhas, moitinhas, facções, cartéis e outras alianças temporárias em vários níveis sociais. Estas formas de organização social, no passado recente, foram geralmente ignoradas ou relegadas a categorias intersticiais, periféricas ou residuais da análise social (BOISSEVAIN, 1968). Certamente, há formas de organização social para o entendimento do que é essencial à compreensão de vários

grandes e pequenos eventos na vida das pessoas e grupos.

9. A análise de redes fornece, portanto, um modo de relacionar a análise sociológica formal e abstrata à experiência cotidiana, pois liga as relações interpessoais às instituições. Ela humaniza, assim, a análise social, reintroduzindo a categoria de "pessoas", em oposição à categoria "papéis", e suas escolhas e ações, na corrente de eventos que constitui a história.

10. Por fim, a análise de redes põe no foco sociológico a difícil categoria analítica de *amigos de amigos*, as pessoas que se encontram um pouco além do horizonte do pesquisador porque não estão em contato direto com seus informantes.

Este dez pontos, então, situam alguns eventos e situações que a análise de redes pode fazer. Porém, também há coisas que a análise de redes não pode perpetrar. Embora a análise de redes possa ajudar a traçar a direção e a concentração de imigrantes e a localização da indústria, por exemplo, usada isoladamente ela não consegue lidar com os processos sociais que levam à imigração e industrialização, ela não pode lidar com as forças sociais subjacentes aos processos de longo prazo. Também não pode lidar adequadamente com o impacto da reforma educativa, da distribuição de terras, da luta por direitos para as mulheres, etc., ou com a cultura, cognição ou com as forças sociais decorrentes da atividade econômica. Estas dimensões, contudo, são essenciais para uma completa compreensão do comportamento social e da evolução. Assim, a análise de redes por si só não pode municiar, mas, usada em conjunto com outros métodos de pesquisa e formas de conceituação, pode fornecer dimensões adicionais importantes para compreensão dessas dimensões.

O Futuro da Análise de Redes

A análise de redes tem um futuro importante. Os pesquisadores que a utilizam já demonstraram sua proficiência para a obtenção de uma visão sobre os contrastes urbanos e rurais, sobre as relações homem-mulher, e sobre a importância relativa do parentesco nas sociedades complexas, bem como sobre as maneiras pelas quais os líderes recrutam e manipulam o apoio, e os modos sobre como a fofoca circula.

A análise de redes tem sido usada para combater o crime organizado, para delinear posições sobrepostas através das quais o poder é exercido por meio de administrações interligadas, bem como no exame de muitos outros problemas. A análise de redes também pode ser usada para aprender mais sobre as relações de classe e interclasses, sobre relações interétnicas, sobre a ramificação de multinacionais, e sobre a maneira pela qual o meio social afeta a saúde mental. No entanto, ela realizou, apenas, até o momento, uma pequena contribuição para esses campos.

A análise de redes, até o presente, não realizou todo o seu potencial por um número de razões. Entre elas, de um lado, o excesso de elaboração de técnicas e de dados e, de outro lado, uma acumulação de resultados triviais.

Fundamentalmente, a análise de redes é extremamente simples: ela faz perguntas sobre quem está ligado a quem, sobre a natureza dessa ligação, e como esta natureza da ligação afeta o comportamento dos envolvidos. Estas são questões relativamente simples, e de resolução também bastante simples. Por várias razões, elas deram origem a um arsenal de conceitos, termos e manipulações matemáticas que aterroriza os potenciais utilizadores.

Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos têm tomado empréstimos, - muito grandes, em minha opinião - da teoria matemática dos grafos. Como resultado, impuseram um perigo real

de asfixia pelo uso indiscriminado de jargão, teoria e técnicas desenvolvidas para resolver problemas bastante diferentes em outra disciplina. Apresentar ao antropólogo interessado em mobilização política este arsenal é o mesmo que dar-lhe um programa *faça-você-mesmo* [*do-it-yourself*] de análise de redes, e um terminal de computador a um pescador que apenas pretende explicar ao seu filho como pode desenrolar a rede de pesca emaranhada.

A bateria de técnicas com que os cientistas sociais têm se equipado para responder às perguntas limitadas que a análise de redes pode resolver tem produzido exageros. As moscas estão sendo mortas com dinamite.

Com certeza, a ajuda de especialistas em estatística e informática se faz necessária se o número de informantes e variáveis torna a computação problemática. A maioria dos cálculos, no entanto, tem a ver com uma simples contagem e uma tabulação cruzada. Contudo, nem as perguntas, nem o tipo e a fiabilidade dos dados, por si sós, justificam o uso das técnicas e conceitos que chegaram até nós a partir de teoria dos grafos. Porém, como entusiastas profissionais da análise de redes se empenham, cada vez mais, com maior rigor, a análise de redes corre o risco de se tornar mais distante da vida humana e atolada mais e mais fundo no pântano de involução metodológica (HANNERZ 1975: 27; LEEDS 1972: 5; SANJEK, 1974: 596; OTTENBERG, 1971: 948 ; KAPFERER, 1973: 167).

O segundo perigo para a análise de redes é a banalização dos resultados de pesquisa por aqueles profissionais que optaram por utilizar este método. Como Sanjek observou: "Um pesquisador não estuda redes; um pesquisador usa métodos de rede para responder a questões antropológicas" (1974: 589).

Grande parte da pesquisa em redes, atualmente, carece de uma formulação clara dos problemas que procura

resolver. As redes são comparadas com relação à densidade, ao tamanho e, até mesmo, à sua composição, do mesmo jeito que os coletores de borboleta comparam a coloração, a envergadura das asas e o número de manchas em suas espécies favoritas.

Resultados triviais, mas extremamente caros, com base em amostras de milhares de pessoas, são apresentados com grande pompa por sociólogos. Assim, ficamos a saber que, se você inquirir a várias centenas de pessoas para citar algumas outras fora do seu agregado familiar com quem têm relações estreitas, as pessoas citadas acabam normalmente por ser parentes e amigos.

Outros estudos descobriram que as relações afetivas mudam ao longo do tempo. Estas são as novidades? Qual é o significado social ou teórico dessas descobertas "científicas"? Nós somos deixados, com demasiada frequência, a tirar nossas próprias conclusões. Minha conclusão é a de que muitos dos estudos apresentados por entusiastas analistas de rede parecem meramente confirmar o ponto de vista popular que considera que a sociologia é uma disciplina que estabelece o óbvio a um custo caro e em uma linguagem ininteligível.

A preocupação com o método, com a classificação e com as *redes-como-coisas-em-si*, ao invés de com as ideias e os problemas que os praticantes estão tentando resolver, tem caracterizado não apenas os resultados, mas também, infelizmente, a maneira pela qual esses resultados são revistos. As revisões de Barnes (1974) e de Boissevain e Mitchell (1973) estão, por exemplo, exclusivamente, preocupadas com a terminologia e a técnica, enquanto a de Sanjek (1974) também analisa os problemas com que os analistas tentaram lidar.

É cada vez mais óbvio que, se os antropólogos e os sociólogos continuarem a ver a análise de redes como um

campo especial de investigação, e se os que o usam continuarem a incentivar este ponto de vista, a análise de redes vai rapidamente tornar-se excessivamente técnica e seus resultados progressivamente triviais (SANJEK, 1974: 596). A análise de redes é um instrumento de pesquisa que pode ajudar a resolver certos problemas sociais e teóricos. Ela não deve se tornar um fim em si mesmo, esotérico, cujos praticantes só podem se comunicar uns com os outros sobre enigmas científicos de interesses particulares e apenas para si mesmos.

Cabe aos profissionais que usam a análise de redes, nesse momento, permitirem-se considerar que ela pode fornecer informações valiosas, e demonstrar isso aos seus críticos céticos, tornando os seus resultados e métodos relevantes e compreensíveis. Porém, conferências de e para especialistas em "redes", um jornal e uma sociedade especial para atender às suas necessidades são, em si, sinais preocupantes de uma involução que poderá ter como resultado que a análise de redes venha a se juntar, - ao lado do pássaro *dodo*, do homem de *Neanderthal*, e da *sociometria*, - aos espécimes extintos.

Referencias

- BARNES, J. A. 1954. Class and committees in a Norwegian island parish. *Human Relations* 7:39-58.
- BARNES, J. A.. 1968. "Networks and political process," in *Local level politics*. Edited by Marc Swartz, pp. 107-30. Chicago: Aldine.
- BARNES, J. A. 1969. Graph theory and social networks: A technical comment on connectedness and connectivity. *Sociology* 3: 215-32.
- BARNES, J. A. 1972. *Social networks*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- BARNES, J. A. 1974. Review of Network analysis, [edited by J. Boissevain

- and J. Clyde Mitchell, The Hague: Mouton, 1973]. *Man* 9: 497-99.
- BOISSEVAIN, Jeremy. 1968. The place of non-groups in the social sciences. *Man* 3: 542-56.
- BOISSEVAIN, Jeremy. 1974. *Friends of friends: Networks, manipulators and coalitions*. Oxford: Basil Blackwell.
- BOISSEVAIN, Jeremy and MITCHELL, J. Clyde (Eds.). 1973. *Network analysis: Studies in human interaction*. The Hague: Mouton.
- BOTT, Elizabeth. 1957. *Family and social network*. London: Tavistock.
- FIRTH, Raymond. 1951. *Elements of social organization*. London: Watts.
- FREEMAN, Linton C. 1975. *A bibliography of social networks*. Department of Social Relations, Lehigh: Lehigh University.
- HANNERZ, Ulf. 1975. *Thinking with networks*. MS, Department of Social Anthropology, University of Stockholm.
- HUMMEL, Hans J. and ZIEGLER, Rolf. Editors. 1977. *Anwendung mathematischer Verfahren zur Analyse sozialer Netzwerke*. Duisberg: Sozialwissenschaftlichen Kooperative.
- KAPFERER, Bruce. 1969. Norms and the manipulation of relationships in an African factory. In: *Social relations in urban situations*. Clyde Mitchell (ed.). Manchester: Manchester University Press, pp. 181-244.
- KAPFERER, Bruce. 1972. *Strategy and transaction in an African factory*. Manchester: Manchester University Press.
- KAPFERER, Bruce. 1973. Social network and conjugal role in urban Zambia: Toward a reformulation of the Bott hypothesis. In: J. Boissevain and J. Clyde Mitchell (eds). *Network analysis*, The Hague: Mouton, p. 269-80.
- LEACH, E. R. 1954. *Political systems of highland Burma*. London: London School of Economics.
- LEEDS, ANTHONY. 1972. Urban anthropology and urban studies. *Urban Anthropology Newsletter* 1:4-5.
- MITCHELL, J. Clyde. 1969. *Social networks in urban situations*. Manchester: Manchester University Press.
- MITCHELL, J. Clyde. 1974. Social networks. *Annual Review of Anthropology*, v. 3: 3 79-99
- OTTENBERG, Simon. 1971. Review of: Social networks in urban situations, [by J. Clyde Mitchell Manchester: Manchester University Press, 1969]. *American Anthropologist* 73:94648.
- SANJEK, Roger. 1974. What is network analysis and what is it good for? *Reviews in Anthropology* 1:588-97.
- SHULMAN, Norman. 1976. Network analysis: A new addition to an old bag of tricks. *Acta Sociologica* 19(4).
- TURNER, U. W. 1957. *Schism and continuity in an African society*. Manchester: Manchester University Press.
- VAN VELSEN, J. 1964. *The politics of kinslip*. Manchester: Manchester University Press.
- WELLMAN, Barry. 1976. *Urban connections*. Centre for Urban and Community Studies and Department of Sociology, University of Toronto, Research Paper 84.
- WHITTEN, Normane, J. R.; WOLFE, Alvin W.. 1974. Network analysis. In: J. Honigmann (ed.). *Handbook of social and cultural anthropology*. Chicago: Rand McNally.
- WOLF, ERIC R. 1956. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. *American Anthropologist* 58: 1065-78.

Por um urbanismo humanizante: uma utopia meta-pragmática

For a humanizing Urbanism: A meta-pragmatic utopia

Fagner Cordeiro Dantas

Recebido: 01.05. 2016

Aprovado: 30.06. 2016

Resumo: O presente texto busca discutir o urbano a partir de uma perspectiva de transformação aqui chamada de Urbanismo Humanizante. Para isso, mostra como se busca construir um discurso hermético em torno das discussões urbanas, como se o planejamento urbano fosse algo inatingível para os meros mortais. A partir da explicação deste discurso, busca-se superá-lo pela via de uma utopia meta-pragmática que busca um urbanismo na escala do homem. Por fim, aponta que não basta um urbanismo que valorize, mais do que a cidade material, a cidade sensorial, mais do que a cidades das coisas, uma cidade das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas. É necessário também que este urbanismo reconheça a sua condição de atitude política diante de uma cidade que é vítima de um sequestro cognitivo por parte daqueles que tudo sabem em relação àqueles que apenas vivem. **Palavras-Chave:** cidade, planejamento urbano, urbanismo humanizante, cidadania, política

Abstract: The article aims to discuss the urban phenomenon using the lens of what we call “Humanizer Urbanism”. For this, it shows how some experts built a closed discourse about the urban debate, making the urban planning looks like something unreachable for the ordinary people. After expose this discourse, we try to overcome it with what we call a meta-pragmatic utopia and its target: a urbanism in human scale. At last, the article indicates that is not enough a urbanism that gives more importance to a city of the senses than a city of the stones, to a city of people than a city of things. Its also necessary a urbanism that recognizes your condition of political attitude in face of a city that is victim of a “cognitive kidnapping” by those who “knows everything” against those who “only survive”. **Keywords:** city, urban planning, humanizer urbanism, citizenship, politics

Introdução

Há espaço para o homem dentro do Planejamento Urbano? Há um papel para a pessoa comum no palco da grande metrópole? A escala das grandes intervenções reflete o olhar do transeunte? A cidade pertence aos seus cidadãos? Se não mais, a quem agora? Tais perguntas conduzem a respostas infelizmente pouco satisfatórias para aqueles que ainda entendem ser possível uma retomada do destino urbano pelas mãos do seu mais direto interessado: seu povo. A cidade, em especial as grandes metrópoles, tem cada vez mais seus desígnios afastados dos que a habitam, escritos por mãos poucos visíveis, porém ágeis na extra-

ção de uma riqueza cada vez mais concentrada, ainda que advenha mais e mais das características insubstituíveis dessa enorme criação coletiva que é a cidade.

Tais questões conduzem o atual debate sobre a temática urbanística para uma zona estreita entre o cinismo nihilista e a demagogia inconsequente. O que o presente texto se propõe é manter-se equidistante dessas duas faces de uma mesma resignação, mais que inútil, criminosa ao fortalecer, seja por uma postura pós-crítica intelectualóide ou pré-republicana oportunista, o estado decrépito das estruturas que deveriam articular a concertação público-privada em torno da qual ainda se apegam as

últimas alternativas de refundação de uma condição urbana digna. Tal refundação tem um eixo inegociável dentro da tese aqui defendida: o planejamento urbano deve ter a escala humana.

O presente artigo defende, pois, esta tese. Para tanto, no tópico seguinte, destacaremos algumas daquelas interpretações do urbano que mais povoam o discurso fatalista do planejamento tecnocrático e pseudo-pragmático, que impediriam uma perspectiva humana, sempre apontada como romântica ou ingênua, para o planejamento urbano. Em seguida, defenderemos a ideia de que um urbanismo na escala do homem como uma utopia meta-pragmática, destacando porque precisamos mais de utopia norteadora e menos de pragmatismo cego. Em caráter conclusivo, apontaremos os dois princípios básicos do Urbanismo Humanizante: o urbanismo na escala do homem e o urbanismo como atitude política.

O colapso urbano como crise de paradigmas

A cidade é complexa

Milhares, milhões acumulam-se nas ruas. Toda uma intrincada e ilegível rede de relações, interesses, vantagens espúrias ou não, permeando um território geográfico cortado por muros de concreto ou preconceito, guetos entrencheados em morros ou fundos de vale, a insalubridade como dia-a-dia, a violência parida na porta de casa, a casa, nada mais que um abrigo frágil, golpeado pelo vento constante de um mundo em descontrole, que se esfacela sob o peso dos passos de um sistema econômico expropriatório e infatigavelmente faminto. Crostas de poder se sedimentam sobre as ruínas de uma comunidade humana necrosada, imobilizando qualquer movimento alternativo de emancipação. Empresas e Igrejas cada vez mais conceitualmente siamesas sob o termo “Corporação” mimetizam-se em táticas de controle de multidões, seja,

por um lado, alijando resistências pela ameaça onipresente da exclusão do mercado de trabalho ou pela catequese de dóceis consumidores, que dão o que tem e o que não tem para a sublimação do desejo; seja, por outro lado, alijando resistências pela ameaça da exclusão do refúgio divino, último estágio da transcendência da cidadania, ou pela catequese de dóceis fieis, que dão o que tem e o que não tem para a sublimação do desespero. O torvelinho onde tudo isto se amalgama, ou seja, a complexidade urbana, é uma barreira intransponível à capacidade cognitiva do gado humano arrebanhado pelos latifundiários do capital, preocupados demais que estão em vencer o sol que, ao se pôr no final de mais um dia, coroa uma vitória de Sísifo, que ao conseguir levar a pedra ao topo da montanha, assistia desconsolado ela rolar para baixo, obrigando-o continuamente a novo e inútil esforço. Essa complexidade só pode ser penetrada, tal qual o enigma da esfinge, por um intelecto superior, substituído nos dias atuais por máquinas cada vez mais poderosas, a computar todas as probabilidades, e demonstrar, peremptoriamente, a falência do homem diante de um mundo a cerca do qual já não domina a lógica. Mapas, gráficos e simulações são as únicas bússolas possíveis para singrar o mar ignoto da grande metrópole. Aos homens cabe reduzir-se a sua insignificância diante dos desígnios indecifráveis dos arcanos criptografados na gramática de concreto e na face espelhada dos modernos edifícios que se auto-refletem, deletando os rostos humanos, semblantes intrusos na paisagem asséptica do urbano pelo urbano, da cidade impessoal.

A cidade é grande

Uma geografia sem horizontes, um alto-mar de asfalto em que se andando em qualquer direção não se alcança borda, limite, contorno. Incompatível com a apropriação num só olhar,

a cidade só pode ser compreendida a partir de uma visão técnica, desprovida de qualquer restrição ou limitação excessivamente humana ao seu opúsculo receituário. Para abarcar a cidade num abrir demiúrgico de braços, num movimento contínuo de mãos e olhos, sobrevoando onipresentemente a mancha urbana, somente reduzindo a sua amplitude real para o artificialismo das escalas cartográficas, para os mais antigos, ou das maquetes virtuais em 3D, para os tecno-aficionados. As reentrâncias urbanas, as estranhas entranhas da cidade em escala 1:1, os recobrimientos, sombreamentos, redobramentos territoriais que galvanizam o espaço vivo das metrópoles vão, pouco a pouco e de acordo com os avanços tecnológicos, ficando à margem das suas representações, que parecem cada vez mais manipuláveis, higienizadas e meramente cosméticas à uma realidade enclausurada e soterrada por uma apatia sensorial que, ao invés de se reduzir pela perfeição da reprodução produzida, colide refratariamente com o olhar inquisitorial e mais incisivo daqueles para quem a infalibilidade pictórica não substitui a viscosidade do real. A captação de qualquer ponto da superfície terrestre pela revoada de satélites que nos cobrem a cabeça, ao mesmo tempo em que nulificam o privado, não conseguem redimir a insubsistência da sua falsa promessa de nulificar igualmente o intermédio, de tornar translúcida a distância, de reatar as extremidades. Nas tentativas de comprimir em um único plano a captura da lente estratosférica e o que se encontra enraizado no substrato urbano, perde-se a definição da imagem, esvai-se o milagre da onipresença, recompõem-se o inefável espaço entre as coisas. A distorção progressiva da cidade imagética significa a retomada do território sensorial para cidade em escala 1:1. Essa cidade real, no entanto, não se encaixa na moldura inflexível do planejamento tecnocrático, que precisa

ou compartimentá-la, esquartejando-a, ou artificializá-la por meio de simulacros em escala confortavelmente planejável. Nestes, o homem está sempre ausente, pois aos olhos de vidro do anjo de metal em órbita só estruturas edificadas e veiculares são rastreáveis, decodificáveis em perfeitas formas geométricas, cabendo àqueles em seus ventres a condição de inexistência típica do que não está sendo visto.

A cidade é funcional

Zona de conflito, jogo de soma-zero, a cidade não se acopla à perspectiva humana pelo fato da mesma estar impregnada de uma ampla carga axiológica que lhe molda o comportamento. Valores morais e éticos evaporam tal qual éter no calor cinético da engrenagem urbana. O descolamento perene de qualquer estigma de desprendimento nos movimentos de eterno redesequilíbrio da metrópole trôpega não dá espaço à eminência do incerto típico da arbitrariedade humana. A causalidade da cidade antinomiza-se com a casualidade do cidadão. Não há brecha para substancializar o que nasce e perdura como instrumental. Dígitos substituem nomes. Números, pessoas. O humano retroage ao estado de carvão e alimenta uma fornalha que discursa em nome de todos, mas aquece apenas alguns. Não há espaço para a solidariedade, apenas para a “solitariedade”, a qualidade de estar (ser?) solitário em meio à multidão. Uma solidão autoconstruída, (ainda que alter-orientada), uma tecno-esfera asfíxiante intrincadamente tecida ao nosso redor, formada por dezenas de próteses transportáveis de um universo egocêntrico (um egoverso) que serpenteiam ao nosso redor e nos imobiliza, nos inercializa num estado de constante familiaridade, papel antes dos walkmans e hoje dos mp3, iPods e outros *gadgets*. Essa embalagem para viagem dos nossos melhores momentos inviabiliza a condição de estar desperto diante de uma re-

alidade que favorece a condição de estar disperso frente ao enfrentamento diário de um ambiente hostil. O planejamento urbano, assim, não pode estar submetido a um ilusório estado de cooperação entre indivíduos que reforçam suas individualidades quase ao extremo do autismo, reafirmando a condição funcional da grande metrópole: não existem pessoas a entender, mas estatísticas a computar. A superposição de interesses não abre espaço para a composição de forças. Os humores, as nuances e as idiosincrasias típicas dos indivíduos causam indigestão aos processadores de última geração que, após serem alimentados com os dados dos fenômenos urbanos, vomitam monólitos lógicos, inefáveis porque amputados de qualquer aresta falível advinda de comportamentos pouco confortáveis dentro da linha de corte da guilhotina do simulacro. Tal qual a cama de Procusto, a comodidade do planejamento está acima da real dimensão do fenômeno urbano e se este, para estar devidamente compactado, tiver que sofrer ajustes de foco, ou releituras performativas, que assim seja.

A cidade é manipulada

A cidade é um produto da história e a história não é um produto do acaso. A história é o produto das escolhas que, conscientemente ou não, buscam impor a vontade de alguns sobre o desejo da maioria. A cidade não é um produto em construção, mas sim um processo em condução, orientado, compelido, estigmatizado por uma sequência de escolhas cumulativas. E a escolha nada mais é do que a diferença entre o que pode ser (possibilidade) e o que deverá ser (probabilidade), na busca de uma relação de ação e reação (causalidade). Nesse sentido, o que pode parecer mera casualidade dentro do vórtice caótico da cidade, mero arranjo randômico resultante do reencadeamento de futuros dispersos, mostra-se, sob o manto da in-

consequência, puro arbítrio intrinsecamente articulado com um sistema mais amplo de formatação do espaço. Assim, o que é vislumbrado como patologia ocasional, como um desvio reinserível na ordem natural das coisas, encontra-se totalmente integrado a esta ordem, compondo-a, dando-lhe o tom e a forma. A dispersão das atividades, que provoca o deslocamento paralisante das grandes cidades; a subnormalidade das habitações que coloca no mesmo cotidiano o modo e o risco de vida; a violência cujo alastramento é potencializado pela relação simbiótica entre os poderes constituídos por lei e os poderes restituídos à bala; a poluição que não parece mais contaminar o ambiente, mas, de fato, substituí-lo integralmente, obrigando uma adaptação mais que mimética a uma paisagem descartável e não-biodegradável. Todos esses supostos cânceres urbanos que demandam tratamento parecem apontar no sentido de uma recondução a uma condição sadia precípua, qualidade que, ao invés de explicitar sua irretroatividade, estabelece-se como um almejado (e utópico) eterno retorno. A cidade, no entanto, não é, na verdade, uma continuidade da ordem pontuada pela desordem, mas sim um arranjo interativo de fragmentos sócio-territoriais ascendentes e descendentes inter-cambiantes no espaço e no tempo, cujo constante realinhamento decorre não do acaso, mas sim de um conluio de forças que não pode ser contraposto pela atuação atomizada dos cidadãos, somente pelo planejamento centralizado capaz de reconvergir tais forças em direção a uma cidade melhor para todos.

Diante de tal quadro, não é surpreendente que a maioria escolha o imobilismo autômato, o “deixar como está para ver como é que fica”. Para os que já sabem como ficará, a única escolha responsável é buscar pensar, ainda que permeando essa busca entre o óbvio e o utópico.

O urbanismo humanizante como utopia meta-pragmática

No início do século XXI, foi uma prática comum entre pesquisadores dos mais diversos campos do conhecimento submeter conceitos clássicos a um processo de reflexão histórica (as datas “redondas” parecem ter esse poder). Também fomos convidados a fazê-lo a cerca do conceito de “urbanismo”, que havia sido cunhado no início do século XX.

En el año 1910 se dio origen al termino Urbanismo. En el 2010, el mundo será aún más urbano, y el urbanismo, a su vez, será centenario. ¿Habrà el urbanismo contribuido para un mundo urbano mejor? ¿Habrà instrumentalizado dictaduras o estado al servicio de movimientos populares? El urbanismo, ¿Al fin se ha humanizado? (DANTAS, 2003, p. 85).

Em pleno século XXI, diante da história do urbanismo, ao longo da qual ele foi entendido como ação prática, idealismo científico e prática política, conforme expusemos no artigo citado, surge a pergunta incontornável: é este urbanismo humanizado, como dizíamos em 2003, e Humanizante, como dizemos agora, meramente uma utopia? E se for, isso é necessariamente ruim? Para responder como o caráter utópico afeta a proposta de um urbanismo humanizante, é preciso responder três perguntas: 1) Como podemos entender, contemporaneamente, o conceito de utopia? 2) Vivemos em uma Era Pós-Utópica? 3) Entre o pragmatismo e a utopia, de que lado ficar? Ao responder essas perguntas, poderemos construir o conceito-chave aqui que é o da utopia meta-pragmática.

Inicialmente, o que é a utopia? A palavra “utopia” foi criada pelo escritor inglês Thomas Morus, dando título a sua obra publicada em 1516. Trata-se da junção de dois termos de origem grega (*u-topos*) que pode ser traduzido como “lugar nenhum”. A Ilha de Utopia, a qual conhecemos pelo relato que o per-

sonagem Rafael Hitlodeu faz a um fictício Thomas Morus, aparece como um lugar de harmonia irretocável. Porém, colocando a obra em seu contexto histórico, percebe-se que as qualidades pintadas na descrição da ilha eram, na verdade, retratos, em negativo, da realidade inglesa bem conhecida por Morus, fazendo do seu romance das coisas pensadas, antes de tudo, uma crítica ao estado das coisas vividas.

Outra peça importante dessa concepção original da utopia é a frase que encerra a obra. Após o relato das maravilhas da ilha, Morus afirma que aspira que as cidades inglesas tenham algumas das qualidades das cidades utopianas, a começar pela sua capital, Amaurota. E arremata: “Aspiro, mais do que espero” (MORUS, 1992 [1516], p. 155). Assim, “A Utopia”, para Morus, transforma-se fundamentalmente numa peça de crítica, a contrário senso, sendo seu programa muito mais a afirmação de um desejo auspicioso do que de uma esperança objetiva. Não há, portanto, na concepção original da utopia qualquer compromisso com o possível.

A partir de então, o uso que se deu a essa concepção original, principalmente como estratégia de argumentação retórica, foi o de instrumento de desmobilização. Com a ascensão do positivismo comtiano e do racionalismo cartesiano, a necessidade de submeter quaisquer ideias a um objetivismo empirista pseudocientífico expurgou do discurso dito “sério” a utopia enquanto referente analítico, perdendo de vista não só o seu aspecto de crítica a contrário senso, mas também o potencial inconformista do seu descompromisso com o possível. Assim, o racionalismo moderno jogou fora a afirmação do desejo auspicioso junto com a negação da esperança objetiva. É claro que isso não impediu que a modernidade fosse repleta de utopias neo-morusianas, do Falastério, de Fourier (CHOAY, 1997 [1965]) até Walden II, de Skinner (1972

[1948]). Porém, é inegável que o diagnóstico final que o pensamento moderno nos oferece sobre a noção de utopia pode ser resumido na seguinte fala de Immanuel Wallerstein (2003 [1998], pp. 7-8):

O verdadeiro problema com todas as utopias de que tenho ciência é não só o fato de que, até o momento, elas nunca existiram em lugar algum, mas também o fato de que eu, e muitas outras pessoas, temos a sensação de que elas são sonhos paradisíacos que nunca poderiam existir na Terra.

Uma vez consideradas a noção original da utopia e o que a modernidade fez desta noção, cabe finalmente responder: Como podemos entender, contemporaneamente, o conceito de utopia? A resposta está na crise de paradigmas da modernidade que põe em cheque tudo que a racionalidade ocidental produzido nos últimos 300 anos. É no bojo de uma avaliação pós-moderna da modernidade que pretendemos reencontramos a noção de utopia. A utilização da expressão “pós-modernidade” tornou-se corriqueira nas últimas décadas nas obras de diversos pensadores como Boaventura de Souza Santos (1989), David Harvey (1999 [1989]) e Zigmunt Bauman (1998 [1997]). Como expor o programa da pós-modernidade (se é que há algum) não é objeto desse texto, vou apenas resumi-lo em ideias correlatas com a discussão da utopia em seu sentido contemporâneo. Trata-se, como não podia deixar de ser, da superação de algumas das chaves interpretativas mais icônicas da modernidade. Assim, a pós-modernidade é pós-narrativa, pós-objetiva e pós-estatal.

A pós-narratividade implica no abandono da ideia de progresso linear da história (algo tão caro ao positivismo comtiano). Assim, os ditos movimentos naturais da história (do capitalismo para o socialismo; do totalitarismo para a democracia; do pensamento místico para o pensamento científico; do subdesenvolvimento para o desenvolvimento,

etc), ao não encontrem resguardo na realidade histórica, foram, numa quase auto-profecia, devidamente superados e abandonados enquanto explicação do mundo. Da mesma forma, a objetividade, com o status de único trilho para a descoberta monocognitiva do dogma (verdade) transcendente, foi sendo, também devido às falhas na sua condição de infalibilidade previdente, substituída por uma valorização da intersubjetividade (mais até do que da subjetividade em si), ao qual se dá o status de trilho para a invenção pluricognitiva de uma doxa (opinião) imanente. Por fim, talvez a grande invenção moderna, o Estado-Nação, vê sua autoridade, até então intrinsecamente ligada a uma legitimidade automática, questionada e, por fim, reduzida a um autoritarismo ligado a uma legalidade armada.

O conceito contemporâneo de utopia, ao invés de enlutar-se pela perda da progressividade linear da história (que lhe dava a certeza da sua realização futura), da objetividade empirista (que lhe dava a certeza da sua instrumentalização futura) e do Estado-Nação legítimo (que lhe dava a certeza da sua condução futura), abraça as novas condições pós-modernas e reinventa-se fagocitando os próprios limites. Assim, a pós-narratividade tira a utopia da sua “zona de conforto”, pois não basta mais esperar pela sua realização como processo natural da história. Da mesma forma, a pós-objetividade livra a utopia do lastro tantas vezes exigido pelos seus detratores que uma infável previsibilidade matemática entre seus pressupostos e seus resultados. Por fim, a pós-estatalidade amplia as fileiras de onde podem eclodir os neo-utopianos, que já não tem a conquista ou benevolência do Estado como condição *sine qua non* para sua realização. Assim, contemporaneamente poderíamos dizer que a utopia é um impulso motivacional alimentado por um colapso constante entre o “agora ou nunca”, o “real ou imaginá-

rio” e o “nós ou eles”, fazendo com que ela seja muito mais a causa das ações do que o efeito delas.

Posto esse primeiro pressuposto, e diante daquele panorama dantesco com o qual ilustramos o primeiro tópico desse texto, é necessário perguntar: se vivemos numa era pós-narrativa, pós-objetiva e pós-estatal, por que não haveríamos de viver numa era pós-utópica? Muito já escreveu sobre o tema da transitoriedade das certezas humanas (KUHN, 2003 [1962]; TOURAINE, 1970 [1969]; WALLERSTEIN, 2002 [1999]). Assim, mesmo sem maiores reflexões, parece temerário repetir, a la Francis Fukuyama (1992), qualquer juízo peremptório sobre o nascimento ou a morte de uma ideia. Mas para nos determos especialmente à questão da morte da utopia, basta referirmo-nos por ora a autores que trataram explicitamente do tema. Russell Jacoby (2001 [1999]), inicia um livro cujo título (“O Fim da Utopia”) não deixa qualquer dúvida quanto a sua pertinência à nossa discussão, mostrando o quando os arautos do liberalismo estavam exultantes no início da década de 1950, acreditando numa completa e tranquila hegemonia das suas ideias nos anos vindouros do que seria uma era pós-ideológica, como sintomaticamente apontava o livro de Daniel Bell, publicado em 1960 (“The End of Ideology”). A década seguinte, que começou com os ecos da Revolução Cubana de 1959 e alcançou seu auge com o Maio de 1968, não deixou margens à dúvida: “Os anos 60 sepultaram a conversa sobre o ‘fim das ideologias’” (JACOBY, 2001 [1999], p. 21). Da mesma forma, e agora já em nosso contexto contemporâneo, Agnes Heller & Ferenc Feher (1998 [1987]) sacramentam essa constante inconstância dos juízos definitivos como uma característica matricial da pós-modernidade:

Antes da pós-modernidade, nossa linguagem política estava cheia de profecias sobre “fim-e-sem-retorno” como prefixo

“pós”. Em estreita sequencia, vivemos o “fim das ideologias”, o “fim da religião”, o “fim do marxismo”, o “fim do cientificismo” e o “fim do evolucionismo”. Mas há indícios definitivos de que na temporalidade pós-moderna nenhuma dessas áreas se perdeu sem possibilidade de recuperação. (HELLER & FEHER, 1998 [1987], p. 15).

Diante de tal diagnóstico, haveríamos de chamar a presente época de pós-utópica? Entendemos que não. Porém, seria possível fazermos, para a utopia, a mesma inversão proposta por Slavoj Žižek (2011, p. 42): “A era contemporânea volta e meia se proclama pós-ideológica, mas essa negação da ideologia só representa a prova suprema de que, mais do que nunca, estamos imbuídos na ideologia.” Estaríamos, portanto, o invés de distantes, cercados por utopias? É isso que se comprova pela plethora de recomposições do termo “utopia” por diversos autores em nosso contexto atual. O já citado Immanuel Wallerstein, se usa de malabarismo idiomáticos para distinguir entre uma já desgastada “utopia” e uma renovada “utopística”, faz questão de não abandonar a essência prospectiva do termo utopia ao definir a utopística como sendo a “avaliação profunda de alternativas históricas” (WALLERSTEIN, 2003 [1998], p. 8). Helmut Thielén (1998) é ainda mais enfático sobre a atualidade do tema na passagem para o século XXI: “Por isso, o pensamento e a realização de uma utopia autêntica como elemento intrínseco duma práxis utópica continua posta na ordem do dia.” (THIELEN, 1998, p. 74). Já em pleno século XXI, as indicações nesse sentido não cessam. Se François Houtart pleiteia “a reconstrução das utopias, não no sentido de ideias impossíveis, mas de objectivos mobilizadores.” (apud SANTOS, 2005, p. 105), Boaventura de Sousa Santos afirma que o Fórum Social Mundial é “a única utopia realista depois de um século de utopias conservadoras” (2005, p. 17). Portanto, entendemos que não há

que se falar nesta como uma era pós-utópica, mas sim numa era de confesso pluralismo utópico.

Porém, sendo o urbanismo humanizante uma reflexão que busca encontrar espaço nesse revalorizado pluralismo utópico, chama atenção uma característica desse novo utopismo pós-moderno que, ao menos a nosso ver, afasta-o excessivamente de um traço original da utopia morusiana a qual reputamos o maior valor intrínseco do pensamento utópico: o descompromisso com o possível. Quando Morus, ao final da sua obra, sentencia: “Aspiro, mais do que espero”, há ali um fator matricial que recusa o instrumentalismo estrito. A Ilha de Utopia cumpre muito mais o seu papel literário-filosófico crítico quando se apresenta como uma “não-Inglaterra” e não como uma “Inglaterra do Futuro”. Face, no entanto, ao avanço do racionalismo estrito, essa característica fundante foi sendo pejorativamente enfatizada pelos seus críticos. Esses críticos parecem ter logrado demasiado impacto sobre os neo-utopianos, os quais, em resposta, parecem querer apontar para uma paradoxal superação do caráter utópico da utopia. Dai expressões como “práxis utópica” (THIELEN, 1998) ou “utopia realista” (SANTOS, 2005). Quase que respondendo diretamente aos críticos, Wallerstein vê-se obrigado a plasmar o neologismo “utopística”, que seria, ao contrário das velhas utopias, “uma avaliação *sóbria, racional e realista* dos sistemas sociais humanos” (Grifos nossos. 2003, [1998], p. 8).

Diante de tantos apelos a um pragmatismo instrumental sem o qual parece não haver qualquer possibilidade de pleitear um acesso legítimo a um espaço de diálogo, opomo-nos frontalmente a quaisquer tentativas de reduzir a reflexão crítica a um detalhado plano de investimento que oponha, quantitativamente, custo e benefícios ou a um retórico GPS prático-tático que aponte o caminho mais curto para se chegar do

ponto A inexistente para o ponto B imaginário. Nesse sentido, “práxis utópica” e “utopia realista” nada mais são que perfeitos oximoros.

A resposta que se deve dar aos críticos que acusam as utopias de meras quimeras não é a superação do caráter utópico da utopia, em direção a uma utopia pragmática, mas sim a reafirmação desse caráter, em direção a uma utopia meta-pragmática. Ante uma reflexão que se afirma pela negação (o famoso princípio da falseabilidade de Karl Popper), optamos, como faz Maria da Conceição de Almeida (2003, pp. 34-35), “por uma ciência que sonha”: “É saudável projetarmos espaços de fuga para além das muralhas conceituais, teóricas e metodológicas que interditam a visão de horizontes maiores, mais plenos, perigosos, criativos; mais movediços, incertos, provocativos, desavergonhados.” Slavoj Zizek (2011) também faz essa opção. Diante do fato de que “a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a ‘impossibilidade’ da mudança radical”, Zizek opõe a sua leitura da fórmula lacaniana do “real como impossível”:

O real/impossível lacaniano não é uma limitação a priori que deveria ser levada em conta de modo realista, mas o domínio do ato, de intervenções que podem mudar suas coordenadas: o ato é mais que uma intervenção no domínio do possível; o ato muda as próprias coordenadas do que é possível e, portanto, cria retrospectivamente suas próprias condições de possibilidade. (ZIZEK, 2011, p. 13).

Nesse sentido, quanto o urbanismo humanizante busca introduzir-se no campo de diálogo crítico sobre o pensar a cidade, não o faz pela via do encadeamento tático de ações ou de uma pauta consensual de demandas. Não há que se falar, como fez um dia Judith N. Shklar, em um “conteúdo utópico mínimo” (apud JACOBY, 2001 [1999], p. 18). Há que se buscar um conceito não mais estreito/realista e sim mais amplo/real de utopia, como o que

tenta Russell Jacoby: “a crença de que o futuro pode superar fundamentalmente o presente.” (2001 [1999], p. 12). É o próprio Jacoby que, ao finalizar sua obra, reafirma, antes de mais nada, a urgência do traço matricial da utopia que é o descompromisso com o possível:

O que se pode fazer? A pergunta, periodicamente feita a todos os críticos, insiste num pragmatismo que é inimigo do utopismo. Não há nada a fazer. O que não quer dizer que nada será pensado, imaginado ou sonhado. Pelo contrário. O empenho em vislumbrar outras possibilidades de vida e sociedade continua sendo urgente, e constitui a condição essencial para se fazer alguma coisa. (JACOBY, 2001 [1999], p. 235).

Conclusão

Diante do exposto, torna-se desnecessário dizer que o urbano excede o material. Encontra-se incrustado em nosso DNA cultural no mínimo pelo últimos 10.000 anos. Reinventar o urbano, portanto, é reinventarmos a nós mesmos, reeducando nosso olhar em meio à torrente de estímulos, reposicionamento nosso corpo em meio a uma permanente inconstância de referências espaço-temporais, recondicionando nosso cérebro em meio a um oceano não-processável de informações. Para fazer tudo isso, contudo, uma premissa é básica: é fundamental não subestimar nossa condição humana. É essa condição humana primordial que parece estar ausente do receituário do urbanismo padrão que vem sendo implementado *a lattere* do humano, negando a própria essência do fenômeno urbano, que, antes de material, é eminentemente sensorial, tese que já defendemos em outra oportunidade:

A cidade é muito mais que a sua manifestação concreto-arquitetônica. Interessa-nos conhecer também a cidade enquanto representação perceptiva. A cidade que além de imagem, tem som. Tem gostos, cheiros. A cidade que se sente de corpo inteiro, na brisa ou no calor escaldante. Porém, mais que tudo, interessamos conhecer a única cidade real para ca-

da um de nós. Pois a cidade de todos não é falsa, mas tão pouco é real. A cidade de todos é a cidade da ciência. É a cidade das representações cartográficas, mas nos interessa as cidades dos cartões-postais. É a cidade das programações semaforicas, inobstante nos interesse a cidade do *flâneur*. É a cidade etéreo-tridimensional do holograma asséptico, quando nos interessa a pandimensionalidade nauseante da cloaca imunda que alguns chamam de “lar”. Não a cidade dos números, mas a cidade das vísceras. A cidade enquanto patrimônio de memórias, depósito de sentimentos. A cidade viva em cada um de nós. Dentro de cada um de nós. A Encodocidade. (DANTAS, 2013, p. 6).

O Urbanismo Humanizante re-flete (mais que isso, enaltece) esta essencialidade da condição humana para entender e atuar sobre o urbano, como se poderá observar nos seus dois princípios básicos, com os quais encerramos as reflexões deste texto.

O Urbanismo deve Ter a Escala do Homem

O homem, em sua complexidade (sexual, etária, socioeconômica, ideológica) é o foco do Urbanismo Humanizante – não se planeja para a cidade, mas sim para o cidadão, pelo cidadão e, principalmente, com o cidadão. As escalas cartográficas são meros instrumentos para alcançar a única escala que importa no urbanismo humanizante: a escala 1:1 do ser humano. Por mais que as tarefas-meio nos obriguem a utilizar outras escalas, não podemos perder o vínculo com essa, devendo sempre voltar e por mais tempo possível permanecer na escala do homem que se serve da cidade e não na escala da cidade que se serve dos homens.

É preciso desenvolver uma perspectiva existencialista do urbanismo, cuja base é fundamentalmente o ser humano enquanto indivíduo portador de acordo com o aforismo de Victor Hugo: “os animais vivem; o homem existe.” É a oposição entre o instinto animal e o sentido humano. Sentido significando contexto histórico de um ser que se sabe

transitório em sua condição individual, mas habitante de uma permanência enquanto espécie autoconsciente do seu legado: de onde vem e para onde vai. A perspectiva existencialista do urbanismo é fundamental para o planejamento em escala humana, pois torna inquestionável, por um lado, a preponderância do homem sobre o que o cerca, e, por outro, deixa claro que a qualidade de vida urbana almejada pelo planejamento deve estar contida na plenitude da existência, o que implica na transformação do conceito de cidade enquanto produto para um conceito de cidade enquanto processo. Em outras palavras, abandona-se a cidade-máquina de morar para construir uma cidade-experiência de viver.

O Urbanismo deve Ser uma Atitude Política

A cidade tem intensificado ao longo dos anos a sua condição de reconstrução táctil das desigualdades humanas em seu aspecto mais vil. Uma vez que as dessemelhanças entre os homens é uma condição a priori, ela não deve ser combatida em favor de uma sociedade massificada, mais sim enaltecida enquanto diversidade que alimenta a evolução do coletivo humano. O que há de vil na desigualdade que tem na metrópole um mostruário dos seus extremos é justamente a extrapolação dos limites da tolerância das diferenças sociais em direção à exclusão das deficiências econômicas. Deficiências econômicas em relação a um sistema de produção que, estruturalmente, necessita de escassez para gerar valor; de pobreza para reduzir custos de mão-de-obra; e de medo para autorizar o controle. Assim, enquanto a dessemelhança entre os homens é inerente e positiva, a desigualdade entre eles é construída e maléfica.

Se o Urbanismo Humanizante pretende, em síntese, colocar o homem no centro de todo e qualquer esforço de

construir uma cidade melhor, ele não se basta enquanto técnica de ordenamento do solo; enquanto ciência de otimização da ocupação do espaço; nem enquanto filosofia de construção de uma utopia urbana necessária; nem enquanto arte de ressignificar a paisagem anônima da cidade. Ao lado desses inegáveis aspectos de um urbanismo multifacetário, deve estar clara, deve ser enaltecida, deve apresentar-se como incontornável estandarte ontológico do urbanismo a seu status de atitude política; de uma ética de luta perene em favor da justiça e da dignidade da pessoa humana.

O Urbanismo Humanizante não busca entrincheirar-se nas vestes da técnica, da ciência, da filosofia ou da arte para resignar-se frente a um *status quo* que excede a sua capacidade de interferência. Muito pelo contrário, a capacidade de interferência do urbanismo pela sua prática quanto técnica, ciência, filosofia e arte não pode prescindir de combater, guiado pela sua prática enquanto ética política, um *status quo* perverso, construído por uma minoria e preservado, única e exclusivamente, por um mito de onipotência pós-histórica que não sobrevive sob a lente de um senso crítico apurado. Esse senso crítico apurado é a condição *sine qua non* para o exercício do Urbanismo Humanizante, vez que esse abraça, ao invés de esquivar-se, o desafio de eternamente construir uma sociedade melhor, com base no corolário de que não há sociedade perfeita que não possa ser melhorada, nem muito menos sociedade perversa que não possa ser combatida e derrotada.

Referências

ALMEIDA, Maria da Conceição de. Por uma Ciência que Sonha. In: GALENO, Alex; CASTRO, Gustavo de; SILVA, Josimey Costa da. (Orgs). *Complexidade à Flor da Pele: ensaios sobre ciência, cultura e comunicações*. São Paulo: Cortez, p. 23-36, 2003.

- BAUMAN, Zigmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades*. 4ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- DANTAS, Fagner C. Espaço Público e Endocidade: urbanismo existencialista para a (re)construção de sistema dinâmico de espaços perceptivos. *Revista Eletrônica Ponto Urbe* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 Julho 2013.
- DANTAS, Fagner C. O Urbanismo en el Mundo: de la acción práctica a la práctica política. *Revista Urbano* n.º 08. (p. 85-92). Santiago – Chile: Universidade del Bio-Bio, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press, 1992.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A Condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- JACOBY, Russell. *O Fim da Utopia: política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- MORUS, Thomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SKINNER, Burrhus Frederic. *Walden II: uma sociedade do futuro*. São Paulo: Herder, 1972.
- THIELEN, Helmut. *Além da Modernidade? Para a globalização de uma esperança conscientizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. *A Sociedade Post-Industrial*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Fim do Mundo como o Concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística ou As Decisões Históricas do Século Vinte e Um*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como Tragédia, depois como Farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Dossier: Políticas sociales y emociones

Dossiê: Políticas sociais e emoções

Dossier: Social policies and emotions

Dossier: Políticas sociales y emociones: Presentación

Dossiê: Políticas sociais e emoções: Apresentação

Dossier: Social policies and emotions: Introduction

Adrián Scribano y Angélica De Sena

Resumo: O dossiê aqui apresentado se destina a refletir, pelo menos parcialmente, algumas arestas de conexões existentes entre a política pública, emoções e sensibilidades na realidade de países como Espanha, Itália e Argentina, como "exemplos" das interrelações problematizadas neste dossiê. A partir de um olhar plural dos trabalhos reunidos no Dossiê se procura problematizar e criticar o que se dá como adquirido, naturalizado, ou normatizado em sociedades que cada vez mais depositam nas políticas sociais a missão implícita / explícita de regulação dos sentimentos e das sensações. **Palavras-chave:** políticas sociais, emoções, regulação dos sentimentos

Resumen: El dossier que aquí presentamos pretende reflejar, al menos parcialmente, algunas aristas de las actuales conexiones entre políticas públicas, emociones y sensibilidades mostrando realidades de España, Italia y Argentina a modo de "ejemplos" claros de las conexiones aludidas y problematizadas aquí. A su modo y desde una mirada plural los trabajos reunidos en el Dossier buscan problematizar y criticar lo que se da por sentado, lo naturalizado, lo normalizado en sociedades que cada vez más depositan en las políticas sociales la misión implícita/explicita de regular las sensaciones. **Palabras-clave:** políticas sociales, emociones, regulación de los sentimientos

Abstract: The dossier presented here is intended to reflect, at least partially, some edges of existing connections between public policy, showing emotions and sensitivities realities of Spain, Italy and Argentina as a clear "examples" of the aforementioned connections and problematized here. In its own way and from a plural eyes work together in the Dossier seek to problematize and criticize what is taken for granted, the naturalized, the standard in societies that increasingly deposited in social policies implicit mission / explicit regulate feelings. **Keywords:** social policies, emotions, feelings regulation of feelings

El desarrollo actual de los esfuerzos estatales por disminuir los estados de conflictividad que traen aparejados los procesos de depredación, expulsión segregacionista y explotación a nivel planetario indica claramente en una dirección: las políticas de las sensibilidades ocupan un lugar central en el régimen de acumulación y en los diseños de políticas públicas.

La cuestión social abordada sistemáticamente desde las políticas sociales con intención de reparar el daño ocasionado por los procesos de mercantilización y lucro propios del capitalismo ha devenido en la "cuestión emocional"

siendo uno de los objetivos básicos del conjunto de políticas públicas.

Las políticas sociales hoy producen, circulan y reproducen emociones en el contexto de unas sociedades normalizadas en el disfrute a través del consumo transversalizadas en y por la espectacularización y sacrificialidad.

"Contener", "ayudar", "asistir", "resguardar", "proteger" solo para citar algunos de los verbos más usados por los organismos públicos para referirse a un ciudadano disminuido, infantilizado y asistido. Verbos que enhebran práctica de la no-autonomía y dibujan un paradigma de la dependencia social interna.

Toda política social se encuentra atravesada por una particular política de las emociones que conformará los modos en que los actores en condiciones de negación sienten, experiancian y actúan en contextos de pobreza. Si, como anteriormente lo hemos mencionado, las políticas sociales ocupan un lugar central en garantizar la reproducción del régimen, las políticas de las emociones nos permiten comenzar a dilucidar algunas de las estrategias –presentadas como lo más íntimo, individual y subjetivo– del régimen para su reproducción a expensas de un número creciente de sujetos en condiciones de sujeción.

Percepciones, sensaciones y emociones constituyen un trípode que permite entender dónde se fundan las sensibilidades. Los agentes sociales conocen el mundo a través de sus cuerpos. Lo que sabemos del mundo lo sabemos por y a través de nuestros cuerpos. Por esta vía un conjunto de impresiones impactan en las formas de “intercambio” con él con-texto socio-ambiental. Dichas impresiones de objetos, fenómenos, procesos y otros agentes estructuran las percepciones que los sujetos acumulan y reproducen. Una percepción, desde esta perspectiva, constituye un modo naturalizado de organizar el conjunto de impresiones que se dan en un agente.

Ese entramado de impresiones con-figuran las sensaciones que los agentes se “hacen” de aquello que puede designarse como mundo interno y externo, mundo social, subjetivo y “natural”. Dicha con-figuración consiste en una dialéctica tensión entre impresión, percepción y resultado de éstas, que le da el “sentido” de excedente a las sensaciones. Es decir, las ubica más acá y más allá de la aludida dialéctica.

Las sensaciones, como resultado y como antecedente de las percepciones, dan lugar a las emociones, como efecto de los procesos de adjudicación y correspondencia entre percepciones y sen-

saciones. Las emociones entendidas como consecuencias de las sensaciones pueden verse como el *puzzle* que adviene como acción y efecto de sentir o sentirse. Se enraízan en los estados del sentir el mundo que permiten sostener percepciones asociadas a formas socialmente construidas de sensaciones.

A su vez, los sentidos orgánicos y sociales también permiten vehicular aquello que parece único e irrepetible como son las sensaciones individuales, y elaboran el “trabajo desapercibido” de la incorporación de lo social hecho emoción.

Así, la política de los cuerpos, es decir, las estrategias que una sociedad acepta para dar respuesta a la disponibilidad social de los individuos es un capítulo, y no el menor, de la estructuración del poder. Dichas estrategias se anudan y “fortalecen” por las políticas de las emociones tendientes a regular la construcción de la sensibilidad social.

Las políticas de las emociones requieren regular y volver soportables las condiciones bajo las cuales el orden se produce y reproduce. En este contexto, entenderemos que los mecanismos de soportabilidad social se estructuran alrededor de un conjunto de prácticas hechas cuerpo que se orientan a la evitación sistemática del conflicto social. Los dispositivos de regulación de las sensaciones consisten en procesos de selección, clasificación y elaboración de las percepciones socialmente determinadas y distribuidas. La regulación implica la tensión entre sentidos, percepción y sentimientos que organizan las especiales maneras de “apreciarse-en-el-mundo” que las clases y los sujetos poseen. Los mecanismos y dispositivos señalados son un gozne práctico y procedimental donde se instancian los cruces entre emociones, cuerpos y narraciones.

Las formas de sociabilidad y vivencialidad se tensionan y torcionan en tanto *cinta de moebio* con las sensibili-

dades que emergen desde los dispositivos de regulación de las sensaciones y mecanismos soportabilidad social aludidos. La sociabilidad se constituye en una manera de explicar los modos que al inter-actuar los agentes viven y conviven. La vivencialidad es una manera de expresar los sentidos que adquiere el estar-en-cuerpo con otros como resultado por un lado, del “experimentar” la dialéctica entre cuerpo individuo, social y subjetivo; y por otro lado, de las lógicas de apropiación de las energías corporales y sociales.

Los mecanismos de soportabilidad social del sistema no actúan ni directa ni explícitamente como "intento de control", ni "profundamente" como procesos de persuasión focal y puntual. Dichos mecanismos operan "casi-desapercibidamente" en la porosidad de la costumbre, en los entramados del común sentido, en las construcciones de las sensaciones que parecen lo más "íntimo" y "único" que todo individuo posee en tanto agente social.

Entre ellos existen dos que desde un punto de vista sociológico, adquieren relevancia: las fantasías y los fantasmas sociales. Unas son el reverso de los otros, ambos hacen referencia a la denegación sistemática de los conflictos sociales. Mientras las fantasías ocluyen el conflicto, invierten (y consagran) el lugar de lo particular como un universal e imposibilitan la inclusión del sujeto en los terrenos fantaseados, los fantasmas repiten la pérdida conflictual, recuerdan el peso de la derrota, desvalorizan la posibilidad de la contra-acción ante la pérdida y el fracaso. Fantasías y Fantasmas nunca cierran, son contingentes pero siempre operan, se hacen prácticas. Se constituyen así “prácticas del sentir” que actualizan/encarnan en procesos concretos al conjunto de sensibilidades que constituyen las políticas de las emociones.

El dossier que aquí presentamos pretende reflejar, al menos parcialmen-

te, algunas aristas de las actuales conexiones entre políticas públicas, emociones y sensibilidades mostrando realidades de España, Italia y Argentina a modo de “ejemplos” claros de las conexiones aludidas y problematizadas aquí.

A su modo y desde una mirada plural los trabajos reunidos en el Dossier buscan problematizar y criticar lo que se da por sentado, lo naturalizado, lo normalizado en sociedades que cada vez más depositan en las políticas sociales la misión implícita/explicita de regular las sensaciones.

Desde España Almudena García Manso y Carmen Gaona Pisonero nos grafican los sinuosos senderos que conectan/desconectan la “educación emocional” de la mujeres y su impacto en la actual bio-política de la seguridad social. El trabajo pretende hacer una incursión a una de las realidades de la sociedad española en perspectiva emocional, las pensiones de jubilación de las mujeres de más de 65 años. Por esa vía se busca hacer evidente cómo una de las políticas públicas mejor valorada por la sociedad -junto con las de la sanidad universal y el subsidio de desempleo- es emocional y mantiene la bio-política franquista que configuró a la mujer -tomada como una totalidad- en una eterna menor de edad. Ellas ahora sienten y se enfrentan a un nuevo drama emocional derivado de una adecuación “economicista” de su pensión y no de una adecuación más social. Almudena y Carmen evidencian los trazos que unen pensión, mujeres, jubilación, emociones, la mujer como eterna menor de edad y las políticas públicas abriendo un perspectiva crítica sobre lo naturalizado y normalizado.

Por su lado Enrica Morlicchio presenta en un primer momento un revelador análisis de lo que denomina “orientaciones prevalentes” de las políticas sociales en Italia: el bienestar penal, el bienestar paternalista y el com-

pasivo caritativo. En segundo lugar, pretende mostrar cómo, a pesar de las profundas diferencias que parecen existir entre estas tres directrices, que se refieren al vínculo social entre "la comunidad y su pobre" existe una gran convergencia. Concluyendo a este respecto que dichas orientaciones difieren radicalmente de una cuarta, que está ganando cada vez más fuerza, sobre la base de la negación del vínculo social que tienden a cristalizar con el tiempo dando lugar a fenómenos de inmunización. En el trabajo de Enrica es visible claramente cómo las diversas imágenes del mundo de las políticas sociales asociadas a diversas conexiones entre estado y pobreza termina constituyendo sensibilidades: infantilización, indiferencia, etc.

Jorge Ahumada y Javier Moreira Slepoy abordan la conexión entre políticas públicas, seguridad y miedo haciendo evidente que "más acá" de lo declarado/escrito en leyes y reglamentos las retóricas de los derechos no implican per se garantizar su acceso ni menos su cumplimiento. Se problematiza el surgimiento de la inseguridad como nueva cuestión social, y se postula su correlato con los cambios neoliberales ocurridos en América Latina desde los 90, Las políticas públicas que abordan el problema carecen de información confiable y hay vínculos contradictorios entre la población y la policía. Tanto la clase política, como la población, esperan de la policía respuestas sobre las cuales muestra una crónica impotencia, en el ámbito académico hay propuestas interesantes pero en general no son tenidas en cuenta al momento de formular políticas de seguridad, al parecer es un lugar común el aumento de personal policial en toda América Latina, a pesar de sus magros resultados. Se pone en cuestión el paradigma punitivo y se plantean sus posibilidades de superación. En esta dirección Jorge y Javier postulan una agenda de investigación con siete pun-

tos que caracterizan una nueva simbología de la in-seguridad: 1- Construcciones míticas sobre el delito y la violencia 2- Des-problematización del mundo del trabajo, la corrupción político-empresarial y el protagonismo y participación popular 3- Vigencia de expectativa social sobre la solución policial 4- Paradigma Policial versus Paradigma Emancipatorio 5- Tendencia a la homogeneidad de la represión policial en las grandes ciudades del mundo 6- Cambios en las formas de realizar la cohesión social 7- Ideología Policial sobre los sujetos peligrosos, las situaciones de riesgo, los lugares del delito.

Rebeca Cena, Florencia Chahbenderian y Andrea Dettano nos proponen un análisis crítico de las sensibilidades asociadas a las llamadas "prácticas inclusión" asociadas a las transferencias directas de dinero. El objeto del trabajo es problematizar el uso del concepto de inclusión/exclusión social en el diseño de los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas (PTMC) aplicados a nivel nacional en Argentina, y los modos en que se ha disputado una definición de la problemática centrada en las trayectorias individuales de los sujetos. El artículo se propone un abordaje de esta modalidad de políticas sociales a partir del diálogo de tres corrientes de problematización científica de lo social: la sociología de los cuerpos/emociones; las teorías críticas de las políticas sociales y las producciones que se han realizado alrededor del concepto de Inclusión/Exclusión Social. De este modo, efectuamos un análisis documental de los decretos, leyes y resoluciones ministeriales de creación de tres PTMC centrales: el Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (PJyJHD) implementado en 2002, el Plan Nacional Familias por la Inclusión Social (PNFIS) creado en 2004 y de la reciente Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUH) implementada en 2009. De esta manera Rebeca, Florencia y

Andrea nos entregan, a modo de radiografía, un mapeo de sensaciones por donde se conectan capitalismo, cuerpos, emociones y políticas sociales en la actualidad.

Angélica De Sena propone el estudio de las políticas sociales procurando una triple convergencia entre: análisis sociológico de las mismas, indagación desde y de las sensibilidades que producen e investigación de su diseño, gestión y ejecución. En este contexto se resume cómo el GEPSE se viene ocupando de los cruces y articulaciones entre las redefiniciones de la “cuestión social”, las elaboraciones de políticas públicas en el marco de los procesos de regulación estatal de los conflictos entre capital y trabajo, las sensibilidades necesarias y deseadas para que ello ocurra y las políticas de los cuerpos que implican. El objetivo del artículo es sintetizar las aludidas pistas a través de las indagaciones de quien escribe y es quien coordina el GEPSE. En este marco, Angélica afirma que es menester revisar el tratamiento y regulación de la “cuestión social” y comprender y develar las formas en que las políticas sociales crean subjetividades y configuran modelos y estructuras de sensibilidades. Y al hacerlo, instituyen y reproducen (provocando, imponiendo y/o anulando, reprimiendo) ciertas imágenes, modelos y estereotipos de sociedad, de sujeto, de mujer, de trabajo, de familia, de emociones, etc., configurando así estructuras de sensibilidades que afectan las formas de vivenciar(se) de los sujetos intervenidos.

Finalmente Adrián Scribano parafraseando lo que sostuviera Tzvetan Todorov (1993), realiza una transposición metafórica de la importante idea de Hannah Arendt sobre la banalidad del mal –más allá de los malos entendidos que pueda provocar– como pivote para

describir una práctica social que ha logrado una importante pregnancia institucional: la banalización del bien. Junto a la lógica del desecho y las políticas de la perversión, la banalización del bien (BdB) constituye una trinidad del círculo mágico del poder dedicado a la estructuración de la regulación de las sensaciones y gestión de las geometrías de los cuerpos en la actualidad. La BdB es, en este sentido, un componente central de los procesos de estructuración social caracterizados por la normalización en el disfrute inmediato a través del consumo en y por relaciones sociales espectacularizadas. Desde esta perspectiva, la BdB se conecta directamente con las diversas modalidades de consumo como ejes de las políticas públicas: que van desde el consumo mimético al compensatorio. El objetivo central del trabajo es mostrar cómo la BdB opera en términos de una política pública impregnando la complejidad de los procesos de estructuración social. Para lograr dicho objetivo hemos seleccionado la siguiente estrategia argumentativa: a) caracterizamos la BdB con sus componentes centrales, b) hacemos evidente a la BdB en tanto proceso y c) realizamos un análisis de ENAMORAR, un programa de los Ministerios de Planificación Federal y Cultura de la Nación junto a la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico (Sedronar).

En este marco es posible advertir que este Dossier es un pequeño ejemplo de la globalización de la centralidad de las políticas sociales en la gestión de los conflictos, la construcción de sensibilidades normalizadas y la emergencia de un nuevo paradigma de la dependencia que procura negar los millones de esfuerzos realizados en dirección a la autonomía.

“La eterna menor de edad” se hace mayor: cómo se sienten las mujeres mayores de 65 años frente a sus pensiones de jubilación

“The eternal young lady” becomes old: how women over 65 years old feel about their pensions

“A jovem eterna” envelheceu: como mulheres de mais de 65 anos de idade se sentem a respeito da aposentadoria

Almudena García Manso; Carmen Gaona Pisonero

Resumen: este trabajo pretende hacer una incursión a una de las realidades de la sociedad española en perspectiva emocional, las pensiones de jubilación de las mujeres de más de 65 años. De esta manera darnos cuenta cómo una de las políticas públicas mejor valorada por la sociedad -junto con las de la sanidad universal y el subsidio de desempleo- es emocional y mantiene la biopolítica franquista que configuró a la mujer -tomada como una totalidad- en una eterna menor de edad. Ellas ahora sienten y se enfrentan a un nuevo drama emocional derivado de una adecuación “economicista” de su pensión y no de una adecuación más social. **Palabras clave:** pensión, mujeres, jubilación, emociones, eterna menor de edad, políticas públicas.

Abstract: This paper aims to board one of the realities of Spanish society in emotional perspective. Pensions of women over 65 years. We realized how one of the best public policies valued by society is emotional, social and sentimental and, maintains the Franquista biopolitics that percive a woman in a eternal lower-old. Womens they now feel and face a new emotional drama that is obtaining the publics prestation social systems: retirement pension. **Keywords:** women, retirement pension, emotions, eternal lower-old, public policy.

Resumo: Este trabalho aborda uma das realidades da sociedade espanhola de uma perspectiva emocional, as aposentadorias das mulheres de mais de 65 anos. Pretende, assim, analisar uma das políticas públicas mais valorizadas pela sociedade – ao lado das de Saúde Pública universal e de Seguro Desemprego – como fator emocional que mantém a biopolítica franquista que configurou a mulher – tomada como uma totalidade - em uma eterna juventude. As mulheres agora sentem e se confrontam com um novo drama emocional derivado de uma adequação “economicista” de suas aposentadorias, e não de uma adequação mais social. **Palavras-chave:** aposentadoria, mulheres, jubilação, emoções, “joven eterna”, políticas públicas

Breve introducción del sistema de pensiones por jubilación en España

Con el fin de contextualizar la situación socio-afectiva de la que vamos a hablar debemos en primer lugar explicar, aunque sea mínimamente, el sistema de pensiones del Estado Nación Español, tipos, variaciones y origen.

Las políticas de protección en España (entre ellas lo que en la actualidad denominamos pensiones por jubilación) se remontan a 1883, cuando la Comisión de Reformas Sociales llevó a cabo un estudio de determinadas cuestiones que podrían interesar para la me-

jora y bienestar de la casi incipiente clase obrera española. Ya en 1900 se crea uno de los primeros seguros sociales materializado en la “ley de accidentes de trabajo”. En el año 1908 se crea el Instituto Nacional de Previsión en el que se integran las cajas de ahorros -entidades económicas estatales- cuya finalidad originaria era la de gestionar los seguros sociales que iban surgiendo según evolucionaba la industrialización de España. Desde 1919 hasta 1947 van creándose una serie de medidas sociales o seguros sociales tales como el *Retiro Obrero* (1919), el *Seguro Obligatorio*

de Maternidad (1923), Seguro de Paro Forzoso (1931), Seguro de enfermedad (1942) y el más importante para el trabajo que nos compete el Seguro Obligatorio de Vejez e Invalidez SOVI (1947) (CARPIO&OMING 1996).

No es hasta 1963 cuando aparece la Ley de Bases de la Seguridad Social encargada de implantar un modelo unitario integrado de protección social. La base de este modelo no era otro que el de implementar una base financiera de reparto, gestión pública y participación del Estado de la financiación, este modelo se materializa en la Ley General de la Seguridad Social en 1966. No es hasta la llegada de la Democracia en España y la aprobación de la Constitución cuando se produce una serie de reformas de los distintos campos que configuran el sistema de la Seguridad Social -entidad de la que se deriva el sistema de pensiones-. (RODRÍGUEZ 2004)

Desde entonces y sobre todo desde la firma del denominado Pacto de Toledo en 1995, donde se establece una hoja de ruta para asegurar la estabilidad financiera de las prestaciones futuras. Desde entonces hasta la fecha se ha trabajado en la implantación de las prestaciones no contributivas, la mejora en la adecuación entre las prestaciones recibidas y la exención de cotización previamente realizada, la creación del Fondo de Reserva de la Seguridad Social, la introducción de mecanismos de jubilación flexible y de incentivación de la prolongación de la vida laboral, las medidas de mejora de la protección en supuestos de pensiones con menor cuantía económica (OJEDA 2008).

En cuanto a los tipos de pensiones nos encontramos con las contributivas que son prestaciones directas -económicas- de una duración indefinida -salvo en los casos de pensiones por invalidez-. Su concesión está sujeta a una previa relación económica y jurídi-

ca con la Seguridad Social. Es decir, la persona ha tenido que cotizar -pagar una cuota económica derivada de su salario- durante un periodo mínimo fijado por la Seguridad Social, en función de la cantidad pagada y el tiempo percibirá una cuantía u otra a la hora de su jubilación. En este sentido las tablas que marcan las cuantías económicas han ido modificándose debido a las situaciones socio-demográficas y económicas del país.

Dentro de los tipos de pensiones contributivas están las pensiones por jubilación, donde tenemos que distinguir las pensiones por jubilación ordinaria -en 65 años para quienes resulte de aplicar la legislación anterior al 1 de enero del 2013 conforme con la Disposición Transitoria cuarta de la Ley General de la Seguridad Social donde se establecen cambios en la edad mínima de jubilación, contemplándose una horquilla de años trabajados y cotizados que elevaría la edad de jubilación a los 67 años-. Las pensiones por jubilación anticipada, donde se distingue la jubilación anticipada por estar en posesión de la condición de mutualista, jubilación sin tener condición de mutualista, jubilación anticipada por cese no voluntario en el trabajo, jubilación anticipada por reducción de la edad mínima debido a la realización de actividades penosas, tóxicas e insalubres, jubilación anticipada de trabajadores con discapacidad, jubilación parcial, jubilación flexible y jubilación especial a los 64 años -por cumplir unos requisitos de años de cotización y fechas-.

Pensión contributiva por incapacidad permanente. Este tipo de pensión contributiva puede variar en total, absoluta y gran invalidez.

Y como último tipo de pensión contributiva es por fallecimiento de un familiar. Dentro de esta tipología se contempla la pensión por viudedad, orfandad y en favor de familiares.

Como pensión contributiva nos encontramos con la acción protectora del Seguro Obligatorio de Vejez e Invalidez (SOVI) el cual incluye pensiones de vejez, invalidez y viudedad a personas que cumplen los requisitos exigidos por la Seguridad Social y que no tienen derecho alguno a cualquiera de las pensiones incluidas dentro del actual sistema de Seguridad Social. Para la concesión del SOVI en cualquiera de sus tres opciones es preciso cumplir con unos requisitos. En el trabajo que nos compete debemos resaltar que el SOVI no siempre es incompatible con otras prestaciones contributivas, este es el caso de las pensiones de viudedad. En el caso de concurrencia con la pensión de viudedad una persona tiene derecho al SOVI si la suma de las dos prestaciones no es superior al doble del importe de la pensión mínima de viudedad para mayores de 65 años -que se sitúa en 636,10. La cuantía del SOVI en situación de viudedad en el caso de no haber concurrencia con otras pensiones es de 405,90 euros mensuales, en el supuesto de existir concurrencia y siempre que cumpla el requisito anteriormente indicado la cantidad a percibir es de 394,20 euros mensuales.

Respecto a las pensiones no contributivas debemos señalar que éstas están sujetas a la gestión de los órganos competentes en cada Comunidad Autónoma y en algunas Comunidades Autónomas a las direcciones provinciales del Instituto de Mayores y Servicios Sociales -IMSERSO-. La Organización territorial de España como Estado Nación Autonomo en 17 Comunidades Autónomas ha hecho que la inequidad a la hora de distribuir las prestaciones sociales a ciudadanos que no están dentro de ninguno de las anteriores situaciones y que se encuentran en una situación de carestía, necesidad y ausencia de medios de subsistencia en los términos de años de cotización o ausencia de la

misma. Las modalidades generales de pensiones no contributivas son las de invalidez y jubilación. Aunque sí existen Comunidades Autónomas donde las modalidades se amplían e incluyen a otros sectores poblacionales que no están dentro del perfil de jubilado o persona con discapacidad.

Las políticas públicas no sólo incluyen prestaciones directas para personas mayores de 65 años, sino que, incluyen ayudas, beneficios y servicios indirectos que permiten una mejora en su calidad de vida y en su bienestar emocional. A todo ello no debemos olvidar que lejos del amparo del Estado como dador de servicios existen multitud de instituciones, fundaciones, organizaciones y estructuras vecinales entre otras que cubren necesidades que las políticas públicas no realizan. En muchas ocasiones estas necesidades no se corresponden a necesidades económicas ni materiales sino emocionales, sentimentales y sobre todo sociales. (RODRÍGUEZ 2004)

España es un país cuya población está envejecida -el 40% de la población tiene más de 65 años-. un envejecimiento de marcado carácter femenino pues el 22% de la población total es mujer mayor de 65 años

España es un país envejecido -el 40% de la población tiene más de 65 años-, pero no es un envejecimiento equitativo en perspectiva de género pues la morfología demográfica en las edades comprendidas entre 65 y más de 100 años es femenina -el 22 % de la población es mujer cuyas edades están comprendidas entre los 65 y 100 años- así como de feminidad precaria e inequitativa, pues sus pensiones suelen ser 421 euros más bajas que la de los hombres⁴⁵.

⁴⁵Datos obtenidos del Padrón continuo a 1 de enero de 2016 y 1 de mayo de 2016 publicados por el Instituto Nacional de Estadística.

Si tomamos como referencia los datos del Padrón Continuo del Instituto Nacional de Estadística a 1 de enero de 2016, en España había 8.358.089 personas mayores de 65 años, de las cuales 4.785.118 son mujeres -un 57%- frente a 3.572.971 varones -un 43%. En situación de dependencia -personas de más de 80 años- nos encontramos de nuevo con una mayoría femenina, 1.739.827 frente a 996.431 varones. Siendo el 36% de la población mayor de 65 años mujer en situación de dependencia, frente a un 28% de varones.

En cuanto al sistema de pensiones subrayar que la feminidad de la vejez se pauperiza, son las mujeres las que acceden a las pensiones -políticas públicas- más precarias, ensanchando desigualdades por género y salario. Son las mujeres de más de 65 años las que perciben una pensión más precaria e inferior.

En términos globales en lo que se refiere a la totalidad de los receptores y receptoras de las pensiones contributivas las mujeres mayores de 65 años corresponden a Las mujeres pensionistas -pensiones contributivas- siendo un 42% frente a un 37% de varones. Dato a tener en consideración es la Pensión media global percibida en hombres que es de 1.118,55 euros frente a la de las mujeres que es de 697,17 euros, una diferencia de 421 euros.

Los datos del padrón continuo a 1 de mayo de 2016 publicados por el Instituto Nacional de Estadística, en lo que respecta al Seguro Obligatorio de Vejez e Invalidez (SOVI) nos muestran de nuevo una feminidad pauperizada y envejecida. Son 311.063 mujeres las que acceden a este tipo de pensión, una pensión que está enfocada a cubrir a una población más vulnerable y que no puede acceder al resto de pensiones contri-

butivas, frente a 37.542 varones, una diferencia más que considerable. Respecto a las diferencias de la cuantía económica percibida mujeres y varones son beneficiarios de una pensión media muy similar, en mujeres se sitúa en 380,96 euros del total de todas las pensionistas y en varones en 387,84 euros.

El ángel del hogar, la eterna menor de edad: la mujer en el Franquismo

La mujer que va a ser analizada en esta aproximación exploratoria, con el fin de poder constatar cómo afecta emocional y afectivamente el acceso a las políticas públicas de pensiones, es la mujer que durante la Dictadura militar Franquista fue niña, adolescente, joven y madura. Una mujer que formo parte de una biopolítica franquista que la situó como una eterna menor de edad (CAYEULA 2009).

El régimen de Franco desarrolló una legislación que excluía a la mujer de numerosas actividades vitales en su futuro devenir como ciudadana. A partir de 1939 hombres y mujeres eran dados de alta en los registros civiles por separado, únicamente las mujeres tenían que declarar el nombre del cónyuge, su profesión, lugar de trabajo, salario recibido y número de hijos sin incluir datos sobre ellas. A finales de ese mismo año se prohibió la inscripción de mujeres obreras en las oficinas de colocación salvo que fuesen cabeza de familia -esposo en situación de incapacidad laboral-, si eran solteras o si estaban en posesión de un título que les permitía ejercer alguna profesión o bien no tenían ningún medio de vida. Sin excepción alguna, el resto de mujeres necesitaban tener un permiso firmado por algún varón de su entorno a modo de tutor -padre, hermanos, esposo, tío, abuelo o tutor jurídico varón-.

El Régimen asume de la biopolítica nazi la trilogía: hogar, niños e iglesia (CAYUELA 2009) unida a la moral

<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=/t20/e245/&file=inebase>.

católica -con los modelos de la virgen María como mujer ideal y de la Sagrada Familia como familia ideal-, centrándose en la reclusión de la mujer a espacios domésticos, al hogar, al cuidado de los hijos y de la familia expulsándola de las esferas públicas productivas, culturales y educativas que no fuesen las apropiadas para una mujer virtuosa. Una “española de bien” debía de tener, siempre y cuando quisiera tener un final feliz, un hogar, unos hijos y un marido (ROURA 1998).

La eterna menor de edad (CA-YUELA 2009) se vio desposeída de autonomía civil, no podía poseer una cuenta bancaria, contrato laboral sin consentimiento del marido o tutor, no podía inscribir en el registro civil a sus hijos si no estaba casada, no tenía derecho sufragista, entre otras de las muchas libertades y derechos civiles. Esta desposesión se basaba en un determinismo biológico machista, muy extendido en los regímenes ideológicos fundados en la raza y la patria. Determinismo que consideraba a la mujer como sujeto de naturaleza inferior en cuanto a su intelectualidad y capacidad de decisión (GALLEGO 1983). Sólo se enaltecía en la mujer la capacidad de procreación, así como una serie de rasgos morales y culturales tales como la dulzura, la abnegación, la obediencia, el romanticismo y la predisposición al cuidado de los demás.

El régimen se centró en el adoctrinamiento de la mujer como ama de casa, esposa y madre, abnegada, obediente y sin necesidad de ocupar espacios de poder públicos. Para este fin desarrolló organismos e instituciones que socializaban, adoctrinaban, educaban y concienciaban a la mujer ofreciéndole una posición en el sistema social, pero que a su vez la dominaban por completo. Entre esas instituciones y organizaciones debemos mencionar la Sección Femenina de Falange, un orga-

nismo de marcado carácter religioso y patriótico. Una de sus principales misiones fue la de socializar y adoctrinar en el ideario del régimen -hogar, familia, matrimonio e hijos- a la totalidad de las mujeres de España. Esta organización quería hacer de la mujer un ama de casa que educase a los hijos, cuidara al esposo y pudiese influir en las decisiones familiares siempre bajo la influencia del ideario del Régimen, de esta forma a la mujer se le daba un papel en el sistema alejando con ello el fantasma de dejarla a su libre albedrío y reforzando el consenso del ideario, perpetuándolo y expandiéndolo, pues ella será la que lleve las ideas del Régimen al hogar, a la cocina a los hijos (ORTIZ 2006).

Este organismo -Sección Femenina de Falange- abarcaba a todas las mujeres, desde las que vivían en la ciudad hasta las que habitaban en las zonas rurales; desde las mujeres más pobres y de clases más humildes hasta las mujeres de las clases más altas, todo ello mediante ciertos mecanismos o servicios del Régimen. El Servicio Social enfocado a la mujer joven que no tenía un hogar que atender (GARCÍA GARCÍA 2001) y que debía estar dentro del sistema, es por ello por lo que se les formaba en teoría y práctica en las labores del hogar y en el cuidado a los demás. Este sistema también permitía situar a ciertas mujeres en puestos de trabajo en entidades y empresas del Régimen pues este servicio era fundamental para “tomar parte en oposiciones y concursos, obtener títulos, desempeñar destinos y empleos retribuidos en entidades oficiales o Empresas que funcionen bajo la intervención del Estado” (GARCÍA GARCÍA 2001, p. 97). La Hermandad de la Mujer y el Campo, institución enfocada a la mujer rural (ROCA 1996) y los Círculos Medina orientados a las mujeres de capitales de provincias y grandes ciudades de nivel social alto e instruidas (PRIETO 2010).

Otro organismo que desarrolló el Régimen, tras la pérdida de peso político de los falangistas y la desaparición de la Sección Femenina de Falange, fue Acción Católica. Este Organismo de marcado carácter religioso no se centró en la inclusión de la mujer en el Régimen sino en la inclusión de la mujer en los circuitos eclesiásticos, así como tampoco estaba encaminado a servir a todas las mujeres, pues se centraba más en la clase media alta y urbana (ROCA 1996).

El ideario de este organismo seguía centrándose en la importancia de la mujer como madre, en su función como esposa y en su futuro dentro de una familia. En el ideario de este organismo se apercibía una clara misoginia y desdén por el intelecto y la capacidad de autonomía de la mujer: “la mujer tiene una igualdad de categoría –no del modo de ser- con respecto al hombre, pero la mujer se rige por el factor espiritual y sigue los impulsos del corazón por ello, el alma femenina es más sensible a lo religioso; tiene más necesidad de amor y más capacidad de sacrificio” (KETTER 1945, p.88-89).

El papel de la mujer como vemos durante todo el Régimen era un papel nutricional, doméstico, privado, sujeto a un estereotipo de menor de edad, carente de autonomía y sobre todo dessexualizada, pues la sexualidad no entraba dentro de sus funciones como mujer, sólo la reproducción y el amor romántico encaminado al matrimonio, al dominio del hombre y a la maternidad (Pietro, 2010). “La vocación familiar y la vocación social de la mujer son complementarias, pues la familia es la base de la sociedad, por ello es necesario la apertura y comprensión de los problemas familiares. La función social de la mujer se basa en la educación de los hijos, las relaciones familiares y las extrafamiliares (...) sus cualidades están ordenadas para completar y ayudar al

hombre, por ello sus problemas sociales serán los de su marido y los de sus hijos (...) la mujer es esposa y madre ante todo, así que los problemas sociales no deben impedir la atención a la familia” (Martín, 1967:150).

Estas mujeres eran educadas en la idea de subyugación y eterna inmanencia socio-familiar y económica: “con todo, la negación de la mujer como ser individual pasa, incluso, hasta por la negación de sus problemas, de sus sentimientos y de sus deseos; es el precio a pagar a cambio del título de ángel y sol de la casa y de reina del hogar” (BAE-TEMAN 1950, p.4)

Una de las situaciones más empobrecedoras de la situación de la mujer en ese periodo fue la de su vetado acceso al mercado laboral y profesional y la consecuente dependencia económica, lo que hizo que sus oportunidades de vida giraran en torno a la familia y al matrimonio. La mujer debía estar lo más alejada posible del entorno productivo, profesional laboral. La promulgación del Fuero del Trabajo prohibió el trabajo de la mujer casada si el marido tenía un mínimo de ingresos determinado. La ley de reglamentaciones -1942- obligaba a abandonar el trabajo a las mujeres cuando éstas contraían matrimonio. Ya cerca de la etapa de mayor aperturismo, en 1961, se recogió el principio de igualdad de derechos laborales de los trabajadores, esta modificación en cuanto a la capacidad jurídica de las mujeres en materia laboral encubría una trampa: la no discriminación hacía única referencia a las mujeres solteras mayores de veintiún años –la mayoría de edad para la mujer era de veintiún años y la edad permitida para abandonar el hogar familiar era de veintitrés, sólo lo podían abandonar cuando estas contraían matrimonio- en caso contrario la mujer estaba bajo la tutela jurídica de los padres, las casadas bajo la tutela de los esposos.

La realización de la mujer no se encontraba en las fábricas o en un puesto de trabajo, sino que se centraba en la familia, el matrimonio y sobre todo en su capacidad reproductora, enfatizando la idea de que la buena madre es la realización de la mujer franquista así es que “la realización de sí misma (de la mujer) consiste principalmente en orientarse hacia otra persona o hacia el mundo exterior. La misión de la mujer es devolver la vida desarrollada de sus entrañas y enriquecer así el mundo con un nuevo ser” (FIRKEL 1960, p.31-43)

La tutela en el Franquismo demostraba una vez más la clara eterna minoría de edad de la mujer española. Esta tutela se traducían en que las mujeres no podían por sí solas elegir una profesión ni ejercerla, no tenían poder para realizar ningún tipo de operación de compraventa de bienes inmuebles o terrenos, automóviles o productos que no fueran cesta de la compra, estaban vetadas en la firma de sus contratos laborales o en la apertura de una cuenta bancaria, sin la autorización del varón, ya sea éste su esposo, hermano o padre, no podían hacer prácticamente nada que tuviera repercusión económica, así como no podían disponer de sus propios bienes –en caso de herencias- sin una autorización de ese tipo, siempre debía de contar con la firma del esposo o del padre, en el caso de ser huérfana y soltera, debía de disponer de un varón –que en la mayoría de las zonas rurales se traducían en el alcalde, alguacil o representante sindical- como tutor jurídico (PEINADO 2012).

Una prueba más de la situación de discriminación femenina en el contexto profesional de la España franquista es cómo hasta bien entrados los años 60 no se permitía a la mujer ocupar puestos de relativa responsabilidad pública, es así que hasta 1966 no se permitió a las mujeres ejercer como magistrados, jueces y fiscales. Y no es

hasta el año 1975 cuando se suprime la necesidad de la autorización marital para poder firmar un contrato laboral o ejercer el comercio. Una legislación que continuó hasta 1981 –ya entrada la democracia- y que regía que el régimen económico del matrimonio era la sociedad de gananciales, constituida por los dos salarios conyugales y cuya administración recaía en el marido.

La discriminación en el terreno laboral no sólo quedaba en la necesaria “licencia marital” –descrita como firma del marido- sino que la mujer estaba vetada en puestos y profesiones consideradas de carácter masculino como policía, profesional de las fuerzas armadas o puestos en la administración de justicia, todos ellos considerados cargos y puestos que, tal y como rezaba la Ley de Derechos Políticos, Profesionales y de Trabajo de la Mujer de 1961, podían poner en peligro los atributos femeninos a los que ninguna mujer debe renunciar como lo es la ternura, la delicadeza y la sensibilidad (ORTIZ 2006).

Como vemos una situación que no deja duda de cómo estas mujeres quedaron relegadas a posiciones domésticas, secundarias o precarias. Un pasado que ha influido en el futuro de varias generaciones de mujeres que hoy en día son beneficiarias de políticas públicas en materia de pensión y que viven situaciones emocionales y sociales derivadas de ese pasado de “ángel del hogar y eterna menor de edad”

“El ángel del hogar” se hace mayor

Para poder realizar esta aproximación exploratoria al análisis de la situación emocional y la calidad de vida emotiva, psicológica y social de las mujeres mayores de 65 años, mujeres sujetas a las políticas públicas del sistema de pensiones y jubilación, partimos de los siguientes objetivos. Analizar si las mujeres pensionistas que más creyeron en el estereotipo del “ángel del hogar” perciben su pensión como un drama

derivado de la situación como mujer del Régimen Franquista. Comparar el tipo de pensión con su situación emocional. Intentar descubrir si existen nexos entre las políticas sociales -sean estas directas e indirectas- y la situación psicológica, social, de salud y afectiva de las mujeres mayores de 65 años.

De igual manera nos marcamos unas hipótesis a considerar:

La situación emocional de las mujeres mayores de 65 años sí está condicionada por el tipo de prestación social o política social en materia de pensión percibida. Muchas de las mujeres que creyeron en los idearios del Régimen y siguieron los estilos de vida marcados sienten cierta desazón ante los cambios acontecidos y sobre todo sienten que la pensión que reciben no reconoce el esfuerzo realizado por haber sido un buen “ángel del hogar”. Las mujeres que perciben el SOVI o tienen la pensión contributiva más baja se sienten frustradas y arrepentidas de no haber compaginado las tareas del hogar con un trabajo profesional -en el momento en el que pudieron hacerlo-. Las pensiones sí afectan al estado emocional, psicológico y social de las mujeres, no sólo en materia de precariedad económica sino en cuanto a que no se sienten valoradas, no poseen oportunidades de mejora y su autoestima es baja, en ocasiones suelen tener sentimiento de culpabilidad por su situación actual.

La investigación metodológicamente es inductiva, pues trataremos de obtener conclusiones muy generales de premisas particulares. Para ello se ha hecho uso de técnicas cualitativas tales como son las entrevistas en profundidad no estructuradas. No estructurar las entrevistas nos permitió obtener datos que no habían sido contemplados ni en los objetivos ni en las dimensiones, indicadores y variables del estudio, además el realizar la entrevista semiestructurada nos permitía adecuar la entrevista a cada

una de las personas analizadas, pues la heterogeneidad de las entrevistadas era uno de los impedimentos que hacía que la entrevista estructurada pudiera haber resultado en error de no respuesta, incomprensión de las preguntas o negativa a participar. Al tratarse de una aproximación la muestra es intencional estratégica y no muy elevada siendo nueve las entrevistadas, cinco de entorno rural y cuatro de entorno urbano.

De las entrevistadas del entorno urbano dos de ellas eran pensionistas contributivas por viudedad, madres y propietarias de la vivienda en la que residen de 69 y 73 años. Las otras dos son solteras una de ellas pensionista por jubilación -profesional enfermera- de 71 años y la otra entrevistada cobraba el SOVI al no haber cotizado lo suficiente como para poder cobrar una pensión por jubilación, tiene 81 años tiene una casa en propiedad y vive con su sobrina y su marido que están en paro.

De las cinco mujeres del entorno rural dos de ellas son solteras, una de 82 años beneficiaria de una pensión por jubilación -profesora-, la otra mujer tiene 70 años y cobra una pensión en favor de familiares de su hermano mayor -profesional del sector agrario. Las otras tres mujeres son viudas, dos de ellas de 70 y 72 años y una de ellas de 69 años la cual cobra el SOVI y su pensión de viudedad, las tres tienen hijos fuera de la localidad donde viven y la vivienda en la que residen es de su propiedad.

En el caso de la mujer urbana, sobre todo las mujeres que perciben una pensión por viudedad -y que no han realizado una actividad profesional- reconocen sentirse frustradas por no haberse incorporado en el sistema laboral en el momento en el que pudieron hacerlo, sienten que han sido engañadas por la idea de la mujer en el hogar, y creen que su pensión no es equivalente a toda una vida de trabajo de su difunto esposo, ni toda una vida dedicada a sus hijos y a

los demás. Sí creen que el haber sido un “ángel del hogar” ha sido un drama para ellas en cuanto al reconocimiento a la hora de haberse hecho mayores:

“¿No deberían darnos una gratificación por esos años de ama de casa?, es un trabajo más. Mi marido trabajaba menos que yo, ahora me siento mal...deprimida, él no está para ayudarme y la pensión no equivale a lo que él ganaba, dónde está el dinero que él daba al estado...porque no nos explicaron que esto sería así, una pensión por viuda y tus años de limpiar mocos, criar niños y aguantar nietos, nada” (Mujer, de ámbito urbano viuda de 73 años y madre de tres hijos).

Esta sensación de drama y frustración por no haber hecho más cosas y que luego se hubiesen materializado en ayudas sociales también se percibió entre las mujeres de entorno rural:

“Donde está el reconocimiento por ser madre, aguantar a tu marido, limpiar la casa y cuidar a la suegra...eso no se paga en ninguna pensión, no nos quieren porque somos viejas y viudas, nos dan una miseria para que nos calleemos si lo comparas con todo el esfuerzo. Éramos tontas, nos tenían comido el coco, que si eso de casarte pronto, tener hijos, limpiar la casa...mira el vecino de enfrente, viudo como yo con su buena pensión y encima a él le va bien...nos deberían de pagar lo que hemos hecho como madres. Ojalá hubiese trabajado y estudiado” (Mujer de ámbito rural viuda de 69 años, madre de dos hijas)

Si bien es cierto esa sensación y ese sentimiento de haber malgastado la vida (SÁNCHEZ LEYVA 2015) siendo únicamente madre, ama de casa y cuidadora es común en todas las viudas, salvo las mujeres que desarrollaron su actividad profesional, ellas sólo tienen un sentimiento de haber trabajado mucho para percibir un salario y no un reconocimiento social y sentimental:

“Sí, me pagan bien, pero al menos podrían ser más humanos con el trato que te dan cuando te jubilas, pues te jubilas, pero no te mueres. No sé quizás podrían ofrecer talleres de pintura o Pilates gratis,

como hacen en otras ciudades...o bien más actividades que no te hagan sentir que eres una jubilada. No me he muerto me he jubilado” (Mujer de ámbito urbano jubilada de 73 años).

“Con mi pensión no me da ni pá pipas...cobro el SOVI porque no me cotizaron bien, en esa época te engañaban...podrían haberme reconocido esos años, aunque no sea con dinero, sino con algo, no sé, viajes, cursos, alguien que te acompañe al médico...algo” (Mujer de ámbito urbano, jubilada de 81 años)

“En el pueblo no hay de ná, por lo menos podrían darnos algo más que la pensión...actividades o gimnasia, algo que nos haga sentir mejor, pues ser pensionista es duro, ya eres vieja y el haber sido ama de casa ha sido duro” (Mujer de ámbito rural, viuda de 70 años”).

Es curioso ver cómo las que fueron amas de casa y sobre todo madres sienten que su pensión es un drama derivado de haber vivido en un periodo de tiempo determinado. Casi la mayoría se sienten engañadas por haberse creído las ideas que les fueron inculcadas, aunque sí resaltan que lo mejor que les ha pasado es el ser madres. Pero el hecho de cobrar una pensión de viudedad les hace sentirse poco útiles al sistema social.

“Si nacer fuera dos veces no te condenarías...yo habría trabajado, porque ahora podría decir que el dinero que cobro del estado no es sólo porque mi marido trabajó, y mucho oye, pero...nos creíamos todo eso de ser ama de casa era lo que tenías que ser y no como otras que sí trabajaron y no sólo porque cobren más sino porque es su salario” (Mujer de entorno urbano, viuda de 73 años).

El tipo de pensión marca su situación emocional, por ejemplo de las entrevistadas del entorno urbano - cuatro- la que mejor más ánimo manifestaba y entusiasmo por la vida era la que fue profesional y percibe una pensión contributiva por jubilación, de las viudas ambas van al psicólogo por depresión desde hace años, pues no sólo por haber perdido su marido, sentirse

sola, no tener la ayuda para poder hacer las cosas que él hacía, sino porque el hecho de pasar de cobrar la pensión de jubilación a la pensión de viudedad ha sido para ellas una forma de degradarlas socialmente.

“Cuando pasé a cobrar su pensión me dije, ahora soy una simple viuda, no sólo por el dinero, sino porque no me reconocen todo lo que ha sido una vida junto a él y mis hijos” (Mujer del entorno urbano, viuda de 69 años).

“Me quedé sorprendida de lo que suponía para mí pasar de ser pensionista con su salario a ser viuda, cobrar la mitad por una vida entera y que no te manden una carta de pésame” (Mujer de entorno rural, viuda de 72 años).

“yo cobro la pensión de mi hermano, es muy triste que no tenga una pensión por haberle cuidado a él y a mi madre...me siento como si no valiese nada” (Mujer del entorno rural, soltera y pensionista en favor de familiares).

“Con 82 años ya mi pensión, por muy buena que sea, me importa poco, me importa más si me va a llegar para la residencia...pues si a mí no me llega imagínate a las demás, deberían de ayudar para eso...toda una vida trabajando para que luego no te dé ni para la lápida” (Mujer de ámbito rural, jubilada de 82 años).

Por supuesto que sí existen nexos entre las políticas sociales, sean estas directas o no y la situación social, emocional y psicológica de las mujeres pensionistas. Sobre todo si tienen acceso a políticas sociales indirectas que permiten mejorar su calidad de vida, ejemplo de ello viajes organizados, talleres de entretenimiento -pintura, manualidades, etc-, gimnasia, descuentos en cine, teatro y libros, acompañamiento en caso de urgencias, etc.

“Lo mejor de la ciudad es que puedes acceder a más cosas, te quitan la depresión, te ayudan a ser más independiente a relacionarte con otras personas, a no estar en casa pensando todo el día en nada...estaría bien que eso se potenciara...e incluso alguien que te acompañe al médico como los de Cruz Roja, que eso

es lo que hacen con mi hermana en la ciudad, la acompañan” (Mujer de entorno rural, viuda de 72 años).

“Al menos con el abono transporte para viejos puedo ir de un lado a otro...me distraigo, también ir a la piscina casi gratis, son cosas que te animan y consuelan frente a tu situación como pensionista, pero que yo no me quejo...peor están otras y peor está la juventud que no tienen trabajo” (Mujer de entorno urbano, viuda de 73 años).

Conclusiones: las pensiones no son sólo dinero.

Aunque sólo haya sido un estudio exploratorio y muy limitado en el número de entrevistadas sí que nos damos cuenta que una pensión no sólo es dinero, también es valor simbólico social:

“Sí cobras el SOVI es que eres de lo más bajo, ya no sólo por lo poco que cobras sino por qué estás diciendo a gritos que eres una vaga, una tonta” (Mujer de ámbito urbano, jubilada de 81 años).

El hecho de cobrar una prestación social u otra posee en esta generación de mujeres unas connotaciones sociales y emocionales muy marcadas y relacionadas con estereotipos sociales tales como la maruja, la ama de casa, la aprovechada, la inútil, la dependiente o la mujer libre e independiente:

“Es curioso cuando digo que a mi edad fui profesora la gente me mira bien, sin embargo a mi hermana que es viuda algunas le han dicho, anda y porqué tu hermana se buscó la vida y tú no...eso sí se lo dicen las que no vivieron lo que nosotras vivimos, o te casabas, o vestías santos o te miraban mal y estudiabas para profesora, era lo único que había” (Mujer de ámbito rural, jubilada 82 años).

“Me sienta mal cuando me dicen que he sido ama de casa por comodidad y encima cobro una pensión del trabajo de mi marido...que pasa que yo no trabajé, que fui tonta y me creí que no era bueno trabajar porque estabas casada, porque ninguna de tus amigas lo hacía cuando se casaba...es que no podías y cuando se pudo te miraban como mala madre. No

somos unas marujas ni nos hemos aprovechado, ser pensionista viuda no es ser una gorrana” (Mujer de ámbito urbano, viuda de 69 años).

Los sentimientos más reiterados por las entrevistadas fueron los de culpabilidad por no haber aprovechado el tiempo para estudiar y trabajar, angustia por el tipo de prestación percibida - sobre todo las mujeres que cobran el SOVI-, sentimiento de haber sido engañadas por haber creído en que ser amas de casa y madres era la única salida para sus vidas y sobre todo necesidad de ayudas indirectas menos económicas en los casos estudiados, eso no significa que las mujeres pensionistas en España gocen de una cuantía económica óptima y equivalente al nivel de vida elevado al que nos enfrentamos hoy, está en el borde de la carestía obviamente afecta no sólo a su situación social, afectiva - fomentando actitudes negativas, depresivas e incluso suicidas- sino también a su situación sanitaria y simbólica. Tener un tipo u otro de pensión te ubica en el estereotipo de “ángel del hogar”, “eterna menor de edad” o mujer revolucionaria y adelantada a su época, como es en el caso de las que fueron profesionales: “Es triste ver cómo mi sobrina me aprecia más a mí, que he sido enfermera, que a su madre que la ha cuidado y que se ha matado por llevar la casa, sólo porque ella no cobra una pensión, sino que vive con la de su marido” (Mujer de ámbito urbano jubilada de 73 años).

Referências

- PIETRO BORREGUERO, Lucía. *Encuadramiento femenino, socialización y cultura*. Málaga: Diputación Provincial de Málaga, 2015.
- PEINADO RODRÍGUEZ, Matilde. *Enseñando a señoritas y sirvientas. Formación Femenina y Clasismo en el Franquismo*. Barcelona: Los libros de la Catarata, 2014.
- OJEDA, Antonio. Reformulación de la pensión de viudedad. *Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración*, 74, 333-342, 2008.
- RODRÍGUEZ CABRERO, Gregorio. *El Estado de Bienestar en España. Debates, desarrollos y retos*. Madrid: Editorial Fundamentos, 2004.
- CARPIO, Máximo y DOMINGO, Eugenio. *Presente y futuro de las pensiones en España*. Madrid: Encuentro, 1996.
- CAYUELA SÁNCHEZ, Salvador. El nacimiento de la biopolítica franquista. La invención del “homo patines”, en *ISEGORÍA. Revista de Filosofía Moral y Política*, 40, 2; 273-288, 2008.
- CAYUELA SÁNCHEZ, Salvador. *Por la grandeza de la Patria. La biopolítica en la España de Franco*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- ROURA, Assumpta. *Mujer para después de una guerra. Informes sobre moralidad y prostitución en la posguerra española*. Barcelona: Flor del Viento Ediciones, 1998.
- GALLEGO MÉNDEZ, María Teresa. *Mujer, Falange y franquismo*. Madrid: Taurus, 1983.
- ORTIZ HERAS, Manuel. Mujer y dictadura Franquista, en *Aposta revista de ciencias sociales*, 28; 1-26. 2003.
- GARCÍA GACÍA, Jordi. *La España de Franco (1939-1975): cultura y vida cotidiana. Vol 34*. Madrid: Síntesis, 2001.
- ROCA i GIRONA, Jordi. *De la pureza a la maternidad. La construcción del género femenino en la postguerra española*. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, 1996.
- KETTER, Peter. *Cristo y la mujer*. Madrid: Sociedad de Estudios Atenas, 1945.

MARTÍN MONTOYA, Jesús. *Religiosas en el frente seglar femenino*. Bilbao: Mensaje, 1967.

BAETEMAN, José. *Formación de la joven cristiana*. Barcelona: Editorial Litúrgica Española, 1950.

FIRKEL, Eva. *La mujer. Vocación y destino*. Barcelona: Herer, 1960.

SÁNCHEZ LEYVA, María José. Del “yo es otro” al “yo soy yo mismo”: emociones y dominación social. *methaodos.revista de ciencias sociales*, 3(2), 2015. doi:10.17502/m.rcs.v3i2.89.

L'orientamento punitivo, compassionevole e pedagogico nei confronti dei poveri: forme diverse di evitamento?

A abordagem punitiva, compassiva e pedagógica para os pobres: diferentes formas de evitação?

The punitive approach, compassionate and pedagogic to the poor: different forms of avoidance?

Enrica Morlicchio

Resumo: Este trabalho tem dois objetivos. Primeiro, pretende descrever as três orientações agora prevaletentes no campo das políticas sociais: o direito repressivo das políticas de segurança social e bem-estar penal, o direito paternalista e compassivo das abordagens beneficentes e os infantilizantes pedagógicos das políticas de ativação. Segundo, pretende mostrar como, apesar das profundas diferenças que parecem existir entre essas três diretrizes, elas se referem ao laço social entre "a comunidade e a sua pobreza". Neste aspecto, diferem radicalmente de uma quarta orientação, que está ganhando mais e mais força, com base nas formas de negação do laço social que tendem a se cristalizar ao longo do tempo dando origem a fenômenos de imunização. **Palavras-chave:** bem-estar penal, políticas de ativação, compaixão, pobreza, laço social

Sommario: Questo contributo si propone due obiettivi. In primo luogo, intende descrivere i tre orientamenti oggi dominanti nel campo delle politiche sociali: quello repressivo proprio delle politiche di sicurezza sociale e del welfare penale, quello paternalistico e compassionevole proprio degli approcci caritativi e quelle infantilizzante e pedagogico delle politiche di attivazione. In secondo luogo, si propone di mostrare come, a dispetto delle profonde differenze che sembrano intercorrere tra questi tre orientamenti, essi rimandano ad legame sociale tra "la collettività e i suoi poveri". In tale aspetto esse si differenziano radicalmente da un quarto orientamento, che va acquistando sempre più forza, basato su modi di negazione del legame sociale che tendono a cristallizzarsi nel tempo dando luogo a veri e propri fenomeni di immunizzazione. **Parole chiave:** Welfare penale, politiche di attivazione, compassione, povertà, legame sociale

Abstract: This paper has two goals. First, it aims to describe three orientations now prevailing in the field of social policies: the penal welfare, the paternalistic and compassionate welfare and those infantilizing of activation policies. Secondly, it aims to show how, despite the deep differences that appear to exist between these three guidelines; they refer to the social bond between "the community and its poor". In this respect they differ radically from one fourth orientation, which is gaining more and more force, based on the denial of the social bond that tend to crystallize over time giving rise to immunization phenomena. **Keywords:** penal welfare, activation policies, compassion, poverty, social bond

Premessa

La costruzione della categoria sociale del povero e le relazioni di interdipendenza tra la società e i suoi poveri sono stati da oltre un secolo oggetto di riflessione della sociologia. Tale relazione si nutre di sentimenti contrastanti: la paura, la compassione, la condanna morale, la solidarietà. Essi hanno conosciuto di volta in volta periodi di offuscamento o d'eclisse, e spesso uno di essi ha finito per prevalere influenzando in modo deciso il sistema di protezione sociale complessivo. Contrariamente a quanto sembra suggerire una lettura evoluzionistica dello sviluppo delle forme di trattamento dei poveri, nessuno di tali atteggiamenti collettivi è giunto mai a dominare incontrastato: una componente è andata declinando in tutta una fase storica ma alla fine è destinata a riemergere, sia pure nel quadro di una "metamorfosi della questione sociale" (CASTEL, 1995).

Prima di procedere devo subito avvertire che il titolo di questo contributo rischia di promettere troppo rispetto a quello che questo saggio può effettivamente offrire. Non pretendo di condensare in poche pagine il senso di una vicenda culturale estremamente articolata e complicata. Mi propongo due obiettivi molto più modesti. In primo luogo, intendo descrivere i tre orientamenti oggi dominanti: quello repressivo proprio delle politiche di sicurezza sociale e del welfare penale, quello paternalistico e compassionevole proprio degli approcci caritativi e quelle infantilizzante e pedagogico delle politiche di attivazione. In secondo luogo, cercherò di mostrare come, a dispetto delle profonde differenze che sembrano intercorrere tra di esse, queste tre forme di intervento sono accomunate da una sorta di legame sociale tra "la collettività e i suoi poveri" (SIMMEL,

2011, p.83). In tale aspetto esse si differenziano radicalmente da un quarto orientamento, suggeritomi dalla mia concreta esperienza di ricerca, basato su modi di negazione del legame sociale che tendono a cristallizzarsi nel tempo dando luogo a veri e propri fenomeni di immunizzazione.

Il revival dell'atteggiamento punitivo nei confronti dei poveri

Negli ultimi decenni abbiamo assistito in pressoché quasi tutti i paesi europei a un revival dell'atteggiamento collettivo punitivo nei confronti dei poveri che sembrava ormai definitivamente tramontato con lo sviluppo dei moderni sistemi di welfare. Secondo il filosofo del diritto Luigi Ferrajoli questo ritorno all'idea della povertà come colpa individuale e della "forca" come rimedio (GEREMEK, 1988) si è manifestato in tre forme diverse.

Una prima forma consiste nella trasformazione della natura e del significato delle politiche della sicurezza sociale. Queste ultime infatti da strumenti di garanzia dei diritti sociali di cittadinanza (incluso il diritto alla sopravvivenza) sono divenute condizioni di mantenimento dell'ordine pubblico.

Essendo stata la sicurezza sociale aggredita dalle politiche di riduzione dello stato sociale e di smantellamento del diritto del lavoro – scrive Ferrajoli – le campagne securitarie valgono a soddisfare il sentimento diffuso della insicurezza sociale con la sua mobilitazione contro il deviante e il diverso... Con un duplice effetto: l'identificazione illusoria, nel senso comune, tra sicurezza e diritto penale, quasi che l'intervento penale possa produrre magicamente una cessazione della micro delinquenza, e la rimozione, dall'orizzonte della politica, delle politiche sociali di inclusione, certamente più costose e impegnative, ma anche le sole in grado di aggredire e ridurre la cause strutturali (2007, p.372).

Per Ferrajoli la “tolleranza zero” che ispirò il sindaco repubblicano di New York Rudolph Giuliani all’inizio degli anni Novanta, volta a colpire fenomeni di degrado urbano (graffiti sui muri, *broken windows*, ubriachezza molesta) per eventualmente prevenire crimini più gravi, esprimeva null’altro che una “utopia reazionaria” dato che l’eliminazione dei delitti, la loro riduzione a zero, non è praticabile senza una involuzione totalitaria del sistema politico. Egli nota infatti:

...la tolleranza zero, cioè l’impossibilità del crimine, potrebbe forse essere raggiunta solo in una società panottica di tipo poliziesco, che sopprimesse preventivamente le libertà di tutti, mettendo un poliziotto alle spalle di ogni cittadino e i carri armati nelle strade. Il costo della vagheggiata e comunque sempre illusoria “tolleranza zero” sarebbe insomma la trasformazione delle nostre società in regimi disciplinari e illiberali, sottoposti alla vigilanza capillare e pervasiva della polizia. Laddove il connotato principale del diritto penale, in una società liberale, consiste precisamente nella tolleranza, a garanzia delle libertà di tutti, della possibilità materiale della trasgressione e nella sua prevenzione sulla sola base della minaccia della pena: nella difesa, in altre parole, della libertà fisica della trasgressione in quanto vietata giuridicamente e non impossibilitata materialmente (2009, p.3).

Una seconda declinazione dell’orientamento repressivo è quella del “populismo penale”. Si tratta della tendenza a perseguire solo la “criminalità di sussistenza” (rapine, furti d’auto, piccolo spaccio e altri reati commessi da immigrati, disoccupati, soggetti emarginati in genere) e non i crimini da colletti bianchi (corruzione, violazione delle norme sulla sicurezza, riciclaggio, devastazione ambientali) allo scopo, scrive sempre Ferrajoli, di “assecondare, nell’opinione pubblica, il riflesso classista e razzista dell’equiparazione dei poveri, dei neri e

degli immigrati ai delinquenti” (2007, p.372). Ciò è quanto è avvenuto in Italia nel 2009 con l’introduzione di misure nei confronti della criminalità di strada e dell’immigrazione clandestina che prevedevano, quale che fosse il reato commesso, l’aggravante della condizione di clandestino (assenza di regolare permesso di soggiorno) e il conseguente inasprimento della pena. Anche se una successiva sentenza della corte costituzionale italiana ha dichiarato illegittima l’aggravante delle clandestinità, questa norma è in parte tuttora in vigore in Italia.

La terza forma individuata da Ferrajoli è la “soggettivizzazione del diritto penale” ovvero l’attribuzione dello status di deviante, di potenziale delinquente, con il carcere come probabile orizzonte, sulla base di una condizione (mancanza di reddito, di una casa, precarietà lavorativa) o di una identità (rom, immigrato) e non sulla base dell’accertamento di un reato. Oltre al principio di uguaglianza risulta in tal modo violato il “principio di legalità in forza del quale si può essere puniti solo per “ciò che si è fatto” e non per “ciò che si è”, per fatti illeciti e non per le identità personali (FERRAJOLI, 2009, p.14). Nel caso degli Stati Uniti questa soggettivazione ha prodotto il fenomeno della ipercarcerazione di working poor, di individui affetti da dipendenza da alcool o da altre sostanze, con problemi psichiatrici, maschi ma in misura crescente donne, la cui unica colpa è spesso quella di essere poveri (WACQUANT, 2013).

Attraverso questi tre meccanismi individuati da Ferrajoli si dà forza alle “retoriche del disumano” (REVELLI, 2010, p.IX) che forniscono la giustificazione ideologica al processo di traduzione delle questioni di giustizia sociale in condanna morale del comportamento dei poveri così come avveniva nell’Ottocento.

L'approccio privatistico del neopaternalismo caritatevole

L'orientamento punitivo non è il solo a caratterizzare questi decenni. Accanto ad esso si è fatto strada un orientamento corrispondente all'altro dei due poli richiamati da Geremek nel titolo del suo famoso libro: la "pietà". Questo sentimento collettivo è incarnato negli approcci neofilantropici e neopaternalistici di cui costituiscono esempi l'"economia del dono" o il "conservatorismo compassionevole" di Marvin Olansky che ha esercitato una notevole influenza anche in molti paesi europei.

Per Marco Revelli questa "torsione in chiave neocomunitaria del discorso neoli-berista" rappresenta "risposta deviata (o de-viante) a una domanda di riconoscimento" (2010, p.125). Tali politiche neofilantropiche

Ripropongono- nel vuoto aperto dalla caduta, o quanto meno dall'affievolimento, di quella forma universalistica di "riconoscimento" che era stata la grande famiglia moderna dei diritti – nuove modalità del senso del "sé" o del "noi". Nuove accezioni dell'"essere in relazione", per certi versi rovesciate e opposte a quella: selettive, laddove i diritti erano universali. Personalizzate, mentre quelli erano astratti. Discrezionali e "concesse" – octroyées, come la costituzione dell'età della Restaurazione- in contrapposizione a ciò che era stato conquistato con la lotta, e affermato come prerogativa indisponibile (2010, p.126-127).

Inoltre il neopaternalismo caritatevole tende a ridurre le questioni di giustizia del welfare, che sono questioni politiche e di etica pubblica, a giudizi che appartengono alla morale privata, con una evidente depoliticizzazione del discorso sulla povertà.

L'infantilizzazione e la "presa in carico" del povero

Il trattamento penale dei poveri e la compassione non costituiscono comunque l'unica tendenza rilevabile: vi è un orientamento sempre più diffuso a richiedere ai beneficiari delle misure di sostegno al reddito una prova di responsabilità e una disponibilità a intraprendere percorsi di uscita dalla povertà, senza per altro prevedere un cambiamento nelle condizioni personali e strutturali che hanno portato alla maturazione di uno stato di bisogno. La tendenza a subordinare la prestazione alla condotta degli aventi diritto, talvolta ammantata da buoni propositi come quelli di attenuare il carattere burocratico e impersonale degli interventi rivolti ai poveri ed evitare fenomeni di demoralizzazione, richiama da vicino gli argomenti sugli effetti indesiderati dell'assistenza sociale propri della "tesi delle perversità": una dei tre meccanismi retorici che per Albert Hirschman (1991) hanno sempre accompagnato lo scontro tra spinte riformatrici e contropunte reazionarie. Essa ha come sbocco infatti ciò che il sociologo francese Serge Paugam ha definito la "disqualificazione sociale" dell'assistito.

Per i poveri- egli scrive – il fatto di essere costretti a sollecitare i servizi di azione sociale per ottenere di che vivere, altera sovente la loro identità precedente e viene a caratterizzare l'insieme dei loro rapporti con gli altri. Essi provano il sentimento di essere a carico della collettività e di avere uno statuto sociale devalorizzato (2008, p.91).

Nella pratica concreta di gestione dei servizi l'accesso alle risorse anziché costituire una precondizione per l'uscita da una condizione di povertà, si traduce infatti spesso in un premio per chi dimostra un impegno nel conseguire gli obiettivi di

emancipazione che gli vengono posti come traguardo da raggiungere. Ritorna in questo modo in auge l'idea che la dipendenza dal welfare è un fallimento morale, derivante dal carattere improvvido delle persone, dimenticando che chi è povero è generalmente fragile, vulnerabile, spesso in situazione di smarrimento, ma non del tutto privo di risorse personali per attivare le quali sono necessari supporti esterni più che buoni consigli. Come ha notato Wacquant con riferimento agli Stati Uniti "tre figure razzializzate hanno fornito incarnazioni sensazionalistiche della 'cultura della dipendenza': l'eccentrica e furba 'welfare queen', l'immatura e irresponsabile 'madre-teenager', e l'inconcludente e disoccupato 'padre nullafacente'" (2013, p.75).

In parte non sfuggono alla retorica della attivazione di soggetti ritenuti del tutto incapaci di risollevarsi – la "presa in carico" come si dice nel gergo burocratico del terzo settore – altri tipi di orientamento, anch'essi spesso animati dalle migliori intenzioni, come quello volto a rafforzare l'empowerment delle persone sulla base soltanto di percorsi rimotivazionali che talvolta utilizzano categorie e metodologie proprie del marketing esperienziale, o come quelli dei gruppi di donne che accedono al microcredito dove elementi di crescita individuale sostenute dal gruppo si intrecciano a forme di controllo e sanzione morale da parte di quest'ultimo.

Questo insieme di esperienze volte alla "attivazione dei poveri" sottovaluta gravemente la disparità di situazioni tra i contraenti e la pochezza delle risorse che il contesto mette a disposizione dei poveri. Nel valutare la disponibilità del beneficiario a "meritare" l'aiuto che gli viene offerto andrebbero debitamente presi in considerazione i contenuti dello

scambio e in particolare le caratteristiche del lavoro offerto. Vi possono essere buoni motivi per rifiutare di uscire da un programma di assistenza per svolgere un lavoro a termine e poco retribuito, soprattutto se non si ha nessuna certezza di rientrare nel programma al cessare del lavoro o se esso prevede una lunga e umiliante istruttoria. Inoltre va tenuto conto della ristrettezza dei margini di negoziazione concessi ai poveri nello scambio tra lavoro e assistenza. Come nota Chiara Saraceno

Solo dai poveri ci si aspetta che siano disponibili a fare qualsiasi lavoro, a prescindere dalle loro competenze. Ciò avviene anche in alcuni regimi di welfare più generosi di quello italiano, perché prevedono un reddito minimo per i poveri, allorché in cambio dell'assistenza economica si richiede a chi la riceve la disponibilità ad accettare qualsiasi lavoro, anche se molto al di sotto delle loro qualifiche e delle loro aspettative (2015, p.32).

Tra l'altro, in molti casi, il desiderio di autosufficienza, il bisogno di riacquistare il rispetto degli altri attraverso un lavoro purchessia, inducono ad accettare lavori dequalificati e a qualunque condizione. Ciò che escluso da questo orizzonte è la voglia di riscatto di chi si trova per qualche ragione a toccare il fondo.

Il deterioramento del legame della società con i suoi poveri

I tre orientamenti passati in rassegna, nonostante le loro evidenti differenze, sono accomunati dal presupposto di un legame tra la società e i suoi poveri che la prima si preoccupa di soccorrere, punire o attivare. Ovviamente come abbiamo visto i sentimenti in gioco possono essere anche diversi, dal risentimento nei confronti di categorie sociali considerate immeritevoli e indisciplinate, al senso di colpa verso

chi è stato più sfortunato, alla preoccupazione per un indebolimento della etica del lavoro. Ma essi maturano nel quadro di un sistema di obblighi e dipendenze reciproche che suscitano nei poveri sentimenti anche in questo caso diversi e talvolta contrastanti di vergogna, riconoscenza o ribellione ma non di estraneità nei confronti di una collettività della quale si sentono parte.

Negli anni a noi più vicini gli orientamenti considerati tendono ad essere sopravanzati da spinte in direzione di una “immunizzazione”, di una mancata identificazione dei poveri. Come scrive Paugam sembra prevalere una “logica egoistica che conduce la maggioranza della società a distaccarsi dai suoi segmenti ritenuti poco raccomandabili” (2008, p.117). Non sono più la paura, la compassione o la condanna morale, per non parlare della solidarietà, il sentimento o l’atteggiamento collettivo prevalenti, ma la reificazione.

Ai preesistenti legami sociali si sostituisce un vuoto sociale. A causa dello straordinario aumento delle disuguaglianze economiche, documentato da una schiera di autorevoli economisti, la distanza economica e sociale tra i poveri e i super-ricchi asserragliati nei condominos fechados, gated communities, nelle torres con servicios diventa tale da non poter essere neanche tematizzata. Essa non è più soltanto incolmabile, diventa incommensurabile, cioè non comparabile. Come ha scritto Ota de Leonardis “la distanza diventa un vuoto nel quale scompaiono i legami sociali, i legami di determinazione reciproca tra 'noi e loro', la possibilità stessa di riconoscersi e nominarsi, e di qualificare la contrapposizione tra noi e loro” (2013, p.366). Le “gated community” nelle loro varie declinazioni e specularmente i “quartieri dell’esilio” (DUBET; LAPEYRONNIE,

1992) portano ad ignorare del tutto le persone che vivono al di fuori di questi fortini di ricchezza e povertà. In entrambi i casi la disuguaglianza economica e sociale rimane nascosta dalla distanza spaziale, dal distanziarsi territoriale delle situazioni disuguali. Queste politiche di reificazione e di immunizzazione “inscenano un ordine normativo, quest’ultimo sembra organizzarsi meno sull’esclusione che sulla separazione, meno sul controllo di individui considerati in qualche modo fonte di problemi, che sulla creazione di una distanza tra loro” (DE LEONARDIS, 2015, p.100).

In questo vuoto sociale, caratterizzato dalla assenza di interazioni, si afferma una sorta di “strategia tribale di separazione tra le comunità” (PROCACCI, 1998, p.274). Si interrompe in tal modo il legame di interdipendenza della società con i suoi poveri, che George Simmel aveva considerato costitutivo della società nel suo complesso, e prevale una logica della separazione che conduce la maggior parte della società a distaccarsi dai soggetti ritenuti più problematici.

Osservazioni conclusive

La messa in atto di modalità di evitamento e reificazione e la depoliticizzazione della povertà che essa comporta pongono non più solo un problema di redistribuzione e di protezioni sociali ma anche di soddisfacimento dell’aspettativa, altrettanto vitale, di “riconoscimento” (HONNETH, 2002). Esso è ben riassunto da Serge Paugam quando osserva che i poveri hanno bisogno non solo di supporti di fronte ai rischi sociali (“contare su”) ma anche di una prova della loro esistenza e della loro valorizzazione attraverso lo sguardo dell’altro (“contare per”) (2008, p.65).

Sul piano della vita quotidiana si tratta di stabilire quella particolare

forma dello stare insieme in pubblico che Ash Amin (2012) definisce *togetherness*. Secondo Amin è attraverso questi microincontri e attraverso la condivisione di spazi fisici comuni che gli individui possono giungere a negoziare significati, a condividere valori comuni e attribuire senso al mondo circostante, e a fare esperienza dell'essere con l'altro in pubblico. In queste interazioni in "chiave minore" non sono necessarie forme di elaborazione sul piano strettamente culturale e identitario del tipo prospettato dalle politiche di "riconoscimento" e del vivere con la differenza per Amin difficili da perseguire nella attuale congiuntura storica. Si tratta piuttosto di rafforzare "luoghi di conciliazione e integrazione" nei quali le persone possano sentirsi "liberi dagli obblighi di riconoscimento reciproco tra estranei", diventare "indifferenti alle differenze" senza rinunciare ad interagire, possano in definitiva "trovare un po' di respiro". Un aspetto importante della riflessione di Amin è che una tale politica richiede anche una forma di "allenamento corporeo" alla compagnia degli estranei.

Ad un livello più generale occorre invece trovare forme di rappresentanza dei non rappresentati (BECCALLI, 2012), poiché come abbiamo visto dalle sedi in cui questa si manifesta si mostra sempre più difficile operare secondo principi di giustizia sociale condivisi e risulta per contro particolarmente forte la tendenza alla reificazione e alla immunizzazione nei confronti dei soggetti più vulnerabili e finanche degli stessi luoghi in cui abitano. Una questione cruciale, da questo punto di vista, è la questione della "capability for voice" e della "capacità di aspirare" dei poveri (APPADURAI, 2004), destinatari e diretti interessati degli orientamenti che abbiamo passato in rassegna.

References

- AMIN, Ash. *Land of Strangers*. Cambridge: Polity, 2012.
- APPADURAI, Arjun. The Capacity to Aspire: Culture and the Terms of Recognition. In: Rao Vijayendra and Michael Walton (Eds.). *Culture and Public Action*. Stanford University Press, 2004.
- BECCALLI, B. Questioni di rappresentanza delle aspirazioni. In: Ota DE LEONARDIS e Marco Deriu. *Il futuro nel quotidiano. Studi sociologici sulla capacità di aspirare*. Milano: Egea, pp. 161-170, 2012.
- CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- DE LEONARDIS, Ota. "Altrove. Sulla configurazione spaziale dell'alterità e della resistenza". *Rassegna Italiana di Sociologia*, v. 3/2013, p. 351-378, 2013.
- DE LEONARDIS, Ota. Perseverare nella via intrapresa. Esplorando una "Grande trasformazione". In: Robert Castel et al., *Incertezze crescenti. Lavoro, cittadinanza e individuo*. Bologna: Editrice socialmente, pp. 89-106, 2015.
- DUBET, François; LAPEYRONNIE, Didier. *Les quartiers d'exil*. Editions du Seuil, 1992.
- FERRAJOLI, Luigi. *Principia iuris*, vol. 2. Bari: Laterza, 2007.
- FERRAJOLI, Luigi. "La criminalizzazione degli immigrati (Note a margine della legge n.94/2009)". *Questioni di giustizia*, n. 5, p. 8-18, 2009.
- GEREMEK, Bronislaw. *La stripe di Caino. L'immagine dei vagabondi e dei poveri nelle letterature europee dal XV al XVII secolo*, 1988.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Retoriche dell'intransigenza. Perversità, futilità*,

messa a repentaglio. Bologna: Il Mulino, 1991.

HONNETH, Axel. *Kampf um Anerkennung*. Frankfurt am Main: SuhrkampVerlag, 2002.

PAUGAM, Serge. *Le lien social*. Paris: Puf, 2008.

PROCACCI, Giovanna. *Governare la povertà: la società liberale e la nascita della questione sociale*. Il Mulino, 1998.

REVELLI, Marco. *Poveri, noi*. Torino:

Einaudi, 2010.

SARACENO, Chiara. *Il lavoro non basta: La povertà in Europa negli anni della crisi*. Milano: Feltrinelli, 2015.

SIMMEL, Georg. *Il povero*. Armando Editore, 2011.

WACQUANT, Loïc. *Iperincarcerazione. Neoliberismo e criminalizzazione della povertà negli Stati Uniti*. Roma: Ombre corte, 2013.

Violencia e inseguridad: políticas y política de las acciones del Estado

Violence and insecurity: Policies and State's Politic

Violência e insegurança: Políticas Públicas e Política de Estado

Jorge Ahumada y Javier Moreira Slepoy

Recibido: 20.05.2016

Aprovado: 30.06.2016

Resumen: Se problematiza el surgimiento de la inseguridad como nueva cuestión social, y se postula su correlato con los cambios neoliberales ocurridos en América Latina desde los 90. Las políticas públicas que abordan el problema carecen de información confiable y hay vínculos contradictorios entre la población y la policía. Tanto la clase política, como la población, esperan de la policía respuestas sobre las cuales muestra una crónica impotencia, en el ámbito académico hay propuestas interesantes pero en general no son tenidas en cuenta al momento de formular políticas de seguridad, al parecer es un lugar común el aumento de personal policial en toda América Latina, a pesar de sus magros resultados. Se pone en cuestión el paradigma punitivo y se plantean sus posibilidades de superación. **Palabras Clave:** Inseguridad, Violencia, Crimen, Castigo, Imaginario, Ideología

Abstract: The emergence of insecurity as a new social issue is addressed and its correlation with neoliberal changes in Latin America since the nineties is postulated. Public policies aimed at this problem lack reliable information showing contradicting relationships between police and population. Both political class and population in general expect answers from the police force which often end in impotence. Interesting proposals are suggested from academia although seldom are taken into account by policy makers, making a common place throughout Latin America increasing police personnel despite its meager results. The punitive paradigm is brought in to question and possibilities for its overcoming are suggested. Finally an agenda of research is postulated with seven topics that characterize a new symbology of in-security **Keywords:** insecurity, violence, crime, punishment, imaginary, ideology

Resumo: Este artigo problematiza o surgimento da insegurança como nova questão social e postula como sua contraparte as mudanças neoliberais que têm ocorrido na América Latina desde os anos de 1990. As políticas públicas que abordam este problema carecem de informações fiáveis e existem vínculos conflitantes entre população e a polícia. Tanto a classe política, como população, esperam que da polícia respostas para as quais esta instituição mostra uma impotência crônica; na academia existem propostas interessantes, mas geralmente não são levadas em conta na formulação de políticas de segurança. Aparentemente é um lugar comuns o crescente efetivo policial em toda a América Latina, apesar de seus poucos resultados. Coloca-se em questão o paradigma punitivo e se propõe possibilidades para a superação do mesmo.. **Palavras-chave:** Insegurança, violência, crime, punição, Imaginário, ideologia

La Modernidad y lo imaginario. Hacia una estrategia “no-racionalista” de comprensión de las políticas públicas de seguridad

La violencia y la inseguridad se han constituido en las principales preocupaciones sociales a nivel global aunque ciertamente existen situaciones

particulares entre países, regiones, localidades e incluso barrios. En este sentido se puede decir que habría matices geográficos sobre los cuales no hay explicaciones plausibles todavía. Un conjunto importante de aportes conceptuales provenientes de la tradición crítica enmarcan el fenómeno en la emergencia de un capitalismo de cuño financiero

erigido sobre la crisis del paradigma industrial y el Estado de Bienestar.

En las últimas dos décadas, esta nueva cuestión social “in-seguridad” ha desplazado a la cuestión social del bienestar que se encontraba centrado en el mundo del trabajo. Actualmente las prioridades de fines del Siglo XX como la precarización laboral, los bajos salarios, el desempleo y subempleo estructural se han naturalizado y por lo contrario la in-seguridad se ha problematizado como nueva cuestión de época.

La problemática de la violencia estaría vinculado a cierta dinámica del capitalismo, y más particularmente a su variante neoliberal caracterizada por una transformación profunda de las relaciones estado – sociedad – mercado. Así la cuestión de la seguridad parece mezclarse confusamente con la “cuestión social” caracterizada por la avance de la precariedad, la exclusión, el desempleo.

En este sentido, la intervención del Estado bajo la forma de políticas de seguridad ha devenido en un rasgo distintivo de la estatalidad post bienestarista, neoliberal, en respuesta a la aparente demanda social de disminución de la violencia al menos en su forma más visibilizada como los son los delitos contra la propiedad y los delitos contra las personas, con resultados bastante modestos de acuerdo a todos los datos disponibles sobre victimización. Adicionalmente el debate político, las políticas públicas y los aportes de los científicos sociales incorporan una nueva categoría de análisis bajo la denominación “sensación de inseguridad” que muestra un rasgo característico de todo problema social y por ende impacta en las formas de intervención estatal; esto es la dimensión objetiva y las dimensiones subjetivas que construyen la realidad.

En este sentido la cuestión de seguridad es un debate que transita la opacidad no solo fenomenológica sino con-

ceptual. Tanto científicos sociales, como políticos y “policy makers” carecen de información suficiente y acorde a la tradición racionalista que las políticas públicas supone. Bajo tales restricciones las propuestas de intervención y las formas de comprensión naturalizan y construyen “sentidos comunes” que parecen suplantar la información y postulan la problemática de la violencia y la inseguridad como un hecho antropológico inevitable de las sociedades contemporáneas. En este sentido proponemos una estrategia de comprensión que parte del supuesto que tanto el diseño como la implementación de las políticas de seguridad (como cualquier política pública por cierto) tienen una estrecha vinculación con lo que Cornelius Castoriadis (2007) denomina “imaginario social”. Bajo esta perspectiva estudiar las políticas de seguridad supone, estudiar los imaginarios sobre la inseguridad y la violencia como construcciones sociales no racionales; y sobre las cuales subyace un conflicto social que en términos amplios podemos denominar político en tanto se juega el poder en general y la dominación en particular. En esta línea los imaginarios suponen ideas, pero también prácticas, modelos organizaciones y tecnologías que son aspectos que hacen a la hegemonía.

En este sentido tanto el diseño como la implementación de las políticas de seguridad están indefectiblemente mediadas por los imaginarios sobre la violencia. Para Castoriadis una cuestión de central importancia es la característica magmática de tales imaginarios que está compuesta en su totalidad por diversos componentes no consistentes entre sí, lo que en términos más precisos supone que en la significación de una realidad (inseguridad en nuestro caso) coexisten elementos heterogéneos provenientes de horizontes políticos y conceptuales.

Ciertamente, un abordaje como este enfrenta no pocas dificultades: en primer lugar el estudio del imaginario sobre la in-seguridad no registra publicaciones que aporten antecedentes que permita situar una o más perspectivas, o identificar una corriente de interés. Hay numerosos autores que trabajan una simbología de la inseguridad desde el sentimiento, la sensación, la percepción, etc.; reconocemos en estas propuestas valiosos aportes a la comprensión de la in-seguridad en particular los aportes de autores como Girard, Garland y Wacquant.

Nos interesa una visión donde la materialidad de lo simbólico sea causa y producto de la historia. Una historia que sea la reconstrucción de las luchas colectivas, de las formas de la dominación y producción del orden, de sus instituciones y de las formas de producción de riqueza. La Modernidad como proyecto civilizatorio europeo impuso un tipo de racionalidad instrumental acompañado de procesos de individuación, control y explotación a instancias de los procesos de acumulación del capital. Como menciona Jameson (2004, p.48) la modernidad, más que un concepto es una categoría narrativa. Este fenomenal proyecto civilizatorio asume un sentido épico en cuanto el capitalismo supone un viaje infinito donde los sujetos carecen de una épica significativa fuera del capitalismo, con lo cual nuestra conflictiva novela existencial es de búsqueda y resignación de sentido (LUKACS, 2010). En este sentido el imaginario moderno está modelado por el capitalismo bajo el influjo de la cosificación, fetichización, alienación y naturalización, pero también como posibilidad emancipatoria. Para Castoriadis es necesario realizar un esfuerzo materialista para relativizar el determinismo de lo concreto en la construcción y reproducción de lo social, pero en particular de sus instituciones. En esta visión el imaginario es un es-

fuerzo comprensivo sobre la simbología de lo social y postula una institución imaginaria que la contiene (CASTORIADIS, 2007).

La Modernidad Capitalista también es una narración urbana y en tal sentido los siglos XIX y el XX son una muestra acabada de cómo las ciudades está imbricadas en su intimidad con el capital (Harvey 2003, 2004), los regímenes de control son formatos urbanos del orden (FOUCAULT, 2008) y los procesos de individuación en las ciudades hicieron posibles las formas modernas de la explotación laboral y por tanto todos los recursos de las organizaciones productivas y disciplinarias se orientaron en este sentido (BECK, 2002).

En la revolución industrial las fábricas fueron un producto acabado que resumían en sí mismas toda la capacidad social de producción de riqueza, en tanto actividades productivas, pero también como formas contractuales entre propietarios y asalariados. La fábrica y en general el sistema productivo sentó las bases de un modelo de orden social pacífico, estable y constructivo (CASTEL, 1997), pero en sus márgenes la discriminación, el racismo, la xenofobia y otras formas de violencia como el desempleo y la exclusión del consumo fueron ocupando mayores espacios en la población beneficiada por ese modelo de orden social que se llamó Estado de Bienestar. La crisis de este modelo y su evolución en las últimas cuatro décadas, conjugó aquellas convergencias del bienestar en situaciones dicotómicas del post-bienestar, tales como individuación y desprotección, disciplinamiento y mercantilización, hiperconsumo y pobreza, empleo y precariedad laboral, ciudadanía y restricción de derechos, comunidad y capitalismo desorganizado.

En este contexto la in-seguridad es coherente, consistente y esperable con estos procesos. A continuación

hemos realizado un cuadro que intenta dar cuenta de estas reflexiones. Ver ta-

Rasgos generales de las políticas de seguridad en la actualidad

En los últimos años la cuestión de la inseguridad se ha constituido en un tema de central importancia para la opinión y los decisores públicos en todos sus niveles de gobierno. No obstante, no existe información confiable sobre sus dimensiones cuantitativas (cantidad de delitos) y cualitativas (tipos de hechos, protagonistas, ubicación geográfica, etc.).

La respuesta estatal ha consistido en expandir y mejorar la acción de las fuerzas policiales, ya sea incorporando personal, ya sea dotando de mayores niveles de discrecionalidad el accionar policial. En este sentido, la clase política, la opinión pública y los medios de comunicación han acordado en la priorización de soluciones represivas.

Las políticas públicas de seguridad “tradicionales” responden a lo que desde la criminología se conoce como “paradigma punitivo” cuyo rasgo principal es la orientación “reactiva” del aparato estatal ante la ocurrencia de delitos siendo objetivo central la acción correctiva y en segundo lugar la reparación. Si bien, el hecho había sido realizado, la cohesión quedaba salvaguardada en el castigo al delincuente (HENER, 2007, p. 102).

Una de sus consecuencias más claras, no solo para el caso argentino, sino para el conjunto de los países latinoamericanos es el sensible crecimiento de las fuerzas de seguridad, iniciado durante la reforma estructural neoliberal. En Argentina tanto la Policía Federal, como las Policías Provinciales, han experimentado una expansión de su personal a la par de una reducción en otras áreas del Estado.

Sobre tales aspectos se abren múltiples interrogaciones sobre la calidad del

bla 1 en anexo.

reclutamiento, la capacitación, la carrera administrativa y las modalidades de contratación del personal policial. Cada uno de estos temas es un gran capítulo que demanda un esfuerzo de investigación y la formulación de explicaciones plausibles sobre su evolución. No obstante, avanzando más en la reflexión cabría quizás, permitirse repensar el rol y la efectividad social de la policía a la luz de los problemas que pretende resolver y los problemas que en tal intento genera y / o agrava.

Tales tendencias fueron ostensibles en el marco del Estado Neoliberal y la desestructuración de servicios de bienestar durante la década de los 90, en Argentina los Ministerios de Defensa e interior explicaban el 30% del presupuesto de la administración pública (descontando el pago de jubilaciones y pensiones a cargo del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social) y el 66% del personal de la misma sin contabilizar las fuerzas armadas ni las policías provinciales (BONNET, 2007, p. 180). En Argentina se registró un crecimiento importante del aparato represivo del Estado inscripto claramente en el paradigma punitivo. Las políticas destinadas a proveer seguridad gozan de poca confianza poblacional, pero aun así, la oferta pública aumenta. La fuerza policial en Argentina crece geométricamente y está próxima a superar el número de docentes de escuelas primarias. La policía ha recibido certeras críticas (SAIN, 2011) centrada en su autonomía con respecto al poder político, con lo cual coincidimos; sin embargo una adecuada obediencia también lleva por el mismo camino. Tanto policía como políticos portan una ideología tecnocrática sobre la violencia y el delito. El “mejor” accionar policial se hace sobre manuales comprensivos de las causas y las soluciones, un crecimiento de la racional-

dad instrumental a expensas de la ética liberal o aun conservadora que dominaba en ámbitos políticos, judiciales y policiales. Esta tesis tecnocrática aún espera su estudio. Ciertamente los dilemas de las intervenciones estatales, sus ambivalencias y riesgos merecen ser debatidos tanto a nivel conceptual como político. Esto es, en el tratamiento de la inseguridad encontramos elementos propios de horizontes democráticos, como así también elementos propios de discursos autoritarios. Lo aceptable en la violencia contra los delincuentes es una gran vara de medición de los pares democracia-autoritarismo, desde la justicia por mano propia al respeto irrestricto de la ley hay una infinita variedad de acciones aceptables contra el delincuente, pero todas, sin excepción, lo sitúan como un otro indeseable, alguien que debe recibir algún tratamiento, siempre punitivo.

La acción del Estado en este modelo estaba centrada en “instituciones especializadas” tales como las policías, el poder judicial y el sistema carcelario que en su accionar conjunto y armónico recuperaban el monopolio del ejercicio de la violencia estatal. La problematización de la “in-seguridad” como “cuestión” ha tenido verdadero impacto en estas instituciones. Ejemplo de ello es el endurecimiento de escalas penales, disminución de las edades de imputabilidad, incremento de personal, e incluso ciertas tendencias a la desmonopolización estatal en el marco del auge de la iniciativa privada a través del surgimiento de agencias de seguridad privada.

Simultáneamente, son recurrentes las denuncias públicas sobre la desinversión y la penosa situación en el sistema carcelario y las demandas por mayor personal, recursos materiales y elementos de trabajo que realizan los juzgados y fiscalías, desbordados por la derivación del “accionar” policial. Tal

situación, reafirma entonces la presunción de que en el llamado “paradigma punitivo”, es la burocracia policial la que verdaderamente marca la pauta de las políticas contra la inseguridad desairando la política criminal marcada por las fiscalías generales a instancias del poder político.

¿Y cuales son las razones de esta situación? Ciertamente no parecería haber una velada disputa sobre los sentidos de la seguridad y las políticas (justicia vs. orden) entre tales instituciones. Creemos que el aparato policial tiene las “ventajas” que todas las burocracias tienen en el momento de la implementación de las políticas públicas respecto de sus “formuladores” sea del poder judicial, ejecutivo o legislativo. Las mismas vienen dadas por su contacto “cara a cara” con la población objetivo, su virtual efectividad para modelar y disciplinar las conductas sin mayores mediaciones democráticas. En este sentido postulamos que en el campo de las políticas contra la inseguridad existen zonas de incertidumbre que desde las instituciones legislativas pueden ser disminuidas o promovidas. La agudización del accionar represivo se enmarca en una realidad caracterizada como violenta y que es atribuida a ciertos grupos sociales (jóvenes, desocupados, pobres, inmigrantes) emergentes en el marco de las reformas económicas. Simultáneamente, como se dijo, incivildades como la corrupción pública y el fraude corporativo no componen ese paisaje de violencia e inseguridad, quedando marginadas del poder punitivo del Estado en una suerte de administración diferencial de los ilegalismos (PEGORARO, 2003, p.28). Cabe preguntarse como es que tales selectividades son aceptadas incluso por las clases dominadas y subalternas destinatarios principales del poder punitivo del Estado. Para Marcelo Sain (2011), la situación argentina y del resto de las experiencias

latinoamericanas pueden definirse como de una “politización de la seguridad pública” caracterizado por el desgobierno político y delegación de las políticas en las cúpulas policiales cada vez más autonomizadas y corporativas. Naturalmente, la intervención de otras agencias estatales (poder judicial, poder ejecutivo) es escasa y la participación social casi inexistente salvo algunas experiencias en barrios y municipios que son verdaderamente excepcionales. Tal situación no habría cambiado durante los gobiernos kirchneristas en la última década, luego de un “amague progresista” de reforma con el Ministro Beliz, la acción estatal fue reconducida, en una suerte de “dependencia de la vía” a la perpetuación de “la situación de indigencia institucional en el gobierno político de seguridad pública en Argentina” (SAIN, 2011, p.4).

Cabe mencionar que los estudios sobre esta problemática suelen realizar una distinción entre lo que podríamos llamar la “dimensión objetiva” de la seguridad reflejada -problemáticamente por cierto- de forma científica y estadística (modo privilegiado de la racionalidad estatal en el abordaje de los problemas públicos) y por otro, la dimensión subjetiva representada periodísticamente como “sensación de inseguridad” o de modo más académico como “representaciones sobre la inseguridad” o “imaginarios sobre la inseguridad”. Es interesante remarcar que los imaginarios sobre la seguridad – inseguridad presentan ciertas particularidades que, desde una mirada simplista de las cosas podríamos tildar de inconsistencias o incoherencias. Por ejemplo de acuerdo a la encuesta de victimización entre los sectores de menor riesgo relativo como las mujeres y los adultos mayores existe mayor intensidad del sentimiento de inseguridad que entre los sectores más expuestos a situaciones

violentas como los varones y los/las jóvenes.

Por otro lado, hay coincidencias entre los especialistas, que las políticas de seguridad son una respuesta estatal a los reclamos de sectores medios y altos y no de toda la población.⁴⁶ Hay una comprensión sobre la problemática de la inseguridad hegemonizada en los saberes de la institución policial por sobre otras instituciones estatales, imponiendo sus orientaciones en las políticas públicas. Las mismas se caracterizan por estar impregnadas de justificaciones de corte técnico (aunque excluyen las nociones de “eficacia” y “efectividad” de las políticas públicas contra la inseguridad), legitimadas bajo estrategias mediáticas y carecientes de una comprensión de orden político.

En este sentido, se puede afirmar que la principal estrategia de las políticas de seguridad han trasuntado el camino del fortalecimiento en el aparato represivo que termina legitimando material, jurídica y simbólicamente el discurso policial, fortaleciendo su comportamiento corporativo, cada vez más autónomo respecto de la sociedad y, sobre todo, del sistema político. Entendemos que los componentes del paradigma punitivo están orientados por: el agravamiento de penas para los delitos existentes, la creciente tipificación de nuevos delitos (femicidios, merodeo, leyes antiterroristas), y la incorporación de grupos antes exentos al tratamiento penal (disminución de la edad de imputabilidad). Lo que se pone en cuestión es no sólo la pretensión garantista, en los términos de Eugenio Zafaroni

⁴⁶En el caso de nuestra provincia, Córdoba, la relocalización de villas, el trazado de fronteras entre el afuera y adentro de esos barrios, mediante cuasi-cordones policiales, el código de faltas y los innumerables abusos, sobre todo a la población masculina joven y pobre ha motivado el cuestionamiento de tales políticas de diversos sectores sociales.

(1988), sino las del propio Estado de Derecho decimonónico.

Como alternativas superadoras y críticas del paradigma punitivo imperante emergen otros discursos. Por un lado encontramos una explicación social que propone una comprensión de la inseguridad–violencia anclada en las problemáticas transformaciones económicas y la modernización del aparato productivo y su impacto en el tejido social. La estrategias de la “Inclusión social” se corresponde a tal discurso.

En este sentido no solo medidas redistributivas sino también campañas de concientización en torno a algunas derivas de aquella problemática (abuso de drogas, alcohol) integran este abordaje. Sin embargo este abordaje termina asociando la violencia / inseguridad a los sectores pobres y marginales de la sociedad lo cual limita su capacidad comprensiva de un fenómeno que excede ampliamente a estos sectores poblacionales .

En segundo término, y quizás la perspectiva que más se ha expandido en las universidades y las organizaciones sociales es el paradigma de la “Seguridad Democrática” que recupera conceptos y prácticas de participación y ciudadanía. Bajo esta perspectiva se expresa un requerimiento central de los sistemas democráticos: garantizar alguna forma (aunque sea mínima y simbólica) de participación y control de los ciudadanos sobre la acción estatal. Cuestiones tales como la auto organización social, la cooperación de los vecinos con las fuerzas policiales, la recuperación de espacios públicos, la descentralización y la tendencias a la municipalización van en este sentido, la experiencia internacional no es concluyente sobre la efectividad de esta especie de tercerización de funciones de los estados Nacionales.

Por último quisiéramos recalcar en una tendencia presente en todas las perspectivas consideradas y que está

relacionada con la expansión de las herramientas tecno-científicos plasmadas en el crecimiento de programas de formación académica para gestores y estudiosos de la problemática de la inseguridad; carreras universitarias para policías, la proliferación de observatorios gubernamentales y no gubernamentales con financiamiento internacional en muchos casos, aplicación de tecnologías diversas y la imposición de metodologías e indicadores que van conformando un mainstream de la inseguridad que ordena lo que es correcto y lo que no es correcto pensar en esta problemática social. Se va creando un campo de especialistas y técnicos más o menos uniforme.

Hacia una definición de términos: inseguridad, violencia y temor como fenómenos de la época

Convoca a la interrogación que la cuestión de la seguridad – inseguridad son verdaderas enunciados de las cuestiones sociales prioritarias, sin embargo, es obvio que lo “seguro” no necesariamente es lo contrario de lo “inseguro”. Hay innumerables intermediciones o grados, con lo cual uno puede derivar a otro y viceversa. Estas correspondencias pueden ser materiales como simbólicas, tanto abstractas como concretas y no puede escapar a esta visión que a veces el remedio es peor que la enfermedad. Los investigadores y especialistas en el tema dan una amplitud comprensiva a la seguridad de tal magnitud que se hace inabordable por el sistema de políticas públicas , y justamente tal amplitud tiene un reverso que es la comprensión restrictiva del sistema de seguridad pública .

Hay un diagnóstico central y compartido por los estudios y relevamientos sobre la cuestión de la inseguridad y es que no hay una correspondencia entre los que se podría llamar el componente objetivo del fenómeno (ta-

sa de victimización) y el componente subjetivo (sentimiento de inseguridad) lo cual, desde nuestro punto de partida teórico, no representa ninguna anomalía y es la regla para todas las problemáticas sociales. No obstante, en el caso acá considerado o bien el hiato entre “ambas realidades” sería in-erradicable y constitutiva del problema de seguridad, o bien el “temor”, como plantea Kessler (2014,p 93) constituye otro problema social y político con cierta autonomía de los delitos y sus políticas.

La población también participa del “miedo” o “temor” al delito, o como se ha generalizado de la “inseguridad”, así, es un interrogante la relación entre inseguridad, crimen/delito y violencia. Se complejiza aún más el panorama si entendemos la violencia como un concepto mucho más amplio que el crimen o delito (OMS, 2003).

El crimen o delito son aquellos hechos identificados, caracterizados, explicados y estudiados en forma continua por las disciplinas contenidas en la Criminología y por el Estado que mediante su Sistema Penal aplica muchas de las ideas aportadas por la Criminología. En general la violencia del estado y la violencia empresaria escapa al sistema penal, así como gran parte de la violencia contra la naturaleza, los trabajadores, los cuerpos, las creencias, las ideologías, el origen étnico, las clases y grupos sociales subalternos, los Niños y Mujeres. Son innumerables las situaciones de violencia que no forman parte del sistema de Control Social, incluso estas violencias son inevitables y/o necesarias para reproducir el Capitalismo Actual (HARVEY, 2004).

Conclusiones. Hacia una agenda de investigación

Esta problematización, reflexiva e irreflexiva, que la población realiza sobre la violencia contra la propiedad y las personas es causa y efecto de una

nueva simbología de la seguridad y su pérdida, en forma preliminar hemos evaluado que esta problematización está centrada en siete aspectos convergentes pero diferentes

1 Construcciones míticas sobre el delito y la violencia (CAVALLETTI, 2010) 2 Se ha des-problematizado el mundo del trabajo, la corrupción político-empresarial y el protagonismo y participación popular (CASTEL, 1997; MERKLEN 2010) 3 Se mantiene una gran expectativa social sobre la solución policial a pesar de la frustración, decepción y temor que genera su intervención (SAIN, 2010; KESSLER 2009) 4 Hay una sintonía en la comprensión del problema entre el cuerpo policial y la clase política. Sin embargo, este acuerdo se distancia en forma progresiva del análisis académico y de numerosas organizaciones sociales comprometidas con la defensa de derechos ciudadanos (BOLSTANKY, 2002) 5 El accionar represivo actual va asumiendo una homogeneidad en todas las grandes ciudades del mundo (DAVIS, 2007), pero se diferencia, se desengancha y autonomiza cada vez mas de otras formas clásicas de control social y dominación cuyo roles son relegados. Ejemplo de ello son el sistema educativo, el trabajo, la familia, la religión, las instituciones estatales en general y la simbología de cohesión social, como la idea de patria, pueblo, nación etc. (GARLAND 2005; BECK 2006; ALTVATER 2008) 6 Esta evolución o verdadero corte identitario de las instituciones represivas pone en cuestión las clásicas formas que el Estado Liberal proponía y disponía para realizar la dominación, la cohesión social, la acumulación capitalista pacífica (DE GIORGI 2005). 7 La institución policial tiene hoy una misión que se sostiene en nuevos paradigmas que no han surgido de las experiencias históricas ni de estudios técnicos y académicos sino que hay verdaderas construcciones ideológicas

sobre los sujetos peligrosos, las situaciones de riesgo, los lugares del delito. Paradigmas ideológicos que son altamente funcionales a la etapa actual de la evolución del capitalismo. (ZAFFARONI 1988; WACQUANT 2010)

Cuando la in-seguridad ocupa un lugar central como problema social lo que se pone en juego es la posibilidad misma de vivir juntos. El “lazo social” en términos de la sociología de Durkheim o el “contrato social”, en términos de la teoría política liberal, son ciertamente fragilizados por las transgresiones de los delitos contra las personas y la propiedad, lo que es representado casi como una vuelta al “Estado de Naturaleza”, la distopía sobre la que el Leviatán se erigía. No estaban en el horizonte imaginario de la constitución del Estado y la monopolización de la violencia aspectos hoy relevantes como la corrupción o los delitos económicos.

Aquellos temores primitivos parecieran estar grabados en el ADN estatal y sus intervenciones, la ampliación de funciones estatales siempre es a ex-

pensar de la capacidad poblacional de resolver los mismo problemas, en innumerables situaciones el estado ha demostrado su capacidad insuperable de resolver problemas a escala poblacional, sin embargo la violencia y sus derivaciones actuales implica una delegación de las formas históricas como la población la resolvía. El estado ha asumido estas funciones casi en su totalidad, la pérdida de soberanía popular es absoluta para resolver la violencia, pero hay otras perversiones peores aún como la posesión de armas en EEUU, que agravan lo que buscan resolver. Si sumamos a lo anterior que el estado ha demostrado una gran ineficiencia para actuar sobre el problema, el resultado es un dilema: la población espera soluciones del estado que es la única alternativa posible, el estado ofrece soluciones incompletas, con lo cual se mantiene la expectativa y al mismo tiempo la frustración e impotencia poblacional.

Hemos realizado dos matrices que ponen en tensión estas ideas: Ver las tablas 2 y 3 en Anexo.

Anexo

TABLA 1			
Construcción y Reproducción Capitalista	Tensiones Culturales del Capitalismo		
	Individuación	Disciplina	Violencia
Ciudad	Consumidor	Orden	Otredad: Racismo, Discriminación, Xenofobia
Modernidad	Productor	Explotación de la Fuerza de Trabajo	Exclusión del Trabajo y del Consumo

TABLA 2			
Dimensiones Comprensivas de lo Social	Fundamentos Estatales de las Políticas de Seguridad		
	Legislación	Regímenes Punitivos	Criminología
Organización y Sentido de lo Social	Protección de la Propiedad y de la seguridad física de las personas	Fragmentación de lo Social por su valor y protección progresiva en función del valor	Identificación y tratamiento de personas, grupos, espacios urbanos en situaciones de crimen y/o riesgo

Historia y Cultura de lo Social	Requisitos para la inclusión Ciudadana, causas y formas para su exclusión y segregación	Mitos sobre el tratamiento carcelario y Leyendas sobre formas exitosas de control social	Causas y tratamiento de la Criminalidad y Naturalización de las distintas formas de violencia
Mundo Simbólico de lo Social	Moral del Modo de Producción Capitalista. Producción Social del Crimen y Producción Criminal de lo Social	El castigo como ordenador de la criminalidad	Ideologías de la Paz (religiones) versus Ideologías de la Violencia (fundamentalismos)

TABLA 3			
Dimensiones Comprensivas de lo Social	Fundamentos Estatales de Violencias Invisibles y/o negadas		
	Legislación	Regímenes Punitivos	Criminología
Organización y Sentido de lo Social	Establecer los límites posibles para la producción de riqueza, evitando los riesgos “demostrados”, radicalidad de la razón instrumental en el posfordismo	No es un crimen aquello que no está tipificado como tal. La construcción social de parias o segregados es necesaria para mantener el orden	Identificación y tratamiento de personas, grupos, espacios urbanos sólo en situaciones de “crimen” y/o “riesgo”
Historia y Cultura de lo Social	El estado tiene el monopolio de la violencia Discrecionalidad en el ejercicio del poder	Naturalización de las violencias no tipificadas por la Ciencia y el Estado como hechos sociales “Normales”	Naturalización de todos los hechos sociales fuera de la Criminología y el Sistema Penal
Mundo Simbólico de lo Social	El crimen como fundamento ideológico orientador de lo aceptable y deseable en las prácticas, organizaciones e instituciones sociales	Tolerancia y aceptabilidad de las violencias funcionales a la Sociedad Contemporánea	Continuidad entre Ideologías de la Paz e Ideologías de la Violencia

Bibliografía

AHUMADA, Jorge. *``Cohesion Sociale et Changement Structurel : discussions sur la subjectivite dans les organisations du monde du travail ``*. *Revue Economique et Sociale*. Lausanne, 2006

ALVATER, Elmar YMAHNKOPF, Birgit. *Las limitaciones de la globalización. Economía, ecología y política de la globalización*. México. Siglo XXI, 2002

BARATTA, Alessandro. *Criminología crítica y crítica del Derecho Penal*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Buenos Aires: Paidós, 1998

BERGALLI, Roberto, ZAFFARONI Eugenio. *Criminología crítica y control social. El poder punitivo del Estado*. Rosario: Juris, 2000.

BIFO, Franco Berardi *Generación Post Alfa, patologías e imaginarios en el Semio-Capitalismo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2007.

BINDER, Alberto *El control de la criminalidad en una sociedad democrática. Ideas para una discusión conceptual* en KESSLER, Gabriel (compilador) *Seguridad y Ciudadanía, nuevos para-*

digmas, reforma policial y políticas innovadoras. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

BOLTANSKI, Luc y CHIAPELLO, Enrique. *El nuevo espíritu del capitalismo.* Madrid: Akal, 2002.

BONNET, Alberto. *La hegemonía menemista. El neoconservadurismo en Argentina* Buenos Aires: Prometeo, 2007.

CAIMARI, Lita. *Apenas un delincuente, crimen castigo y cultura en la Argentina 1880-1955.* Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

CASTEL, Robert. *La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado* Buenos Aires: Editorial Paidós, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad.* España: Tusquets, 2007.

CAVALLETI, Andrea. *Mitología de la seguridad.* Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2010.

CRISAFULLI, Lucas. y BARRETO Luis. (Coord.) *¿Cuánta falta? Código de faltas, control social y derechos humanos.* Córdoba: INECIP, 2011.

DAMMERT, Lucia, RUZ Felipe, y SALAZAR, Felipe. *¿Políticas de seguridad a ciegas? Desafíos para la construcción de sistemas de información en América Latina.* Chile: FLACSO, 2008.

DAVIS, M. *Ciudades Muertas, Ecología, Catástrofe y Revuelta,* Buenos Aires: Editorial Traficantes de Sueños, 2007.

DE GIORGI, Alessandro. *Tolerancia cero, Estrategias y Prácticas de la sociedad de control.* Barcelona: Editorial Virus, 2005

FOUCAULT, Michel *Vigilar y castigar* Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

GARLAND, David *La Cultura del Control.* Barcelona: Gédisa, 2005.

GIRARD, Rene. *La Violencia y lo Sagrado.* Barcelona: Anagrama, 1972.

HARVEY, David. *El nuevo Imperialismo* Barcelona: Akal, 2004.

HENER, Alejandro. *Políticas de seguridad en el Mercosur: Violencia, inseguridad y orden* en Susana NOVICK Susana, HENER, Alejandro y DALLE, Pablo. *El proceso de integración Mercosur: de las políticas migratorias y de seguridad a las trayectorias de los inmigrantes.* Buenos Aires: Documento de trabajo nro. 46, Instituto Gino Germani, UBA, 2007.

JAMESON, Fredric. *Una modernidad singular, Ensayo sobre la ontología del presente.* Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad, Sociología del temor al delito.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

LUKACS, Gyorgy. *Teoría de la novela. Un ensayo histórico filosófico sobre las formas de la gran literatura épica.* Buenos Aires: ediciones Godot, 2010.

MARX Karl. *Elogio del crimen.* Madrid: Sequitur, 2010.

MELOSSI, Darío. *El estado del control social.* Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1992.

MERKLEN, Denis. *Pobres ciudadanos. Las clases populares en la era democrática (Argentina 1983 – 2003).* Buenos Aires: Editorial Gorla, 2010.

NILS, C. *Una sensata cantidad de delito,* Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004.

OMS. “Informe mundial sobre la salud y la violencia”. *Publicación Científica* 588, Washington, 2003.

PAVARINI Massimo. *Control y dominación. Teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico.* Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2003.

PEGORARO, Juan. “Una reflexión sobre la inseguridad en Argumentos”. *Revista de Crítica Social*, Buenos Aires. N° 2 Mayo del 2003

SAIN, Marcelo. *El amague. La política de seguridad pública durante la gestión presidencia de Néstor Kirchner 2003 - 2007*. Resistencia, Chaco: Ponencia presentada en el VI Congreso de Administración Pública, 2011.

SUPIOT, Alan. *Homo Juridicus, Ensayo sobre la función antropológica del derecho*, Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

TAYLOR, Ian, WALTON Paul, YOUNG Jock. *La nueva criminología, Contribución a una teoría de la conducta desviada*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

WACQUANT, Lote. *Parias Urbanos, Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Manantial, 2007.

WACQUANT, Lote. *Castigar a los pobres: El gobierno neoliberal de la inseguridad social*. Madrid: Gedisa, 2010.

WEBER Max. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WIEVIORKA, Michel. *El Racismo Una Introducción*. Barcelona: Gedisa, 2009.

ZAFFARONI Raúl Eugenio. *Criminología. Aproximación desde un margen* Bogotá: Editorial Temis 1988.

ZIZEK, Slavoj. *El sublime objeto de la ideología*. México: Siglo XXI Editores, 2001.

Vinculaciones posibles entre el par inclusión/exclusión social y los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas en Argentina

As vinculações possíveis entre o par inclusão/exclusão social e os Programas de Transferência Condicionada de Renda na Argentina

Linkages possible social between the pair inclusion/exclusion and Conditional Cash Transfer Programs in Argentina

Rebeca Cena; Florencia Chahbenderian; Andrea Dettano

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o uso do conceito de inclusão/exclusão social na concepção Programas de Transferência Monetária Condicionada (PTMC), aplicada a nível nacional na Argentina, e as maneiras em que jogou uma definição do problema centrado em trajetórias individuais dos sujeitos. Sugerimos uma abordagem a este tipo de políticas sociais através de um diálogo de três correntes de problematização científica do social: sociologia dos corpos/emoções; teorias críticas das políticas sociais e produções que foram feitas em torno do conceito de inclusão/exclusão social. Assim, foi realizada uma análise documental dos decretos, leis e resoluções ministeriais criando três PTMC centrais: Programa os Chefes de Casa Desempregados (PJyJHD) implementado em 2002, Plano Nacional Famílias para a Inclusão Social (PNFIS) criado em 2004, e a recente Provisão Universal para Proteção social (AUH), implementado em 2009. A presença deste casal na concepção e objetivos dessas políticas demonstra um consenso social (político e acadêmico) sobre a sua utilização, que exhibe um uso genérico do conceito, sem problematizar as implicações em termos de processos de estruturação social. Como estratégia de exposição visa, em primeiro lugar, para estabelecer alguns pontos de partida conceituais relacionadas aos possíveis diálogos entre as teorias críticas da política social e da sociologia de corpos e emoções; em segundo lugar, algumas discussões em torno dos conceitos de inclusão/exclusão social e suas implicações para abordar questões sociais são propostas; em terceiro lugar, foi realizada uma breve revisão da PTMC na Argentina, estabelecendo suas principais características e referências para emparelhar inclusão/exclusão sociais. Finalmente, propomos uma série de reflexões finais. **Palavras-chave:** inclusão/exclusão social, corpos/emoções, programas de transferências monetárias condicionadas, Argentina

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the use of the concept of social inclusion/exclusion in designing Conditional Cash Transfer Programs (CCT) applied nationally in Argentina, and the ways in which it has played a definition of the problem centered in individual trajectories of subjects. We propose an approach to this type of social policies through dialogue of three streams of scientific problematization of the social: the sociology of bodies/emotions; critical theories of social policies and productions that have been made around the concept of social inclusion/exclusion. Thus, we conducted a documentary analysis of the decrees, laws and ministerial resolutions creating three central CCTs: the Heads of Household Unemployed Program (PJyJHD) implemented in 2002, the National Families Plan for Social Inclusion (PNFIS) created in 2004 and the recent Universal Child Allowance for Social Protection (AUH), implemented in 2009. The presence of this couple in the design and objectives of these policies demonstrates a social consensus (political and academic) on its use, which exhibits a generic use of the concept without problematizing the implications in terms of the processes of social structuring. As exhibition strategy aims, first, to establish some conceptual starting points related to the possible dialogues between the critical theories of social policy and sociology of bodies and emotions; secondly, some discussions around the concepts of social inclusion/exclusion and its implications for addressing social issues are proposed; Thirdly, we conducted a brief review of the CCTs implemented in Argentina by establishing its main characteristics and references to the pair

social inclusion/exclusion. Finally, we propose a series of final reflections. **Keywords:** social inclusion/exclusion, bodies/emotions, conditional cash transfer programs, Argentina

Introducción

Los PTMC constituyen unas de las experiencias más extendidas de abordaje de la pobreza en América Latina. Existen diferentes matices respecto a su definición e implementación. Según el consenso en la literatura internacional, se trata de transferencias de dinero en efectivo que pretenden aumentar los niveles de consumo de las familias y disminuir la pobreza en el corto y largo plazo, a partir de un componente central: las condicionalidades. Estas buscan incrementar el capital humano para interrumpir la reproducción intergeneracional de la pobreza (BARRIENTOS, 2012; MIDAGLIA, 2012; CECCINI y MADARIAGA, 2011; STAMPINI y TORNAROLLI, 2012; GRASSI, 2003), mediante la exigencia de escolaridad y controles de salud de los menores de edad presentes en los hogares destinatarios.

Estos Programas se crearon y expandieron durante las últimas dos décadas en varios países del Sur Global,⁴⁷ impulsados por los gobiernos y los organismos multilaterales de crédito constituyendo la principal herramienta de “*combate*” a la pobreza (LAVINAS, 2013).⁴⁸ Su surgimiento se dio en lo que Franco (1996) ha denominado el paradigma emergente de la política social, en pleno auge neoliberal.

Las políticas sociales en general, y los PTMC en particular, disputan la definición de la problemática social que abordan. Es decir, definen los límites y alcances de la intervención estatal, los sujetos destinatarios, aquellos que que-

darán por fuera, los modos de responder a la problemática, etc. Dicha definición involucra, entre otras cosas, aquellos esquemas de percepción, que en tanto imagen del mundo (SCRIBANO, 2002) de la problemática en cuestión pujarán por la instauración de un particular régimen de sensibilidad.

El objeto de este trabajo es problematizar el uso del concepto de inclusión/exclusión social en el diseño de los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas (PTMC) aplicados a nivel nacional en Argentina, y los modos en que se ha disputado una definición de la problemática centrada en las trayectorias individuales de los sujetos.

Se propone un abordaje de esta modalidad de políticas sociales a partir del diálogo de tres corrientes de problematización científica de lo social: la sociología de los cuerpos/emociones; las teorías críticas de las políticas sociales y las producciones que se han realizado alrededor del concepto de Inclusión/Exclusión Social. De este modo, efectuamos un análisis documental de los decretos, leyes y resoluciones ministeriales de creación de tres PTMC centrales: el Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (PJyJHD) implementado en 2002, el Plan Nacional Familias por la Inclusión Social (PNFIS) creado en 2004 y de la reciente Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUH) implementada en 2009.

Como estrategia expositiva se propone, en primer lugar, establecer algunos puntos de partida conceptuales referidos a los diálogos posibles entre las teorías críticas de las políticas sociales y la sociología de los cuerpos y las emociones; en segundo lugar, se proponen algunas discusiones alrededor de los conceptos de inclusión/exclusión

⁴⁷Ver al respecto De Sena (2015).

⁴⁸A nivel Latinoamericano se estima que han llegado a concentrar aproximadamente 129 millones de destinatarios (STAMPINI y TORNAROLLI, 2012).

social y sus implicancias para el abordaje de lo social; en tercer lugar, realizamos un breve repaso por los PTMC implementados en Argentina estableciendo sus características centrales y sus referencias al par inclusión/exclusión social. Por último, proponemos una serie de reflexiones finales.

Capitalismo, cuerpos, emociones y políticas sociales

El presente apartado tiene por objeto vincular dos campos dentro de las Ciencias Sociales: el de las políticas sociales y el de la sociología de los Cuerpos/Emociones⁴⁹ (*sensu* Scribano). Para ello, en primer término, se dará cuenta de las vinculaciones entre el régimen de acumulación imperante y su problematización desde la sociología de los cuerpos/emociones y, en segundo lugar, la vinculación de éstos con las políticas sociales.

a. Regímenes de acumulación y regímenes de sensibilidad

Desde los escritos clásicos de la sociología pueden rastrearse pistas sobre las conexiones entre los procesos de estructuración social del capitalismo y las formas del sentir (ver por ejemplo: SCRIBANO, 2013). Desde aquel rastreo, la sociología de los cuerpos/emociones fue (y es) objeto de amplios debates académicos y políticos.⁵⁰ De acuerdo con Cervio (2012, p.10),

⁴⁹Tal como explicitamos en otro lado (SCRIBANO, 2013), los autores que fundaron la Sociología se interesaron por los componentes afectivo-emotivos, así como por la dimensión corporal. Entendemos que no es posible la escisión entre una sociología del cuerpo y una sociología de las emociones, sino que estas necesariamente se implican mutuamente (SCRIBANO, 2012).

⁵⁰Entre ellos, una es la disputa con disciplinas como la psicología y la fisiología, que omiten los procesos sociales que están detrás del desarrollo de las emociones y la mentalidad (MC CARTHY, 1989). Para pensar y esclarecer esta disputa, en cuanto a la pertinencia de las Cien-

[p]artiendo del supuesto de que el mundo se conoce por y a través del cuerpo (Merleau-Ponty, 1985), los sentidos (orgánicos y sociales) advienen la base del conocimiento a partir del cual se configuran e incorporan los regímenes de sensibilidad y las relaciones de dominación.

Es así como la sociología de los cuerpos/emociones se enfrenta a la tarea de rastrear los itinerarios sociales que desembocan en determinadas configuraciones corporales y sensibles. Pues hacer un análisis desde las teorías sociológicas de los cuerpos/emociones implica hacer visible cómo se moldean socialmente las emociones, así como las formas en que los cuerpos se organizan y socializan. De esta manera, los seres humanos atraviesan un “proceso de humanización”, consistente “en una puesta a punto de las facultades biológicas como ejercicio de socialización y organización de los impulsos” (SÁNCHEZ AGUIRRE, 2013, p.79).

En este proceso, los cuerpos atraviesan procesos de socialización, resultan distribuidos en grupos sociales heterogéneos que implican una incorporación diferencial de nutrientes, determinados itinerarios espaciales e impresiones que configuran la percepción sensorial. La tarea radica entonces en estudiar las relaciones entre la dimensión social y la dimensión emocional del ser humano (BERICAT ALASTUEY, 2000), lo cual implica rastrear la atribución de un sentido socialmente construido a nuestras percepciones del mundo y de los otros.

cias Sociales en el estudio de los cuerpos/emociones, Sánchez Aguirre (2013) nos adentra en la relación entre naturaleza y cultura, y el modo en que estas se encuentran enraizadas y entrelazadas. El autor, retomando los aportes de Elías, dirá que los seres humanos, a diferencia de los animales, representan una “ruptura evolutiva”, que implica que predominan en estas las conductas aprendidas frente a las no aprendidas.

Los regímenes de sensibilidad,⁵¹ constituyen formas particulares de regular, ordenar e incorporar –por parte de los sujetos- las prácticas sociales en contextos socio-históricos determinados (CENA, 2015). Estos regímenes se hacen visibles o se “hacen cuerpo” en ciertas acciones, olvidos u omisiones, permitiendo que algo sea dicho, pensado, sentido, hecho. A su vez, hay ciertos dispositivos y mecanismos⁵² que rigen los sentires, como pueden ser el miedo, la bronca, la resignación, la esperanza, entre otros (CERVIO, 2012).

En esta línea, los regímenes de acumulación capitalista involucran no sólo la producción, distribución y consumo de mercancías, sino que también implican regular los modos en que los sujetos se comportan y, en este sentido, las políticas de los cuerpos/emociones son centrales para pensar el rol de las Políticas Sociales al interior de un régimen que se sostiene en el tiempo pese a, y a partir de, generar condiciones de expulsión (CENA, 2015).

b. Las Políticas Sociales desde los Estudios Sociales sobre Cuerpos / E-mociones

Como definición amplia, adherimos a aquellas posturas que comprenden a las políticas sociales como intervenciones gubernamentales que afectan los procesos de regulación de los sujetos referidos a la participación en la producción y reproducción ampliada de la vida. Así, este tipo de intervenciones afectan no solamente los procesos de producción y reproducción material, sino también los esquemas a partir de los cuales los sujetos actúan y cómo lo hacen (GRASSI, 2003; DANANI, 2004; ANDRENACCI y REPETTO, 2006).

⁵¹Sobre este concepto ver, por ejemplo: Scribano y De Sena (2013), Cena (2014).

⁵²Al respecto ver: Scribano (2004); Scribano y De Sena (2013).

Brevemente, algunas de las principales vinculaciones entre Políticas Sociales y Políticas de los Cuerpos/Emociones se sustentan⁵³ sobre los siguientes cuatro argumentos:

- a. **Conflicto social.** Las Políticas Sociales afectan los niveles de conflictividad social (HALPERIN WEISBURD et al., 2011; OFFE, 1990; SCRIBANO y DE SENA, 2013), al regular los niveles de satisfacción / insatisfacción de una serie (selectiva) de necesidades de las poblaciones asistidas. En esta línea, cobran lugar sobre un conjunto de sentires sociales que tienen internalizado el “soportar” y la naturalización de lo adverso, conformándose en tanto políticas de atenuación del conflicto social (DE SENA et al, 2015).
- b. **Sociabilidades.** Las Políticas Sociales cumplen un rol fundamental en la construcción de sociabilidades, vivencialidades y sensibilidades (DE SENA y CENA, 2014). Constituyen modos de intervención y regulación de los sentires sociales, estructurando prácticas, sensaciones, emociones, percepciones que se articulan en las vivencias cotidianas (DE SENA et al, 2015). Así, las Políticas Sociales tienen implicancias en términos de los procesos de conformación de las subjetividades de las y los actores y, junto con ello, la constitución de sus emociones, percepciones y estructuras de sensibilidad (SCRIBANO y DE SENA, 2013).
- c. **Performatividad.** Las Políticas Sociales son prácticas estatales con la posibilidad de nombrar,

⁵³Tanto a nivel individual como grupal, desde el Grupo de Estudios de Políticas Sociales y Emociones (GEPSE), venimos evidenciando la pertinencia del abordaje desde la Sociología de los Cuerpos y las Emociones para la investigación y análisis de las Políticas Sociales. Ver por ejemplo: De Sena, et al (2015); De Sena (2014).

significar y hacer, por ende performan lo social. En primer lugar, legitiman lo que será públicamente comprendido como un problema social; en segundo término, determinan la forma estatal de abordaje de dicha problemática y los sujetos que serán incluidos/excluidos dentro de la misma; y en tercer lugar, las soluciones propuestas (GRASSI, 2003). Es en este punto que las políticas de los cuerpos / emociones abonan el campo problemático de las Políticas Sociales, al convertir las formas de comportamiento “adecuadas” en una cuestión política, dado que suponen una serie de estrategias vinculadas a la superación (de las condiciones que ameritan la intervención), o al menos a la permanencia dentro del programa social.

- d. **Regulación sensible.** Las Políticas Sociales y las sensibilidades constituyen un aspecto central del modo de regulación social y político (NEFFA, 2006; CENA, 2015). Así, aquello que parece radicar en la intimidad subjetiva de los actores, como son las emociones, “poseen un fuerte correlato con normas sociales, costumbres, tradiciones institucionales” (CENA, 2015, p.221), que al operar en un régimen de sensibilidades específico, asumen un formato particular. “[D]e allí que determinados contextos sociales propicien determinados comportamientos emocionales y restrinjan otros” (CENA, 2015, p.221).

De este modo,

[e]studiar sociológicamente los cuerpos y las emociones es un intento por captar la manera en que las condiciones de existencia y los fenómenos sociales impactan en la corporalidad de los sujetos y sus maneras de sentir y referenciar el mundo, construyendo un relato del propio entorno y de las maneras de explicar-se y narrar lo que sucede en sus vidas (DE SENA *et al*, 2015, p.10).

Por los argumentos esgrimidos anteriormente la sociología de los cuerpos/emociones se encuentra en estrecha vinculación con las Políticas Sociales.

Dentro del gran espectro de Políticas Sociales, en al menos los últimos 20 años las de atención a la pobreza han adquirido presencia en la escena pública mediante las transferencias monetarias directas, a través de los denominados PTMC. A continuación, recuperamos brevemente algunos desarrollos teóricos en torno a los conceptos de inclusión y exclusión social, y sus implicancias para el abordaje de lo social, para luego volcarnos al estudio del caso argentino y la apelación a dicho par desde el diseño de los PTMC.

Perspectivas en torno al binomio inclusión/exclusión social

Los términos de “inclusión/exclusión social”⁵⁴ son objeto de interés y debate en las Ciencias Sociales y particularmente en el ámbito de las Políticas Sociales. La producción teórica sobre este concepto comienza a proliferar en Francia a partir de 1960 en relación a la población “pobre”. Sin embargo, su uso era general y su significado no estaba completamente delimitado a una situación, sujetos o estados particulares, y es recién a partir de las crisis económicas de 1980 que empiezan a abarcar más grupos y categorías de desventaja social (RAMÍREZ JIMÉNEZ, 2008). Previo a esta década todavía estaban presentes en los análisis sobre la pobreza y marginalidad, la influencia de la Teoría de la Modernización,⁵⁵ cuyo

⁵⁴Incluimos los conceptos de “inclusión” y “exclusión social” unidos por una barra “/” para señalar que se suponen e implican mutuamente.

⁵⁵La Teoría de la modernización consiste en una visión funcionalista de la problemática de la marginalidad. La explicación del fenómeno se da en términos culturales ya que alude a segmentos de la población en los cuales subsisten modos de vida vinculados a formas tradicionales y estructuras pre-capitalistas. Se describe por

modelo era el desarrollo occidental y colocaba las causas de la integración/desintegración en la adquisición por parte de los sujetos de pautas culturales modernas (RIZO LÓPEZ, 2006). Las crisis de fines de los '80 y principios de los '90 del siglo XX llevaron a la consideración del fenómeno como una problemática estructural, poniendo el énfasis en los procesos y múltiples causas que generan la exclusión.

Estar "incluido" se vincula, para la teoría social vinculada a las políticas sociales, al conjunto de la población ubicada dentro de instituciones sociales y con acceso a determinados beneficios. Como es de esperarse, la exclusión, se refiere a aquellas condiciones que permiten o habilitan que algunos miembros de la sociedad resulten apartados (LO VUOLO, 2004). En este sentido, dentro del campo de las políticas sociales este término aludió a determinadas situaciones vinculadas a la pobreza y carencias pues el concepto se utilizó de forma imprecisa y refiriendo a varios tipos de carencias, como: 1) de atributos para la inserción en el mercado (falta de escolarización, destrezas profesionales, condiciones sanitarias); 2) falta de acceso a ciertos bienes y servicios (crédito, vivienda, alimentación, seguridad social); y 3) determinadas condiciones de vulnerabilidad que presentan ciertos grupos sociales (edad, género, etnia, condición de salud, inserción laboral) (FLEURY, 1999). Desde estos "usos" dados al término, se observa que es posible establecer una identificación entre condiciones individuales (acciones, actitudes,

comportamientos, etc.) y situaciones que devienen en la exclusión.⁵⁶

La exclusión en tanto concepto, establece una determinada manera de reconocer y definir los problemas sociales (ROSANVALLON, 2011), pues "la exclusión no es un nuevo problema social, sino más bien otra manera de describir las dificultades para establecer solidaridades" (ROSANVALLON, 2011, p.195). Para esta perspectiva, la exclusión (y su anverso, la inclusión) muchas veces han sido definidas por fracasos en la propia vida de los sujetos, es decir, en las propias trayectorias individuales de los sujetos. Lo que debe atenderse, señala el autor, son "los procesos de exclusión" (ROSANVALLON, 2011, p.94).

En adelante, se intentará abonar a las reflexiones acerca de cómo el binomio inclusión/exclusión social ha estado particularmente presente en los diseños de política social del nuevo Siglo en Argentina y cuáles son sus implicancias.

Los PTMC en Argentina como "programas de inclusión social"

Entendemos que los PTMC materializan una determinada política sobre los cuerpos y las emociones al disponer cuáles necesidades sociales serán garantizadas por el Estado, mediante cuáles bienes y servicios, cuáles sectores poblacionales quedarán incluidos y cuáles excluidos y cuáles serán los comportamientos que se requerirán para la permanencia dentro de la política.

parte de esta vertiente una coexistencia entre sectores modernos de la sociedad y sectores tradicionales que aún no se encuentran adaptados/ integrados a las pautas de vida y conducta de la sociedad moderna e industrial, e incluso se han descrito como una resistencia cultural para adaptarse a las nuevas pautas.

⁵⁶Para Castel es más pertinente hablar de desafiliación que de exclusión. La última es inmóvil, designando un estado o estados de privación. El problema del concepto reside en su potencial analítico, ya que la constatación de las carencias no permite captar los procesos que las forjan. Pensar en desafiliación en cambio no implica simplemente dar cuenta de las carencias sino visualizar un recorrido, poner atención en los procesos que las fueron conformando.

En otras palabras, contribuyen a la definición de la problemática en cuestión. Así, analizando el diseño de los PTMC es posible identificar la “mirada⁵⁷” que poseen sobre *cómo debe vivirse en condiciones de pobreza*, al determinar las reglas de merecimiento y de permanencia, estableciendo los modos de reproducción de la vida socialmente aceptados y aceptables, además de palear las obligaciones o responsabilidades que recaen sobre los destinatarios.

Para el caso argentino, existe cierto consenso en considerar el Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (PJyJHD), el Plan Nacional Familias por la Inclusión Social (PNFIS) y la Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUH) como los principales exponentes de PTMC a nivel nacional. Como puede observarse en el cuadro siguiente, este tipo de programas implementados en Argentina si bien manifiestan algunas diferencias en cuanto a su modo de ejecución, en todos los casos se alude a la inclusión social como un objetivo central que comparten (Véase el cuadro 1 al final del artículo).

Los PTMC, a partir de las condicionalidades, suponen sujetos que, mediante la modificación de los comportamientos del Jefe de Hogar o de los niños, niñas o adolescentes a cargo lograrán superar las condiciones de pobreza en las que se encuentran insertos. Todo ello bajo un discurso referente a “la inclusión”. En otras palabras, el encontrarse “incluido” se ha plasmado en una serie de transferencias de dinero - por debajo del mínimo, vital y móvil, bajo la regla de oro de los organismos multilaterales de crédito (LOBET y MINUJIN, 2011)- con la condición de que los sujetos se vuelvan agentes de sus propias condiciones de pobreza. Es decir, realicen una serie de modificaciones de sus conductas que hipotética-

mente les permitirán transformar sus condiciones materiales o al menos fortalecer su capital humano para enfrentar los riesgos presentes y futuros. De este modo, desde la perspectiva de los PTMC, la “inclusión social”⁵⁸ sería alcanzable a partir de la transferencia monetaria estatal a corto plazo y el aumento del capital humano a largo plazo.

No obstante, las referencias a una inclusión mediada por los PTMC poseen algunas implicancias. Como vimos más arriba, en su problematización teórica la exclusión social tiene dos aspectos centrales: la multidimensionalidad y el carácter procesual, mientras que el abordaje en términos de política pública adquiere otros matices.

En líneas generales, los autores recuperados en el apartado anterior resaltan la importancia de pensar los procesos, estructuraciones y fenómenos sociales que generan exclusión. Sin embargo, si bien los conceptos de inclusión/exclusión social han ganado presencia en el diseño de políticas sociales para su abordaje en las últimas décadas, éstos se han encontrado anclados a las trayectorias individuales de los sujetos. Esto es, sin referenciar a las condiciones estructurales que han desarrollado los procesos denominados como “exclusión”. En este sentido, el término ha sido utilizado para caracterizar a aquellos sectores de la población que mediante transferencias estatales y modificaciones en sus conductas o prácticas cotidianas (trayectorias individuales) podrán alcanzar la inclusión social.

En otro escrito (CENA y CHAHBENDERIAN, 2015) hemos nominado como individuación de las

⁵⁷O Imagen del Mundo. Ver: Scribano (2002).

⁵⁸El término de “Inclusión social” circula no sólo en los diseños y objetivos de los programas, sino también en las evaluaciones y documentos elaborados por diversas instituciones y organismos en intentos por mensurar y comparar, a partir de índices de inclusión social, los diferentes países de América Latina.

condiciones de pobreza a estos procesos centrados en la trayectoria individual de los sujetos. En este caso, la inclusión social se vuelve un eufemismo para dar cuenta de sujetos que teniendo algunas faltas y carencias (identificadas y definidas como individuales e individualizables) no logran reunir las condiciones materiales necesarias para su producción y reproducción cotidiana sino mediante la transferencia monetaria estatal a partir del PTMC.

Conclusiones

A partir de lo anterior y retomando lo esbozado en el apartado precedente, se sostiene que las formas que asume la política social en la actualidad trae aparejada una responsabilización creciente de las ausencias y carencias por parte de los sujetos destinatarios, y construye en términos de un régimen de sensibilidad determinadas formas de sentirse o estar “incluido”. Así, se espera por parte de los sujetos destinatarios una serie de prácticas vinculadas al vivir en condiciones de pobreza mediante la intervención estatal.

Con todo, el término de “exclusión social” parece referirse a una situación puntual de falta de acceso a ciertos bienes o servicios, ya sean estos públicos o privados y a faltas y carencias propias de los sujetos en condiciones de pobreza. Pero el término ocluye los procesos que llevaron a tal estado de cosas, y los mecanismos de reproducción de estas dinámicas “excluyentes”.

En efecto, su anverso (la “inclusión social”) se encuentra presente en los objetivos de los programas mencionados. Lo que se observa en su uso indiscriminado es su condición polisémica. En consecuencia, políticamente se le asigna una valoración positiva legitimando las intervenciones estatales traducidas en transferencias estatales de dinero y la modificación de las conductas de los hogares. Esta reducción de-

viene en un nexo entre dotación económica y modificación de las conductas que traería como resultado la inclusión social.

La presencia de este término en el diseño y objetivos de estas políticas nos habla a las claras de un consenso social (político y académico) sobre su uso, que exhibe un uso genérico del concepto sin problematizar las implicancias en términos de procesos de estructuración social.

Si el estar incluidos por un lado - para las poblaciones objeto de los PTMC mencionados- es obtener una transferencia estatal muy por debajo el mínimo requerido para satisfacer las necesidades de reproducción, y modificar los comportamientos de los hogares a partir de las condicionalidades -bajo el supuesto de así romper con la transmisión intergeneracional de la pobreza-; por otro lado, no se refiere a la complejidad de situaciones y determinantes que generan, reproducen y actualizan las condiciones de pobreza en las que se encuentran las poblaciones. Los artilugios del concepto radican en depositar en las trayectorias individuales las condiciones de pobreza, sin referenciar a las condiciones estructurales que generaron tal estado de cosas.

En este sentido, en tanto definición de la problemática, el par inclusión/exclusión social contenido en el diseño de los PTMC puja por la producción y resignificación de un régimen de sensibilidad que no hace más que culpabilizar a los sujetos de las condiciones de pobreza en las que se encuentran insertos. En este sentido, la sociología de los cuerpos y las emociones aporta al campo problemático de la política social un elemento clave, al permitir profundizar sobre las formas en que la regulación de las poblaciones con altos niveles de conflictividad social asociados a vivir en condiciones de negación, se incorporan, se vuelven esquemas de per-

cepción, cuerpos y emociones de forma tal que garanticen la reproducción del régimen de acumulación en el mediano y largo plazo.

Referencias

ANDRENACCI, Luciano; REPETTO, Fabián. *Universalismo, ciudadanía y Estado en la política social latinoamericana*. Washington, DC: Instituto Interamericano para el Desarrollo Social (INDES), 2006.

BARRIENTOS, Armando. "Dilemas de las políticas sociales latinoamericanas. ¿Hacia una protección social fragmentada?". *Revista Nueva Sociedad*. Caracas, vol. 239, p. 65-78, 2012.

BERICAT ALASTUEY, Eduardo. "La sociología de la emoción y la emoción en la sociología". *Papers*. España, n. 62, p. 145-176, 2000.

CASTEL, Robert. *La Metamorfosis de la Cuestión Social. Una crónica del salariado*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2009.

CECCHINI, Simone; MADARIAGA, Aldo. *Programas de Transferencias Condicionadas. Balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2011.

CENA, Rebeca. "Imagen Mundo y Régimen de sensibilidad. Un análisis a partir de las políticas sociales de atención a la pobreza implementadas en Argentina". *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad - RELACES*. Córdoba, n. 14, Año 6, p. 81-93, 2014.

CENA, Rebeca. "Políticas sociales, cuerpos y emociones a principios del siglo XIX en Argentina". *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*. n. 69, p. 213-232, 2015.

CENA, Rebeca y CHAHBENDERIAN, Florencia. "El abordaje estatal de la po-

breza en Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas". *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. Colombia, vol. 13, n. 1, p. 123-136, 2015.

CERVIO, Ana. A modo de presentación: Una sociología por y desde las tramas del sentir. In: Ana Cervio (Comp.). *Las tramas del sentir. Ensayos desde una sociología de los cuerpos y las emociones*. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, pp. 09-18, 2012.

DANANI, Claudia. "El alfiler en la silla: sentidos, proyectos y alternativas en el debate de las políticas sociales y de la economía social". Claudia Danani (Comp.). *Política social y economía social*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento-Fundación OSDE, Altamira, 2004.

DE SENA, Angélica. "Promoción de microemprendimientos y políticas sociales: ¿universalidad, focalización o masividad?, una discusión no acabada". *Pensamiento Plural*. Pelotas, n. 8, p. 5-36, 2011.

DE SENA, Angélica. (Ed.) *Las políticas hechas cuerpo y lo social devenido emoción: lecturas sociológicas de las políticas sociales*. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2014.

DE SENA, Angélica. (Dir.) *Experiencias hechas cuerpos y emocionalidades configuradas en torno a las políticas sociales. Un abordaje de las políticas sociales desde los Estudios Sociales de los Cuerpos y las Emociones*. Documentos de Trabajo del CIES N° 105, 2015. URL:

http://estudiossociologicos.org/-descargas/documentos-trabajo/documento-de-trabajo-5-diciembre_2015.pdf.

DE SENA, Angélica y SCRIBANO, Adrián. "Consumo Compensatorio: ¿Una nueva forma de construir sensibi-

lidades desde el Estado?”. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad – RELACES*. Córdoba, vol. 6, n. 15, p. 65-82, 2014.

FLEURY, Sonia. *Política social, exclusión y equidad en América Latina en los años noventa*. Documento N°15. Buenos Aires: Dirección General de Políticas Sociales Subsecretaría de Promoción y Desarrollo Comunitario Secretaría de Promoción Social Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 1999.

FRANCO, Rolando. “Los paradigmas de la política social en América Latina”. *Revista de la CEPAL*, 1996.

GRASSI, Estela. *Políticas y problemas sociales en la sociedad neoliberal. La otra década infame (I)*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2003.

HALPERIN WEISBURD, L. et al. *Problemas de género en la Argentina del siglo XXI: feminización de la pobreza e inequidad del mercado laboral*. Cuadernos del CEPED, Núm. 11. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre Población, Empleo y Desarrollo, Facultad de Ciencias Económicas, UBA, 2011.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *La mercantilización de la vida íntima. Apuntes de la casa y el trabajo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2011.

ILLOUZ, Eva. “Emotions, Imagination and Consumption: A new research agenda”. *Journal of Consumer Culture*, n. 9. Sage Publications, 2009.

LAVINAS, Lena. “21st Century welfare”. *New Left Review*. n. 84, p. 5-40, 2013.

LO VUOLO, Rubén. “A modo de presentación: los contenidos de la propuesta del ingreso ciudadano”. Rubén Lo Vuolo, et al. (Org.). *Contra la exclusión: La Propuesta del ingreso ciudadano*. Colección Políticas Públicas.

Buenos Aires: Miño y Dávila, p. 17-51, 2004.

LOBET, Valeria; MINUJIN, Alberto. “La pobreza infantil y las políticas sociales. Una mirada sobre las transferencias condicionadas de ingresos”. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, vol. 10, n. 2, p. 274-287, 2011.

MIDAGLIA, Carmen. “Un balance crítico de los programas sociales en América Latina.” *Nueva Sociedad*. Caracas, vol. 239, 2012.

NEFFA, José. “Evolución conceptual de la Teoría de la Regulación”. De La Garza Toledo, Enrique (Comp.). *Teorías sociales y estudios del trabajo: Nuevos enfoques*. México: Anthropos, p. 183, 2006.

OFFE, Claus. “La Política Social y la Teoría del Estado”. Claus Offe (Org.) *Contradicciones en el Estado de bienestar*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 72-104, 1990.

RAMÍREZ JIMÉNEZ, Magdalena. “Aproximación teórica de la exclusión social: complejidad e imprecisión del término. Consecuencias para el ámbito educativo”. *Estudios Pedagógicos*. Valdivia, vol. 34, n. 1, p. 173-186, 2008.

RIZO LÓPEZ, Ana. “¿A qué llamamos exclusión social?” *Revista Polis*. Chile, n. 15, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. *La Nueva Cuestión Social: Repensar el Estado Providencia*. Buenos Aires: Editorial Manantial, 2011.

SÁNCHEZ AGUIRRE, Rafael. “Apuntes sobre la construcción conceptual de las emociones y los cuerpos”. *Revista Latinoamericana sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad – RELACES*, vol. 2, n. 13, p. 75-86, 2013.

SCRIBANO, Adrián. “A manera de introducción. De Fantasmas e Imágenes Mundo: una mira oblicua de la teoría

social latinoamericana”. Adrián Scribano (Org.) *Combatiendo Fantasmas*, Chile: Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, pp. 6-18, 2004.

SCRIBANO, Adrián. “Llueve sobre mojado: pobreza y expulsión social”. In: *Políticas Públicas y Pobreza en el escenario post 2009*. Ceformar Editora-FSCS-UBA, 2008.

SCRIBANO, Adrián. “Sociología de los cuerpos/emociones”. *Revista Latinoa-*

mericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad (RELACES). Córdoba, n. 10, p. 93-113, 2012.

SCRIBANO, Adrián. *Teoría Social, Cuerpos y Emociones*. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2013.

STAMPINI, Marco y TORNAROLLI, Leopoldo. *The growth of conditional cash transfers in Latin America and the Caribbean: did they go too far?* IZA Policy Paper, n. 49, 2012.

Anexos

Cuadro 1. Los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas implementados a nivel nacional en Argentina y sus referencias a la inclusión social

Nombre y año de inicio	Modo de cálculo de la transferencia	Exigencias	Referencias a la Inclusión Social
PJyJHD (2002)	Por jefe de hogar.	Capacitación del jefe de hogar, educación y salud de los menores a cargo.	El Decreto que crea al programa (565/02) establece en su Artículo 1° que “Todos los jefes/as de hogar desocupados gozarán del <i>Derecho Familiar de Inclusión Social</i> .” ⁵⁹ Más adelante, el Decreto afirma que “El PROGRAMA tendrá por objeto brindar una ayuda económica a los titulares indicados (...) con el fin de garantizar el Derecho Familiar de Inclusión Social”. ⁶⁰
PNFIS (2004)	Por número de menores de 19 años en el hogar.	Salud y educación de los menores a cargo.	El Programa Familias por la Inclusión Social, además de las obvias alusiones de su nombre, busca trazar un nexo con las familias “para que las mismas puedan mejorar su calidad de vida con <i>inclusión social real</i> ” ⁶¹ ; “La estrategia de <i>inclusión social</i> impulsada por el gobierno nacional para el período 2009-2011 (4) se centra en el aumento considerable de la inversión social en aras de promover la generación de conocimientos y habilidades personales, organizacionales, productivas, familiares y comunitarias que mejoren las posibilidades de inserción laboral de los <i>sectores excluidos</i> .” ⁶²

⁵⁹Infoleg. Disponible en: http://www.infoleg.gov.ar/?page_id=112 consultado el 27/06/16.

⁶⁰Infoleg. Disponible en: http://www.infoleg.gov.ar/?page_id=112 consultado el 27/06/16.

⁶¹Infoleg. Disponible en: http://www.infoleg.gov.ar/basehome/actos_gobierno/actosdegobierno20-7-2009-2.htm consultado el 27/06/16.

⁶²Infoleg. Disponible en: http://www.infoleg.gov.ar/basehome/actos_gobierno/actosdegobierno20-7-2009-2.htm consultado el 27/06/16.

AUH (2009)	Por número de menores de 18 años en el hogar.	Salud y educación de los menores a cargo.	En los considerandos del Decreto que le da origen (1602/09) se establece que: "los organismos del Estado deberán establecer políticas y <i>programas para la inclusión</i> de las niñas, niños y adolescentes (...) [ya que] subsisten situaciones de <i>exclusión</i> de diversos sectores de la población que resulta necesario atender." ⁶³
---------------	---	---	---

Fuente: Elaboración propia en base a bibliografía de referencia. Los resaltados son propios.

⁶³Infoleg. Disponible en: http://www.infoleg.gob.ar/?page_id=112 consultado el 27/06/16.

Políticas sociales, emociones y cuerpos

Social policies, emotions and bodies

Políticas sociais, emoções e corpos

Angélica De Sena

Recibido: 20.05.2016

Aprovado: 30.06.2016

Resumen: La propuesta es el estudio de las políticas sociales procurando una triple convergencia entre: análisis sociológico de las mismas, indagación desde y de las sensibilidades que producen e investigación de su diseño, gestión y ejecución. En este contexto el GEPSE se viene ocupando de los cruces y articulaciones entre las redefiniciones de la “cuestión social”, la elaboraciones de políticas públicas en el marco de los procesos de regulación estatal de los conflictos entre capital y trabajo, las sensibilidades necesarias y deseadas para que ello ocurra y las políticas de los cuerpos que implican. El objetivo del presente artículo es sintetizar las aludidas pistas a través de las indagaciones de quien escribe y es quien coordina el GEPSE. Para alcanzar dicho objetivo he seleccionado la siguiente estrategia argumentativa: a) explícito sintéticamente mi mirada sobre las políticas sociales, b) resumo un enfoque sobre las conexiones entre políticas sociales y emociones, c) bosquejo algunos de los ejes centrales que han emergido en mi trabajo sobre la temática, y finalmente d) delinee un grupo de huellas que permitan imaginar una suerte de agenda futura.

Palabras Claves: políticas sociales, cuerpos, emociones, sensibilidades

Abstract: The proposal is the study of social policies seeking a triple convergence: a sociological analysis of them, an inquiry from the sensitivities they produce, and a research of its design, management and implementation. In this context the GEPSE has been involved with the junctions and articulations between the redefinitions of the "social issue", the elaboration of public policies within the framework of the state regulation processes of capital and work conflicts, the sensitivities needed and desired for that and the body policies involved. The aim of this article is to summarize the aforementioned tracks through the investigations of this writer who also coordinates the GEPSE. To achieve this objective we've selected the following argumentative strategy: a) explicit synthetically my gaze on social policies, b) summarize an interpretation on the connections between social policies and emotions, c) outline some of the main issues that have emerged on my work on the subject, and d) outline a set of tracks that allow to imagine a sort of future agenda. **Keywords:** social policies, bodies, emotions, sensitivities.

Resumo: A proposta é o estudo das políticas sociais que buscam a convergência tripla: análise sociológica delas, o inquérito de e sensibilidades que produzem e projeto de pesquisa, gestão e execução. Neste contexto, o GEPSE foi envolvido com junções e articulações entre as redefinições da "questão social", a elaboração de políticas públicas no âmbito dos processos de regulação estatal dos conflitos entre capital e trabalho, a sensibilidade necessária e desejada para que isso aconteça e as políticas dos órgãos envolvidos. O objetivo deste artigo é resumir as faixas acima mencionadas através das investigações sobre o escritor e que coordena o GEPSE. Para atingir este objetivo selecionou o seguinte estratégia argumentativa: a) explícita sinteticamente meu olhar sobre as políticas sociais, b) resumir um foco sobre as conexões entre as políticas sociais e emoções, c) delinear algumas das principais questões que surgiram no meu trabalho sobre o assunto, e finalmente d) delinear um conjunto de faixas que permitem imaginar uma espécie de agenda futura. **Palavras-chave:** Políticas Sociais, corpos, emoções, sensibilidades

Introducción

En el año 2010 comenzamos un conjunto de interacciones que luego dieron origen al *Grupo de Estudios sobre Políticas Sociales y Emociones* (GEPSE) en el contexto de los trabajos institucionales del CIES (Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos). El GEPSE⁶⁴ es una apuesta inaugural hacia una sociología de las políticas sociales (PS) analizadas desde y a través de las sensibilidades; que busca contribuir, al estudio y la comprensión de los mecanismos de estructuración en el capitalismo actual, particularmente en el caso argentino. Ello a partir de intentar conjugar una mirada de las PS y de cómo éstas construyen, y consolidan formas de ser, hacer, pensar, sentir, que estructuran cuerpos y emociones en los sujetos.

La propuesta es el estudio de las PS procurando una triple convergencia entre: análisis sociológico de las mismas, indagación desde y de las sensibilidades que producen e investigación de su diseño, gestión y ejecución.

En este contexto el GEPSE se viene ocupando de los cruces y articulaciones entre las redefiniciones de la “cuestión social”, de las elaboraciones de políticas públicas en el marco de los procesos de regulación estatal de los conflictos entre capital y trabajo, de las sensibilidades necesarias y deseadas para que ello ocurra y las políticas de los cuerpos que implican.

Gracias a los diversos intercambios producidos, se pueden extraer algunas pistas para comprender cuales son hoy algunos de los contenidos centrales que permiten analizar la relación entre PS y emociones.

Es en el espacio abierto por la interacción grupal que las inquietudes e

intereses individuales suelen producirse fecundamente, interacción que se inscribe en las discusiones, diálogos y “batallas” por la insistente y clara intencionalidad del Estado de producir “sociedad” en y a través de las sensibilidades. El presente artículo se ubica en dichas coordenadas y por ello su objetivo es sintetizar algunas pistas a través de las indagaciones de quien escribe y coordina el GEPSE

Para alcanzar dicho objetivo he seleccionado la siguiente estrategia argumentativa: a) explícito sintéticamente mi mirada sobre las PS, b) resumo un enfoque sobre las conexiones entre PS y emociones, c) bosquejo algunos de los ejes centrales que han emergido en mi trabajo sobre la temática, y d) delinee un grupo de huellas que permitan imaginar una suerte de agenda futura.

La cuestión social y las políticas sociales

La denominada “cuestión social” acompañó al desarrollo del capitalismo desde sus orígenes, como “efecto” y “causa” de sus procesos de gestación y desarrollo. Así, los cambios y transformaciones en todos los campos de la vida social que esta implicaba y representaba, las intervenciones sociales del Estado a que dieron lugar (las PS, entre otras) fueron (y son) objeto de debate y reflexión entre y de distintas miradas y posturas teóricas y políticas. Lo social refiere a un conjunto de circunstancias que interpelan a la sociedad⁶⁵ que no solo se relaciona con la pobreza sino también con sus formas, procesos e impactos que toman forma cotidianamente en la vida de las personas; y junto con ello otros asuntos que insta a toda la sociedad como la locura, la salud, la enfermedad, la conflictividad, los me-

⁶⁴<http://gepse-cies.blogspot.com.ar/>.

⁶⁵CFR Carbadella (2008)

canismos de cohesión, los derechos sociales y civiles.

Grassi alude a la política social como la denominación genérica de “la forma política de la cuestión social” (2003, p. 26), definición que muestra el sentido de la acción estatal en la producción de la vida.

Fleury (1999) enumeró cinco formas posibles de definir el concepto de política social. Así, llamó “*finalísticas o teleológicas*”, a aquellas basadas en un conjunto de valores que orientan las definiciones y estrategias poniendo el énfasis en la finalidad última valorativa, en el deber ser. Las “*sectoriales*”, que delimitan el campo social a partir de sectores institucionales y estructuras gubernamentales. Las que pueden ser denominadas “*funcionales*”, que se basan en la función que esas políticas suelen cumplir. Las “*operacionales*”, que implican procesos políticos, institucionales y operativos de recursos movilizados para el fin propuesto y se caracteriza como política pública. Y, por último “*relacionales*”, a las políticas que se inscriben en la dinámica de relaciones de poder en cada sociedad. La autora considera al Estado como actor privilegiado y arena donde se enfrentan los intereses constituidos y organizados. Por ello entonces, muestra que hay una contradicción en la fusión de la noción de política más la de social; y ello porque lo político da cuenta de poder, de asignación coercitiva y lo social refiere a la interacción de individuos y grupos movilizados voluntariamente por sus intereses.

En dicho contexto se comprende la contradicción entre la libertad y la igualdad, entre la dependencia y la desigualdad propugnada por los Estados modernos y su ideal de ciudadanía de hombres y mujeres libres e iguales;

como referente de la ciudadanía, el Estado Moderno se funda en la idea de igualdad y libertad; y como constitutivo del

proceso de acumulación capitalista, se funda en la desigualdad estructural y la dependencia que resulta de la subordinación del trabajo al capital (GRASSI, 2003, p. 10).

En ese marco, la “cuestión social” hace alusión a tres tipos de “fallas” típicas del sistema capitalista: las del mercado, las del Estado y las de la sociedad civil. Los procesos de desigualdad y expulsión generados en la estructuración de una sociedad basada en la mercantilización de la vida provoca quiebres conflictuales que deben ser subsanados sistémicamente. Por ello las PS son uno de los factores primordiales que contribuyen al proceso de *estructuración* de las sociedades del capitalismo avanzado; surgen de la estructura social a la vez que contribuyen a configurar la misma. De este modo se generan múltiples y diversas de relaciones entre la PS y la estructura social que permite observar las influencias bidireccionales generándose una relación de influencias recíprocas (ADELANTADO, NOGUERA, y RAMBLA, 2000)

No es casual que las actuales “ideas” sobre las llamadas “políticas sociales” sean herederas de las transformaciones conceptuales y estructurales que, al menos en el Cono Sur, se inician en la década de los '70 como parte fundamental de las dictaduras en la región. Podemos afirmar que

el modelo de políticas sociales aplicado desde los años setenta en la Argentina, aproximadamente, significó un nuevo y definitivo impulso a la ideología liberal; hacia finales de esa década fue potenciada la desregulación del funcionamiento de los mercados (DI NATALE citado en HALPERIN *et al*, 2008, p.50)

y luego a ello, en la década del '80 se sumó la crisis financiera y de la seguridad social que aumentó notablemente el empobrecimiento de la población.

En el contexto de los años ochenta, de crisis estructural y aumento de la pobreza, se observan programas contrapuestos al modelo de intervención conocido como Estado de Bienestar y se implementaron programas de asistencia a los más necesitados. En ellos las mujeres van ocupando un papel central y se instalan dos palabras claves en el centro de las nuevas políticas: comunitarismo y descentralización (GOREN, 2001).

En los años '90, en concordancia con la implementación del denominado modelo económico neoliberal, se promovió el surgimiento de nuevas modalidades de PS orientadas focalmente hacia las emergentes y plurales situaciones de pobreza con diversas redefiniciones de los sujetos de intervención que ellas implicaban. Esto significó un predominio de los planes asistenciales focalizados como recomendación esencialmente de los organismos multilaterales de crédito, preponderantemente del Banco Mundial, quien argumentó que para reducir la pobreza era necesario el diseño de programas dirigidos a poblaciones específicas, centrados en los sectores vulnerables y, de este modo, generalizar la focalización del gasto público (SOJO, 2007).

De este modo las recomendaciones de dichos organismos insisten en plantear

que la universalidad genera desigualdades y propone en ocasiones privatizar los servicios, o bien modificar los aranceles de los servicios públicos, diferenciándolos para favorecer a los grupos considerados prioritarios. La propuesta generalmente va asociada con una restricción de la acción del Estado dirigida a grupos considerados prioritarios y con la preferencia por un sistema privado que preste servicio a los sectores con capacidad de pago, e incluso a los grupos vulnerables (SOJO, 1990, p. 189).

Luego de algunos lustros quedó claro que dichas políticas no pudieron dar respuesta a las situaciones de po-

breza e indigencia sino que se vio acrecentada, llegando en la Argentina a un punto extremo con la debacle de los años 2001/2002. Este escenario llevó a la generación de modificaciones en el diseño de las PS, pero que en la práctica fueron de carácter retórico. Desde la mirada del Ministerio de Desarrollo Social el pasaje fue de "Políticas sociales con metas extremadamente focalizadas a Políticas sociales de alcance masivo" (DOCUMENTO INSTITUCIONAL, 2010), metamorfoseando algunas tensiones dentro de un continuo en cuanto al diseño e implementación de dichas políticas.

De modo que, la importancia de observar las PS, reside en la posibilidad de pensar sobre el proceso que las produce y las estructuras de poder en que se desarrollan y fundan; y por ello en el modelo de sociedad que suponen y crean permitiendo observar los grupos a los que se favorecen y revisar en detrimento de quiénes se aplican. Es necesario rescatar y enfatizar el importante rol que juegan las ideas y los valores en la producción y reproducción de las aludidas políticas, por un lado por el valor simbólico que ellas portan y por otro por la fuerte capacidad del Estado -en tanto implementador de las mismas- de establecer y configurar clasificaciones y categorizaciones sociales.

El desarrollo de las políticas sociales constituye un proceso político, social, económico y cultural, que tiene un lugar central en la definición de las características que tendrá el proceso de producción y reproducción social en un contexto histórico determinado. En este sentido, Danani (2004) señala que en ellas se expresan y se construyen, simultáneamente, los modos de vida y las condiciones de reproducción de la vida de una sociedad, los sujetos, objetos y medios legítimos de la satisfacción de las necesidades de una sociedad. Por ello la autora afirma que las políticas

sociales hacen sociedad. Lo dicho hasta aquí nos permite afirmar y advertir que es menester revisar el tratamiento y regulación de la “cuestión social” y comprender y develar las formas en que las políticas en general y las sociales crean subjetividades y configuran modelos y estructuras de sensibilidades. Y que por tanto al hacerlo, instituyen y reproducen (provocando, imponiendo y/o anulando, reprimiendo) ciertas imágenes, modelos y estereotipos de sociedad, de sujeto, de mujer, de trabajo, de familia, de emociones, etc., configurando así estructuras de sensibilidades que afectan las formas de vivenciar(se) de los sujetos intervenidos.

Políticas Sociales y Cuerpos/Emociones⁶⁶

Luego del recorrido expuesto hemos visto que las PS constituyen formas de intervención de los Estados modernos latinoamericanos, que por su particular lugar en los procesos de estructuración social resultan altamente ambiguas; expresan, definen e instituyen la cuestión social; poseen un fuerte potencial normativo, no solamente al normatizar y normalizar lo que en un momento determinado constituye una problemática social y quiénes la concretizarán, sino también cuáles potencialmente son susceptibles de ser posicionados como derechos reconocidos gubernamentalmente. Entonces, dichas políticas expresan intervenciones estatales que por acción u omisión dan cuenta del mediano resultado de la lucha de clases, al establecer los límites de la desposesión constitutiva del capitalismo. Por último, pone en circulación una serie de satisfactores desde unas esferas hacia otras de la estructura so-

cial, configurando así las redes de responsables y responsabilizaciones del bienestar.

Uno de los “efectos” más contundentes de los “Planes Sociales”⁶⁷ es mantener a los sujetos en los límites energéticos y nutritivos básicos para su sobrevivencia, este es uno de los múltiples sentidos por lo que dichos Planes expresan y a la vez constituyen una política de y sobre los cuerpos.

Los agentes sociales conocen el mundo a través de sus cuerpos. Impresiones de objetos, fenómenos, procesos y otros agentes, estructuran las percepciones que los sujetos acumulan y reproducen. Desde esta perspectiva una percepción constituye un modo naturalizado de organizar el conjunto de impresiones que se dan en un agente. Dicha configuración consiste en una dialéctica entre impresión, percepción y resultado de estas, que le da el “sentido” de excedente a las sensaciones. Es decir, que las ubica más acá y más allá de la aludida dialéctica. Las sensaciones como resultado y como antecedente de las percepciones dan lugar a las emociones como efecto de los procesos de adjudicación y correspondencia entre percepciones y sensaciones. Las emociones entendidas como consecuencias de las sensaciones pueden verse como el puzzle que adviene como acción y efecto de sentir o sentirse. Entonces, identificar, clasificar y volver crítico el juego entre percepciones, sensaciones y emociones es vital para entender los dispositivos de regulación de las sensaciones que el capitalismo dispone como uno de sus rasgos contemporáneos para la dominación social (SCRIBANO, 2012).

Ahora bien, las conexiones y desconexiones entre percepciones, sensaciones y emociones operan cotidiana-

⁶⁶Sobre esto nos hemos referido en Scribano, A. y De Sena, A. (2013); De Sena A. (dir) (2015); De Sena A. (ed) (2014); Scribano, A., De Sena, A. y Cena, R. (2015).

⁶⁷Prefiero sostener aquí la expresión “Planes sociales” dado que es la más usada por los sujetos en la vida cotidiana.

namente en un estado “pre-reflexivo” que se vuelven prácticas concretas en el fluir de la vida social atravesadas por la posición y condición de clase de los sujetos y los colectivos a los cuales ellos pertenecen.

Aquí aparece con fuerza la necesidad de distinguir y conectar las relaciones posibles entre sociabilidad, vivencialidad y sensibilidades sociales.

La sociabilidad es una manera de explicar los modos que al inter-actuar los agentes viven y con-viven. La vivencialidad es una manera de expresar los sentidos que adquiere el estar-en-cuerpo con otros como resultado del ‘experienciar’ la dialéctica entre cuerpo individuo, social y subjetivo, por un lado; y las lógicas de apropiación de las energías corporales y sociales (SCRIBANO, 2010a, p. 174).

En este sentido, al cuerpo para reproducirse le es imprescindible que “la energía corporal sea objeto de producción y consumo, dicha energía puede ser entendida como la fuerza necesaria para conservar el estado de cosas ‘naturales’ en funcionamiento sistémico” (SCRIBANO, 2010b, p.110). A la vez que, “la energía social que se presenta a través del cuerpo social se basa en la energía corporal y refiere a los procesos de distribución de la misma como sustrato de las condiciones de movimiento y acción” (SCRIBANO, 2010b, p. 110).

De este modo, las sensaciones están distribuidas de acuerdo a las formas específicas de capital corporal, a la vez que el impacto del cuerpo en la sociabilidad y vivencialidad, nos remite a una distinción analítica entre cuerpo imagen, cuerpo piel y cuerpo movimiento (sensu Scribano). Las formas de sociabilidad y vivencialidad se tensionan y torcionan en tanto cinta de moebio con las sensibilidades que emergen desde los dispositivos de regulación de las sensaciones .

Las sensibilidades sociales actualizan las tramas emocionales surgidas de las formas aceptadas y aceptables de sensaciones. Las sensibilidades se arman y rearmen a partir de las superposiciones contingentes y estructurales de las diversas formas de conexión/desconexión entre las diversas maneras de producir y reproducir las políticas de los cuerpos y las emociones. Así, la política de los cuerpos, es decir, las estrategias que una sociedad acepta para dar respuesta a la disponibilidad social de los individuos es un capítulo, y no el menor, de la estructuración del poder.

Desde lo expuesto se puede entender como la lógica del capital consiste en que cada sujeto sea potencialmente una mercancía y, para que ello ocurra es necesario regular las sensaciones. Es decir, provocar que también las sensaciones sean mercancías y fetiches. Esto se dará, en tanto que la percepción cotidiana que los agentes tienen de ellos mismos, anule la sensación de que sus vidas son un conjunto de cosificaciones de lo experimentado y que ello implica la expropiación y expoliación de la propia existencia.

En este sentido, las PS hacen sociedad en un doble sentido. Como se mencionó anteriormente, en primer lugar, al impactar directamente en las condiciones de producción y reproducción de vida de las y los actores. En segundo lugar, al transmitir –con su mera existencia o su análisis desde las Ciencias Sociales- modelos de sociedad deseables.

La sociología del cuerpo/emociones abona esta perspectiva, al brindar los elementos necesarios para analizar el impacto que, en términos de estructuración de las sensibilidades, poseen. Como anteriormente lo hemos mencionado, las PS poseen determinadas concepciones acerca de la problemática que están abordando y de

las soluciones acordes, en términos teóricos, metodológicos, epistémicos y claro, políticos. Desde esta perspectiva producen y reproducen procesos que exceden lo meramente material, implicando determinados impactos en la conformación de las subjetividades de las y los actores, conformando y consolidando sensibilidades sociales.

Un punto de partida interesante para dilucidar las conexiones entre sociología del cuerpo/emociones y PS lo constituye el concepto de Imagen Mundo:

las imágenes del mundo implican los supuestos por los cuales las redes conceptuales definirán las características de uno u otro habitante del mundo social. Dichas representaciones operan, es decir, actúan, gracias a las pautas relacionales que provee la visión de lo otro [...] Esta pintura implica, en tanto dibujo de los elementos del mundo social, que las imágenes disponen de bosquejos previos desde donde se extraerán los modos de nominación de los elementos del mundo y los rasgos estético-cognitivos que permitirán a la visión de lo otro actuar en tanto portadora de la diferencia. Pero además, la aludida pintura termina por definir las relaciones entre dibujante y dibujo, entre los elementos, las representaciones sobre ellos, el horizonte por el cual se perciben y el perceptor (SCRIBANO, 2002, p. 102).

La potencialidad del concepto radica en que permite comenzar a dilucidar los presupuestos que hacen viable la visibilidad de determinados aspectos del mundo social y no otros, revisar las estructuras teóricas sobre: "la política", "lo social", "la pobreza", "la riqueza", "la carencia", "el mercado", entre otras. Ello supone producir y reproducir determinadas estructuras de valor y de subjetividades al condicionar, qué es lo que se espera de un/a destinatario/a de un determinado programa social. De allí que las imágenes mundo no solo afecten el diseño e implementación de las políticas sociales, sino que también impac-

ten en los esquemas perceptuales de los agentes destinatarios de las mismas, al implicar un conjunto de nociones y acciones –a través de las contraprestaciones y corresponsabilidades- asociadas a la situación problemática: las soluciones acordes, los responsables y los responsabilizados. Desde este punto de vista, habilitan unas y no otras prácticas sociales, afectando la capacidad de acción de los sujetos, a través de la afectación de los esquemas perceptuales de clasificación y división del mundo que habilitarán unos y no otros comportamientos.

Las PS, al normatizar y normalizar determinadas problemáticas –y soluciones- del mundo social habilitan, deshabilitan y regulan las emociones en cada momento de la vida. Aquí el lugar del análisis de los cuerpos/emociones comienza a dilucidarse al permitir analizar la medida en que el abordaje de la cuestión social materializado en las PS no solamente promueve o restringe determinadas emociones, sino también las implicancias sociales de tal afectación –cómo vivenciar las condiciones de carencias, cuáles serán las “competencias emocionales” idóneas para revertirlas, etc. (LUNA ZAMORA, 2007; HOCHSCHILD, 2008).

El Estado en el diseño e implementación de las PS establece clasificaciones y categorizaciones sociales, que como en una correa de transmisión, consolida ideas y valoraciones. El fuerte valor concreto y simbólico de dichas políticas consagran el vínculo entre los y las agentes y el Estado. Entonces si los y las agentes sociales conocen el mundo a través de sus cuerpos, las impresiones de los objetos, los fenómenos, los procesos y la relación con otros, estructuran las percepciones que éstos acumulan y reproducen (SCRIBANO y DE SENA, 2013).

Las políticas de las emociones resultan permeadas por las imágenes del

mundo que supone cada PS y las sensibilidades que crean y recrean. Entonces, las PS al crear sociabilidades construyen vivencialidades y sensibilidades imbricados en el supuesto teórico de que su diseño que se hace cuerpo, conformándose una dialéctica entre práctica estatal y prácticas sociales (SCRIBANO y CENA, 2014).

Una de las perspectivas de la sociología del cuerpo/emociones implica que las formas en que se experimentan los cuerpos/emociones, no constituyen estados internos, individuales y aislables; por el contrario, constituyen el resultado de la interacción con otros en determinados contextos. Son el resultado de un cuerpo/emoción situado socialmente: relacional en términos intersubjetivos y estructurales. Desde aquí entonces se evidencian las claras conexiones entre PS, políticas de los cuerpos/emociones, imágenes del mundo, sociabilidades, vivencialidades y sensibilidades.

Sensibilidades: contenidos, regulaciones, construcciones

Como hemos señalado en la introducción desde el GEPSE venimos alentando y sosteniendo toda forma de crítica fundamentada y dialogo abierto que permitan ensanchar los caminos de reflexividad teórica y práctica sobre las PS. Si bien existen diferencias y matices en el material empírico hallado sostenemos que no es ni abrupta, ni clara, ni tan veraz la discontinuidad, ruptura y/o quiebre entre las PS de los últimos 15 años y las heredadas de décadas anteriores.

Ello, posiblemente porque la “historia” de la que fue llamada “la cuestión social” y las sucesivas intervenciones estatales para reparar/mitigar los conflictos (potenciales y efectivos) entre el capital y el trabajo es uno de los procesos que pueden ser tomados como indicadores para revisar las formas de la

estructuración social en su conjunto tanto en el presente como en el pasado. Por ello, revisar las formas que toman las intervenciones sociales por parte del Estado, nos permite comprender las definiciones que cada momento político tiene de la sociedad y por ello las PS pueden ser comprendidas desde su faceta de creadoras de sociabilidades, vivencialidades y sensibilidades (DE SENA, 2014a).

En este camino es que observamos la preponderancia de la adjetivación de “toda” política como “social” dotando así a la misma de cierto carácter de valoración “positiva” que se extiende a la acción estatal para la cual se reserva directa/indirectamente, por esta vía, la capacidad de compensar las fallas del mercado y la sociedad civil respecto a la desigualdad (DE SENA, 2014 b). En la misma dirección, hemos apuntado que se puede constatar la existencia de un “currículum oculto” (retomando metafóricamente el concepto usado en el análisis de las prácticas de enseñanza) de las PS a través del cual se construyen dispositivos de regulación de las sensaciones (DE SENA, 2014a) que fortalecen las miradas que portan las imágenes del mundo que ellas suponen (SCRIBANO y CENA, 2014).

En tanto, es menester observar, paradójico y contradictoriamente, que la pregonada superación de las políticas focalizadas ha dado lugar a procesos de “masividad” donde la extensión cuantitativa de la mencionada “superación” no puede ser considerada como el “regreso” de cierta universalidad (De Sena, 2011), debiéndose revisar aún la iatrogenia de dicha modalidad de intervenciones sociales. Todo esto, dejando paso al consumo como gasto monetario que efectúan los sujetos en la compra de bienes y servicios bajo el supuesto que tiene un carácter simbólico y juega un importante rol en la construcción identitaria y para ello generar no pocas ins-

tancias de endeudamiento (DETTANO, 2014; CENA, CHAHBENDERIAN, D'HERS y DE SENA, 2014; CHAHBENDERIAN, 2014).

Ahora bien, la masividad en los programas sociales y las múltiples formas de intervenciones a través de subsidios, no es ni nueva ni producto de América Latina. Los antecedentes históricos a nivel internacional muestran como las propuestas de los programas de ingresos mínimos/ciudadanos/universales, se han ido instalando como programas de transferencias monetarias condicionadas, en algunos países y en otros con entrega de bienes, generalmente alimentos. Evidenciándose que los aludidos programas, no son ni tan nuevos ni tan originales como alguna información periodística o propagandística los suele catalogar y que no significan una transformación profunda en las situaciones de pobreza como usualmente se escucha sostener a ese mismo nivel. Ello hace evidente que las políticas y programas son, desde hace tiempo ya, uno de los mecanismos seleccionados por el Estado capitalista para facilitar, mejorar y garantizar su reproducción en el tiempo (DE SENA, 2016).

Ahora bien, en esta oportunidad quiero llamar la atención sobre 3 elementos que emergieron desde nuestras investigaciones colectivas:

a) Aún las propuestas de ingresos ciudadanos como origen (¿y antecedentes?) de las transferencias condicionadas de dinero se crearon como sutura a las fallas del sistema.

b) Las modalidades de intervención a través de los programas de transferencias monetarias o de bienes, tienen como efecto claro posibilitar y profundizar la “ocupabilidad” de los individuos y las clases más castigadas por la desigualdad y la precariedad.

c) Los efectos concretos de todas estas modalidades de transferencias

se orientan a “provocar” un proceso individualización/individualismo que oscila entre dejarlos “adentro” (en referencia a no salir del ámbito doméstico) y/o “sacarlos” (en relación a una articulación virtuosa con el mercado).

Si el sistema crea desigualdad, expulsión y diferencia racializante, entregarles a los sujetos ingresos fijos bancarizados para que sostengan un nivel de consumo mínimo los “incluye”, los “rescata” y los “blanquea”: esto es lo que los organismos oficiales sostienen. En tanto, es evidente que lo que realmente se provoca es asociarlos al negocio financiero, trazar nuevos bordes de desigualdad (ahora vía objetos consumidos) y mantenerlos “a raya”. La entrega de los ingresos aludidos navega entre la ayuda para no morir de hambre y el “como si” del “salir de pobre” dejando a los sujetos en una posición de desventaja mayor: son “ayudas” que no logran cerrar las brechas que se proponen pero suturan las heridas superficiales que cambian la apariencia de la situación conflictual.

Por el lado de las “condicionalidades” y/o “universalidades” lo que efectivamente sucede, sobre todo en Latinoamérica, es que el sujeto (en su mayoría mujeres) se ve inmiscuido en una red de prácticas de reproducibilidad cuyo efecto inmediatamente práctico es que mantienen a las receptoras “ocupadas” todos los días en el cumplimiento de las condiciones para seguir recibiendo el “beneficio”. En esta dirección la “alerta” cognitivo-emocional de la gran mayoría de las receptoras, se orienta a saber que “ayuda-nueva-hay”, lograr todos los “certificados/constancias burocráticas” necesarias para obtener la que ya se recibe y conocer los rasgos de la línea de corte establecida por las autoridades de turno para poder diseñar una estrategia de cumplimiento. No tienen empleo ni trabajo pero están todo el día ocupadas en su reproducción tanto

hogareño/familiar como de *beneficiarias*.

En este marco se puede comprender cómo las políticas y programas que aquí se aluden establecen un refuerzo al individualismo, al “sálvese quien pueda”, a la ruptura de lazos o cuanto mucho la individualización de que cada uno tiene lo suyo, que es “apoyado” para su “reinserción” o “tutelado” para su reincorporación. Nacen así unas modalidades de “persona social” (sensu Goffman) que encuentran en la autoreferencia su articulación con la sociedad, son individuos que encarnan a un “subciudadano” (sensu Scribano) ese entramado complejo entre subsidiado y ciudadano.

Es en este contexto que se despliegan las aristas más características de unas políticas de las sensibilidades asociadas a unas PS: los sujetos son consumidores ocupados en reproducir su propio disfrute. La antigua puja entre Estado y mercado para diseñar, modelar e implementar unas sensibilidades que reproduzcan el sistema ha convergido en unas prácticas estatales dependientes del estado de las aludidas sensibilidades, consagradas a hacerlas cuerpo en los ciudadanos y orientadas a complementar las inversiones del mercado en ellas. Así en nuestras indagaciones se pueden encontrar claramente las huellas para reconstruir no solo la preocupación estatal por el consumo compensatorio (DE SENA y SCRIBANO, 2014) sino que también los hilos que traman los orígenes, continuidades y reproducción de las metas concretas de las transferencias de ingreso.

A modo de apertura final

En base a las indagaciones que venimos construyendo e inscripta en el cuadro de situación que se puede dibujar con otras informaciones disponibles aparece con fuerza la innegable presencia de las “políticas sociales” como cen-

tro de las políticas públicas y de la gestión de las sensibilidades como clave para comprender el actual desenvolvimiento de los procesos de estructuración.

En dicho contexto emergen algunas pistas para pensar que pueden llegar a constituir una agenda de discusión para el campo de indagación marcado por las múltiples conexiones entre PS y sensibilidades:

1.- El “destino” de los programas de transferencias condicionadas, en tanto formas extendidas de intervención masivas:

Todo parece indicar que dichos programas seguirán constituyendo la clave de la intervención estatal en los procesos de manejo de conflictos sociales otorgando a través de ellas los umbrales básicos de soportabilidad social de la desigualdad. Los umbrales señalados se modificaran no solo de acuerdo a los escenarios locales y marcados en el espacio-tiempo sino también por las transformaciones y adecuaciones de las políticas de las sensibilidades “vigente” para cada esfera y “momento” del mercado en relación al consumo interno.

2.- Las políticas públicas como PS:

En el marco de lo anterior es posible advertir que uno de los “giros” y énfasis de los próximos años será consolidar a toda política pública como PS en términos de su inscripción en una estructura de las sensibilidades aceptables/aceptadas y de su orientación explícita a ser parte de dicha estructura. Un ejemplo interesante debe advertirse que toda política pública tiene su “identidad de marca”, “su nombre de fantasía” y su estrategia de venta: la transversalidad del marketing en todas las áreas de gobierno es un fiel testimonio de la conexión entre política, Estado y emociones.

3.- Subsidios para las clases medias:

En conexión directa con lo expuesto se vuelve muy transparente la

rotación y modificaciones de los alcances de la trama de subsidios que se extiende hacia y para las clases medias constituyendo un cinturón protector de la contención social operada sobre los sectores populares. Desde las exenciones impositivas, pasando por regímenes crediticios ventajosos hasta las tarifas de los servicios públicos son ejemplos más que claros que los regímenes de acumulación han puesto a trabajar a los Estados en torno a las “clases medias”

4.- Análisis intergeneracional:

Uno de los desafíos de investigación más complejos lo constituye el indagar los resultados de la exposición sostenida de las familias subsidiadas a través del tiempo. Hoy existen varias generaciones de subsidiados en una misma familia. Más allá, obviamente, que la misma intervención estatal a través de las leyes y la educación ha impactado en la noción y las prácticas de familia, son las sensibilidades construidas alrededor de las PS las que están construyendo los juegos sensaciones/emociones en la trama de expectativas de “vivir subsidiado”, de vivir de plan en plan y “heredar” un plan.

Es a la luz de estas cuatro pistas de indagación y debate que aparece con fuerza la pregunta sobre si en Latinoamérica el “círculo de la pobreza” no ha sido completado y perfeccionado por el “círculo del subsidio”. Una abuela pobre y subsidiada que de modo no intencionado es el contexto de reproducción de una forma de vida similar para su nieta pobre y subsidiada. Una pobreza que elabora las condiciones de posibilidad de la aceptación desapercibida de una vida subsidiada. Una familia asistida intergeneracionalmente que es el marco de la consolidación de sensibilidades de aceptación de la “pobreza-con ayuda”.

Bibliografía

ADELANTADO, J., NOGUERA, J. y RAMBLA, X. “El marco de Análisis: las relaciones complejas entre estructura social y políticas sociales”, (pp. 23-62). En Adelantado, J. (Comp.) *Cambios en el Estado de Bienestar. Políticas Sociales y Desigualdades en España*. Editorial Icaria. Barcelona. 2000

CENA, R.; CHAHBENDERIAN, F.; D'HERS, V. y DE SENA, A. "Programas de atención a la pobreza y consumo: lógicas circulares de satisfacción/insatisfacción" En De Sena Angélica (editora). *Las políticas hecha cuerpo y lo social devenido emoción: lecturas sociológicas de las políticas sociales*. Estudios Sociológicos Editora/Universitas. Editorial Científica Universitaria. Argentina. Pp. 223-249, 2014.

CHAHBENDERIAN, F. “Reflexiones en torno a los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas y los Créditos al Consumo”. En *Las políticas hecha cuerpo y lo social devenido emoción: lecturas sociológicas de las políticas sociales*, Angélica De Sena (Coordinadora), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Estudios Sociológicos Editora, p. 187-220, 2014

DANANI, C. "El alfiler en la silla: sentidos, proyectos y alternativas en el debate de las políticas sociales y de la economía social". En Danani, Claudia (Comp.) *Política social y economía social*. Universidad Nacional de General Sarmiento- Fundación OSDE. Ed. Altamira. Buenos Aires. Argentina. 2004

DE SENA A. (directora) *Experiencias hechas cuerpos y emocionalidades configuradas en torno a las políticas sociales. Un abordaje de las políticas sociales desde los Estudios Sociales de los Cuerpos y las Emociones*. CIES. ESEditora. Buenos Aires, Argentina, Disponible en <http://estudiossociologicos.org/>

descargas/documentos-trabajo/documento-de-trabajo-5-diciembre_2015.pdf. 2015

DE SENA, A. (editora) *Las políticas hechas cuerpo y lo social devenido emoción: lecturas sociológicas de las políticas sociales* CIES. ESEditora /Universitas. Editorial Científica Universitaria. Argentina. <http://estudiosociologicos.org/portal/lecturas-sociologicas-de-las-politicas/> . 2014.a

DE SENA, A. "Notas sobre lo social como ámbito de debates no cerrados". En Paulo Henrique Martins, Marcos de Araújo Silva, Éder Lira de Souza Leão y Bruno Freire Lira (comp.) *Guía sobre postdesarrollismo y nuevos horizontes utópicos*. CIES. ESEditora. Argentina. E-book. Disponible en <http://estudiosociologicos.org/portal/guia-sobre-post-desarrollo-y-nuevos-horizontes-utopicos/>. Pp. 153- 164, 2014 b.

DE SENA, A. "Promoción de Micro-emprendimientos y políticas sociales: ¿Universalidad, Focalización o Masividad?, una discusión no acabada". *Revista Pensamento Plural*. Instituto de Sociologia e Política. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas. Año 4 Numero 8 Enero- Junio 2011 Pelotas, Brasil. Pp 36-66, 2011.

DE SENA, A. (Directora) *Del Ingreso Universal a las "transferencias condicionadas", itinerarios sinuosos*. ESEditora. Buenos Aires. Disponible en <http://estudiosociologicos.org/-descargas/eseditora/del-ingreso-universal-a-las-transferencias-condicionadas/del-ingreso-universal-a-las-transferencias-condicionadas.pdf>. 2016

DE SENA, A. "De plan en plan... Mujeres beneficiarias de programas sociales". *I Jornada Internacional El futuro de los Servicios Sociales en Contexto de Cambio*. Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Trabajo Social y Ser-

vicios Sociales. Universidad de Valencia. España. 2015

DE SENA, A. y SCRIBANO, A. "Consumo Compensatorio: ¿Una nueva forma de construir sensibilidades desde el Estado". *RELACES*. Número 15 Año 6. Programa de Acción Colectiva y Conflicto Social, CIECS-CONICET, UNC GESEC-IIGG,UBA.. Disponible en <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/index> Pp. 65-97, 2014.

DETTANO, A.; LAVA, M. "Entablando vinculaciones entre la sociedad de consumo, las sensibilidades y las políticas sociales desde el sur global". *Boletín Científico Sapiens Research* Vol. 4(2)-2014 / pp: 27-32 / ISSN-e: 2215-9312. Disponible en: http://www.sapiensresearch.org/images/pdf/v4n2/V4N2_Sociologando_1.pdf.

DOCUMENTO INSTITUCIONAL. "Políticas sociales del Bicentenario. Un modelo Nacional y Popular", Tomo I y II Ministerio de Desarrollo Social, Presidencia de la Nación. Disponible en <http://www.desarrollosocial.gov.ar/> 2010.

FLEURY, S. *Políticas sociales y ciudadanía*. Curso Diseño y gerencia de políticas y programas sociales. Banco Interamericano de Desarrollo/Instituto Interamericano para el Desarrollo Social (INDES). 1999

GOREN, N. "Una aproximación a un programa de empleo: el caso del Programa Servicios Comunitarios". *Revista Sociologías*. Año 3, número 5,. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Porto Alegre. Brasil. Pp. 190-213, 2001

GRASSI, E. *Políticas y problemas sociales en la sociedad neoliberal. La otra década infame*. Espacio editorial. Buenos Aires. 2003

HALPERIN WEISBURD, L, *Et al Políticas sociales en la Argentina. Entre la ciudadanía plena y el asistencialismo focalizado en la contención del pauperismo*. Documento de Trabajo N° 13. Centro de Estudios sobre Población, Empleo y Desarrollo (CEPED). Facultad de Ciencias Económicas. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires. Argentina. 2008.

HOCHSCHILD A. *La mercantilización de la vida íntima. Apuntes de la casa y el trabajo*. Ed. Katz. Buenos Aires. Argentina. 2008

LUNA ZAMORA R. (2007) "Emociones y subjetividades. Continuidades y discontinuidades en los modelos culturales". En Luna, R. y Scribano, A. (Comp.) *Contigo Aprendí... Estudios Sociales de las Emociones*. CEA-CO-NICET-Universidad Nacional de Córdoba-CUSCH- Universidad de Guadalajara. Córdoba, Argentina. 2007

SCRIBANO, A. "Primero hay que saber sufrir... !!!Hacia una sociología de la 'espera' como mecanismo de soportabilidad social". En Scribano, A. y Lisdero P. (comp.) *Sensibilidades en juego: miradas múltiples desde los estudios sociales de los cuerpos y las emociones*. CEA. Unidad Ejecutora Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, Argentina. 2010a

SCRIBANO, A. "Estados represivos: Políticas de los cuerpos y prácticas del sentir". *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, V. 9, Núm. 25, de abril de 2010. Paraíba, Brasil. 2010b.

SCRIBANO, A. "Pobreza, Ciencias Sociales y Filosofía: hacia un análisis de los supuestos ontológicos de los estudios de pobreza". Cuadernos N° 15, Ju-

jujuy: Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Jujuy. Jujuy. Argentina. Pp. 97-119, 2002.

SCRIBANO, A. "Sociología de los cuerpos/emociones". *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*. N° 10. Año 4. Diciembre 2012-marzo de 2013. Argentina.. www.relaces.com.ar Pp. 91-111, 2012.

SCRIBANO, A., DE SENA, A. y CENA, R. (2015). "Social policies and policies of emotions in the present peripheral regime of accumulation, theoretical approaches". *Corvinus Journal of Sociology and Social Policy*. Corvinus University of Budapest. V. 6 n. 2. p. 3-19. Diciembre 2015.

SCRIBANO, A. y DE SENA, A. "Los Planes de asistencia social en Buenos Aires: una mirada desde las políticas de los cuerpos y las emociones". *Aposta Revista de Ciencias Sociales*. España. <http://www.apostadigital.com/index.php> . Número 59 (correspondiente a octubre, noviembre y diciembre). 2013.

SCRIBANO, A. y CENA, R. "Sensibilidades colonizadas: Imágenes del Mundo, Política de las Emociones y Políticas Sociales desde una aproximación conceptual". *Revista del Departamento de Humanidades YUYAYKUSUN*, Universidad Ricardo Palma, Lima-Perú. 2014

SOJO, A. "La trayectoria del vínculo entre políticas selectivas contra la pobreza y políticas sectoriales". *Revista de la CEPAL*. N° 91. Abril. Santiago de Chile. 2007

SOJO, A. Naturaleza y selectividad de la política social. *Revista de la CEPAL*, N° 41. Santiago de Chile, 1990.

Banalización del Bien: o el “amor” en tiempos de cólera

Banalização do Bem: ou o “amor” nos tempos da cólera

Banalization of Good: or “love” in the time of cholera

Adrián Scribano

Resumo: Parafraseando o que supôs Tzvetan Todorov (1993), foi realizada uma transposição metafórica da ideia importante de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal - além dos mal-entendidos que podem provocar - como um pivô para descrever uma prática social que tem alcançado uma importante pregnância institucional: a banalidade do bem. Próximo à lógica de resíduos e as políticas de perversão, a banalização do bem (a seguir BdB) é uma trindade de círculo mágico de poder dedicada à estruturação do regulamento de sensações e gestão de geometrias de corpos na atualidade. A BdB é, neste sentido, um componente central dos processos caracterizados de estruturação social para a normalização no gozo imediato através do consumo espetacularizado e as relações sociais. A partir desta perspectiva, a BdB se conecta diretamente às diversas formas de consumo e aos eixos de políticas públicas: variando do consumo mimético ao compensatório. O principal objetivo deste artigo é mostrar como a BdB opera em termos de políticas públicas que permeiam a complexidade dos processos de estruturação social. Para atingir este objetivo, selecionamos a seguinte estratégia argumentativa: a) caracterizar a BdB e seus componentes principais, b) deixar claro a BdB como um processo c) realizar uma análise do ENAMORAR, um programa do Ministério do Planejamento Federal e Cultura da Nação pela Secretaria de Prevenção da Toxicod dependência e da Luta contra o Narcotráfico (SEDRONAR). **Palavras-chave:** banalização do bem, sensibilidades sociais, desfrute, consumo, ordem pública, estrutura social

Resumen: Parafraseando lo que sostuvo Tzvetan Todorov (1993), hemos realizado una transposición metafórica de la importante idea de Hannah Arendt sobre la banalidad del mal –más allá de los malos entendidos que pueda provocar– como pivote para describir una práctica social que ha logrado una importante pregnancia institucional: la banalización del bien. Junto a la lógica del desecho y las políticas de la perversión, la banalización del bien (en adelante, BdB) constituye una trinidad del círculo mágico del poder dedicado a la estructuración de la regulación de las sensaciones y gestión de las geometrias de los cuerpos en la actualidad. La BdB es, en este sentido, un componente central de los procesos de estructuración social caracterizados por la normalización en el disfrute inmediato a través del consumo en y por relaciones sociales espectacularizadas. Desde esta perspectiva, la BdB se conecta directamente con las diversas modalidades de consumo como ejes de las políticas públicas: que van desde el consumo mimético al compensatorio. El objetivo central del presente trabajo es mostrar cómo la BdB opera en términos de una política pública impregnando la complejidad de los procesos de estructuración social. Para lograr dicho objetivo hemos seleccionado la siguiente estrategia argumentativa: a) caracterizamos la BdB con sus componentes centrales, b) hacemos evidente a la BdB en tanto proceso y c) realizamos un análisis de ENAMORAR, un programa de los Ministerios de Planificación Federal y Cultura de la Nación junto a la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico (Sedronar). **Palabras clave:** banalización del bien, sensibilidades sociales, disfrute, consumo, políticas públicas, estructuración social

Abstract: Paraphrasing what that would support Tzvetan Todorov (1993), we performed a metaphorical transposition of the important idea of Hannah Arendt on the banality of evil-beyond misunderstandings that can provoke-as a pivot to describe a social practice that has achieved an important institutional pregnance: the banalization of good. Next to the “logic of waste” and “policies of perversion”, the banalization of good (hereinafter BofG) is a trinity of magic circle of power dedicated to the structuring of the regulation of sensations and management of geometries of bodies in today. The BofG is, in this sense, a central component of the processes of social structuring caracterizados for standardization in the immediate enjoyment through espectacularizadas consumption and social relations. From this perspective, the BofG connects directly to the various forms of consumption and public

policy axes: ranging from mimetic compensatory consumption. The main objective of this paper is to show how the BofG operates in terms of public policy permeating the complexity of the processes of social structuring. To achieve this goal we have selected the following argumentative strategy: a) characterize the BofG its core components, b) make clear to the BofG as a process c) carry out an analysis of ENAMORAR, a program of the Ministry of Federal Planning and Culture the Nation by the Secretariat for the Prevention of Drug Addiction and Fight against Drug Trafficking (Sedronar). **Keywords:** trivialization of good; social sensitivities; enjoyment; consumption; public politics; social structure

¿Es este un caso antológico de mala fe, de mentiroso autoengaño combinado con estupidez ultrajante? ¿O es simplemente el caso del criminal eternamente impenitente (Dostoievski en una ocasión cuenta que en Siberia, entre docenas de asesinos, violadores y ladrones, nunca conoció a un solo hombre que admitiera haber obrado mal), que no puede soportar enfrentarse con la realidad porque su crimen ha pasado a ser parte de ella? Hannah Arendt (1963)

Parafraseando lo que sostuviera Tzvetan Todorov (1993), hemos realizado una transposición metafórica de la importante idea de Hannah Arendt sobre la banalidad del mal –más allá de los malos entendidos que pueda provocar– como pivote para describir una práctica social que ha logrado una importante pregnancia institucional: la banalización del bien.

La remera del Che Guevara, la hoz y el martillo estampados en alguna prenda, el vino con la cara de Perón y Evita⁶⁸ y cientos de objetos más dedicados a ser “*merchandise progre*”⁶⁹ son sólo testimonios pasivos de uno de los aspectos de la banalización del bien como rasgo de la estructura de la sensibilidades aceptadas y

⁶⁸Se hace alusión a “El Justicialista”, vino tinto elaborado por la bodega argentina Las Colonias. Su nombre hace honor al Partido Justicialista (JP) que Perón fundó en 1947. Herbert Ditsch es el dueño de la bodega, ubicada en Mendoza. “Éste es el primer vino político de la Argentina”, aseguró Ditsch en declaraciones a la prensa, olvidándose de “Menem”, un vino similar de la década de los 90’.

⁶⁹Se ha comercializado ropa íntima femenina con la cara estampada de un ministro de economía <http://www.mendozapost.com/nota/22337-insolitovenden-bombachas-con-la-cara-de-kicillof-en-la-ex-esma/>

aceptables que se han impuesto en las últimas dos décadas en Argentina.

Junto a la lógica del desecho y las políticas de la perversión (Scribano, 2015a, 2015b), la banalización del bien (en adelante, BdB) constituye una trinidad del círculo mágico del poder dedicado a la estructuración de la regulación de las sensaciones y gestión de las geometrías de los cuerpos en la actualidad.

La BdB es, en este sentido, un componente central de los procesos de estructuración social caracterizados por la normalización en el disfrute inmediato a través del consumo en y por relaciones sociales espectacularizadas (SCRIBANO, 2013a).

Desde esta perspectiva, la BdB se conecta directamente con las diversas modalidades de consumo como ejes de las políticas públicas: que van desde el consumo mimético al compensatorio (Scribano, 2015c).

El objetivo central del presente trabajo es mostrar cómo la BdB opera en términos de una política pública impregnando la complejidad de los procesos de estructuración social. Para lograr dicho objetivo hemos seleccionado la siguiente estrategia argumentativa: a) caracterizamos la banalización del bien con sus componentes centrales, b) hacemos evidente a la BdB en tanto proceso y c) realizamos un análisis de ENAMORAR, un programa de los Ministerios de Planificación Federal y Cultura de la Nación junto a la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico (Sedronar).

Apresuremos dos aclaraciones. A) Nuestro análisis se refiere a un proceso

estructural que no hay por qué pensar finalizado o “transformado” con las modificaciones en el sistema político institucional. Se refiere a un rasgo del capitalismo global contemporáneo ejemplificado con una política pública particular. “Lamentablemente” para los científicos sociales la realidad social no es ni sustancial ni binaria, es mucho más compleja. B) Desde hace tiempo venimos insistiendo en el amor (SCRIBANO, 2010) como una práctica intersticial que desmiente el régimen de verdad de la actual economía política de la moral; cuestión que no hay que confundir con los efectos de BdB que implica la política pública aquí analizada.

La Banalización del Bien: características y superficie de inscripción

La BdB tiene al menos seis características básicas que se enhebran en dos pares de tríadas elíptica y dialécticamente dispuestas: 1) *fetichismo-dogma-heteronomía*⁷⁰ y 2) *épica-gesto-narración*.

Dichas tríadas se inscriben y despliegan en un espacio irregular cualificado por cuatro nodos complementarios de la resignación, en tanto componente de la religión neo-colonial⁷¹: *consolación / generosidad*⁷² / *conmiseración / miserabilismo*⁷³.

El fetichismo es la faceta mercantilizadora que atraviesa, convierte e invierte lo subversivo en nuevo estatus del orden. En contextos de BdB, los fetiches devienen dogmas de una economía política de la moral que niega toda forma de autonomía. El proceso de la primera tríada elíptica se estructura en tensión con una segunda tríada donde la épica reducida a ficcionalización

en y a través de una mueca que obtura los gestos de unas ideologías confinadas a ser sólo narraciones impotentes son sacralizadas.

Siguiendo la primera tríada tensional que caracteriza la BdB, se recorre la dialéctica fetichismo-dogma-heteronomía que marca las modalidades de la sesión de derechos y utopías que ella implica.

El diseño, producción, gestión y reproducción de objetos que reemplacen/suelden las faltas/fallas humanas es, desde el inicio del capitalismo, la clave de bóveda de un sistema regido por las leyes y la voluntad de los objetos. Los hombres depositamos y trasladamos hacia lo fetichizado el poder de sanar, embellecer, componer y/o transformar. Por esta vía, en contextos de BdB, los objetos, procesos y/o sujetos utilizados se seleccionan desde su poder de fetichismo en y a través de su mercantilización. “Postear” revolución es tan fuerte como hacer la revolución pues, reducida al “like” en Facebook, ella es manejable en términos de la participación en y a través de su compra/venta.

Una vez inscritas en el neblinoso mundo de la religión, las creencias en los objetos se vuelven dogmas. No hay nada que uno no pudiera hacer por estar/tener/experimentar ese objeto que carga de sentido las faltas/fallas de una vida que “re-cobra” sentido en y a través del círculo mágico del poder de esos objetos. En tanto delimitadores de creencias, los objetos adquieren potencia existencial y trazan las fronteras del “no pasarán” usando las remeras, las participaciones en el muro de “Face” y las estéticas sesentistas como mojonos de “lo único verdadero”.

Se prepara así el camino para la no autonomía como un ideal para ser practicado⁷⁴: seguir, obedecer, bancar, aguantar, acatar y aportar son los verbos de unas subjetividades heterónomas. Resguardados por la amenaza de la conspiración, del mundo

⁷⁰Una de las posibles referencias para comprender esta tríada es Fanon, 1973.

⁷¹Para nuestra mirada sobre religión y capitalismo, CFR Scribano, 2012a, 2012b, 2013b.

⁷²Para la lógica de la generosidad, CFR Freire, 2000.

⁷³ Para una visión próxima a la aquí presentada sobre miserabilismo, CFR Grignon y Passeron, 1991.

⁷⁴Sobre la pérdida de autonomía y un modo de comprender la BdB, CFR Memmi, 1969.

de amigos/enemigos o por el miserabilismo vanguardista, entre otras estrategias, los sujetos pasan a ser “militantes de un proyecto” y no agentes de una transformación radical.

Ahora bien, si se recorre la segunda tríada que cualifica la BdB, y que se trama en las torsiones entre *épica-gesto-narración*, en unos de sus modos se encuentra al “como si”, en tanto regla de los intercambios sociales.

Como la sociedad es un espectáculo sacrificial todo debe sonar como un canto épico. Una condición de posibilidad de la experiencia del espectador/creyente es la creación de héroes y la manipulación de leyendas. Desde la magia del sabor-saber que implica el comer revolucionario⁷⁵, pasando por la juventud maravillosa de los ‘70 hasta llegar al “militante tuitero”, todas son lecturas épicas dispuestas en superficies tramadas en y desde fantasías sociales.

En cuanto el aparecer es un momento central de las sociedades donde prevalece la sensibilidad del todo, se muestra y se experimenta en el trazo de lo épico lo mímico deviene central. Imitar, parodiar y copiar son prácticas sociales nodales para una política de la sensibilidad que entabla como principio de credibilidad el performar la mímica de una acción épica. Muestra de ello es tomar el *pop art* de Andy Warhol y transformarlo en arte Nac & Pop re-usando su famosa Marilyn, sólo para mencionar un ejemplo⁷⁶, para campañas políticas y sus “tácticas” de publicista, sin reparar ni en la crítica a esa práctica ni en el “espíritu” del autor.

⁷⁵Se hace alusión aquí a los restaurantes temáticos “El General”, “Perón-Perón”, “Los Octubre”, “El Revolucionario”, sin dejar de mencionar una casa de comidas rápidas (ahora, cerrada por quiebra) llamada directamente “Nac & Pop”

⁷⁶En Mercado Libre pueden encontrarse muchos ejemplos más:
<http://articulo.mercadolibre.com.ar/MLA-607499979-pop-art-cuadro-del-eternauta-che-evitane-stor-kirchner-JM>

En relación directa con la épica y la mímica se elabora unas políticas de los cuerpos/emociones aceptadas y aceptables en términos de una narración. Relatos, cuentos y crónicas se tramam como soporte del contar, del presentar historias y de formas del argumentar. Un indicador interesante de esta “preocupación” por el narrar es la persistente actividad mediática –en redes sociales y en Internet, en general– erigiéndose dichos lugares como trincheras de una “lucha por el narrar”.

Estas dos tríadas son, en definitiva, momentos de un mismo movimiento helicoidal donde cada uno de sus momentos advienen en tensión con el otro y con el pasar en distintos tiempos por el mismo lugar, pero en un “estado de cosas” diferentes. Así *fetichismo-dogma-heteronomía* y *épica-gesto-narración* integran los rasgos de la BdB y se ubican en una superficie de inscripción constituida/dibujada en el marco de cuatro puntos que interactúan geométricamente:

Consolación / generosidad / conmiseración
/ miserabilismo

La BdB es un rasgo básico de la sensibilidades actuales que encuentra en la laicización de prácticas del sentir eclesiales un más que adecuado contexto de performace y proliferación.

La consolación es uno de ellos. Vaciado de su contenido, implica dar alivio, calmar y apaciguar; tres prácticas que en los últimos 40 años en Latinoamérica han devenido claves de bóveda de la paz social en y a través de la políticas sociales y las transferencias condicionadas de ingresos. Uno de los mojones de la superficie de inscripción de los rasgos centrales de la BdB es la acción sistemática del estado por “acolchonar” las heridas y conflictos provenientes de las desigualdades.

La generosidad adviene como resultado de otro desfundamiento que hunde sus raíces en el rasgo particular heredado familiarmente de ser capaz de dar. Lo magnánimo, lo bueno y el “dar sin mirar a quién”

se instala en la institucionalización de los programas de responsabilidad social empresarial y en las políticas de trabajo decente que hacen evidente la convivencia del Estado y las empresas. La actitud del dar se enhebra con lo que en otro lugar hemos denominado “pérdida del don”, reworking el concepto de Mauss (SCRIBANO, 2014). El que se “beneficia” es el que da; deja de existir la reciprocidad.

Otro de los polos que trazan la superficie de inscripción de las tríadas que hemos enunciado como rasgos centrales de la BdB es la conmiseración. Como una modalidad de empatía individual es una práctica que se erige como ejercicio de la pena y la compasión. La elisión de sentidos que implica una política de los cuerpos/emociones tiene en la conmiseración un mecanismo de soportabilidad social que permite no ver el origen de las desigualdades anclando el sufrimiento del otro en sus rasgos individuales y reduciendo la acción posible a la sensación de pena individual del que mira. La miseria queda intacta.

El cuadrilátero de mojonos de la BdB se completa con el miserabilismo donde aparece claramente la consagración y condescendencia con la miseria como parámetro de toda práctica externa a ella misma. Se configura una sensibilidad del “pobrecito el pobrecito”, de la “identificación con el que sufre”, dejando atrás la potencia del otro y sus posibilidades de autonomía. Se tensa así el espacio hacia una comprensión miserable de la miseria, hacia una configuración de la miseria como medida de toda ayuda.

Las tríadas descriptas y los mojonos del “cuadrilátero” que opera como superficie de inscripción se instancian, actualizan y presentifican en modalidades procesuales. En el próximo apartado ofrecemos una mirada esquemática sobre ello.

La Banalización del Bien: procesos y producciones

Los rasgos de la BdB se aquilatan, potencian y comprenden mejor si es posi-

ble, al menos parcialmente, indagar cómo se produce y/o cuáles procesos implica.

El procedimiento es sencillo. Se seleccionan los contenidos y sentidos cuya aceptación y prestigio son parte de: a) una historia fundacional común, b) implican personajes de valencia mítica y c) acciones asociadas a gestas heroicas. Estos objetos, procesos y personajes son puestos al servicio de una acción y/o eventos que tienen carácter particular con pretensiones de universalización; son literalmente procesados. Se inscriben en producciones de resultados “benevolentes” que, al licuar la evocación emocional originaria, vacían de verdad a la verdad. Al estetizarse y masificarse aquello que invocaba la fuerza moral del bien se desfonda y se reduce a un mero proceso.

En la actualidad, la BdB puede ser observada en tres aspectos de la estética en tanto política: el desfondamiento de los contenidos referidos a “lo revolucionario”, la pérdida/extravío de un “final feliz” para la historia, y la re-invencción de lo colectivo resuelto en términos de una “nueva” individualización.

Es en este marco de los procesos de la BdB que emerge con fuerza el lugar de la ficción. Si bien “ficcionalizar” y “fingir” no son prácticas equivalentes, aquí atraviesan lo “procesual” desde tres ejes: a) una sociedad del “como si”, donde lo realmente importante es el representar / dramatizar la experiencia, no vivirla; b) una sociedad donde “el tener experiencias fuertes/profundas” es un imperativo de la economía política de la moral; y c) la hiperbolización del aparentar como anverso solidario pornográfico de lo “auténtico”

Tener una experiencia y vivir una experiencia se vuelven, en muchas ocasiones, la práctica de comprar dicha experiencia o de “hacer-de-cuenta-que-he-vivido”. La BdB es un impostar en su traslado metafórico del controlar y manipular un estado de cosas para que aparezca, para que emerja. No hace falta vivir; alcanza con hacer ver que he vivido. No hace falta creer; sobra con mostrar que creo.

El tener experiencias intensas, profundas, variadas y múltiples deviene un eslabón central de una moral que exige “salirse-para-estar”. La comida, el show, el viaje, la experienciación de sexualidades y la política, entre muchas otras, se transforman en “lugares” por donde pasar y experimentar al riesgo de no ser reconocido “sino-se-pasa-por-eso”. El saltar desde puentes, el atravesar rápidos, el volar en ala delta se han transformado en modelos del experimentar aplicados a las más diversas prácticas sociales que compiten unas con otras por su “rating” en un tiempo-espacio particular.

En este marco, en la BdB lo auténtico es vivido desde la exageración que implica la pornografía de un aparentar hiperbolizado. Para ser hay que parecerlo, pero enfáticamente. Para pertenecer hay que declararse pomposamente “miembro de”; para ser lo que realmente se quiere ser hay que aparentarlo radicalmente.

El “como sí”, la impostación, la intensidad y la hiperbolización son rasgos básicos de las prácticas del sentir que exige y anuda la BdB en su procesamiento.

En estos contextos se hilvanan las diversas formas de BdB que implican la maximización del “cinismo” como estructura de la cotidiana aceptación de la imposibilidad. “Está bien”, “es bueno”, “hago bien” cuando acepto que lo posible es lo que debo hacer: el realismo político es llevado a su máxima expresión por medio de la sacralización de la no posibilidad. La BdB es instaurar lo políticamente incorrecto como corrección política, sabiendo que en ello se pierde el contenido y la forma de la incorrección. Motivo por el cual la actual forma de cinismo es una radical negación a lo que en él hay de crítica social. No estar “atrapado por las correcciones políticas” son las correcciones políticas en vigencia. El bien como meta, como estado y como parámetro se desfonda, se des-realiza y disuelve, no ya como única referencia colectiva sino (y radicalmente) como marca para la acción individual.

La banalización del bien es el anverso solidario de la banalización del mal, construyendo un mundo donde lo único que vale es aquello que se establece vía mercantilización de las sensibilidades. Es la politización de la resignación cínica donde ya nada será “alcanzado” sin la negociación de y con su falla.

El juego revolución /transformación /cambio es un claro ejemplo. Lo que comenzó como la venta de las remeras del Che Guevara terminó en la revolución co-creada del cuidado del pelo femenino⁷⁷. No es solamente la negación de la realización totalizante de una acción, sino que se trata de la imposición substancializante de su radical imposibilidad a través de su masificación/vulgarización y la megareproducción de la pérdida de toda aura posible.

En este contexto es posible identificar aún tres modalidades más de caracterizar los procesos que implica la BdB: a) es un modo de hiperestetización del horror; b) es una modalidad de resignación radical; y c) es una manera de oclusión conflictual

Un momento horroroso de la realidad social es transformado, a través de un giro estético, en una hiperrealidad estetizante. Los contextos de desventaja y desigualdad, que regresan siempre en su forma horrorosa en un más acá de la “potencia” estatal, se convierten en espacios/tiempos mágicos cuya valía es conferida por la presencia de un ícono de lo estético. En la premura por conjugar el mal en y por las palabras, el marketing y la magia se unen para hacer una acción describiéndola artísticamente. La práctica deja lugar a la performatividad de la palabra que disuelve, en

⁷⁷Se alude a la línea de productos *Sedal co-creation* donde se hace referencia directa a la transformación que implica el asociarse con expertos para co-crear nuevas maneras de cuidar el cabello. Campaña orientada directamente al “blanqueamiento global” y consolidación de una de las grandes compañías multinacionales de “cuidado personal”. Véase: <http://www.sedal.com.ar/articulo/detalle/454258/-toptips-mitosyverdades>

su impacto en lo real, lo que haya en él de horror. La BdB es una modulación de la espera que se radicaliza. La resignación se naturaliza como destino democrático, como virtud cívica y como aceptación desapercibida de la in-transformable realidad, ahora devenida virtud: aceptar los límites no solamente es lo políticamente correcto, es una sensibilidad que debe ser premiada. Horror y resignación conjuran los conflictos, los alejan y diluyen. Si se vive en el Purgatorio, la llegada al cielo es sólo cuestión de tiempo. La BdB opera, procesa y tritura la resistencia a la seducción de aceptar el ofrecimiento de que el futuro dirá.

En los tres últimos años en Argentina se concertó el diseño e implementación de una política pública interministerial que, con carácter de “programa nacional”, es un claro ejemplo de BdB. En lo que sigue sintetizamos un análisis sobre ella.

ENAMORAR: El amor como política pública

Insistamos!!! Un punto nodal de la estructura de la BdB es su faceta de ser presentada como y el de evocar un “bien”. Es innegable su anclaje en objetos, procesos y/o personajes que evocan contenidos “afectivos positivos” de la economía política de la moral y, con ello, la “simpatía” de muchos. Éste es el caso para el conjunto de políticas estatales llevadas adelante por los Ministerios de Planificación Federal y Cultura de la Nación junto a la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico (Sedronar) denominadas: “ENAMORAR. El amor en movimiento”.

“Enamorar surge como política pública a partir del Primer Coloquio La Patria es el Otro, cuatro jornadas realizadas en diciembre de 2013 con el objetivo de reflexionar sobre los valores vinculados con la construcción de la Argentina”⁷⁸.

⁷⁸<http://www.enamorar.gob.ar/index.php/institucional.html>

Esta vinculación y evocación se produce de diversas formas: a) por una invocación a los contenidos emocionales socialmente aceptados en torno a los objetos, b) por la gestión de la transposición de las valencias afectivas que contienen y c) por la omisión sistemática de explicitación de los rasgos de su nueva superficie de inscripción.

Es obvio que si una política pública se propone gestionar amor, el interés de la administración gubernamental por establecer políticas de las sensibilidades es clara. Es evidente que el amor, “*como un sentimiento que nos atraviesa a todos*”, tiene una carga emotiva muy fuerte capaz de generar empatía y simpatía para el que “produce buena onda”. Es innecesario argumentar en dirección de la potencialidad de manipulación de una acción que está realizada en nombre del amor.

ENAMORAR es la apoteosis hiperbólica de BdB. Es tomar el amor como objeto de intercambio y ponerlo al servicio de intereses particulares; dos de las características más claramente criticadas de cualquier política pública. Veamos unos pocos rasgos de su estructura, contenido y acciones.

Lo universal como masivo: “todos” no es lo mismo que universal, y “muchísimos”, tampoco. ENAMORAR reclama para sí la posición de un particular que se actualiza como universal. Siendo ésta la operación discursiva y conceptual más ensayada desde de 2003 al 2016 por el Estado Nacional, desplazada aquí a lo normativo, la emocionalización y espectacularización de la vida adquieren unos contenidos y dimensiones diferentes.

Un ejemplo de las acciones publicitadas por el programa fue “Enamorar y Misión Familia hicieron vibrar Tecnópolis”, el 16 de noviembre de 2015.

Más de 70 mil personas disfrutaron este domingo del festival Misión Familia. El evento contó con la presencia de oradores nacionales e internacionales, como el alemán Reinhard Bonnke, el predicador Carlos Annacondia y

el pastor Osvaldo Carnival, además de recitales de los reconocidos artistas de la música cristiana Rescate y En Espíritu & En Verdad.(...) Catedral de la Fe es una de las ONG adheridas al Programa Enamorar, la primera política pública que fortalece a las organizaciones de la sociedad civil a través de herramientas de gestión que brinda el Estado Nacional. Enamorar reconoce la trayectoria, el conocimiento y la experiencia de las organizaciones en tanto actores clave para el desarrollo nacional y coopera con ellas en el fomento de valores universales como el amor, la paz, la solidaridad y la responsabilidad social⁷⁹.

Libros de marca, identidad de marca, diseños de marca son productos promocionados por ENAMORAR en una clara referencia que el amor en el que se está pensando se vincula, al menos en sus formas, en los procesos de mercantilización y marketing que el sistema capitalista ha consagrado como modalidades de elaboración de emociones.

Esta iniciativa pone a disposición de las organizaciones de la sociedad civil e instituciones privadas que acompañen su misión un paquete de recursos tecnológicos, audiovisuales y digitales, más una amplia serie de herramientas de gestión que faciliten su labor diaria en pos de la difusión y práctica de los valores universales. (...) En este sentido, unos 53 sitios web, 45 manuales de marca y 40 videos institucionales ya se han realizado. Por otra parte, también se han logrado instalar decenas de centros de formación digital y cultural en instalaciones de las respectivas ONG⁸⁰.

La apelación a valores universales, en tanto elementos comunes a lo religioso como marco que encuadra lo que en ellos hay de diversidad, señala claramente cómo el programa refiere conceptualmente a las creencias religiosas como referencia de la moral pública. En dos de los epígrafes del libro *La Patria es el Otro* (2015) se puede leer:

Celebro ver estas caras de compromiso en el territorio. Antes de estar acá le decía “misionar”, ahora le digo “militar”, que es lo mismo, porque militar es poner la mirada en el otro”. Juan Carlos Molina, Secretario de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico (SEDRONAR)

Creemos fundamentalmente en la capacidad del hombre de transformar la realidad para poder generar mejores condiciones de vida para el prójimo. Julio De Vido Ministro de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios.

Música, diseño web, cine, teatro, centros de rehabilitación, todos hilvanados por el “mismo sentir”: trabajo por el prójimo/ por el necesitado, conecta a ENAMORAR con las formas de beneficencia y caridad de los primeros esfuerzos realizados desde el siglo XIX en esa dirección.

En articulación con lo religioso del punto anterior y este del espectáculo, se conecta la siguiente noticia de la web oficial del programa:

El sueño cumplido de Belén Cabrera. 23 de abril de 2015. La joven cantante es una de las revelaciones de Creyendo, eje de Enamorar para el fomento de valores religiosos a través del arte. El sábado pasado cantó en Luján, en el mismo escenario por el que pasaron Axel, Proclamación y Metanoia, entre otros. La próxima semana grabará en el CIAM.⁸¹

Con el título “Una multitud participó del Festival Enamorar en Tecnópolis”, la página web del programa difundía una actividad llevada a cabo el 20 de octubre de 2014:

Unas 150 mil personas asistieron este sábado 18 y domingo 19 de octubre al Festival Enamorar, que se realizó en Tecnópolis y que contó con los imponentes recitales de Marcos Witt, Soledad Pastorutti, Junase y Rosa de Saron, entre otros, ante un público que vibró y brilló a todo ritmo⁸².

⁷⁹http://www.enamorar.gob.ar/index.php/novedades/enamorar_y_misin_familia_hicieron_vibrar_tecnopolis.html

⁸⁰http://www.enamorar.gob.ar/index.php/novedades/enamorar_cumple_su_primer_aniversario.html

⁸¹http://www.enamorar.gob.ar/index.php/novedades/el_sueo_cumplido_de_beln_cabrera.html

⁸²http://www.enamorar.gob.ar/index.php/novedades/una_multitud_participo_del_festival_enamorar_en_tecnopolis.html

La mirada técnica que subyace a lo que se denomina “Herramientas de Gestión”, que involucra una serie de ejes, entre ellos el de VITALIZACIÓN, implica sostener, al menos parcialmente, una perspectiva de racionalidad instrumental que tensiona y contradice el énfasis puesto en las creencias y los valores claramente intervinidas desde estas herramientas a través de las gestiones de sensibilidades.

El eje Vitalización plantea la formación de equipos de trabajo para difundir valores universales y llevarlos a la práctica. Los vitalizadores están formados para la realización de actividades sociales, productivas y culturales que surgen del trabajo territorial con las organizaciones de base comunitaria⁸³.

La explícita alusión a la contención involucra el sujetar y se conecta con el espectáculo. La contención presentada como acción positiva vinculada a “acolchonar” conflictos y diluir percepciones de amenaza. Respecto a la herramienta de Vitalización que ya hemos mencionado la web denuncia también:

Su objetivo es acompañar, contener y fortalecer las comunidades locales(...) El Vitalizador de la organización tiene un rol fundamental en el despliegue territorial de Enamorar como educador, acompañante espiritual y generador de actividades y proyectos⁸⁴.

El hecho de que ENAMORAR comience con una alocución presidencial, haya continuado con un encuentro de especialistas, seguida de una articulación con y de las ONGs, y luego se haya convertido en una política pública, habla a las claras que los modos de crear y organizar el programa tienen rasgos dirigistas y con una orientación de arriba hacia abajo.

Fueron las palabras pronunciadas por la presidenta el 2 de abril de 2013 las que inspiraron el coloquio de valores que aquí se presenta sistematizado bajo la forma de un

libro. La conjugación en una misma frase de dos nociones conceptualmente antagónicas, la patria y los otros, construidas a lo largo de la historia de las ideas occidentales, se transformó en un problema primordial de una gestión política que se piense democrática, inclusiva y justa ¿Cómo promover la producción simbólico-cultural de mensajes con mirada propia que propalen la democracia, la inclusión, la justicia, la pluralidad y la diversidad? (VITULLO, 2015:12).

Un conjunto de prácticas estatales que afianzan y sostienen el trabajo de las ONGs, se “articulan” con el tercer sector, transfieren recursos financieros, materiales y humanos desde el Estado al sector privado. En lo que se denomina “Componentes Transversales” del programa se incluye la Responsabilidad Social y se declara:

Las instituciones del sector privado están convocadas a trabajar a la par del Estado aportando a la comunidad el compromiso con el desarrollo humano en cada pueblo y región. El ejercicio de una ciudadanía completa para los participantes de las organizaciones, requiere del máximo desarrollo de las funciones sociales corporativas relacionadas con el aporte de recursos que materialicen nuevas oportunidades de desarrollo personal integral para los jóvenes y adultos. El aporte del sector privado es por lo tanto, un aspecto fundamental del desarrollo efectivo de la política, y su participación debe ser promovida por todas las instancias gubernamentales a nivel local, provincial y nacional. En este sentido, el Programa Enamorar propende a una visión de la Responsabilidad Social alineada a los objetivos de la política pública, además de ser complementaria y convergente⁸⁵.

Literalmente ENAMORAR es “jugar con los sentimientos”, es elaborar una geometría de los cuerpos y gramáticas de las acciones en torno a fantasmas y fantasías sociales con el objeto de producir, gestionar, circular y producir sensibilidades. Es una política pública que, construyendo políticas de los cuerpos/emociones, instan-

⁸³<http://www.enamorar.gob.ar/index.php/herramientas-de-gestion.html>

⁸⁴Idem

⁸⁵<http://www.enamorar.gob.ar/index.php/institucional.html>

cia el mejor ejemplo de la Banalización del Bien.

A modo de apertura final

Al pasar del planteamiento conceptual de la BdB a la práctica concreta de una política pública que la instancia es pasible de ser observada la compleja trama de la normalización de la vida en el disfrute a través del consumo y su capacidad de “formatear” la vida.

El programa ENAMORAR es una muestra “especial” de la BdB dado que lleva a la práctica la dialéctica descripta: 1) *fetichismo-dogma-heteronomía* y 2) *épica-gesto-narración*.

Toma el amor y el enamorarse como un fetiche que conduce a unos valores universales (y no otros) instaurando un proceso amplio de negación de autonomía en y a través de su mercantilización. Construye una épica de los valores en y a través de técnicas de mercadeo instalando el gesto festivalero y espectacularizado como garante y criterio de verdad de la eficacia de los nuevos héroes.

Como se ha podido observar, dichas tríadas se inscriben y despliegan en un espacio irregular cualificado por la *consolación/generosidad/conmiseración/miserabilismo*: ENAMORAR misiona/milita a los que deben ser iluminados con la llama del sueño del amor.

Es así que podemos conocer un poco más de la BdB a través del análisis de “ENAMORAR”:

1) Se basa en la heteronomía y narración épica, producto de identificaciones masivas y la creación de nuevos héroes diluyendo las posibilidades de autonomía de los sujetos.

2) Se diseña para contener: no dejar que la vida se salga de cauces, y así eludir su lógica conflictualidad.

3) Responde a una matriz iluminista (y de generosidad) proponiéndose dar vida en tanto misión de la militancia

4) Se centra en prácticas basadas en el espectáculo y emocionalización “imponente” de la militancia del espectador.

5) Reproduce una modalización marketinera del mensaje del amor cuyo mejor ejemplo es el “cantando por un sueño” que evoca uno de sus “concursos”

6) Se sustancializa proponiéndose llevar a los otros la verdad, combatiendo el mal en esta doble imagen del misio-nar/militar

7) Responde a la lógica de la gestión de los cuerpos/emociones financiando “paquetes de recursos tecnológicos” que difunden lo universal.

En definitiva, “ENAMORAR” nos muestra cómo la actual economía política de la moral utiliza las herramientas de gestión de valores y la emocionalización aliadas con el disfrute que provee el consumo, donde la Banalización del Bien se convierte en unos de sus ejes centrales.

Referencias Bibliográficas

ARENDRT, Hannah. *Eichmann en Jerusalén. Un estudio sobre la banalidad del mal*. Barcelona: Lumen, [1963]1999.

FANON, Frantz. *Piel Negra. Máscaras Blancas*. Buenos Aires: Editorial Abraxas, 1973.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação Cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2000.

GRIGNON, Claude y PASSERON, Jean-Claude. *Lo culto y lo popular. Miserabilismo y populismo en sociología y literatura*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1991.

MEMMI, Albert. *Retrato del Colonizado*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1963.

SCRIBANO, Adrián. Interludio: Consumo, Disfrute Inmediato y Desechos: hacia una caracterización metonímica de unas sociedades depredatorias. En: Gabriela Vergara

(Comp.) *Recuperadores, residuos y mediaciones. Análisis desde los interiores de la cotidianeidad, la gestión y la estructuración social*. Buenos Aires: ESEditora, pp. 135-154, 2015a.

SCRIBANO, Adrián. Una aproximación al estado de las sensibilidades en Argentina desde la(s) Política(s) de la Perversión. En: Rafael Sánchez Aguirre (Comp.) *Sentidos y sensibilidades: exploraciones sociológicas sobre cuerpos/emociones*. Buenos Aires: ESEditora, pp. 141-161, 2015b.

SCRIBANO, Adrián. *¡Disfrútalo! Una aproximación a la economía política de la moral desde el consumo*. Buenos Aires: Elaleph.com, 2015c.

SCRIBANO, Adrián. “El don: entre las practicas intersticiales y el solidarismo”. *Sociologias*. Porto Alegre, año 16, n. 36, p. 74-103, 2014.

SCRIBANO, Adrián. “Una aproximación conceptual a la moral del disfrute: Normalización, consumo y espectáculo.” *RBSE*. Paraíba Vol.12, n 36, p. 738-751, 2013^a.

SCRIBANO, Adrián. “La religión neo-colonial como la forma actual de la economía política de la moral”. *Revista Prácticas y Discursos*. Corrientes, Año 1, n.2 p.1-20, 2013b.

SCRIBANO, Adrián. “Cuerpos, Emociones y Sociedad: Una lectura desde Walter Benjamin”. *RBSE*. Paraíba, Vol.11, n.33, p. 674-696, 2012a.

SCRIBANO, Adrián. Prólogo. El Capitalismo como Religión y Segregación Racializante: dos claves para leer las fronteras de la gestión de las emociones. En: Iván Pincheira (Coord.): *Archivos de Frontera. El gobierno de las emociones en Argentina y Chile del presente*. Santiago de Chile: Editorial Escaparate, pp. 13-25, 2012b.

SCRIBANO, Adrián. Las Prácticas del Querer: el amor como plataforma de la esperanza colectiva. en: Margarita Camarena y César Gilabert (Coord.) *Amor y Poder. Replanteamientos esenciales de la época actual*. México: Universidad Intercultural de Chiapas. Razón y Acción, AC., pp. 17-33, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *Frente al límite*. México: Siglo XXI editores, 1993.

VITULLO LUIS (2015) “El país que proyectamos para las generaciones del porvenir” en: Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios. Presidencia de la Nación *I Coloquio: La Patria es el Otro. Temas y desafíos para una nueva realidad audiovisual*. Tomo I. Disponible en: <http://www.enamorar.gob.ar/media/libros/lapatriaeselotro.pdf>

Resenhas

Emoções e moralidades entre mulheres com práticas homoeróticas: uma resenha

Tarsila Chiara Albino da Silva Santana

Recebido: 01.06.2016
Aprovado: 16.07.2016

OLIVEIRA, Jainara Gomes de. *Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres*. Curitiba: Appris, 2016, 169 p. (Coleção Ciências Sociais).

O livro “*Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres*”, de Jainara Oliveira, foi escrito originalmente como uma dissertação de mestrado em Antropologia, defendido em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba – PPGA/UFPB. Considero válido também mencionar que a dissertação foi aprovada com indicação para publicação pela banca examinadora.

Publicado no inverno de 2016, pela Coleção Ciências Sociais da editora Appris, este livro de Jainara Oliveira, - agora doutoranda em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGAS/UFSC, - explora os sentidos ambíguos e ambivalentes do risco e do prazer nas práticas homoeróticas entre mulheres, residentes na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, região Nordeste do país. Nesse sentido, como ressalta Mônica Franch, em seu prefácio para o livro, “são muito bem-vindas pesquisas que lançam luz sobre esse universo, mais ainda quando trazem à baila contextos pouco evidenciados na literatura sobre o assunto, neste caso, uma cidade de médio porte” (FRANCH, 2016, p. 14).

O livro está dividido em quatro capítulos, uma introdução e uma conclusão. Além de um prefácio e uma apresentação assinados por Mônica Franch e Mauro Guilherme Pinheiro Koury, respectivamente, ambos professores do PPGA/UFPB. Tanto Franch quanto Koury ressaltam a originalidade deste livro, caracterizam-no como um relevante marco teórico e metodológico para a antropologia contemporânea, pois a partir de uma análise antropológica de orientação simbólico-interacionista e pós-

estruturalista, particularmente sob a ótica da antropologia das emoções e da antropologia da moralidade, de um lado, e da antropologia do gênero e da sexualidade, de outro. A autora elabora uma análise original e pioneira sobre o problema de pesquisa proposto.

Trata-se de uma obra que expressa o caminho teórico e metodológico desenvolvido por Oliveira ao longo de sua pesquisa de mestrado em antropologia, mas também a partir da sua contribuição sistemática como expositora, debatedora e/ou coordenadora de grupos de trabalhos, simpósios temáticos, fóruns de pesquisa, mesas redondas, entre outros, nos principais eventos acadêmicos no Brasil e na América Latina, entre eles a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), a Reunião de Antropologia do Norte de Nordeste (ABANNE), a Reunião Equatorial de Antropologia (REA), o Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA) e o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Além disso, foram fundamentais os diálogos e as parceiras que a autora manteve, ao longo desse processo, com vários grupos de pesquisa, a exemplo do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções e do GRUPESSC – Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura, ambos da UFPB, e do SEXGEN – Grupo de Pesquisa em Sexualidades, Corpo e Gênero da UFPA - Universidade Federal do Pará. O livro de Oliveira, portanto, não pode ser lido como uma contribuição avulsa, mas antes como uma pioneira e atual contribuição para a institucionalização dos estudos sobre homoerotismo entre mulheres sob a ótica da antropologia contemporânea⁸⁶.

⁸⁶Cumprer ressaltar que, desde a graduação em Ciências Sociais, Oliveira tem contribuído sistematicamente para a consolidação dos estudos sobre homoerotismo entre mulheres no campo

No primeiro capítulo, a autora apresenta o caminho metodológico a partir do qual desenvolveu o trabalho de campo, na cidade de João Pessoa, durante pouco mais de um ano, entre 2012 e 2013. Nesse sentido, Oliveira participou de atividades políticas organizadas pelo Movimento LGBT local, circulou por vários espaços de sociabilidade destinados para o público GLS, mas também por outros espaços que não oferecem necessariamente uma proposta GLS, ou ainda, por espaços considerados mais heterossexualizados pelas suas colaboradoras. Além disso, a autora esteve em um serviço de tratamento especializado para pessoas vivendo com HIV/Aids (SA-E). Participar desses espaços variados, por sua vez, permitiu a autora constituir diferentes redes de relações e acompanhar o cotidiano de várias mulheres entre 20 e 51 anos de idade. Essa diversidade de situações corriqueiras que a autora vivenciou, no decorrer do trabalho de campo, foi organizada a partir de entrevistas formais, conversas informais e observação participante em cafés, bares, boates, festas, entre outras formas de interação.

O foco de análise da autora, neste primeiro capítulo, é então o de problematizar a emergência da *intersubjetividade* na prática antropológica, particularmente a partir da relação desta com o campo da sexualidade. O que, por sua vez, conduz a autora a discutir os dilemas éticos e morais implicados na escolha da sexualidade como objeto de pesquisa antropológico. Com isso, ao situar as pistas (e armadilhas) metodológicas que a inter-relação entre experiência etnográfica e produção de conhecimento sugere, Oliveira narra as singularidades constitutivas do seu do trabalho de campo, para, assim, situar-se enquanto pesquisadora e militante. Nesse percurso, a autora explora as familiaridades e os estranhamentos suscitados pelas relações que a mesma estabeleceu com as mulheres que compõem o universo de sua pesquisa. E, assim, Oliveira chama a atenção para a ne-

cessidade de entender o trabalho antropológico como uma modalidade de experiência moral, a partir da qual a relação entre produção do conhecimento, vigilância epistemológica e distanciamento ético deve ser problematizada. A autora, deste modo, também coloca em relevo a importância de se analisar os efeitos e os usos políticos que a produção de uma etnografia sobre práticas sexuais implica, especialmente sob a ótica das disputas morais.

No decorrer da análise, ao discutir a relação entre ética, trabalho de campo e subjetividade, Oliveira também descreve a *economia de sedução* que caracterizou o seu trabalho de campo. Para a autora, trata-se de uma categoria analítica relevante, uma vez que a permitiu melhor entender a sociabilidade urbana entre as mulheres pesquisadas. Nesse sentido, ainda que seja uma sociabilidade menos marcada em relação à sexualidade, não se pode reduzir as interações sexuais destas mulheres a uma dinâmica erótica menos sexualizada, mas, sim, como experiências particulares de viverem as suas sexualidades. Com isso, Oliveira ressalta que, no que se refere às escolhas metodológicas,

Essas expectativas, que caracterizam o fazer etnográfico sobre a sexualidade, implica um modo de interação simbólico que comunica acerca das relações subjetivas dos sujeitos da pesquisa. [...] essas interações servem como fio condutor para analisar a construção do desejo, das relações eróticas e as possibilidades de práticas sexuais provenientes do trabalho de campo. Portanto, problematizar essas interações erotizadas pode enriquecer as análises sobre a prática etnográfica, no campo da sexualidade (p 44-46).

A partir dessa ótica de análise, a autora se posiciona como pesquisadora e militante, mas também como observadora e observada. E, ao se posicionar de diferentes formas em campo, Oliveira chama a atenção para a importância da *reflexividade* no trabalho de campo e para a diversidade de experiências e posições que um/a mesmo/a pesquisar/a experimenta em campo e como essas experiências e posições produzem *efeitos* no modo como as análises são construídas.

No segundo capítulo, a análise de Oliveira recai sobre as *curvas de vida* a

da antropologia no Brasil ver Oliveira (2016, 24-25). Objeto de pesquisa que a autora continua desenvolvendo em sua tese de doutoramento em antropologia social no âmbito Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

partir das quais essas mulheres negociam a legitimidade de viver os seus desejos por outras mulheres. Para tanto, a autora discute o jogo de mudanças e permanências que marca os sentidos e os significados ambíguos e ambivalentes do processo de constituição de identidades sexuais entre suas interlocutoras. Nesse sentido, Oliveira também apresenta tanto as experiências “heterossexuais” quanto as experiências “homossexuais” destas mulheres. Com isso, a autora observa que, tanto a “heterossexualidade” quanto a “homossexualidade” são desejos sexuais socialmente produzidos. Deste modo, a partir das narrativas das suas interlocutoras, a autora (OLIVEIRA, 2016) assinala que “as experiências homoeróticas figuram como uma ruptura nas curvas de vida dessas mulheres, de modo a instituir uma nova temporalidade em relação aos seus projetos individuais e coletivos, modos e estilos de vida e visão de mundo (p. 55)”; as experiências heterossexuais, por sua vez, foram relevantes, segundo a autora, “para o entendimento do modo como estas mulheres organizam simbolicamente e modificam, em discursos e posturas políticas, suas experiências homoeróticas” (p. 55).

Ao analisar esse jogo de mudanças e permanências, a autora procura conhecer as particularidades das experiências conflituosas e contraditórias de suas interlocutoras, as quais se caracterizam pelas idas e vindas que as mesmas agenciam em função de uma realidade diversificada. O que, por sua vez, leva Oliveira a estabelecer aproximações analíticas entre *projeto* e *campo de possibilidade*. Esse par conceitual será fundamental para a autora, uma vez que, permitiu-lhe elaborar um olhar mais sensível sobre as circunstâncias socioculturais e a dimensão mais consciente que perpassam as escolhas dessas mulheres. Para, assim, perceber com essas mulheres se fazem, são feitas e refeitas, por meio das experiências individuais. Essa sensibilidade analítica, também, conduz a autora a relacionar projeto e campo de possibilidade, como uma dimensão mais racional, na qual essas mulheres reinterpretam essas *metamorfoses* com outros significados.

No terceiro capítulo, com uma escrita delicada, e, ao mesmo tempo, com uma fundamentação teórica bastante consistente, a autora analisa as *emoções*, as

disputas morais, as *desculpas* e as *justificativas* que marcam o processo de *negociação* da visibilidade entre as mulheres com si mesmas, com os outros e com a sociedade. Sem desconsiderar o jogo de forças e a dinâmica de resistências que caracterizam o processo de elaboração de identidades sexuais, Oliveira chama a atenção para o modo com as suas interlocutoras dramatizam e avaliam as circunstâncias socioculturais nas quais seus desejos homoeróticos se expressam. Com isso, a autora coloca em relevo a importância de se problematizar a margem relativa a partir da qual essas mulheres fazem escolhas e projetam caminhos, ou seja, a dimensão racional e consciente, mas também a dimensão sociocultural, que, configuram projetos e campo de possibilidade. Nesse sentido, a autora analisa que:

[...] a possibilidade de que os indivíduos escolham ou possam escolher “assumir” projetos e estilos de vida homoeróticos, não depende necessariamente das suas “escolhas” subjetivas, mas sim das possibilidades históricas e culturais, uma vez que a experiência individual de cada sujeito adquire significado particular dentro das regras sociais e culturais. Portanto, “assumir” projetos e estilos de vida homoeróticos não satisfaz apenas uma ordem de fatores individuais, mas aponta para toda uma lógica societária de organização da individualidade em campos de possibilidades bastante concretos. [...] A intrínseca relação entre a singularidade dos sujeitos sociais e os processos sociais de construção identitária, por sua vez, provocam a necessidade de problematizar a “margem relativa da possibilidade de escolha” como desejo individual. Deve-se analisar, para tanto, os aspectos subjetivos e paradigmas culturais existentes que envolvem essas “escolhas”. Deste modo, quando uso a noção de “escolha”, não pretendo sugerir que a apropriação performática de determinados modelos de identidade seja expressão de essências, mas sim produtos de disposições históricas. [...]. É no interior de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, que os projetos individuais e coletivos podem ser elaborados e construídos. Deste modo, a noção de projeto, com todas as suas ambiguidades, implica em possibilidade de mudança individual no interior e a partir de um mapa sociocultural relacional. [...]. [e] vincula-se intimamente com uma re-

alidade objetiva e externa, que implica uma avaliação moral dos custos emocionais para os indivíduos em interação. (OLIVEIRA, 2016, p 101-103).

Sob essa ótica de análise, a autora discute os dramas e as negociações que perpassam as tensões e os conflitos característicos da experiência de viver a metáfora do armário. Nesse sentido, Oliveira demonstra as emoções e as moralidades que dão sentido às experiências individuais das suas interlocutoras. De maneira original e pioneira, a autora articula emoções e moralidade como categorias analíticas centrais para o entendimento das tensões e dos conflitos que emergem no processo de negociação da visibilidade entre mulheres. Deste modo, Oliveira discute os sentidos da *vergonha*, do *medo*, da *injúria*, do *insulto*, entre outros *sentimentos morais*, como constitutivos da elaboração intersubjetiva de uma identidade sexual dissidente.

Desta maneira, ao destacar a dinâmica emotiva e moral que compõe o campo semântico das narrativas das suas interlocutoras, a autora também consegue entender os sentidos do *respeito* e da *aceitação*, categorias estas que, segundo a autora, definem e tensionam as relações dessas mulheres com si mesmas, com os outros e com a sociedade, particularmente no âmbito das *redes* familiares, de parentescos e de amizades (OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, a autora coloca que, se por um lado, as redes familiares e de parentescos são narradas como relações mais tensionais e conflitivas, e, por outro, as redes de amizades são narradas como uma forma de sociabilidade menos tensional e mais solidária, ambas, no entanto, não devem ser analisadas como inteiramente opostas, mas antes como *relações* mutuamente exclusivas. Pois, como adverte a autora, não se deve perder de vista o aspecto *relacional* que caracteriza os sentidos atribuídos a cada rede.

Em síntese, neste terceiro capítulo, a autora analisa as tensões e os conflitos próprios da experiência do viver o armário. Experiência esta que nas considerações de Koury, em sua apresentação para o livro, pode ser entendida como:

um estágio em que uma pessoa descobre sua sexualidade, mas tem receio de expô-la publicamente, inclusive tendo vergonha de si mesma e se sentido inferior às

demais pessoas consideradas *normais*, por possuírem uma sexualidade dita *normal*, isto é, dentro da normalidade heteronormativa –, a dor pessoal de se saber diferente, o receio de aproximar-se de outra pessoa e revelar seus sentimentos e desejos [...]. Este desvendar é realizado delicadamente e minuciosamente através da montagem de toda uma carga emocional depositada pelas informantes, ao revelarem o cenário de envergonhamento e de medo na descoberta de sentirem desejo por outras mulheres e se descobrirem diferentes.

A descoberta da diferença, a vivência clandestina da sexualidade dissidente, os medos, os receios, a vergonha, acompanhada pelo estigma, pelo preconceito e pela estigmatização cotidiana, assim, é observado e compreendido como uma ruptura biográfica. Ruptura biográfica esta que levam as entrevistadas, cedo ou tarde, a se revelarem – e, segundo a autora, – a processarem as suas experiências individuais de saída do armário (KOURY, 2016, p. 9-10; grifos do autor).

No quarto capítulo, por fim, a autora problematiza a ética e a moral que caracterizam o risco em sentido epidemiológico. Para tanto, em um primeiro momento, a autora discute o risco enquanto uma categoria coletiva de classificação e de interpretação simbólica da experiência social, e em um segundo momento, analisa os sentidos ambíguos do risco nas práticas homoeróticas de suas interlocutoras. Nesse sentido, a autora argumenta sobre o caráter polifônico que o valor do risco tem assumido, seja enquanto experiência individual, ou enquanto experiência social, pois esta categoria de classificação também incorpora outros termos como “perigo”, “arriscado”, “inseguro”, entre outros. Particularmente, no âmbito das práticas homoeróticas entre mulheres, como propõe a autora, a inter-relação entre prazer e risco é um percurso pertinente para pensar os valores e os princípios morais que afetam a intimidade dessas práticas, uma vez que as explicações morais dizem respeito às experiências cotidianas de intimidade. Deste modo, distanciando-se de um discurso normalizador, ou seja, de responsabilização e de culpabilização individual, a autora procura entender as

percepções e as gestões do risco por dentro das narrativas das suas interlocutoras.

Com isso, a autora traz uma análise que se preocupa com o caráter vivencial do risco e do prazer. O que, por sua vez, conduz a autora a refletir sobre os sentimentos como medos, insegurança, receios, vergonha, segredos, entre outros, que compõem o campo semântico do risco como escolha. Nesse caminho desenvolvido pela autora, as emoções *desconfiança*, *confiança* e *confiabilidade*, assim como *traição* e *fidelidade*, emergiram como categorias analíticas centrais para entender os sentidos de intimidades e de compartilhamentos nas parcerias homoeróticas de suas interlocutoras. De maneira pioneira e original, Oliveiras e distância de uma análise epidemiológica do risco, - a qual envolve cálculos e probabilidades-, para se alinhar a uma análise simbólica e interacional do risco, o que a permitiu perceber as particularidades que constituem uma relação de intensa convivência, como as que foram observadas em seu trabalho de campo.

Deste modo, enfocando o caráter de escolha individual até mesmo em uma parceria homoerótica sorodiscordante, isto é, analisando o risco como uma escolha consciente e voluntária, a autora conclui que:

as noções de risco e prazer perpassam não apenas as percepções de risco epidemiológico relacionados às possibilidades de infecção por DST e HIV/Aids entre mulheres sorodiscordantes ou não. Bem mais abrangente, o risco entendido em seu aspecto relacional amplo também se configura como um elemento central desse processo social de construção de intimidades e compartilhamentos (OLIVEIRA, 2016, p. 146).

Assim sendo, ao final do livro, o/a leitor/a irá perceber que os sentidos ambíguos e ambivalentes do risco e do prazer perpassam todos os capítulos. Pois, como argumenta a autora, o risco e o prazer estão presentes na relação entre ética e trabalho de campo; nas curvas de vida, nos projetos

e nos campos de possibilidade das suas interlocutoras; nos processos de negociação de visibilidade de suas práticas homoeróticas; e nas formas como essas mulheres querem ter prazer. Considerações estas que a autora chega a partir de um mergulho das narrativas e curvas de vida de suas interlocutoras, mas também por meio de um trabalho de campo sistemático e cotidiano.

Este é o primeiro livro publicado de Jainara Oliveira, o qual certamente oferecerá ao público interessado no estudo sobre práticas homoeróticas entre mulheres uma análise original e pioneira a respeito do problema proposto. Mas o público interessado também encontrará uma análise mais ampla sobre a relação entre indivíduo e sociedade e os paradigmas culturais existentes que tornam possível a vida social. Portanto, o livro não servirá apenas como inspiração para novas gerações de pesquisadores/as do campo dos estudos de gênero e sexualidade, bem mais abrangente o livro é ainda uma relevante contribuição para as ciências sociais, e em especial, para a antropologia e a sociologia das emoções e da moralidade.

Referências

FRANCH, Mónica. Prefácio. In: Jainara Gomes de Oliveira. *Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres*. Curitiba: Appris, 2016

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Apresentação. In: Jainara Gomes de Oliveira. *Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres*. Curitiba: Appris, 2016

OLIVEIRA, Jainara Gomes de. *Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres*. Curitiba: Appris, 2016.

OLIVEIRA, Jainara Gomes de. Quando o armário é aberto: confiança e segredo na experiência da amizade. Dossiê “Gênero, sexualidade, emoção e moralidade”. *Revista Equatorial*, v.2, n.3, jan/jul de 2015, p. 13-35.

Sobre os autores

Adrián Scribano. Professor Doutor da Universidade de Buenos Aires, Argentina. Pesquisador do CONICET-IIGG-UBA/CIES. E-Mail: adrianscribano@gmail.com

Almudena García Manso. Departamento de Ciencias de la Comunicación y Sociología, Área de Sociología. Universidad Rey Juan Carlos. Madrid. España. E-Mail: almudena.manso@urjc.es

Andrea Dettano. Grupo de Estudios sobre Políticas Sociales y Emociones del Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos (GEPSE-CIES), Grupo de Estudios sobre Sociología de las Emociones y los Cuerpos (GESEC-IIGG), Argentina. E-Mail: andrea-dettano@gmail.com

Angélica De Sena. UBA, CIES, Argentina. E-Mail: angelicadesena@gmail.com

Carmen Gaona Pisonero. Departamento de Ciencias de la Comunicación y Sociología, Área de Periodismo. Universidad Rey Juan Carlos. Madrid. España. E-Mail: carmen.gaona@urjc.es

Charles Wright Mills. (1916-1962). Renomado sociólogo norte-americano, suas pesquisas foram voltadas para os temas da relação entre indivíduo e sociedade, da desigualdade social, do declínio da classe média e do poder das elites. Seus livros mais conhecidos foram, entre outros, *A Imaginação Sociológica* (1959) e *A Elite no Poder* (1956).

Claudia Gabriela Reta. Professora em Antropologia (FFYL-UBA). Investigador do CIES (Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos), e do GESEC (Grupo de Estudios Sociales sobre las Emociones y los Cuerpos, IIGG-UBA), Argentina. E-Mail: cgabrielareta@gmail.com

Enrica Morlicchio. Professora associada de sociologia do desenvolvimento no Departamento de Ciências Sociais e Coordenadora da Escola Superior de Ciências Sociais e do Doutorado em Sociologia e Pesquisa Social da Universidade de Nápoles Federico II, Itália. E-Mail: enrica.morlicchio@unina.it

Fagner Cordeiro Dantas. Mestre em Administração Pública (UFBA, 2012); Bacharel em Direito (UFBA, 2007), Bacharel em Urbanismo (UNEB, 2010). Diretor-Presidente da Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU) e

Assessor-Chefe de Planejamento da Fundação Mário Leal Ferreira, Órgão de Planejamento da Prefeitura Municipal de Salvador. E-Mail: fagnerd@yahoo.com.br

Fernando Afonso de Almeida. Possui mestrado (1989) e doutorado (1996) em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pós-doutorado em Didactique du Français Langue Étrangère pela Université de la Sorbonne Nouvelle - Paris III (1999). Professor Associado III da Universidade Federal Fluminense e professor pesquisador do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF. E-mail: feafal@gmail.com

Florencia Chahbenderian. Grupo de Estudios sobre Políticas Sociales y Emociones del Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos (GEPSE-CIES), Grupo de Estudios sobre Sociología de las Emociones y los Cuerpos (GESEC-IIGG), Argentina. E-Mail: florenciachabe@gmail.com

Jack Katz. Doutor e professor de sociologia na Universidade da Califórnia, Los Angeles, realiza pesquisas etnográficas na área de psicologia social, crime, censura de pesquisas sociais em comitês de pesquisa, e metodologia sociológica. Coeditor da publicação *Field Encounters and Discoveries* (Encontros de Campo e Descobertas), uma série de livros etnográficos para a Editora da Universidade de Chicago. E-Mail: jackkatz@ucla.edu

Javier Moreira Slepoy. Professor e pesquisador da Universidade Nacional de Villa María, Argentina. E-Mail: javiermoreira@yahoo.com.ar

Jeremy Boissevain. (1928 - 2015). Foi um Professor Emérito de Antropologia Social da Amsterdam School for Social Science. Universidade de Amsterdã, Holanda.

Jorge Ahumada. Professor e pesquisador da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. E-Mail: Jahumada06@gmail.com

Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Paraíba. Coordena o GREM – Grupo de Estudos em Antropologia e Sociologia das Emoções e o GREI – Grupo Interdisciplinar de Estudos em Imagem, na mesma universidade. E-Mail: maurokoury@gmail.com

Raoni Borges Barbosa. Doutorando em antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções, da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: raoniborgesb@gmail.com

Rebeca Cena. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas-Instituto de Investigaciones Gino Germani (CONICET-IIGG). Grupo de Estudios sobre Políticas Sociales y Emociones del Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos (GEPSE-CIES). Argentina. E-Mail: rebecena@gmail.com

Edições do GREM
Agosto 2016